



# LAZER, CULTURA E TERRITÓRIO: DIÁLOGOS ENTRE BRASIL E PORTUGAL

SIMONE RECHIA  
MARIA MANUEL BAPTISTA  
(ORGANIZAÇÃO)

*Editora*  
UFPR

**LAZER,  
CULTURA E  
TERRITÓRIO:  
DIÁLOGOS ENTRE BRASIL E PORTUGAL**



**Reitor**

Ricardo Marcelo Fonseca

**Vice-Reitora**

Graciela Inês Bolzón de Muniz

**Pró-Reitor de Extensão e Cultura**

Mayara Elita Braz Carneiro

**Coordenador da Editora UFPR**

Rafael Faraco Benthien

**Assessora da Editora UFPR**

Eva Lenita Scheliga

**Conselho Editorial que aprovou este livro**

Rodrigo Tadeu Gonçalves (presidente)

Alex Soria Medina

Angela Maria Hoffmann Walesko

Cristina Gonçalves de Mendonça

Diomar Augusto de Quadros

Fabício Schwanz da Silva

Fernando Cerisara Gil

Ida Chapaval Pimentel

Jane Mendes Ferreira Fernandes

João Damasceno Martins Ladeira

Kádima Nayara Teixeira

Miguel Gualano de Godoy

Renato Goldenberg

Rubia Carla Formighieri Giordani

Sérgio Luiz Meister Berleze

**LAZER,  
CULTURA E  
TERRITÓRIO:  
DIÁLOGOS ENTRE BRASIL E PORTUGAL**

**SIMONE RECHIA  
MARIA MANUEL BAPTISTA  
(ORGANIZAÇÃO)**

*Editora*  
**UFPR**



© Simone Rechia e Maria Manuel Baptista

**LAZER,  
CULTURA E  
TERRITÓRIO:  
DIÁLOGOS ENTRE BRASIL E PORTUGAL**

**Coordenação da Seção de Produção Editorial**

Rachel Cristina Pavim

**Revisão**

Larissa Brito dos Santos

**Revisão final**

os autores

**Projeto gráfico e diagramação**

Thainá Kramer

**Capa**

Priscila T. Lourenço Schultz

Série Pesquisa, n. 432

Universidade Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas.

Biblioteca Central. Seção da Representação da Informação.

---

L431 Lazer, cultura e território : diálogos entre Brasil e Portugal / Simone Rechia, Maria Manuel Baptista (organização). — Curitiba, PR : Ed. UFPR, 2024. 325 p. : il. color. ; 23 cm. — (Série Pesquisa, n. 432).

Vários autores.

Inclui referências.

ISBN 978-85-8480-227-2

1. Sociologia da cultura. 2. Lazer — Aspectos sociais — Portugal. 3. Lazer — Aspectos sociais — Brasil. 4. Lazer — Política governamental. I. Rechia, Simone, 1964- . II. Baptista, Maria Manuel, 1964- . III. Título. IV. Série.

CDD: 363.68

CDU: 379.8.014

---

Bibliotecário: Arthur Leitis Junior — CRB 9/1548

ISBN 978-85-8480-227-2

Ref. 1107

**Direitos desta edição reservados à**

**Editora UFPR**

Rua Ubaldino do Amaral, 321

80060-195 — Curitiba — Paraná — Brasil

[www.editora.ufpr.br](http://www.editora.ufpr.br)

[editora@ufpr.br](mailto:editora@ufpr.br)

**2024**



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

# SUMÁRIO

## **7 LAZER, CULTURA E TERRITÓRIO: DIÁLOGOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS ENTRE BRASIL E PORTUGAL**

Simone Rechia e Maria Manuel Baptista

### **PARTE 1 — CIDADE E CULTURA URBANA: O ESPAÇO PRATICADO**

#### **40 NOTAS PARA DANÇAR CONFORME A MÚSICA: FESTIVAIS CULTURAIS E DINÂMICAS URBANAS EM LISBOA E SÃO PAULO**

Paulo Nunes

#### **65 PESQUISAS ACADÊMICAS E EXPERIÊNCIAS EMPÍRICAS DE LAZER EM CURITIBA: EM FOCO O ESPAÇO PRATICADO**

Aline Tschoke Vivan e Karine do Rocio Vieira dos Santos

#### **85 A FESTA OCUPA A CIDADE! CORTEJOS DE LUTAS E DE FESTAS NO CARNAVAL DE BELO HORIZONTE/BRASIL (2010 A 2019)**

Denise Falcão e Hélder Ferreira Isayama

### **PARTE 2 — POLÍTICAS PÚBLICAS: DA TEORIA À PRÁTICA**

#### **118 A GESTÃO DELIBERATIVA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER EM CURITIBA: PASSANDO DA TEORIA À PRÁTICA**

Felipe Sobczynski Gonçalves e Rodrigo de França

#### **140 PARQUES URBANOS COMO CAMPO DE ESTUDO: OBSERVAÇÕES SOBRE USO PÚBLICO E GESTÃO**

Reinaldo Pacheco e Iranilda Medeiros

### **PARTE 3 — CULTURA, LAZER, POLÍTICAS PÚBLICAS E ATIVISMOS SOCIAIS: DO LOCAL AO GLOBAL**

#### **168 ATIVISMOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO PARQUE GOMM DA CIDADE DE CURITIBA/PARANÁ**

Bruno David Rodrigues Neca, Daniella Tschöke Santana e Simone Rechia

**199 CICLISTAS E SKATISTAS: CIRCULAÇÕES EM DISPUTA NA METRÓPOLE**

José Guilherme Cantor Magnani, Giancarlo Marques Carraro Machado e Lucas Lopes de Moraes

**PARTE 4 — LAZER, CULTURA E INVESTIMENTOS PÚBLICOS: TENSÕES ENTRE OFERTAS E DEMANDA**

**236 POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS IMPACTOS SOBRE A GESTÃO DAS CIDADES**

Silvia Cristina Franco Amaral

**253 A ASCENSÃO DO TRANSPORTE ATIVO FRENTE AO IMPÉRIO DO MOTOR NAS GRANDES CIDADES BRASILEIRAS: UM OLHAR DE FRENTE PARA O FUTURO**

Roberto do Valle Mossa e Iverson Ladewig

**PARTE 5 — PALESTRAS PROFERIDAS NO 1º SEMINÁRIO CULTURA, TERRITÓRIO E LAZER: DIÁLOGOS ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL E PORTUGAL**

**278 SESSÃO: CIDADE E CULTURA URBANA: O ESPAÇO PRATICADO**

João Teixeira Lopes

**289 SESSÃO: CULTURA, LAZER, POLÍTICAS PÚBLICAS E ATIVISMOS SOCIAIS: DO LOCAL AO GLOBAL**

Goura Nataraj (Jorge Brand)

**301 SESSÃO: LAZER, CULTURA E INVESTIMENTOS PÚBLICOS: TENSÕES ENTRE OFERTAS E DEMANDAS**

Fernando Mascarenhas

**320 SOBRE AS AUTORAS E AUTORES**

# LAZER, CULTURA E TERRITÓRIO: DIÁLOGOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS ENTRE BRASIL E PORTUGAL

Simone Rechia  
Maria Manuel Baptista

## INTRODUÇÃO GERAL

A transformação generalizada das cidades — que experimentamos no início de um novo século e que podemos chamar de espetacularização urbana *versus* retorno ao espaço público — nos reporta a um dos processos constitutivos dessa forma de espetáculo/apropriação que concentra uma das principais características da intervenção nas cidades: a mobilidade e presença crescente de pessoas combinada à celebração de uma urbanidade idealizada que pressupõe o entendimento do espaço simbólico das cidades.

Dessa forma, escolher o que, quem e como exaltar os espaços públicos das cidades é uma decisão política, histórica e cultural. Tais escolhas estão sempre vinculadas a valores estéticos, econômicos e culturais.

Assim, um intenso consumo de urbanidade parece caracterizar esses novos tempos em diversas capitais do mundo. O discurso ancorado na chamada “espetacularização das cidades” ou “qualidade de vida” desdobra-se em atributos urbanos cujo passado, memória, beleza, limpeza, regularidade, mobilidade e segurança dos espaços públicos são condições necessárias para enaltecer determinados territórios. As dimensões do lazer e da cultura entram nessa lógica e na disputa por territórios. Os museus, ruas, *shoppings* com cinemas e parques de diversões eletrônicas, os centros de compra, os centros culturais e esportivos, os centros de convenções, parques públicos, praças e jardins, entre outras dimensões, por todo lado se multiplicam e disputam espaço em territórios centrais das cidades.

A fim de materializar alguns olhares sobre esses territórios, utilizamos nessa introdução registros fotográficos, pois muito mais que



ilustrações, são pontos de análise e reflexão nos quais a composição de espaços, equipamentos e pessoas, ou seja, entre objetos fixos arquitetônicos e fluxos sociais, demarcam modos de ser e existir nas cidades, que regem e demonstram inúmeras questões importantes no âmbito dos estudos socioculturais.

As cidades, em alguns de seus pontos altos, devem ser cúmplices da explicitação de marcas ou símbolos do lugar ocupado ou buscado, numa ânsia de particularidade que as distinga e que congregue habitantes e turistas, cada vez mais presentes em seus cotidianos. Tais marcas e símbolos podem ser visualizados na seguinte imagem:

FIGURA 1 — As marcas do lugar (Aveiro, PT)



Fonte: As autoras (2018).

Nesse sentido, poderíamos localizar algumas capitais do Brasil que se conectam a uma marca identitária local: São Paulo como “polo econômico” e Rio de Janeiro como “cidade do samba”. Em Curitiba essas imagens estão representadas pelas soluções urbanísticas funcionais e com forte apelo estético, gerando sínteses como “cidade-modelo” (García, 1993).

Em nível europeu, segundo Brandão (2011, p. 71), “a tendência hoje é, no limite, a do consumo do espaço pelo lazer e turismo. A cidade globalmente, como imagem temática, serve em si mesma com espetáculo em cena para mobilizar o consumo”.

Podemos também tomar como exemplo alguns casos de cidades cujos governos locais desenvolveram, nos últimos anos,

importantes políticas de promoção conectadas com planejamento urbano, como Barcelona e Bilbao (Espanha). Ou ainda cidades ligadas à cultura dos concertos de verão ou à natureza e gastronomia local, como Lisboa, Porto e Aveiro (Portugal).

Nessa perspectiva, para Brandão (2011) as cidades possuem as marcas de uma paisagem global, as quais se baseiam numa simplificação, redução, reprodutibilidade de modelos de espaço e indiferença quanto ao contexto em que se encontram. Uma espécie de *fast-food* de cidades.

Mas Santos (2000) ressalta que as cidades se distinguem umas das outras justamente pela dinâmica entre objetos fixos e fluxos sociais, que conferem significado para os moradores. Sendo assim, para compreender uma cidade não apenas como um grande objeto fixo ou como um *fast-food*, mas como um modo de vida, faz-se necessário analisar as interfaces entre fixos e fluxos que, combinados, caracterizam cada formação social.

Aqui ressaltamos a relação entre o conceito de território e os processos de globalização. Santos (2000, p. 23) salienta que entre “o território tal como ele é e a globalização tal como ela é cria-se uma relação de causalidade em benefício dos atores mais poderosos, dando ao espaço geográfico um papel inédito na dinâmica social”. Para o autor, precisamos compreender que o “território socialmente utilizado é o principal elo social em um país”. Portanto, o *território usado* é um modo de incluir todos os atores sociais que agregam as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual.

Michel de Certeau (1994) reafirma essa ideia ao ressaltar que são as ações humanas que qualificam os espaços. Enquanto os arquitetos buscam ocupar os territórios urbanos a partir de lógicas geométricas ou geográficas, inspirados em modelos de construções “visuais, panópticas ou teóricas” e economicamente rentáveis, essa apreensão do espaço como “espaço praticado” só faz sentido pela ação que ele permite. Para Certeau (1994, p. 172), “essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de operações (maneiras de fazer), a uma outra espacialidade (uma experiência antropológica, poética e mítica do espaço) e uma modalidade opaca e cega da cidade habitada”.

Tais dinâmicas tensionam, dessa maneira, a perspectiva da cidade planejada, visível e idealizada, proposta pela globalização. Na

imagem a seguir observa-se o espaço público praticado como uma forma de resistência e performance poética:

FIGURA 2 — Resistência e poesia na cidade (Aveiro, PT)



Fonte: As autoras (2018).

Para Lefebvre (1991), a prática urbana pode gerar uma *revolução urbana* a partir de um conjunto de transformações, algumas bruscas, outras graduais, previstas ou não, acertadas ou concertadas. São transformações em curso. Um lugar de expressão de conflitos e de desejos que emergem das necessidades.

FIGURA 3 — O vazio e a presença na cidade (Aveiro, PT)



Fonte: As autoras (2018).

Para Certeau (1994), a cidade vista de cima, como um panorama, é um simulacro “teórico” e, de longe, não possibilita o olhar mais detalhado, resultando em uma ficção baseada na crença de que, assim como um deus *voyeur*, pode-se ver tudo. Quando vista de perto, do cotidiano vivido embaixo (*down*) pelos sujeitos ordinários, abre-se a possibilidade do olhar pela experiência da cidade, pelos caminhantes “cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um “texto” urbano que escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se veem” (Certeau, 1994, p. 171). As imagens anteriores remetem a uma análise de perto, onde o vazio e o cheio materializam tais reflexões.

Portanto, ao mesmo tempo que estamos diante de vultosos investimentos que vêm sendo aplicados na construção da imagem urbana, tendência que atinge todas as grandes metrópoles do mundo, ou seja, a cidade entendida como objeto de desejo, a qual se vê insistentemente provocada a ter uma singularidade e a competir por uma produção mercantil, também tentamos resistir à invasão dessa lógica em todos os setores de produção nos bens imateriais, como no tempo das experiências do ócio.

Nesse contexto, para Baptista (2013, p. 174) “o tempo ocioso será considerado como possibilidade de o homem, o *Ser-aí* heideggeriano, permanecer na escuta do ser e da verdade, logo, o mais próximo de si próprio que é possível”.

A grande questão é que entre esse movimento da “cidade-conceito” (estabelecido pelos urbanistas e adotado pelo mercado e, muitas vezes, pelo Estado), e a “cidade praticada”, vivenciada cotidianamente pelos sujeitos, encontra-se a esperança e desesperança do cidadão como motivação para mudar o mundo. Dessa forma, estamos diante da tensão entre macroestrutura e microestrutura, ilustrada pela imagem a seguir, em que a macroestrutura postula uma calçada, um lugar de passagem entre locais, comércios, residências, mas a microestrutura mostra as crianças que se apropriam, reinventam esse espaço para uma prática própria, um jogo com bola que ocorre à revelia do que o espaço *diz* que pode ser feito. Não há linhas demarcatórias de esportes no chão, nem grades para que uma bola não ultrapasse, nem metas como alvos, isto é, essencialmente não é

um lugar para jogar bola, mas que assim se efetiva na recreação anônima de usuários ordinários.

FIGURA 4 — Usos anônimos da cidade (Aveiro, PT)



Fonte: As autoras (2018).

Nesse sentido, torna-se importante perceber que tal tensão tem uma riqueza: sua própria superação. Vislumbra-se, portanto, que, por meio de experiências no âmbito de algumas práticas e/ou ativismos sociais, pode-se conquistar um novo tipo de relação espaço-tempo e cidade-cidadão como resposta a esse processo, produzindo uma “brecha” no modo de viver, ver, perceber, resistir e potencializar o sentido de cidadania.

Certeau (1994, p. 174) salienta que hoje

temos que constar que se, no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias socioeconômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar aquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico.



Nessa direção, a imagem a seguir revela algumas vivências no âmbito do lazer e da cultura na cidade, entendida como tempo e espaço de resistência, quando um parque se transforma em sala de aula:

FIGURA 5 — Parque ou sala de aula? Os dois (Aveiro, PT)



Fonte: As autoras (2018).

Assim, o tempo, que pode ser diferenciado da velocidade das informações e das cobranças produzidas no interior do trabalho produtivo, é espaço capaz de abrir “brechas” para a partilha das experiências e, consequentemente, para a produção e reinvenção da cultura. Esses momentos podem ser compreendidos como cambiantes entre o formal e o lúdico, entre velocidade e lentidão, entre produção e contemplação, nos interstícios da vida cotidiana, revelando no horizonte uma nova articulação entre espaço e tempo, tendo como consequência primordial a (re)apropriação e (re)significação de certos lugares das cidades, o que possibilita a reconstrução da vitalidade humana do meio urbano. Desse ponto de vista, pode exprimir uma transgressão, conotar uma comunicação e possibilitar a apreensão de determinada realidade.



FIGURA 6 — Diferentes velocidades na cidade (Aveiro, PT)



Fonte: As autoras (2018).

Essas cenas visualizadas nos espaços públicos — entendidos aqui como o conjunto de espaços heterogêneos sob a ótica social e simbólica que permitem a realização do ideal democrático de encontro com as diferenças — são atravessadas pelo imaginário e o real em diferentes territórios das cidades.

FIGURA 7 — A democracia dos espaços heterogêneos (Aveiro, PT)



Fonte: As autoras (2018).

A questão é entender como as diferenças entre os sujeitos, as cidades, as nacionalidades, entre outras, no espaço público, se estabelecem, convivem, tensionam ou se combinam dentro do caldeirão globalizante das culturas. Essa mistura entre diferentes culturas, inevitavelmente, enfraquece e destrói a própria cultura local ou celebra o hibridismo, a impureza, a transformação que vem de novas e inesperadas combinações de seres humanos, culturas, ideias, políticas, filmes, músicas e práticas corporais (Hall, 2003).

Desse modo, o objetivo central é localizar de que dimensão do lazer se está falando. Aqui, refere-se ao tempo e espaço de lazer nas cidades como possibilidade de acessar os bens culturais, equilibrando, no cotidiano, o tempo do trabalho com o do não trabalho a partir dos usos dos espaços públicos. Portanto, trata-se de experiências de lazer que podem gerar a construção da cidadania e o respeito às diferenças, com sentidos e significados muito singulares, diferentes do lazer focado apenas na aquisição e consumo de bens materiais, ou seja, centrado no “mercolazer”, segundo Mascarenhas (2004).

Afinal, dados de investigação capturados na imagem a seguir, em um ponto de encontro de idosos, revelam que algumas experiências de ócio vividas nos espaços públicos das cidades podem estar sustentadas em valores que contemplam de maneira especial a relação do sujeito consigo mesmo, com o outro e com o lugar, gerando um estilo de vida singular no meio ambiente urbano.

FIGURA 8 — Conversas na calçada (Aveiro, PT)



Fonte: As autoras (2018).

Compreende-se, assim, que os espaços públicos urbanos são territórios coletivos de forma, estilo e tamanho variáveis, sem um desenho único, em princípio, “abertos” a todas as pessoas de uma sociedade, caracterizados, por sua vez, por uma grande variedade de práticas sociais e culturais e por formas de uso diversificadas, muitas vezes excludentes, outras vezes includentes. Por exemplo, um banco revela muitas realidades nas cidades:

FIGURA 9 — Realidades nas cidades (Aveiro, PT)



Fonte: As autoras (2018).

São espaços compreendidos como socialmente necessários e as análises urbanas e culturais não cessam de denunciar seus declives, portanto, vive-se uma cultura “urbanicida” (Borja, 2003) e, ao mesmo tempo, uma cultura de resistência.

Clifford Geertz (1989) afirma que a cultura é algo comum, coletivo, provido de sentidos e significados, pois concerne à idiossincrasia humana. O autor ainda retira a cultura do universo abstrato, caracterizando-a como algo concreto e processual. Assim, a cidade pode ser compreendida como um lugar de culturas, um lugar das culturas e um lugar entre as culturas. Canclini (1998) define essa dinâmica como cultura híbrida.

Para Certeau (1994, p. 46-47), vivenciar a cultura urbana e híbrida é a “arte do fraco”, que joga com os acontecimentos cotidianos

para transformá-los em “ocasiões”. São as maneiras de fazer (falar, circular, fazer compras, viver o ócio) do “fraco” sobre o mais “forte” (os poderosos, doença, violências das coisas ou de uma ordem etc.)”. O autor se refere a essas maneiras de fazer como “pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias do fraco para lidar com as estratégias do forte”. Tais golpes do cotidiano podem ser lidos nessa imagem:

FIGURA 10 — Golpes do cotidiano (Aveiro, PT)



Fonte: As autoras (2018).

Certeau (1994, p. 46) considera como “estratégia”:

o Cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se tornou possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado — lugar do querer e do poder próprio.

E tática como:

a ação calculada determinada pela ausência de um próprio. [...] a tática não tem por lugar se não o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto [...]

Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende. (Certeau, 1994, p. 46)

Algumas experiências de lazer vivenciadas no meio urbano são procedimentos, segundo Michel de Certeau (1994, p. 175): “multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos — que escapam à disciplina sem ficarem, mesmo assim, fora do campo onde se exercem, e que deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas”. O comércio, visualizado a seguir, é proibido nesses locais de turismo, entretanto, acontece como uma prática subversiva ao modelo imposto.

FIGURA 11 — Astúcias do comércio de rua (Barcelona, ES)



Fonte: As autoras (2019).

Nessa perspectiva, os estudos que desenvolvemos, tanto no Brasil quanto em Portugal, adotaram como objeto de investigação as ruas, os parques, bosques, praças, centros esportivos e culturais da cidade, os quais representam a combinação entre espaços fixos e fluxos sociais destinados, entre outras coisas, a vivências no âmbito do lazer e da cultura, em um misto entre espaço natural e criado, onde as dimensões do trabalho, lazer e cultura são atravessadas por fluxos de pessoas, moradoras locais ou turistas, e de objetos como automóveis, bicicletas, moliceiros, residências, centros comerciais, entre outros atores e estruturas sociais. Esse caldeirão globalizante



gera duas cidades que, simultâneas, pulsam: a cidade permanente e a cidade flutuante, as quais geram um modo peculiar de experienciar o cotidiano em cada território, como, por exemplo, ao caminhar pelas cidades, observar uma ação performática:

FIGURA 12 — Aveiro, 2019



Fonte: As autoras (2019).

Nessa direção, Brandão (2011) ressalta que, independentemente do tipo ou modelo de espaço público adotado pelas cidades, o projeto de modernização do espaço urbano quase sempre incorpora, como valor, a estética, a nostalgia, o caráter típico ou pitoresco, curiosidades referentes ao local, em busca de uma marca identitária ou uma imagem positiva. Para o autor, “incluem-se frequentemente nas obras do espaço público objetivos e qualificação estética e simbólica para a construção de uma nova imagem ou a valorização de uma identidade prévia, como uma espécie de *city beautiful*” (Brandão, 2011, p. 63). Observa-se essa tendência em comércios e eventos nas cidades, como explicitam as próximas imagens:



FIGURA 13 — Marcas identitárias (Aveiro, PT)



Fonte: As autoras (2019).

FIGURA 14 — A busca por uma cidade bonita (Porto, PT)



Fonte: As autoras (2019).

Curitiba, Aveiro, Barcelona, Lisboa ou Paris, entre outras grandes metrópoles, não estão isentas desse processo, mas vêm acompanhando a maioria das cidades modernas onde os principais espaços públicos se constituem como lugares de sociabilidade, de instalações efêmeras, performances artísticas, festivais temáticos, apresentados enquanto espaço-síntese da vida coletiva, os quais são apropriados sob a égide do lazer e da cultura, do usufruto circunstancial e do consumo do território. Para Baudelaire (1996), o efêmero é um traço da

modernidade e está correlacionado com tudo o que é impermanente, instável, intermitente, desmontável, ou seja, transitório, como pode ser observado nas próximas imagens:

FIGURA 15 — Momento da festa! (Barcelona, ES)



Fonte: As autoras (2019).

FIGURA 16 — Música no coreto (Paris, FR)



Fonte: As autoras (2019).

FIGURA 17 — Cadeiras na rua, que comece o espetáculo! (Antonina, BR)



Fonte: As autoras (2019).

Entretanto, Brandão (2011) alerta que essa apropriação não é para todos e, por conta disso, não garante sustentabilidade econômica e social, seja porque não se articula com a prática cotidiana local, seja porque o valor simbólico dos espaços criados pretendidos pelos arquitetos e urbanistas não gera os mesmos significados e sentidos dados pelos moradores, pois o “desejo de exibição é excessivo” e desconsidera os desejos do cidadão ordinário, entre outros fatores, como mazelas sociais muitas vezes vivenciadas simultaneamente no mesmo ambiente urbano. Essa prospecção do ordinário urbano em todas as suas dimensões se abre, então, da mesma forma. Para Certeau (1994), seria uma “poética da cidade, sobre uma visão encantada da multidão em marcha” e, acrescentaríamos, desconsiderando fatos sociais dramáticos ao seu redor, como o identificado na imagem a seguir, tão comum em metrópoles mundiais.

FIGURA 18 — Drama e poesia na cidade (Paris, FR)



Fonte: As autoras (2019).

Entretanto, o que chama atenção nessas cidades é a tensão entre os espaços criados ou naturais, os projetos de intervenção e a cultura local, em que o *lazer/resistência* vivenciado por alguns diferencia-se, de certa forma, da perspectiva consumista, circunstancial, funcional, em que o mero entretenimento satisfaz temporariamente as necessidades humanas, gerando muitas outras, por meio do consumo de mercadorias vivenciado por outros. Em Curitiba e Aveiro, por exemplo, percebe-se que o uso das ruas, dos parques, praças, bosques públicos e centros culturais e esportivos se tornou uma prática cotidiana vivenciada em vários pontos da cidade por diferentes grupos de pessoas. Essas experiências estão sustentadas, segundo dados da pesquisa que está sendo desenvolvida pelas autoras,<sup>1</sup> em valores que contemplam de maneira especial a relação sujeito/cidade, experiência/apropriação,

- 1 Pesquisa desenvolvida no estágio pós-doutoral em Portugal, vinculada ao Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, supervisionada pela professora doutora Maria Manuel Baptista em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (Geplec/UFPR) e o Núcleo de Estudos Culturais e Ócio (Neco/UA), intitulada: “Processo de planejamento e apropriação dos espaços públicos de lazer, cultura e território: paralelismos e transferências entre as realidades urbanas do Brasil e Portugal”.



resistência/política, gerando um estilo de vida singular no meio ambiente urbano.<sup>2</sup> As imagens a seguir revelam tais experiências:

FIGURA 19 — Ser e estar na cidade (Paris, FR)



Fonte: As autoras (2019).

FIGURA 20 — Paris, 2019



Fonte: As autoras (2019).

- 2 Partiremos do conceito de “meio ambiente urbano” definido como “conjunto das edificações, com suas características construtivas, sua história e memória, seus espaços segregados, a infraestrutura e os equipamentos de consumo coletivo” (Rodrigues, 1998, p. 104).



Nessa perspectiva, consideramos interessante pensar que essas práticas sociais realizadas nos interstícios da vida cotidiana em espaços públicos destinados a vivências lúdicas podem significar um certo *lazer/resistência*, uma “brecha” diante da tensão do meio urbano, desvelando um sujeito insubmisso, como demonstrado nas cenas a seguir. A Figura 21, por exemplo, ilustra uma aula na rua, sob a sombra de uma árvore:

FIGURA 21 — Aula na rua (Aveiro, PT)



Fonte: As autoras (2019).

FIGURA 22 — O grito no silêncio (Aveiro, PT)



Fonte: As autoras (2018).

FIGURA 23 — Roda de samba delas (Aveiro, PT)



Fonte: As autoras (2019).

Da mesma forma, essas práticas podem possibilitar a aquisição de novos valores humanos, os quais se diferem de meras atividades compensatórias, funcionalistas e consumistas. Elas demonstram, pelo menos aparentemente, que a vida é anterior ao desenho urbano e que as situações cotidianas se fundem e se conectam aos edifícios, aos monumentos, aos ambientes criados, mantidos ou regenerados. Identifica-se na próxima imagem que pode existir um intercâmbio entre corpo e lugar, entre ética e natureza, entre diferentes e iguais, entre autonomia e dependência, entre inclusão e exclusão.

FIGURA 24 — Aveiro, 2019



Fonte: As autoras (2019).

Dessa forma, as experiências urbanas podem gerar uma troca curiosa a partir da cultura local. Pallasmaa (2018) apresenta essa experiência como um intercâmbio permanente, por meio do qual internalizamos e projetamos o espaço ao nosso redor, fundindo memórias e sonhos.

Portanto, a criação de um conjunto de espaços públicos com certa coerência arquitetônica, ou seja, um estilo padronizado de conceber espaços impermanentes ou sem sentido, gera, em um primeiro momento, um ambiente urbano opaco, capaz de estabelecer uma espécie de comunicação imediata com a população e pode influenciar vivências no âmbito do lazer e da cultura com certa efemeridade. Em um segundo momento, pode gerar uma “arquitetura como experiência”. Trata-se de uma superação da visão puramente ocular que Pallasmaa (2018, p. 107) sintetiza com as seguintes palavras:

Penso que as experiências tocantes da arquitetura surgem de memórias e significados bioculturais secretos e preexistentes, em vez de uma estética puramente visual. Essas características poderiam ser chamadas de “essências arquitetônicas” [...]. Esse intercâmbio é necessariamente uma troca. Quando entro em um espaço, o espaço entra em mim, minha experiência e minha autocompreensão. A mediação é essencial em toda forma de arte, e Maurice Merleau-Ponty afirma com assertividade: “Não vemos a obra de arte, mas o mundo de acordo com a obra”.

FIGURA 25 — Obra de arte na cidade (Aveiro, PT)



Fonte: As autoras (2019).

Mesmo conscientes dos reflexos desses fatos, que podem criar instabilidades e rupturas entre a macroestrutura e a microestrutura, gostaríamos de ressaltar que a vida dos espaços públicos constituídos nas grandes cidades se mantém e, portanto, a vida desses espaços depende do significado que a comunidade lhes atribui. Tal significado muitas vezes está relacionado com as formas de apropriação e com os usos no plano da vida cotidiana, gerados ao longo do tempo, tornando-se referencial para o lugar. Assim, embora influenciadas pelo plano mundial, que exige velocidade das mudanças e das transformações morfológicas e cada vez mais articulação entre o local-local e o local-global, as cidades conservam uma identidade específica e singular dos espaços, mesmo que tensionadas e limitadas por esse processo, criando uma forma de “resistência teimosa”. Nessa direção, Certeau (1994, p. 41) nos alerta que:

Precisamos descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a este processo [...] que procedimentos populares (minúsculos e cotidianos) jogam com estes mecanismos e não se conformam com eles a não ser

para alterá-los; enfim, que maneiras de fazer formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”?) dos processos mudos que organizam a ordenação sociopolítica [...] essas maneiras de fazer constituem as mil práticas pelas quais usuários se reappropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural.

FIGURA 26 — Banco de memórias (Aveiro, PT)



Fonte: As autoras (2018).<sup>3</sup>

Essas “maneiras de fazer”, para Certeau (1994, p. 41), alteram o funcionamento das estruturas tecnocráticas por meio de uma “multiplicidade de táticas articuladas sobre os detalhes do cotidiano”, que através da criatividade dispersa, tática e bricoladora possibilitam o desenvolvimento de modos astuciosos de proceder no dia a dia, podendo conferir significado aos espaços constituídos. Assim, torna-se importante perceber que o contexto urbano conflituoso tem uma riqueza: sua própria superação. Alguns sujeitos que vivem nas grandes cidades criam uma sutil “resistência teimosa” aos modelos econômicos impostos em busca de novos valores éticos, os quais podem

3 A imagem acima foi capturada em um terminal de metrô, em um banco situado à frente da porta de entrada.



orientar de forma diferenciada a relação do sujeito consigo mesmo, com o outro, com a natureza, com a cidade e com as culturas. Vislumbra-se, portanto, um novo tipo de relação entre espaço-tempo e cidade-cidadão como resposta a esse processo que pode produzir um novo modo de vida, de ver e de perceber a cidade.

Entender algumas experiências de lazer como possibilidades de resistência significa compreender, segundo Lefebvre (1991), que no interior das práticas de lazer e por meio delas os sujeitos, conscientemente ou não, podem realizar — na extensão de suas possibilidades — a crítica de sua vida cotidiana.

Nessa perspectiva, nunca se procurou tanto a diferença. A questão presente na contemporaneidade é a cidade entendida como objeto de desejo, a qual se vê insistentemente provocada a ter uma singularidade e a competir por uma produção mercantil que tem invadido todos os setores de produção de bens imateriais. Assim, mais do que nunca, a arquitetura e as cidades estão à procura de uma identidade que as singularize. Por isso, as cidades do futuro colocam em questão a busca pela construção de uma autoimagem positiva em que os espaços de lazer, cultura e território claramente se situam.

O objetivo deste livro é compreender se a realidade do Brasil se aproxima da realidade de Portugal no que se refere as diferentes formas de apropriação dos espaços públicos de lazer e cultura. Essas apropriações podem gerar a construção de identidades sociais, num período em que essas práticas ganham impulso e são aceitas não apenas como formas de melhoria da qualidade de vida, mas, também, como formas específicas de estabelecer vínculos sociais e culturais em determinados territórios.

Desse modo, os capítulos aqui apresentados pretendem contribuir para essa reflexão, uma vez que se inserem no macrocampo dos estudos culturais, na perspectiva de investigar, refletir, questionar e demonstrar análises, reconhecendo as vivências no âmbito do lazer e do ócio como fenômenos experienciados cotidianamente nos grandes centros urbanos. O tema do livro tem como foco os espaços públicos e as políticas públicas sob uma ótica interdisciplinar, tendo como elemento de particularidade o interesse pelo espaço praticado, os investimentos públicos e os ativismos sociais, para traçar paralelismos

e transferências entre algumas cidades do Brasil e de Portugal, entre outros países, nos seus aspectos sociais, culturais e territoriais.

Não visamos desenvolver um estudo comparativo entre dados brasileiros e portugueses a fim de localizar um “modelo ideal” das cidades escolhidas, pois existem diferenças marcantes em diversas dimensões territoriais, sociais e econômicas, as quais impossibilitam uma comparação direta. O foco está, portanto, nas conexões e nos paralelismos entre múltiplos e diferentes sistemas urbanos e culturais. Dessa forma, os capítulos aqui apresentados demonstram estar sustentados na perspectiva interdisciplinar, pois estamos conscientes de que um único olhar sobre as cidades seria incapaz de abordar toda a complexidade que é viver, hoje, nos grandes centros urbanos.

Este livro justifica-se, principalmente, pela possibilidade de estabelecer diálogos, intercâmbios e convênios entre a Universidade de Aveiro (UA), o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Pós-Graduação em Educação Física e Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR); compartilhar pesquisas com investigadores e ativistas sociais portugueses e brasileiros e subsidiar os estudos sobre lazer, cultura e território e suas relações com o direito à cidade a partir de paralelismos entre cidades brasileiras e europeias.

Justifica-se também porque o Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (Geplec) do Departamento de Educação Física da UFPR e o Núcleo de Estudos Culturais e Ócio (Neco) da UA procuram fazer uma revisão dos princípios teóricos, metodológicos e epistemológicos, bem como da investigação científica com foco nos estudos culturais que, desde os anos 1960, tem sido praticada nesse âmbito, nos mais diversos países.

Segundo Maria Manuel Baptista (2009, p. 453), no artigo “Estudos culturais: o quê e o como da investigação”:

Os estudos culturais (e já desde a sua gênese com Stuart Hall nos anos 60, no contexto britânico (Hall, 1972)) estão geneticamente ligados a um modo de produção de análise cultural que faz convergir princípios e preocupações acadêmicas com uma exigência de intervenção

cívica, ou seja, articula inquietações simultaneamente teóricas e preocupações concretas com a polis.

A partir desses pressupostos teóricos, o problema de pesquisa parte do seguinte questionamento: até que ponto o modelo de planeamento dos espaços públicos de lazer e cultura de Portugal sustenta-se em determinados paradigmas culturais e como se relaciona com paradigmas culturais do Brasil? Em outras palavras, quais as relações estabelecidas entre lazer, território e cultura entre o Brasil e Portugal?

Para Baptista (2009), os estudos culturais são como um campo gravitacional no qual circundam investigações em áreas como estudos literários, linguística, sociologia, história, antropologia, comunicação, geografia, psicologia, educação e filosofia. A diversidade e a interdisciplinaridade, por vezes, geram conflitos, mas também consensos, trazendo inovações e contribuições para o progresso científico.

A escolha por Brasil e Portugal, base das análises desta obra, foi intencional. Ela foi definida à medida que nossos estudos apontaram esses países como ambientes urbanos privilegiados em relação à diversidade de espaços, formas de apropriação e marcas identitárias, assim como políticas públicas marcadas por períodos políticos diferentes. Portanto, os motivos que nos levam a pesquisar são: a relação que esses países estabelecem com o meio urbano e os usos peculiares que oferecem. Entre outros motivos secundários estão a grande quantidade de equipamentos de lazer, esporte e cultura disponíveis; a extensão; a infraestrutura (acessibilidade, manutenção, sistema de segurança), vivências cotidianas da população local e ações políticas. Portanto, constituem-se como territórios singulares, frequentados por diferentes grupos de pessoas que desfrutam deles de modos distintos. Assim, a UFPR e a UA apresentam-se, neste momento, como uma grande oportunidade de parceria interinstitucional.

A partir da leitura, análise, reflexão e síntese dos estudos aqui apresentados, pudemos compreender que em ambos os países, mesmo com seus *paralelismos* — elementos de diferenciação profundos — há *transferências* — regularidades nos modos de ser e agir — condicionadas por uma *cultura* macroestrutural, fundamentada no consumo do espaço, na tentativa de oferecer um *fast-food* de cidades.

Tais transferências, apesar de cruzar fronteiras e oceanos, como no caso de Brasil e Portugal, não se estabelecem de maneira submissa. Nesse *território* disputado, a cidade conceito e a cidade praticada tensionam o cotidiano da vida a partir de estratégias e táticas, em que as *brechas* do *lazer* revelam sujeitos insubmissos.

## PASSO A PASSO DA CONSTRUÇÃO DESTE LIVRO...

A partir dos pressupostos teóricos, epistemológicos e metodológicos apresentados, os capítulos incluídos neste livro gravitam ao redor da seguinte pergunta: até que ponto o modelo de planejamento dos espaços públicos de lazer e cultura do Brasil e de Portugal sustentam-se em determinados paradigmas da modernidade e como relacionam-se com as políticas públicas que organizam, promovem, limitam e geram possibilidades para o “*território usado*”?

O livro que aqui introduzimos nasce na UA, a partir do seminário Cultura, Território e Lazer: Diálogos entre Políticas Públicas do Brasil e Portugal, realizado nos dias 1 e 2 de julho de 2019, com a coordenação geral da professora doutora Maria Manuel Baptista (professora catedrática do Departamento de Línguas e Culturas da UA e coordenadora do Núcleo de Estudos em Cultura e Ócio [Neco]); da professora doutora Elisabete Figueiredo (professora auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território e investigadora da Unidade de Investigação, Governança, Competitividade e Políticas Públicas [Govcopp] da UA) e a professora doutora Simone Rechia (professora da UFPR/Brasil e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade [Geplec]). O público-alvo são alunos de licenciatura, mestrado e doutoramento, gestores públicos, grupos de pesquisas, ativistas sociais e demais interessados.

O seminário teve como objetivo geral promover a reflexão e o debate aprofundado sobre os desafios atuais para a implementação de políticas públicas para o lazer nas cidades, considerando questões relativas ao poder público, às iniciativas comunitárias e à cultura local/global, até as oportunidades que emergem da articulação universidade-comunidade e política.

Para tanto, dividimos o seminário em temáticas específicas, as quais também serão abordadas nas seções deste livro, como descrevemos a seguir:

- “Cultura, lazer, políticas públicas e ativismos sociais: do local ao global”, com a presença do professor doutor José Carlos Mota (UA/Portugal) e do professor mestre Jorge Brand (Goura), deputado estadual do Paraná, Brasil, que refletiram sobre a relação entre poder público e grupos de ativismos sociais e apresentaram experiências comunitárias a partir de ações vinculadas à cultura e ao lazer no Brasil, questionando: Quais os objetivos, princípios norteadores e formas de atuação do poder público? Quais os principais resultados de tais ações, especificamente, em Curitiba e Aveiro? Quais as dificuldades e barreiras enfrentadas na ação cotidiana do poder público?
- “Cidade e cultura urbana: o espaço praticado”, com a presença da professora doutora Simone Rechia (UFPR) e da professora doutora Silvia Cristina Franco Amaral (Universidade Estadual de Campinas [Unicamp]), que discutiram os sentidos e significados do planejamento urbano, questionando: Qual a correlação das pesquisas acadêmicas com a experiência empírica nos grandes centros urbanos no âmbito do lazer e da cultura? Quais as oportunidades que emergem da conexão entre a teoria e a prática quando o assunto é a implementação de políticas públicas de lazer? Quais os principais resultados das ações que envolvem cultura, lazer e política nas cidades de São Paulo e Aveiro?
- “Lazer, cultura e investimentos públicos: tensões entre ofertas e demandas”, com os professores convidados doutor Fernando Mascarenhas (Universidade de Brasília [UnB]) e a professora doutora Paula Abreu (Universidade de Coimbra [UC]). A tarefa foi ampliar a discussão conceitual sobre os princípios fundamentais do fenômeno do lazer; refletir sobre a relação entre investimentos públicos,



o lazer e a cultura, questionando: Quais as barreiras enfrentadas para o financiamento de ações sociais no âmbito do lazer e cultura nas cidades do Brasil e de Portugal?

- “Políticas públicas: da teoria à prática”, com a presença do professor doutor João Teixeira Lopes, da Universidade do Porto (Portugal), o qual apresentou a fundamentação teórica sobre o que é política, o que são políticas públicas e o que são políticas públicas de cultura, questionando: Quais as dificuldades e as barreiras enfrentadas para materializar, na prática, as teorias estudadas e que fundamentam as ações políticas locais e cotidianas das cidades?

Após o término do seminário, iniciamos a organização deste livro, que conta com as quatro seções temáticas citadas e mais quatro transcrições das palestras realizadas. Portanto, a materialização desta obra, cujo estudo está centrado no macrocampo das ciências humanas e sociais, busca apresentar metodologicamente reflexões, mapeamentos, descrições e análises realizadas pelos pesquisadores convidados. As reflexões e mapeamentos abordam os estudos referentes aos modelos de planejamento urbano onde estão inseridos os espaços públicos e suas múltiplas interseções entre lazer, cultura e território, e descrições e análises dos casos de Aveiro, Curitiba e outras cidades europeias e brasileiras a partir da descrição de parques, praças e centros esportivos e culturais, ruas, entre outros espaços públicos, com base nas teorias e nos modelos estudados.

Contribuíram, sobretudo, para os artigos que compõem esta obra, os levantamentos *in loco* em alguns espaços públicos das cidades (parques, praças e centros esportivos e culturais) por meio de registros fotográficos, filmagens, aplicação do protocolo descritivo e observações sistematizadas. Para estabelecer uma interface entre a discussão teórica e o campo empírico, os autores utilizaram informações resultantes de entrevistas semiestruturadas realizadas com os envolvidos no planejamento e na gestão de áreas públicas das cidades, bem como entrevistas semiestruturadas realizadas com usuários dos espaços em questão. Os entrevistados da administração pública também foram contemplados nos textos, os quais trabalham em

setores diretamente ligados à manutenção desses ambientes, além de urbanistas, arquitetos e técnicos que foram localizados. Alguns artigos contam também com entrevistas com usuários que foram selecionados a partir de critérios preestabelecidos, por exemplo, gênero, idade, frequência de uso, entre outros.

Esperamos, com este livro, potencializar e democratizar os artigos científicos nacionais e internacionais sobre o tema, contribuindo para o avanço das investigações sobre os espaços e equipamentos de lazer e cultura das cidades brasileiras e portuguesas, visando apontar para um modo de vida urbano de qualidade, particularmente no que tange aos interesses culturais como elementos constitutivos de políticas públicas sociais nas grandes metrópoles. Outro resultado esperado é a obtenção de subsídios que contribuam para o desenvolvimento de trabalhos, que vêm sendo realizados de forma conjunta entre Brasil e Portugal, sobre o planejamento urbano em geral e, especificamente, o planejamento dos espaços e equipamentos de lazer, bem como sobre algumas das diferenças entre modelos de planejamento e as maneiras de conceber e implementar políticas públicas que visem a apropriação de tais ambientes.

Além disso, espera-se, com esta produção, obter também uma compreensão mais aprofundada e ampla dos modelos europeus sobre os significados sociais das práticas culturais, particularmente no que se refere ao uso e apropriação dos espaços e equipamentos de lazer no meio urbano, para a implementação desses modelos no Brasil e em Portugal, visando uma melhor qualidade de vida.

Este livro também poderá beneficiar o ativismo social e o exercício da docência, seja no âmbito comunitário, seja no âmbito da graduação e pós-graduação. Dessa forma, este livro poderá potencializar as pesquisas e as intervenções práticas que vêm sendo desenvolvidas, bem como proporcionar um intercâmbio entre essas instituições, trazendo novos conteúdos e experiências para ações políticas e investigações futuras. Acreditamos também que a produção acadêmica nacional e internacional poderá ser alavancada a partir dos dados empíricos coletados nos artigos e, dessa forma, contribuirá para os programas de pós-graduação e para formulação de políticas públicas mais eficientes em ambos os países.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Maria Manuel. Estudos culturais: o quê e o como da investigação. *Carnets*, série 1, número especial, p. 451-461, 2009.

BAPTISTA, Maria Manuel. Ócio, temporalidade e existência: uma leitura à luz da fenomenologia e hermenêutica heideggerianas. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, v. 1, n. 2, p. 173-182, 2013.

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna*. Tradução: Milton Hatoum. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996. (Obra original publicada em 1863.)

BORJA, Jordi. *La ciudad conquistada*. Madri: Alianza Editorial, 2003.

BRANDÃO, Pedro. *O sentido da cidade: ensaios sobre o mito da imagem como arquitetura*. Lisboa: Livros Horizonte, 2011.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução: Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. v. 1: Artes de fazer. (Obra original publicada em 1980.)

GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. *Curitiba, imagem e mito: reflexões acerca da construção social de uma imagem hegemônica*. 189 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) — Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Tradução: Vera Silveira de Almeida. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1989. (Obra original publicada em 1973.)

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Organização: Liv Sovik. Tradução: Adelaine la Guardia Resende *et al.* 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991. (Obra original publicada em 1968.)

MASCARENHAS, Fernando. *Lazer como prática de liberdade: uma proposta educativa para a juventude*. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2004.

PALLASMAA, Juhani. *Essências*. Tradução: Alexandre Salvaterra. São Paulo: G. Gili, 2018. (Obra original publicada em 2014.)

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Produção e consumo no e do espaço: problemática ambiental urbana*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton *et al.* *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

# **PARTE 1 — CIDADE E CULTURA URBANA: O ESPAÇO PRATICADO**



# **NOTAS PARA DANÇAR CONFORME A MÚSICA: FESTIVAIS CULTURAIS E DINÂMICAS URBANAS EM LISBOA E SÃO PAULO**

Paulo Nunes

## **INTRODUÇÃO**

Eventos culturais têm se constituído, desde há muito tempo, como fatores fundamentais para o desenvolvimento, unificação e controle de territórios. Tomados como dispositivos de criação e fortalecimento de redes de comércio entre cidades em diferentes períodos históricos (Autissier, 2008), atualmente eles tem sido utilizados para a atração de novos negócios. A passagem do século XX para o século XXI trouxe consigo um novo padrão de acoplamento cidade/cultura que se revelou no rápido crescimento de eventos em centros urbanos de todo o mundo.

Nessa dinâmica, interesses econômicos e agendas políticas para o desenvolvimento das cidades têm tomado os eventos como instrumentos de intervenção importantes para o desenvolvimento urbano. Campo repleto de miríades, interesses e possibilidades, os eventos se tornaram hoje objetos centrais de inúmeros processos de modulação da cidade, na medida em que tem condicionado a produção do espaço urbano à lógica de consumo demandada não apenas por festivais de diferentes disciplinas artísticas, mas também por atividades ligadas a outras áreas, a exemplo da tecnológica e da esportiva (Rechia; Rodrigues, 2016).

Se, por um lado, eles trazem consigo uma lógica que ajusta a regulação social ao desenvolvimento das cidades, por outro, os eventos culturais e, mais particularmente, os festivais, nutrem as necessidades de funcionamento de um mercado globalizado e pautado pelos interesses das indústrias culturais (Yúdice, 2006). O crescente ajustamento da gestão e da política urbana aparecem associados, cada vez mais, a princípios de empresarialização e competitividade territorial das

cidades (Costa, 2002; Ferreira, 2006; Seixas, 2010). Endossando esta visão mais crítica, Guerra (2010) diz que os festivais têm se apresentado como megaeventos que materializam, num intenso quadro de interação direta, todas as dinâmicas atuais de globalização, profissionalização, mercadorização e mediatização da cultura.

Os usos sobre festivais podem também recair em temas mais específicos, a exemplo da definição de um novo espírito cosmopolita urbano e de uma série de questões socioeconômicas mais contemporâneas: novos mercados da cultura, processos de gentrificação e regeneração urbana, redefinição de margens entre centro e periferia, ativação da noite, mecanismos de *city branding*, estruturas materiais e *placemaking*, turismo e novos mercados imagéticos urbanos.

Por todos estes motivos, é possível afirmar que a prática de organização de eventos tem atuado hoje como elemento fundamental para o desenvolvimento de cidades. Nos últimos anos este assunto desdobrou-se de inúmeras maneiras e atualmente é possível encontrar manuais (Soud Diplomacy, 2019), redes de investigação e políticas específicas para o tema das *eventful cities* (Richards; Palmer, 2010). Tais evidências permitem afirmar que está cada vez mais visível o lugar de importância que as ações culturais ocuparam na agenda urbana dos países em diferentes partes do globo, incluindo-se aqui Brasil e Portugal, onde o olhar temático nas intersecções entre cultura, lazer e território será colocado na realização de festivais em suas cidades emblemáticas: São Paulo e Lisboa. Resgatando dados e cruzando informações gerais sobre a dinâmica do tema em ambos os territórios, buscar-se-á encontrar agentes e configurações sociais e culturais específicas em cada um desses países.

Em Portugal, a discussão será encaminhada tendo por base a realização de festivais mais voltados à área da música. Citando uma série de casos ao redor do país e colocando o foco, principalmente, na cidade de Lisboa, será possível observarmos como o desenvolvimento recente dos festivais naquele país tem coincidido com o desenvolvimento de políticas urbanas e com o incremento massivo das atividades culturais, conforme comprova o relatório de atividades artístico-culturais apresentado por Costa (2017). Nessa dinâmica, Portugal tem conduzido sua imagem a partir da retórica do lazer,

dos divertimentos e do consumo cultural, atraindo para as grandes cidades turistas nacionais e estrangeiros e integrando o país ao mercado de ativos europeus (Gomes; Martinho, 2011).

Para tratar do caso brasileiro, o tema será comentado a partir dos estudos transversais realizados por Leiva (2014) no estado de São Paulo e pelo relatório de pesquisa elaborado pela Fundação Perseu Abramo e Sesc (2013), o qual apresenta uma visão geral da configuração dos públicos de cultura a nível nacional. Nessa seção, a discussão estará voltada para os eventos culturais na capital paulista e, mais especificamente, para o caso da Virada Cultural, megaevento cultural que, desde 2005, é realizado pela Secretaria de Cultura do município de São Paulo.

O exercício de construir narrativas que comparem Brasil e Portugal ou que coloquem em uma mesma escala analítica Lisboa e São Paulo é, no mínimo, uma aporia. Se aliarmos essa rede complexa de valores e formas vividas pelo povo brasileiro no debate em torno da indústria cultural e das novas configurações dos mercados contemporâneos (Ortiz, 1999), esse assunto se torna ainda mais complexo. Isso porque, quando falamos do Brasil, não estamos falando de uma “cultura brasileira”, mas de “culturas brasileiras” (Bosi, 1992). O mesmo raciocínio pode também ser transferido para a realidade portuguesa, a qual se apresenta significativamente diferente de norte a sul do país. Por isso mesmo, tratamos do assunto a partir das exposições dos diferentes cenários que envolvem cada um dos casos, buscando tecer diálogos e associações na conclusão do capítulo. Por hora, vejamos como o tema dos festivais se desdobra nas dinâmicas específicas de São Paulo e Lisboa.

## LISBOA: EPICENTRO DOS FESTIVAIS EM PORTUGAL

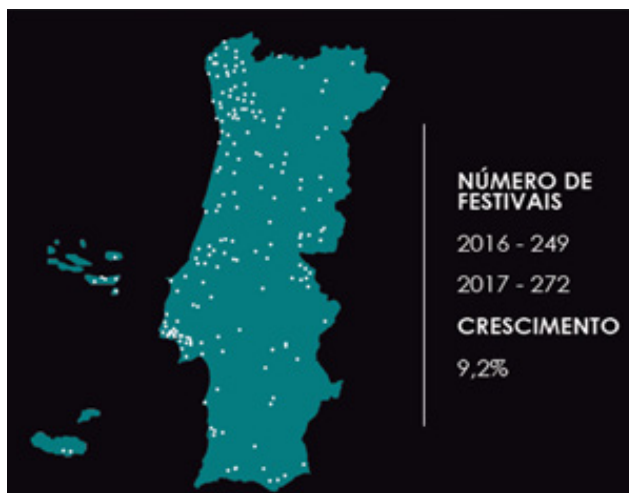
A institucionalização da cultura na Europa, na segunda metade do século XX, acabou por promover o incremento do número de eventos culturais em diferentes países, incluindo Portugal. Nele, o histórico dos festivais de música remonta a 1971, ano de surgimento do Festival Vilar de Mouros. Marco no desenvolvimento de grandes eventos musicais

sob a tutela do Estado Novo no país, tal festival atuou como evento de discussão e de contestação da ditadura portuguesa, sendo, por isso, censurado em muitas ocasiões (Sarmiento, 2007).

O florescimento dos festivais de música em território português tornou-se significativo a partir da década de 1990, quando surgiram uma série de eventos que perduram até hoje, como é o caso do Paredes de Coura (1993), do Super Bock Super Rock (1995) e do Sudoeste (1997). A partir de então, ano após ano, é cada vez mais visível o lugar de importância que essas e outras iniciativas de cunho musical têm ocupado na agenda política, econômica e cultural do país. Esses eventos têm conduzido a imagem de Portugal para a retórica do lazer, dos divertimentos e do consumo cultural para a atração de turistas nacionais e estrangeiros. Ao lado da promessa de sol, de belas praias, de comida farta e de consumo de experiências culturais a baixo custo, se comparado à maioria dos países europeus, os festivais têm sido um ponto de ancoragem central para o fortalecimento das narrativas de Portugal como território de qualidade de vida, cultura e entretenimento.

De acordo com o último balanço da Associação Portuguesa de Festivais (Aporfest), foram realizados 272 festivais de música ao longo de 2017 (Figura 1), número que correspondente a um aumento de 9% em relação aos dados de 2016, totalizando uma audiência de 2,5 milhões de espectadores (Bramão, 2018). Além disso, muitos desses eventos foram promovidos e/ou apoiados por entidades municipais, o que demonstra uma maior sensibilidade por parte do poder público nas questões que colocam a cultura como importante vetor de desenvolvimento para diferentes regiões do país.

FIGURA 1 — Mapa descritivo do número de festivais em Portugal (Aporfest)



Fonte: Bramão (2018, p. 1).

A retórica da promoção turística recai, inadvertidamente, sobre o tema dos festivais e das manifestações populares em geral, especialmente quando é colocado em questão o desenvolvimento de cidades de pequeno e médio porte em regiões afastadas dos principais centros econômico-financeiros portugueses, nomeadamente Porto e Lisboa. Esse é o caso, por exemplo, de Óbidos, vila entremuralhas promotora do Folio — Festival Literário Internacional; de Paredes de Coura, vila minhota que abriga o festival de música homônimo (Guerra, 2018); de Idanha-a-Nova, vila baixo-alentejana e sede do Boom Festival; e de Sines, cidade responsável pela edição anual do Festival Músicas do Mundo. Tal problemática está diretamente imbricada com contextos, tempos e geografias das culturas urbanas associadas a grandes eventos em Portugal (Ferreira, 2002; Abreu, 2004) e, por isso mesmo, têm impacto direto nas práticas e consumos de música no país (Abreu, 2000).

Colocando a atenção no desenvolvimento recente dos festivais mais circunscritos à cidade de Lisboa, é possível afirmar que a projeção internacional da capital, em termos de cultura, deve-se, sobretudo, a dois episódios bastante significativos: o primeiro deles faz menção ao

ano de 1994, quando a cidade foi escolhida como Capital Europeia da Cultura. O segundo acontece quatro anos mais tarde, ocasião na qual Lisboa recebe a Exposição Mundial de 1998. Ambos os eventos foram marcantes, estiveram alinhados a uma série de outras dinâmicas de transformação cultural da capital e de todo país a partir dos anos 1980 (Santos; Costa, 1999) e atestam as prerrogativas sobre as *eventful cities* defendidas por Richards e Palmer (2010).

De maneira sintética, entre os impactos culturais gerados pela realização destes megaeventos em Portugal, é possível citar, por exemplo, a exposição midiática da cultura; a criação de maior oferta cultural e artística no país e a criação de públicos para circuitos culturais de alcance nacional e internacional (García, 2014). Por essas razões é que tais iniciativas foram capazes de provocar transformações significativas na dinâmica urbana de Lisboa e na projeção de sua imagem internacional, além de corroborar o incremento da representação cultural de outras cidades do país (Fortuna; Santos Silva, 2002).

Ainda nesta direção, García (2014) faz um balanço panorâmico sobre a evolução e estado da cultura em Portugal, apontando para a internacionalização de suas estruturas, especialmente a partir dos anos 2000. Segundo o autor: “as dinâmicas locais criadas pelas estruturas funcionam como pontes de cooperação durável entre equipas e países” (García, 2014, p. 118). Além disso, é possível afirmar que as novas diretrizes para estabelecimento dos mercados de arte em Portugal trouxeram outras perspectivas para o desenvolvimento desse setor (Duarte, 2000), alterando o perfil cultural português e passando a integrá-lo, de forma inédita, no mercado de ativos europeus (Gomes; Martinho, 2011).

Esse panorama nos permite entender alguns porquês das novas configurações do setor criativo em Portugal e as razões que fizeram com que o consumo cultural fosse incrementado no país ou, ao menos, em algumas partes dele. As informações do mapa das atividades artístico-culturais em Lisboa, elaborado por Costa (2017), revelam dados decorrentes desse processo. De acordo com o autor, o número de atividades manteve, ao longo de quase todo o ano de 2016, um valor superior a trezentas ocorrências, sendo que o seu pico ocorreu nos meses anteriores e posteriores ao período das férias de verão. O mapa



sugere ainda que, no cenário lisboeta, ocorreu um maior predomínio dos espetáculos de curta duração no conjunto de suas atividades artístico-culturais (39,2%), seguido de exposições (28%), cursos/*workshops* (16,4%), seminários/debates (9,0%) e festivais (5,8%) (Costa, 2017).

Se, em princípio, a relação proporcional entre festivais e as demais atividades parece pouco significativa, é preciso levarmos em consideração a maior complexidade compreendida na produção desse tipo de evento quando comparada com a realização de um *workshop*, exposição ou concerto, por exemplo. Além disso, é possível questionar sobre o papel dos festivais no incremento de ações culturais regulares ao longo de todo o ano. Considerando o interstício de 2016, o mapa das atividades artístico-culturais em Lisboa revela que, em todos os meses, foi realizado ao menos um festival ou grande evento e o material apresenta informações que auxiliam na descrição desse cenário:

Seja um festival/festa/mostra de cinema (ex.: KINO — Mostra de Cinema de Expressão Alemã; Indie Lisboa — Festival Internacional de Cinema Independente de Lisboa; Monstra — Festival de Cinema de Animação de Lisboa; 8 1/2 Festa do Cinema Italiano), seja um festival de música (ex.: Festa do Jazz; NOS Alive; Festival Caixa Alfama; Mexefest), ou um festival multidisciplinar cruzando diferentes setores artísticos (ex.: Festival Rotas e Rituais; Festival do Silêncio; in shadow — Festival Internacional de Vídeo, Performance e Tecnologias), ou mesmo um festival gastronómico (ex.: Peixe Lisboa). A estes acrescentam-se eventos como a Trienal de Arquitetura, a Moda Lisboa ou a Arco Lisboa — Feira Internacional de Arte Contemporânea, com uma notória visibilidade e capacidade para atrair e mobilizar os públicos. Importa ainda relevar os festivais territoriais (o D'Ajuda, o Viver Telheiras, o Festival Internacional de Arte Urbana MURO\_LX), que têm vindo a povoar as vivências de proximidade dos lisboetas. (Costa, 2017, p. 192)

Oriundas de diferentes disciplinas artísticas, a maior parte dessas atividades é organizada por associações ou entidades privadas, contando com o apoio logístico dos serviços da Câmara Municipal e,

em alguns casos, recebendo aportes financeiros e cedência de equipamentos culturais públicos em troca de publicidade e integração do evento na agenda cultural da cidade. Nomeadamente ao caso lisboeta, é importante citar a existência da Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural (Egeac), entidade responsável pela programação de atividades pedagógicas, administração de centros culturais e organização de eventos públicos desde 1995. Atualmente, ela é responsável pela gestão de 21 dos mais importantes equipamentos culturais da cidade, entre eles o Cinema São Jorge, o Museu do Fado e o Teatro Municipal São Luiz.

A dinamização das atividades culturais em Lisboa é também impulsionada pela existência de uma série de empresas na área de produção cultural. No país, competem entre si, principalmente, duas grandes corporações: a Everything is New e a Música no Coração, seguidas pela Ritmos e por outros grupos de menor expressão no mercado. Esse cenário nos ajuda a perceber com mais clareza as tendências de crescimento do mercado de consumo de cultura em Lisboa e em Portugal como um todo.

Em primeiro lugar, importa referir o maior dinamismo das várias promotoras de eventos, as quais têm aumentado em número e caminhado no sentido de uma maior sofisticação das condições técnicas, logísticas e de transporte, o que contribui muito para o sucesso das iniciativas que promovem. Em segundo lugar, é de destacar o esforço operado por essas organizações em manter e/ou reduzir o preço dos bilhetes dos eventos que promovem, designadamente dos festivais de verão, o que permite uma maior afluência de públicos, constituindo um mercado já bastante significativo desses tipos de eventos em Portugal. (Costa, 2017, p. 191-192)

As culturas musicais contemporâneas (Guerra; Abreu, 2016) e as controvérsias existentes entre indústria fonográfica, mercado da música gravada e produtoras de eventos em Portugal (Abreu, 2009), constituem-se como microcosmos de uma dinâmica que vem acontecendo a nível global. Junto às empresas de produção cultural já

citadas, empresas de ativação de marca têm trabalhado intensamente no intuito de vender serviços conectados com as novas tendências do mercado de comunicação na capital portuguesa, como é o caso da Big Fish, agência de comunicação criativa em atuação desde 2016. A revista *Blitz* e Aporfest atuam, ainda, em papéis importantes na divulgação de informações sobre música e no agenciamento de redes e contatos para os festivais do país.

Pertencente ao grupo Imprensa e fundada em 1984, a revista *Blitz* se constitui como o principal veículo de notícias especializado em música e cultura popular em Portugal. Já a Aporfest, fundada em 2014, tem atuação perene ao longo de todo o ano, na organização de cursos e iniciativas na área de gestão cultural.<sup>1</sup> Além de servir como ponto de conexão importante para uma série de festivais espalhados ao longo de todo o país, ela é a responsável, também, pela organização do Talkfest — International Music Festivals, fórum direcionado aos profissionais, gestores, artistas e público em geral ligados à música. Esse evento tem lugar na cidade de Lisboa, anualmente, durante o mês de março e, de uma forma ou de outra, serve de vitrine e canal de diálogo para os festivais que são realizados durante todo o ano.

Essas iniciativas e transformações ocorridas no setor cultural de Lisboa e no país como um todo suscitaram uma maior sensibilização dos poderes políticos, especialmente das autarquias — de acordo com o modelo de financiamento e gestão descentralizada praticado atualmente em Portugal. Elas ocupam, neste momento, um lugar determinante quanto à contribuição com recursos logísticos, técnicos e financeiros para a consolidação de um extenso calendário de eventos, durante todo o ano.

Entretanto, o rápido crescimento dos festivais portugueses tem gerado uma série de questões polêmicas advindas da falta de políticas públicas para controle e planejamento de atividades nessa seara, como, por exemplo, o excesso de oferta ou sobreposição de eventos em uma

1 A título de informação, é importante também citar aqui a existência do Conselho Internacional de Organizações de Festivais de Folclore e Artes Tradicionais (Cioff), criado em 1970 com a missão de salvaguardar, promover e difundir a cultura tradicional e o folclore português.

mesma data, a elevada concentração geográfica das atividades artístico-culturais (Costa, 2017), as políticas públicas ligadas à tolerância, novos movimentos migratórios e multiculturalismo; e os novos processos de gentrificação, oriundos dos *clusters* criativos formados na cidade de Lisboa e também no Porto. O aumento do número de espectadores em festivais portugueses evidencia esta afirmação:

se, no ano de 2011, foram contabilizados 617.000 espectadores no total dos festivais realizados, em 2015, esse valor crescia para 1.806.000 espectadores, assumindo relevância, nesse ano, os festivais Meo Sudoeste, NOS Alive, Festival do Crato, Vodafone Paredes de Coura, FMM Sines, Meo Marés Vivas, NOS Primavera Sound, Festival Sol da Caparica, RFM Somnii — O maior sunset de sempre e Super Bock Super Rock. (Guerra, 2010, p. 1)

No caso particular de Lisboa, é possível transpor essa mesma abordagem para o fato de que a cidade se constitui, hoje, como grande palco cultural em território nacional e internacional. Os estudos de Paula Guerra (2010) comprovam essa afirmação para o terreno específico da música. A socióloga sugere que, a partir do final da década de 1990, os festivais têm se apresentado como megaeventos que materializam, num intenso quadro de interação direta, todas as dinâmicas atuais de globalização, profissionalização, mercadorização e mediatização da cultura (Guerra, 2010), mobilizando milhares de pessoas para as novas dinâmicas culturais no país. Tal como identificado por Ferreira (2006), com relação aos impactos da Expo 98 em Portugal, é possível afirmar que o evento cultural hoje “está planejado e programado segundo processos sociais específicos e situados que caracterizaram a sua organização uma parte integrante dos processos mais amplos que constroem, dinâmica e heterogeneamente a sociedade portuguesa” (Ferreira, 2006, p. 647).

## SÃO PAULO: CULTURA COMO MARCA IDENTITÁRIA PARA A CIDADE QUE NUNCA PARA

Especialmente nas três últimas décadas, o Brasil tem acompanhado o aquecimento do mercado de eventos e a institucionalização da cultura em geral. Como marcos políticos nacionais, podemos citar, por exemplo, a criação do Ministério da Cultura,<sup>2</sup> em 1985, e a aprovação da Lei Rouanet, em 1991, instrumento que oficializou, legalmente, o financiamento direto de empresas privadas aos festivais e projetos de arte e cultura pelo país. Ainda hoje, nota-se a fruição de programação cultural, no âmbito da esfera pública a nível nacional, decorrente desses avanços, e o caso de São Paulo não foge a essa regra. O relatório de pesquisa elaborado pela Fundação Perseu Abramo e Sesc (2013) apresenta a configuração dos públicos de cultura a nível nacional.<sup>3</sup>

Desse relatório, chama a atenção o baixo nível de acesso da população às atividades culturais no país. Estudos realizados por Leiva (2014) apontam que 66% dos residentes nesse estado participam de atividades culturais gratuitas, contra outros 34% aderentes de atividades pagas. Ao comentar esses resultados, Pena (2014) cita o lugar ocupado pela Virada Cultural, dentro da problemática da música:

Uma grande maioria das atividades só se realiza por meio de recursos públicos, como festivais e circuitos patrocinados, que demandam contrapartidas como ingressos gratuitos e também com a presença do Estado

2 Infelizmente, em janeiro de 2019 o referido órgão foi realocado como Secretaria Especial da Cultura, dentro do Ministério da Cidadania.

3 Encomendado pelo Serviço Social do Comércio (agente central na oferta cultural na cidade de São Paulo desde 1946), o trabalho baseou-se em dados advindos de 2.400 entrevistas, distribuídas geograficamente em 139 municípios de 25 estados, das cinco regiões que compõem o país (Sudeste, Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste), estratificada por localização (capitais, regiões metropolitanas e interior), situação do domicílio (urbano ou rural) e pelo porte dos municípios (divisão em tercis regionais: pequenos, médios e grandes) (Fundação Perseu Abramo; Sesc, 2013).

como produtor direto, como no caso da Virada Cultural, que é percebida como o evento mais importante da capital. (Pena, 2014, p. 183)

Segundo Fonseca (2014), faz sentido que o poder público financie atividades ligadas a esse campo, uma vez que a cultura apresenta uma capacidade insubstituível de lançar pontes e expandir os mapas e os horizontes de visão e de afeto de cada cidadão com os outros e com a cidade que a abriga. Propostas culturais vistas como únicas podem vencer as barreiras geográficas de acesso e a falta de interesse da população na participação de programas do gênero. A Virada Cultural é emblemática a esse respeito:

Esse foi o evento cultural individual mais mencionado pelos paulistanos (26%) e no estado em geral (16%), a Virada Cultural é uma das raras oportunidades nas quais cidadãos das diversas regiões, classes socioeconômicas e faixas etárias se encontram no mesmo lugar e ao mesmo tempo. Com isso, restitui à cidade o papel aglutinador de diversidades que a caracteriza e promove em cada um a percepção do outro e o vínculo com um centro que, para muitos, deixou de ser central. (Fonseca, 2014, p. 191)

Mesmo com o aumento exponencial de eventos e iniciativas realizadas por associações e empresas privadas, o cenário cultural brasileiro, ainda assim, consegue fomentar uma série de novos projetos geridos diretamente pelo poder público, como é o caso da Virada Cultural que, desde 2005, é realizada pela Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo. Como importante ferramenta de política pública de cultura e lazer, em seu bojo, o projeto visa a reocupação cultural do centro histórico desta cidade. Antes de conhecermos seu contexto e atores envolvidos, é importante discutir, sumariamente, como aconteceu o processo de construção identitária paulistana, segundo o *slogan* da “cidade do trabalho e da cultura”.

Para lá de atuar como elemento fundamental nos novos processos de requalificação e retomada de determinadas áreas, a ideia



de “cidade cultural” serve de marcador identitário para São Paulo, segundo “aspirações de aproximação aos centros do sistema internacional das elites políticas, econômicas e culturais, e das novas classes médias em ascensão” (Ferreira, 2006, p. 655). A nova elite advinda da economia cafeeira tomou o tema como importante elemento de consagração e dispositivo de classe, atuando ao longo de todo o século XIX e XX para a construção de uma cidade distintiva edificada sob uma identidade laborativa e cultural:

O paulistano que sempre se definiu pelo trabalho, conhecido no Brasil inteiro como *workaholic*, que mal sabe se divertir e que não sabe sambar, começou a criar uma identidade que passa pelo entretenimento, que passa pela rua [...]. A gente sabe se divertir e sabe produzir cultura. A gente sabe prestar entretenimento e usufruir do entretenimento na mesma altura da quantidade de horas trabalhadas. (Colaboratória, 2014, p. 129)

O imaginário urbano enobrecido pelo trabalho na capital não é recente. Como sugerido a pouco, ele vem sendo construído há algum tempo e parte deste processo está relacionado com as memórias sonoras da cidade (Birdsall, 2012). Muito do que se produziu no cançãoeiro tradicional na região ajuda a traduzir o importante papel ocupado pela música no processo de transformação da paisagem da cidade, na transição entre o urbano e o rural (Vilela, 2013), corroborando a construção da identidade paulistana como a cidade “onde as coisas acontecem”.

Cultura é o mais identitário numa cidade, é o que dá a cara da cidade, o que faz São Paulo ser São Paulo. Cultura, sobretudo por formar esse ambiente no qual a gente tem a sensação de que a cada dois segundos vai se surpreender com alguma coisa, vai encontrar algo que amplia os horizontes, vai se sentir incomodado e vai fazer com que a gente saia da zona de conforto e reinvente algo na vida. Cultura tem esse papel importante. E cultura é a praia de São Paulo. (Colaboratória, 2014, p. 93)

O slogan *São Paulo como a cidade que nunca* para relembrar-nos do moralismo positivista presente no discurso da elite cafeeira que vestiu a cidade de nova roupagem cultural e que, a partir de 2005, encontrou no conceito da Virada a retórica perfeita para fazer desta sua grande festa de celebração. “Criada para refletir o espírito tipicamente paulistano”, essa maratona de artes e culturas integradas tem programação intensa e simultânea, durante 24 horas, nas áreas de música, teatro, dança, circo, artes visuais e cultura popular. O evento traz programação diversa, distribuída por dezenas de pontos na cidade, embora haja maior concentração de atividades na região do antigo centro histórico paulistano (Figura 2).

FIGURA 2 — Mapa de espaços: Virada Cultural (2010)



Fonte: Matos (2010, p. 1).

Através da inversão de expectativas, como, por exemplo, a abertura de museus durante a madrugada ou a produção de espetáculos que ocorrem dentro de vagões de trem, praças públicas, mercados e diversos outros espaços de uso cultural não específico, a Virada busca “promover a convivência em espaços públicos, convidando a população a se apropriar desses locais por meio da arte, da música, da dança e das manifestações populares”. Desde a sua primeira

edição, o evento atrai, anualmente, milhares de espectadores até as regiões mais centrais da cidade e, em razão da alta demanda de público e visibilidade alcançada pelo evento, é, ainda, um dos principais festivais urbanos do país, razão pela qual já foi replicado até hoje, no mínimo, para outras 26 cidades brasileiras.

Financiada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, a iniciativa oferece atrações culturais, de forma gratuita, para públicos de diferentes faixas etárias, gostos e classes sociais. O conceito do evento foi inspirado na *Nuit Blanche* francesa e, embora atualmente seu mapa de espaços compreenda localidades distribuídas por dezenas de pontos na cidade, a maior concentração de atividades ocorre na região do Centro, Luz, República e Anhangabaú. A iniciativa alcançou seus níveis máximos de audiência entre os anos de 2009 e 2010, quando contabilizou uma média de 4 milhões de pessoas circulando, principalmente, pela rota criada em torno do centro histórico de São Paulo e áreas adjacentes. Talvez a principal mudança estrutural observada ao longo da trajetória do evento tenha sido seu processo de descentralização, iniciado em 2009 e que teve em 2017 sua maior expressão.

Ao refletirmos sobre o papel da cultura na cidade de São Paulo, somos preparados para adentrar em tramas que organizam, ao menos minimamente, o vasto espectro cultural que a cidade representa hoje, não apenas para o Brasil, mas para outras nações do mundo que partilham do mesmo cotidiano globalizado dessa metrópole (Miranda, 2000; García, 2014). Seu ambiente urbano é, por si só, lugar de encontros e trocas, território cultural aberto e usufruído pela população em geral, especialmente pela juventude, principal motor das atividades culturais nessa cidade (Leiva, 2014). Além disso, é possível fazermos um recorte de classes de renda, associando essa problemática aos baixos níveis de frequência por parte de algumas das audiências no estado. De acordo com Leiva (2014, p. 54), o fato de apenas 7% da população do estado de São Paulo participar de atividades culturais nos finais de semana

nos permite não apenas interpretar o acesso e a desigualdade, mas também vislumbrar o interesse e, daí, a internalização da cultura como valor pelas classes economicamente

dominantes, e, por consequência, a relação das classes de menor renda com a cultura.

Por essa razão, a governança pública, especialmente aqueles setores que gerem o tema nas metrópoles, tem colocado atenção nas ações educativas por meio do lazer, no apoio de novas culturas de rua no Brasil (Brandão, 1989), na salvaguarda de tradições populares (Magnani, 1984) e na execução de uma agenda de políticas culturais para a periferia (Wanderley, 2006). Tal dinâmica tem ativado a realização de uma série de maratonas culturais em cidades como São Paulo — eventos embebidos quase sempre pelo discurso da multiculturalidade e da reapropriação do espaço e da noite urbana.

Essa ideia encontrou terreno fértil na política, levada a cabo pela Secretaria de Cultura da Prefeitura de São Paulo, especialmente entre 2013 e 2016, e foi substancialmente aquecida pela formação de uma série de grupos culturais que se desdobraram a partir dos movimentos sociais, entidades de bairro e lideranças de grupos minoritários e periféricos dessa cidade. Nesse sentido, é possível, por exemplo, citar iniciativas ligadas ao ativismo urbano (Coletivo A Cidade Precisa de Você e Associação Cultural Cecília), à sustentabilidade (Coletivo CoCidade), à economia solidária (Preto Café), à música independente (Breve Bar), às causas raciais (Centro Cultural Aparenta Luzia), às questões relacionadas a imigrantes e refugiados (Restaurante Al Janiah) e às culturas de resistência de uma forma mais geral (Centro Cultural Zapata).

Em certa medida, é possível pensar que o surgimento de tais grupos guarda relação com o movimento de resistência cultural levado a cabo na década de 1960 pelos festivais (Johansson; Kociatkiewicz, 2011; McKay, 2015). À sua maneira, eles também interrogam a política por meio de ações culturais e consideram o papel da mediação com o público no seu desenvolvimento.

No que se refere ao mapeamento do estado da arte sobre festivais em São Paulo e no país como um todo, o contato com a literatura acadêmica e com diferentes canais de comunicação nos levaram a constatar aquilo que, desde a criação do projeto de pesquisa, já se anunciava evidente: a produção científica em torno desse tema no

país ainda é incipiente em termos de organização de informações e diagnósticos estatísticos mais gerais.

Curiosamente, ela apresenta uma expressiva relação com os temas da política e do associativismo cultural (Gurgel, 2012). Para lá de uma série de produtoras e gravadoras profissionais — em constante estado de mudanças estruturais, tendo em vista as permanentes transformações sofridas pela indústria fonográfica (Vilela, 2013), é importante citar algumas entidades expressivas no cenário da música independente.

Esse é o caso da Associação Brasileira de Festivais Independentes (Abrafin), criada em 2005 e que mais tarde se desdobrou em outros canais de comunicação e coletivos civis organizados, a exemplo da Plataforma Toque no Brasil (criada em 2010) e da Rede Brasil de Festivais Independentes (criada em 2012) e todos eles estiveram ligados, direta ou indiretamente, ao Circuito Fora do Eixo<sup>4</sup>. É importante também citar a Associação Brasileira da Música Independente, criada em 2002 e que, ainda hoje, é bastante expressiva no que concerne às questões de representação política, direito autoral e internacionalização do mercado musical do país. A respeito da discussão de novos mercados e criação de redes de produção de festivais, a Semana Internacional da Música (SIM São Paulo), criada em 2013, tem ganhado cada vez mais notoriedade como fórum de discussão dos novos panoramas do setor no Brasil.

Embora o país ainda não conte com um mapeamento oficial de seus festivais de música, essa iniciativa tem sido melhor sistematizada por entidades ligadas a outras disciplinas artísticas, como é o caso da Agência Nacional de Cinema (Ancine), responsável por organizar as iniciativas setoriais do cinema e audiovisual; e do Observatório

4 Com foco no intercâmbio solidário de atrações musicais e conhecimento sobre produção de eventos, o Circuito Fora do Eixo foi uma rede de coletivos culturais surgida no Brasil no final de 2005 e iniciada por produtores e artistas de estados brasileiros, fora do eixo do consumo cultural Rio-São Paulo. Polêmico, o grupo recebeu críticas por se utilizar de editais públicos e privados para a realização de ações, ao mesmo tempo em que reteve recursos de cachês e apropriou mão de obra de uma enorme rede de voluntários.

dos Festivais<sup>5</sup> — organismo independente ligado ao mapeamento e divulgação de festivais de teatro e artes cênicas em contexto nacional.

Resgato aqui, uma vez mais, a pesquisa de Leiva (2014) sobre públicos culturais para tratar do debate sobre festivais no contexto do estado de São Paulo. O estudo salienta o aspecto multidisciplinar do setor cultural e, com relação às demandas de gostos por parte das audiências, aponta que cinema e concertos de música figuram entre as atividades culturais preferidas pelos paulistas (Leiva, 2014), tal como sugerido por Costa (2017) para o caso de Lisboa. O diagnóstico sobre o papel da economia criativa na cidade de São Paulo, lançado pela prefeitura em 2011, apresenta alguns dados relevantes para os fins desta pesquisa e que se somam de maneira interessante às informações acumuladas até aqui. A capital concentra, atualmente, 50% dos trabalhadores criativos do estado e 15% do país e, além disso, 9% de suas empresas dedicam-se a algum tipo de atividade criativa, empregando cerca de 140 mil trabalhadores formais no setor (Colaboratória, 2014).

De uma forma ou de outra, esses números guardam relação com a trajetória da Virada Cultural. Segundo dados do Observatório do Turismo, o número de turistas, sobretudo domésticos, aumenta a cada ano no evento: “em 2013, 10% dos visitantes eram provenientes dos estados de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Paraná, além de outras cidades do estado de São Paulo, e apenas 1% desse total representava turistas estrangeiros” (São Paulo, 2012). Esses dados endossam, uma vez mais, os desafios da cidade para a construção de relações internacionais na gestão pública do campo da cultura (Wanderley; Raichelils, 2009).

## NOTAS FINAIS

Entendida como algo polissêmico, é preciso lembrar que a cultura contém um diálogo entre tese e antítese que está, o tempo

5 Mais informações sobre essa entidade podem ser encontradas em: <https://www.festivais.org.br>.



todo, presente nas dinâmicas contemporâneas. Essa ambivalência contesta o caráter fugaz atribuído aos festivais de música e eventos culturais, tomados por este capítulo como importantes agentes de modulação da cidade. Esse conceito é central para a análise dos novos mecanismos de controle mais atuais, especialmente pelo fato de que em seu modelo teórico existe a presença de sistemas abertos e em constantes transformações.

O contexto apresentado sobre Lisboa revelou dados que nos ajudaram a refletir a respeito da relação entre eventos culturais e processos de gentrificação, tendo em vista que os processos segregadores se materializam em meio à ordenação do espaço urbano. A criação de *clusters* criativos e a atração de artistas para determinados bairros da cidade têm sido estratégias utilizadas, hoje em dia, para o enquadramento de uma lógica que une os processos de gentrificação às ações de regeneração urbana.

A tentativa de construção de um marco teórico e elaboração do estado da arte sobre o assunto no Brasil revelou que, no país, o foco está mais localizado nas questões relativas à apropriação do espaço urbano pela cultura. Como evento cultural emblemático e marco histórico da intervenção do poder público na cidade, a Virada Cultural pode ser tomada como importante ferramenta político-cultural da cidade no que tange as questões de desenvolvimento de territórios urbanos. O mesmo raciocínio pode ser transferido para os eventos culturais de uma forma em geral. Seja nas ações educativas, no apoio às novas culturas de rua, na salvaguarda de tradições populares ou na execução de uma agenda de políticas culturais para a periferia, é possível afirmar que, nas últimas décadas, a cultura tem atuado de forma significativa na estruturação e desenvolvimento de territórios urbanos no país.

Em São Paulo, a Virada Cultural e outras iniciativas derivadas direta ou indiretamente do evento têm mediado de forma efetiva a criação de projetos culturais de médio e longo prazo, assim como a mobilização de novas redes de intermediários, coletivos civis organizados e ativistas culturais. Assim, é possível afirmar que os eventos podem disparar novas formas de organização, modos de fazer e criação de novas redes na cidade. Além disso, a organização de eventos

multiculturais pode promover a integração de diferentes estilos estéticos e práticas artísticas, despertando novos interesses por parte do público e gerando a abertura de novas possibilidades para a vida cultural pública no Brasil e em outras partes do globo.

Os sentidos liminares encontrados nos festivais e celebrações públicas podem estar, hoje, associados ao ativismo cultural e a ações de resistência política por meio da organização de eventos e da formação de coletivos civis organizados. Em que pesem os inúmeros papéis de regulação social atribuídos aos festivais no passado, há em seu aspecto ritual um sentido de resistência e subversão, uma vez que, através do comportamento carnavalesco, as pessoas podem expressar sua oposição ou mesmo rebelião à autoridade (Waterman, 1998), fazendo funcionar um processo catártico que permite a ordem através de uma desordem controlada.

Relacionado a esse ponto, é possível afirmar que os festivais urbanos têm atuado como dispositivos centrais na criação de atmosfera cosmopolita e no *marketing* étnico para as cidades na era da globalização, visando controle social para o convívio pacífico entre turistas, imigrantes e população local. Para lá de sua atuação como processo ritual e elemento agregador de um sentido comunitário, o festival dota a cidade de um sentido cosmopolita e tem-se constituído, desde há muito tempo, como fator fundamental para a atração de novos negócios, dentro de uma economia-mundo baseada na desterritorialização cultural (Fortuna; Santos, 2002). A Virada Cultural e o SP na Rua, assim como o Festival Todos e o Lisboa Mistura na capital portuguesa, são exemplos interessantes quando os pensamos como dispositivos de fortalecimento da vocação cultural plural e multiétnica dessas cidades em busca do “selo cosmopolita” desejado pelo *marketing* étnico. Em tempos de novos fluxos migratórios, este é um assunto importante tanto para o contexto português quanto para o brasileiro, e por isso mesmo merecedor de pesquisas futuras especificamente voltadas a ele.

Tal qual ocorre com todos os dispositivos que sempre circunscreveram os modos de fazer culturais ao longo da história, os festivais culturais não deixam de carregar, hoje, vertentes de cunho estético e político importantes: pelas novas experiências culturais oferecidas,

pela ativação de novos espaços e rotas culturais, pelo movimento de reapropriação de centros históricos, praças e outros locais públicos e pela interface com novas tecnologias. Os diferentes papéis atuados por eles elucidam mudanças significativas nesse tipo de evento e na sociedade contemporânea, fazendo com que novas histórias permaneçam em aberto, à espera de enunciação.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Paula. Práticas e consumos de música(s): ilustrações sobre alguns novos contextos da prática cultural. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 56, p. 123-147, 2000.

ABREU, Paula. Músicas em movimento: dos contextos, tempos e geografias da performance musical em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 70, p. 159-181, 2004.

ABREU, Paula. A indústria fonográfica e o mercado da música gravada: histórias de um longo desentendimento. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 85, p. 105-129, 2009.

AUTISSIER, Anne Marie. *L'Europe des festivals: de Zagreb à Édimbourg, points de vue croisés*. Paris: Éditions de L'Attribut, 2008.

BIRDSALL, Carolyn. *Nazi Soundscapes: Sound, Technology and Urban Space in Germany, 1933-1945*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2012.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRAMÃO, Ricardo. *Annual Report 2017 | 272 festivais de música — Novo Record*, 2018. Disponível em: <http://www.aporfest.pt>. Acesso em: 17 mar. 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A cultura na rua*. São Paulo: Papyrus, 1989.

COLABORATÓRIA, Grupo Interdisciplinar. *Manifesto da noite*. São Paulo: Invisíveis Produções, 2014.

COSTA, António Firmino da. Identidades culturais urbanas em época de globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]*, v. 17, n. 48, p. 15-30, 2002.

COSTA, Pedro (coord.). *Estratégias para a cultura da cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2017.

DUARTE, Maria da Conceição. Nova Lei de Bases abre perspectivas. In: TAMEN, Teresa (coord.). *Ser artista em Portugal*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura, 2000. p. 117-119.

FERREIRA, Claudino Cristóvão. *Intermediação cultural e grandes eventos: notas para um programa de investigação sobre a difusão das culturas urbanas*. Oficina do CES, n. 167, 2002.

FERREIRA, Claudino Cristóvão. *A Expo'98 e os imaginários do Portugal contemporâneo: cultura, celebração e políticas de representação*. 757 p. Tese (Doutorado em Sociologia) — Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006.

FONSECA, Ana Carla. A cidade como polo de articulação cultural. In: LEIVA, João (org.). *Cultura SP: hábitos culturais dos paulistas*. São Paulo: Tuva, 2014. p. 189-191.

FORTUNA, Carlos; SANTOS SILVA, Augusto (org.). *Projecto e circunstância: culturas urbanas em Portugal*. Porto: Afrontamento, 2002.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; SESC. *Públicos de cultura*. Relatório técnico, 2013.

GARCÍA, José Luís (coord.) *Mapear os recursos, levantamento da legislação, caracterização dos atores, comparação internacional*. Lisboa: Secretário de Estado da Cultura/Gepac, 2014.

GOMES, Rui Telmo; MARTINHO, Teresa Duarte. Country Profile: Portugal. In: *COMPENDIUM of Cultural Policies and Trends in Europe*. 13. ed. Council of Europe: ERICarts, 2011. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/41379/1/ICS\\_TDMartinho\\_Country%20Profile.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/41379/1/ICS_TDMartinho_Country%20Profile.pdf). Acesso em: 19 jul. 2018.

GUERRA, Paula. *A instável leveza do rock: gênese, dinâmica e consolidação do rock alternativo em Portugal*. 477 p. Tese (Doutorado em sociologia) — Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2010.

GUERRA, Paula. Ceremonies of Pleasure: An Approach to Immersive Experiences at Summer Festivals. In: SIMÃO, Emília; SOARES, Celia. *Trends, Experiences, and Perspectives in Immersive Multimedia and Augmented Reality*. Hershey: IGI Global, 2018. p. 122-146.

GUERRA, Paula; ABREU, Paula. Culturas musicais contemporâneas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 109, p. 5-10, 2016.

GURGEL, Felipe. Da potência da velocidade à experiência: consumo e biopolítica na cena de festivais de música independente. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E MÚSICA POPULAR, 4., 2012, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2012.

JOHANSSON, Marjana; KOCIATKIEWICZ, Jerzy. City Festivals: Creativity and Control in Staged Urban Experiences. *European Urban and Regional Studies*, v. 18, n. 4, p. 392-405, 2011.

LEIVA, João (org.). *Cultura SP: hábitos culturais dos paulistas*. São Paulo: Tuva, 2014. p. 189-191.

PENA, Schmidt. Um som para cada gosto. In: LEIVA, João (org.). *Cultura SP: hábitos culturais dos paulistas*. São Paulo: Tuva, 2014. p. 179-188.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MATOS, Welton. Virada Cultural — 2010. *Blog Welton Matos*, São Paulo, 8 maio 2010. Disponível em: <https://weltonmatos.wordpress.com/2010/05/08/virada-cultural-2010/>. Acesso em: 28 nov. 2018.

MCKAY, George. *The Pop Festival: History, Music, Media, Culture*. New York; London: Bloomsbury, 2015.

MEDEIROS, Jotabê. Vitórias e impasses no gigantismo da Virada Cultural. *O Estado de S. Paulo*, 2010. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,vitorias-e-impasses-no-gigantismo-da-virada-cultural,551424>. Acesso em: 5 maio 2019.

MIRANDA, Danilo Santos de. Reflexões sobre o papel da cultura na cidade de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 4, p. 105-110, out. 2000.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RECHIA, Simone; RODRIGUES, Emília Amélia Pinto Costa. A relação entre as transformações dos espaços de lazer advindas dos megaeventos esportivos e a humanização das cidades. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, v. 3, p. 61-81, 2016.

RICHARDS, Greg; PALMER, Robert. *Eventful Cities: Cultural Management and Urban Revitalization*. London: Routledge, 2010.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos; COSTA, Antonio Firmino da (coord.). *Impactos culturais da Expo'98*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais, 1999.

SÃO PAULO. São Paulo Turismo. *Pesquisa de perfil de público: Virada Cultural*. São Paulo: Observatório do Turismo, 2012.



SARMENTO, João. Festivais de música de verão: artes performativas, turismo e território. *GEO-Working Papers*, Guimarães, Série Investigação, 2007.

SEIXAS, João. Os mega-eventos na cidade: imagem social, política, econômica e governança urbana. *E-Metropolis*, v. 2, n. 1, p. 4-9, 2010.

SOUND DIPLOMACY. *The Music Cities Manual*. London, 2019.

VILELA, Ivan. *Cantando a própria história: música caipira e enraizamento*. São Paulo: Edusp, 2013.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Ampliação do impacto cultural da ação social. In: CARBAJAL ARREGUI, Carola; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (org.). *Colóquio de Animação Sociocultural*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2006.

WANDERLEY, Luiz Eduardo; RAICHELIS, Raquel (org.). *A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública*. São Paulo: Educ, 2009.

WATERMAN, Stanley. Carnivals for Elites? The Cultural Politics of Arts Festivals. *Progress in Human Geography*, v. 22, n. 1, p. 54-74, 1998.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

# **PESQUISAS ACADÊMICAS E EXPERIÊNCIAS EMPÍRICAS DE LAZER EM CURITIBA: EM FOCO O ESPAÇO PRATICADO**

Aline Tschoke Vivan  
Karine do Rocio Vieira dos Santos

## **INTRODUÇÃO**

O presente capítulo busca questionar a correlação das pesquisas acadêmicas com a experiência empírica nos grandes centros urbanos no âmbito do lazer, tendo como foco da discussão o que compreenderemos como o espaço praticado. Para isso, o texto correlaciona os dados da pesquisa de doutorado de Tschoke (2016), intitulada *Da recreação e lazer para o lazer e sociedade: as maneiras de fazer acadêmico no campo do lazer ligadas a área da educação física*, com pesquisas relacionadas ao espaço praticado e locais apontados pelas pesquisas como palcos de apropriação lúdica dos cidadãos.

É mister trazermos nesse momento do texto a base conceitual que nos ancora em nossa visão do que ocorre na prática social. Michel de Certeau<sup>1</sup> se coloca nessa base, na teorização sobre o modo como a vida cotidiana se dá, e tem como principal contribuição reconhecer a importância das atitudes e experiências dos sujeitos comuns. Uma análise que “passa das estruturas às ações” (Certeau, 1996, p. 184).

Certeau conceitua a prática social numa perspectiva polemológica, na qual há estratégias que organizam a vida social em grandes quadros de referência, enquanto as pessoas comuns, que vivem sob esses quadros, utilizam de táticas a fim de conseguir viver a seu próprio modo.

As estratégias, para Certeau, são o *modus operandi* das instituições que regem e organizam a vida dos usuários cotidianos. Essas

1 Sociólogo francês, com forte formação em filosofia, letras, história e sociologia. Exponente dos estudos culturais na França da década de 1970.

instituições têm a força necessária para ditar e impor formas de ação, mas pouco chegam próximo desses usuários para perceber de que modo eles se apropriam de tais regras e, muitas vezes, as subvertem.

A tática, como o autor já aponta, é a “arte do fraco”, é o modo como se arranja para sobreviver em meio as regras ditadas pela estratégia. Modos de agir que subvertem a ordem imposta, mas que, de tão ordinariamente cotidianos, passam despercebidos, até mesmo para as ciências. A partir das táticas, o usuário não enfrenta a estratégia, não promove uma revolução, mas microrrevoluções que subvertem o sistema imposto.

Já os procedimentos são as maneiras de fazer, o modo prático de colocar as táticas em funcionamento. Os meios de andar, falar, morar, cozinhar etc. No meio educacional, podemos pensar nas formas de ensinar, de aprender, de brincar, de conversar, de punir, entre outros.

Por isso, em meio a estratégia somos sempre caminhantes de um local que não é organizado por nós, mas que tem como possibilidade

transformar em outra coisa cada significante espacial. E se de um lado ele torna efetivas algumas somente das possibilidades fixadas pela ordem construída (vai somente por aqui, mas não por lá), do outro aumenta o número dos possíveis (por exemplo, criando atalhos ou desvios) e dos interditos. (Certeau, 1996, p. 165)

Essa perspectiva é essencial no início desse texto, pois ela será o fio condutor, não somente da análise, mas de toda a construção que permite a escrita. Uma construção que se dá a partir da vivência de pesquisadores que, ao ingressar na pós-graduação, voltaram seu olhar aos sujeitos, sejam eles estudantes, professores, pedestres, ciclistas, gestores, artistas, nada disso ou tudo isso junto. Assim, percebe-se que, mesmo em meio a muitas dificuldades, esses sujeitos se reinventam e seguem caminhando.

## COMO FAREMOS?

Inicialmente, abordaremos a questão do fazer acadêmico dos grupos de pesquisa que discutem o tema do lazer no Brasil, mapeando esses grupos e identificando quais as suas maneiras de fazer pesquisa acerca do lazer. Em seguida, buscaremos compreender qual a correlação dessas pesquisas com as experiências empíricas da cidade de Curitiba.

Para acessar esses dados, partimos da busca de teses e dissertações que retratem espaços da cidade do ponto de vista da apropriação lúdica e cidadã dos usuários.

## AS MANEIRAS DO FAZER ACADÊMICO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL

Compreender como é o cotidiano dos pesquisadores e pesquisadoras nos auxilia a entender como suas escolhas e ações estão conectadas à realidade onde estão inseridos. Certeau (1996) nos auxilia nesse processo com a categoria *maneiras de fazer*, na qual não buscamos estabelecer modelos, mas destacar conjuntos de práticas, isto é, esquemas operacionais, segundo o próprio autor, e procurar categorias comuns, a fim de conseguir explicar tais conjuntos de práticas.

Para conseguir observar com mais clareza essas maneiras de fazer, é necessário considerar sempre as múltiplas facetas do fazer acadêmico. Considerando todas as forças envolvidas, especialmente as de resistência que, de forma dialógica, interferem nas estratégias, por meio de táticas e astúcias, demarcando as distinções e marcas de cada sujeito.

É de conhecimento, a partir de vários estudos, que o lazer vem conquistando seu espaço, como podemos ver na Figura 1:

FIGURA 1 — Pesquisa científica acerca do Lazer na atualidade

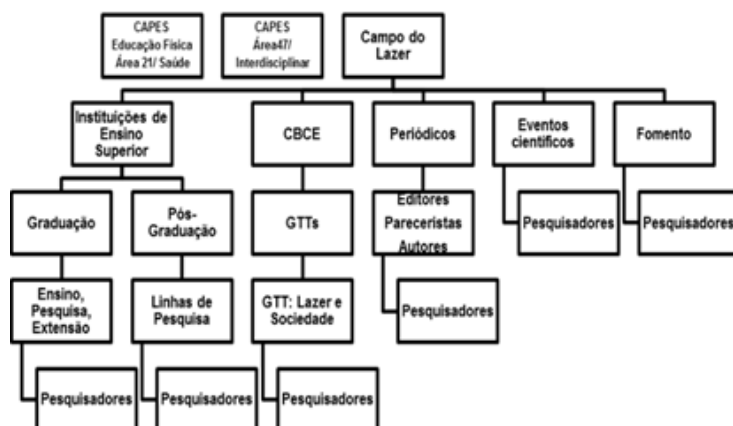


Fonte: Adaptado de Tschoke (2016).

Para delimitar quem são os sujeitos dos quais estamos falando, delimitamos o campo científico (Bourdieu, 2004), este entendido como um campo concorrencial no qual os agentes se relacionam em busca do monopólio da autoridade científica. Sendo assim, para entender as maneiras de fazer, seria necessário delimitar um subcampo, isto é, observar as “maneiras de caminhar”, como diz Certeau (1996, p. 35), dos agentes desse subcampos, introduzindo as práticas comuns, “as experiências particulares, as frequentações, as solidariedades e as lutas que organizam o espaço onde essas narrações vão abrindo um caminho”.

FIGURA 2 — O campo do lazer

## CAMPO DO LAZER ...



Fonte: Tschoke (2016).

E dentro desse campo, apresentado na imagem acima, temos os grupos de pesquisa, que tem um papel fundamental na dinâmica do campo científico. A seguir, apresentamos uma listagem dos principais grupos que tem o lazer como escopo, a partir de um levantamento nos estudos de Pimentel e Nunes (2016), Oliveira, Damasceno e Húngaro (2018), Tschoke (2016) e Uvinha (2018):

## QUADRO 1 — Grupos de pesquisa que possuem lazer em seu escopo

| GRUPO                                                                                   | INSTITUIÇÃO     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|
| Grupo de Pesquisa em Turismo, Cultura e Meio Ambiente                                   | UFPA            |
| Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (Giel)                                       | USP             |
| Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas e Lazer (GEP³L)                        | Unicamp         |
| Laboratório de Estudos do Lazer (LEL)                                                   | Unesp/Rio Claro |
| Grupo de Estudos e Pesquisas Corpo, Cultura e Saúde (Gepeccs)                           | Unifesp         |
| Grupo de Estudo e Pesquisa em Lazer, Práticas Corporais e Cultura (Gelc)                | Unimep          |
| Laboratório de História do Esporte e do Lazer (Sport)                                   | UFRJ            |
| Mobilidades, Lazer e Turismo Social (MobLaTus)                                          | UFF             |
| Ludicidade, Cultura e Educação (Luce)                                                   | UFMG            |
| Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer (Oricolé)        | UFMG            |
| Grupo de Pesquisa em lazer, educação e uso de drogas (Andaluz)                          | Ufes            |
| Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (Geplec)                          | UFPR            |
| Grupo de Estudos do Lazer (GEL)                                                         | UEM             |
| Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (Gesef)                              | UFRGS           |
| Laboratório de Pesquisa sobre Gestão do Esporte (Gesporte)                              | UnB             |
| Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas de Esportes, Lazer e Saúde (Gepppels) | UFMS            |
| Cotidiano, Resgate, Pesquisa e Orientação (Corpo)                                       | UFBA            |
| Laboratório de Ensino e Pesquisa de Cultura Corporal                                    | UFSCar          |

Fonte: Tschoke (2016).



Desses dezoito grupos de estudos, sete foram foco da pesquisa de Tschoke (2016), que teve como objetivo analisar as maneiras de fazer acadêmico nos estudos e pesquisas no campo do lazer ligados à área da educação física, a partir da constituição do Grupo de Trabalho Temático: Lazer e Sociedade do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) e até os dias atuais, na perspectiva dos pesquisadores associados a esta instituição. Na imagem a seguir, apresentamos a localização desses grupos no território brasileiro.

FIGURA 3 — Mapa dos grupos de pesquisa em lazer no Brasil a partir do recorte de Tschoke (2016)



Fonte: As autoras (2016).

A tese de doutorado de Tschoke (2016) revelou alguns pontos relevantes quanto à produção de pesquisa científica no âmbito do lazer. O primeiro deles denomina-se *tendências epistemológicas*, que

ajudam a entender a origem teórica do conhecimento e os principais conceitos que embasam as pesquisas, buscando mapear sem classificar. Além disso, há ainda as *tendências metodológicas*, as quais servem para mapear procedimentos e instrumentos metodológicos que vêm se legitimando à medida que são utilizados e dialogam com os resultados de outras pesquisas no mesmo âmbito.

Na metodologia da tese buscou-se descrever a trajetória dos pesquisadores selecionados, compreendendo como categoria *trajetória* esta que, para Certeau (1996, p. 98): “deveria evocar um movimento temporal no espaço, isto é, a unidade de uma sucessão diacrônica de pontos percorridos”.

Nesse recorte, seguimos com a apresentação de uma síntese dos dados contidos na referida tese. Para compreender a trajetória de um pesquisador, mais que analisar um produto, uma obra ou um artigo, fez-se fundamental mapear os momentos e escolhas que fizeram despertar interesse de desenvolver tal objeto de pesquisa, levando em conta a pluralidade de experiências e oportunidades trilhadas no caminho (Tschoke, 2016).

A tese apontou que as tendências epistemológicas são centradas na área das ciências sociais e humanidades e as tendências metodológicas centram-se na abordagem qualitativa. Além disso, os pesquisadores demonstraram uma preocupação em compartilhar o conhecimento acumulado e construído no interior dos grupos em forma de publicações científicas. Organizando-se em pesquisas essencialmente qualitativas, com aspectos de análise sob um viés sociocultural e pedagógico, a produção desses grupos pesquisados é socializada prioritariamente a partir de publicações em periódicos e participação em eventos científicos.

## CULTURA, LAZER E POLÍTICA NA CIDADE DE CURITIBA (PARANÁ/BRASIL)

A fim de investigar as ações que envolvem cultura, lazer e política na cidade de Curitiba (Paraná/Brasil), realizamos um levantamento

bibliográfico no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (Capes). Pesquisamos as mais recentes publicações (a partir de 2015) acerca da relação política entre as pessoas da cidade e esses espaços. Utilizamos como palavras-chave os termos: apropriação, lazer, espaço, lugar, pertencimento, cidadania e Curitiba. Com publicação nos campos das ciências da saúde e humanas e das áreas de conhecimento: antropologia, educação e educação física, relacionados à cidade de Curitiba, na língua portuguesa. Dos 331 resultados, a leitura dos títulos nos indicou dezenove pesquisas, das quais oito foram realizadas no campo da educação física, sete no âmbito da geografia, quatro divididas entre educação e antropologia e duas divididas entre planejamento urbano e gestão urbana. O Quadro 2 apresenta os títulos, anos de publicação e campos de estudos dessas pesquisas.

QUADRO 2 — Levantamento bibliográfico de teses e dissertações

|   | TÍTULO                                                                                                                                                  | CAMPO DE ESTUDO     | ANO DE PUBLICAÇÃO |
|---|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|-------------------|
| 1 | Os espaços de lazer, o bairro Uberaba, o projeto vila sustentável: elementos articuladores para experiências de lazer e cidadania na cidade de Curitiba | Educação física     | 2018              |
| 2 | Se essa rua fosse minha: um estudo sobre a (re) apropriação das ruas centrais de Curitiba (PR-Brasil)                                                   | Planejamento urbano | 2018              |
| 3 | Paisagem sustentada: relações identitárias entre habitantes e espaço habitado na cidade de Curitiba, Paraná                                             | Gestão urbana       | 2018              |
| 4 | Relacionando paisagens dominantes e alternativas e espaços públicos insurgentes: estudo a partir do Parque Gomm, em Curitiba/PR                         | Geografia           | 2018              |
| 5 | Os músicos de rua na paisagem sonora do calçadão da rua XV de Novembro em Curitiba/PR                                                                   | Geografia           | 2018              |

|    |                                                                                                                                                                  |                 |      |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|------|
| 6  | A qualidade das experiências e a sustentabilidade nas praças turísticas de Curitiba e Ilhéus                                                                     | Geografia       | 2018 |
| 7  | Representações em jogo no fenômeno sociocultural da copa do mundo de futebol da Fifa 2014 na cidade de Curitiba/Paraná                                           | Geografia       | 2017 |
| 8  | Lazer, inclusão e autonomia de pessoas com deficiência intelectual na cidade de Curitiba, PR: entre a cidade de todos e a cidade para todos                      | Educação física | 2017 |
| 9  | A luta pelo direito à cidade por meio da <i>street art</i> , em Curitiba, PR                                                                                     | Geografia       | 2016 |
| 10 | “Vale a pena acreditar na cidade”: o movimento ativista em Curitiba e suas práticas                                                                              | Antropologia    | 2016 |
| 11 | A percepção ambiental no Colégio Estadual do Paraná-CEP, Curitiba-PR: em busca da educação ambiental                                                             | Geografia       | 2016 |
| 12 | Políticas educacionais de ampliação do tempo e espaço para a infância em territórios urbanos: uma análise a partir do bairro do Pilarzinho da cidade de Curitiba | Educação        | 2016 |
| 13 | O parque Bacacheri e seus arranjos sociais: a relação entre o lazer e o uso da maconha                                                                           | Educação física | 2016 |
| 14 | Os espaços das cidades e os megaeventos esportivos: uma análise da Copa do Mundo de Futebol 2014 na região Sul do Brasil                                         | Educação física | 2016 |
| 15 | Praça de Bolso do Ciclista de Curitiba/PR: idealização, cotidiano e o uso da bicicleta como forma de contestação                                                 | Educação física | 2016 |
| 16 | Características percebidas e objetivos do bairro associadas ao deslocamento ativo de adolescentes de Curitiba — PR                                               | Educação física | 2016 |

**LAZER, CULTURA E TERRITÓRIO**  
Diálogos entre Brasil e Portugal

|    |                                                                                                                  |                 |      |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|------|
| 17 | Trabalho e lazer: relações entre oferta e demanda no âmbito dos espaços de lazer em empresas de Curitiba         | Educação física | 2015 |
| 18 | O impacto dos planos diretores na satisfação de visitantes e visitados e na imagem do destino turístico Curitiba | Geografia       | 2015 |
| 19 | O processo de transformação de um estádio para arena: o caso “Arena da Baixada”                                  | Educação física | 2015 |

Fonte: As autoras (2019).

Dessa forma, percebemos que, ao se tratar da apropriação dos espaços públicos no âmbito do lazer, há, no campo das humanidades, o predomínio dos estudos da educação física e da geografia no *locus* curitibano, com algumas inserções da educação, antropologia, planejamento e gestão urbana, o que, logo de início, aponta para a interdisciplinaridade do tema, uma relação importante que emerge das pesquisas em lazer com as políticas públicas existentes.

Esse predomínio da educação física possui outra questão importante: dos oito estudos encontrados, sete são provenientes de pesquisadores do Geplec, o que nos dá indícios de que as pesquisas acadêmicas desse grupo específico possuem uma correlação muito próxima da experiência empírica do cotidiano das cidades, podendo servir como base para a gestão e o planejamento urbano que, em contraponto, enquanto área formal de pesquisa, foram representados com apenas dois estudos no levantamento bibliográfico.

## CORRELAÇÕES ENTRE PESQUISAS ACADÊMICAS E EXPERIÊNCIAS EMPÍRICAS NOS GRANDES CENTROS URBANOS NO ÂMBITO DO LAZER

Essa representatividade de um grupo de estudos numa área específica de pesquisa mostra também que há uma correlação entre pesquisas acadêmicas e experiências empíricas quando os pesquisadores

e pesquisadoras estão atentos à vivência cotidiana das cidades, algo que nesse grupo é decorrente, dentre outros motivos, pela preocupação da vivência cotidiana do tripé *ensino, pesquisa e extensão* (Lima, 2012), bem como a base conceitual que agrega, com autores e autoras do âmbito sociocultural e pedagógico da educação física (Nelson Carvalho Marcellino, Simone Rechia, Valter Bracht), dos estudos culturais (Stuart Hall, Michel de Certeau, Néstor García Canclini, Clifford Geertz), da geografia humanista (Milton Santos), da sociologia das cidades (Henry Lefebvre), do planejamento urbano (Jane Jacobs, Jan Gehl) e da antropologia urbana (José Guilherme Magnani).

Em Tschoke (2016, p. 112), localizamos a trajetória da coordenadora do Geplec para chegar a essa perspectiva de estudos:

Novamente um grupo de estudos começa no retorno do processo de doutoramento do docente, assim, em 2004 a dra. Simone Rechia cria o Geplec — Grupo de Estudos e Pesquisa em Espaço, Lazer e Cidade. [...] Com o intuito de estudar as práticas corporais na cidade e o interesse em parques, a pesquisadora inicia seu processo de doutoramento orientada pela professora Heloisa Turini Bruhns, que coordenava a linha Lazer e Meio Ambiente e, assim, com a influência também da orientadora, Rechia delimita seus objeto de estudo nas formas de apropriação dos parques na cidade de Curitiba. Logo após iniciar as disciplinas do Instituto de Geociência da Unicamp, começou a explorar a geografia humana e foi amadurecendo seu projeto até chegar no objeto central que perdura até hoje: relação entre corpo, cidade e meio ambiente.

Segundo o *blog* do Geplec,

A cidade, uma paisagem artificial criada pelo homem, é composta por objetos e imagens, uma mistura entre espaço criado e natural, dinamizada entre a vida privada e pública, onde são articulados tempo/espaço, trabalho, política, consumo, cultura, lazer. Em tal ambiente, os espaços públicos são o pulsar da vida urbana, é através

dele que se estabelece o vínculo entre participação ativa e vida na cidade. Porém, atualmente, as cidades vivem um período de crise com intensa desvalorização e redução de espaços públicos, principalmente daqueles destinados às experiências no âmbito do lazer, causando grande desestímulo para os cidadãos no convívio e na apropriação desses espaços, o que torna-se um grande perde [sic], visto que são durante as práticas de lazer e por meio delas que os sujeitos, conscientemente ou não, podem realizar a crítica de sua vida cotidiana. (Rechia, 2019)

Além disso, destaca-se que o grupo busca

refletir acerca das práticas corporais e temas transversais, relacionando-os com as questões emergentes do cotidiano, estimulando pesquisadores que tem interesse na área, oferecendo uma diversidade de saberes que são fundamentais para o crescimento profissional e pessoal dos participantes com reflexos diretos na vida social. Hoje o grupo conta com a participação de vários alunos bolsistas da graduação (IC, monitoria, licenciatura, extensão) e pós-graduandos, os quais desenvolvem de forma articulada projetos de ensino, pesquisa e extensão. (Rechia, 2019)

Essa base conceitual, aliada com a trajetória do grupo, demonstra que o lazer congrega elementos interdisciplinares inerentes à temática de planejamento e gestão urbana, o olhar antropológico para com a cidade, as questões da geografia e do movimento corporal nos espaços públicos.

São pesquisas, predominantemente, voltadas às ciências humanas, com metodologias qualitativas que convergem para a apropriação dos espaços da cidade por meio das vivências lúdicas, sejam elas realizadas por crianças, adultos, adolescentes, pessoas com deficiência, ativistas, torcedores, trabalhadores, turistas, usuários de drogas ilícitas, estudantes ou cidadãos.

Por mais que esse fenômeno não esteja evidenciado em algumas pesquisas, perpassa os objetos de estudo quando se observa o



tipo de apropriação dos sujeitos pela brincadeira, pela música, pela contemplação, pela torcida, pela memória, pela arte na rua. Isto é, a potência lúdica se manifestando por diferentes meios na cidade, encontrando brechas para se estabelecer em meio as estratégias, por vezes desmobilizadoras, nos espaços públicos.

Tais brechas não são somente tempos e espaços em que a estratégia não consegue estabelecer seu domínio, mas são também tempos e espaços conquistados, por vezes cunhados, isto é, construídos por meio de táticas das pessoas que, ordinariamente, vivem o seu cotidiano. É o aproveitamento por parte dos cidadãos de espaços permitidos, porém pouco estimulados pelo poder público, a trampolinagem descrita por Certeau (1996, p. 79), colocada em prática cada vez que uma das pessoas retratadas nas pesquisas utiliza a cidade a partir de seus próprios quadros de referência: “Sabedoria define-se como trampolinagem e como a trapaçaria, astúcia, mil maneiras de jogar ou desfazer o jogo do outro. Driblar os termos dos contratos sociais”, isto é, fazer com aquilo que tenho.

A fim de melhor ilustrar essas relações, vamos exemplificar a partir de um dos estudos registrados no levantamento bibliográfico. A apropriação dos estádios durante a Copa do Mundo da Fifa de futebol masculino em Curitiba foi decorrente de uma grande intervenção político-econômica, a “força do espaço”, como denominou Drula (2015), mas o modo como essa apropriação se deu decorreu do significado cultural que o usuário concedeu e ainda concede àquele espaço. A pesquisadora relatou, durante a pesquisa, a recorrente presença de crianças no estádio, o que denota uma sensação de segurança dos pais e responsáveis por elas e uma possibilidade de apropriação por parte delas pelo viés da brincadeira. Temos certeza de que elas não passariam os noventa minutos do jogo de futebol sentadas assistindo à partida.

FIGURA 4 — Apropriação no estádio de futebol



Fonte: Drula (2015, p. 76).

Outras formas de apropriação foram propiciadas nesse momento, a foto com a família, o toque corporal por meio dos abraços e até mesmo a brincadeira, com o brinquedo trazido de casa. Todas essas formas de apropriação decorrem do significado que os usuários concedem ao espaço do estádio, que diferem, à guisa da conclusão da autora, por exemplo, em dias com jogos de intensa rivalidade e de jogos onde isso não é evidenciado. Naquele, a presença das crianças é pequena em relação a este.

Além desse exemplo, podemos citar a questão da Praça de Bolso do Ciclista, que foi o foco de duas pesquisas, de âmbitos diferentes, uma na educação física (Santana, 2010) e outra na antropologia (Trindade, 2010), elemento que nos permite demonstrar a interdisciplinaridade nos estudos do lazer, mas também na vivência desse fenômeno.

Essa consideração é deveras importante pois, apesar de aparentemente óbvia, nas políticas públicas, em geral, o lazer está muito mais próximo do esporte e, por conseguinte, da educação física, do que da cultura, foco das pesquisas antropológicas, e por conta disso é compreendido de forma dissociada, como se uma vivência de lazer não fosse uma vivência cultural.

Evidentemente, nosso apontamento vai no sentido contrário, demonstrando que essa correlação inversa existe, mas é falaciosa. O lazer, enquanto fenômeno vivido e campo de estudo, é interdisciplinar, e por conta disso deve ser tratado, pensado e planejado de forma interdisciplinar, integrando cultura, esporte, saúde, segurança, dentre outras pastas, com olhares no viés macroestrutural, mas também nas microestruturas, como apontam as pesquisas e grupos de estudo citados anteriormente.

Gonçalves (2018) apresenta, em sua tese de doutorado, algumas pistas das maneiras pelas quais as pessoas conseguem dar sentido e significado aos espaços, transformando-os em lugar, destacando como ponto central a necessidade de a comunidade ser ouvida tanto em seus anseios quanto em suas necessidades. Como seu estudo foi realizado em uma área de vulnerabilidade social na cidade de Curitiba-PR, o autor nos apresenta que, mesmo com os problemas observados no bairro,

existe vida com as crianças brincando nas ruas ou praças, gente passeando, conversando, procurando fazer desses espaços um lugar singular. Por fim, considero que os espaços públicos de lazer requerem um debate público e a participação cidadã ao longo de seu processo de concepção, produção e gestão, pois dispor de espaços e equipamentos públicos de lazer perto de onde se vive é condição de cidadania. (Gonçalves, 2018, p. 12)

Esses espaços, como o descrito por Gonçalves, podem ser vistos de diversos pontos de vista, desde os conceitos mais ligados às áreas das ciências exatas até aqueles voltados às ciências humanas. Sob o olhar da geografia humanista de Tuan (2013, p. 14), temos que o “espaço se transforma em lugar, na medida em que o dotamos de valor”. Nesse sentido, estamos tratando como espaço praticado aquele

que se estabelece a partir da experiência sensível e corporal do ser humano, que se transforma em lugar na medida que se vivenciam nele experiências corporais lúdicas e de lazer, sensibilizando os sujeitos que dele se apropriam, evocando valores positivos, vinculados a sentimentos de bem-estar, de segurança, de alegria. Dessa forma, compreendemos que as vivências lúdicas e de lazer são potencializadores de ressignificação, facilitando a passagem de espaços aos quais os sujeitos são indiferentes para espaços praticados.

Os espaços públicos, por definição, são administrados prioritariamente pela administração pública, que utilizando-se de intenções estratégicas mapeia os locais, insere objetivos para eles e os regula, estabelecendo regras. Em experiências no âmbito do lazer, essas regras por vezes são contornadas, a fim de que as experiências sejam realizadas a partir dos quadros de referência dos sujeitos.

É nessa perspectiva, a do sujeito, das vozes dos atores cotidianos que se apropriam desses espaços, que o Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (Geplec) organiza seus estudos, trazendo a significação cultural de tais espaços.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: A FORÇA DOS SUJEITOS

Percebemos que as pesquisas em Curitiba estão alinhadas, de uma forma geral, com as tendências encontradas no contexto brasileiro no que tange ao lazer, ou seja, a valorização da discussão sociocultural em uma abordagem qualitativa, valorizando o sujeito e a empiria.

Ao observar as correlações entre políticas públicas e as experiências empíricas de lazer, nossa principal compreensão foi ligada à força dos sujeitos, no sentido de que visualizamos a possibilidade de que estes não se sujeitem tacitamente àqueles que se colocam como dirigentes dos fatos sociais. Apesar de estarem jogando no campo da estratégia, essas pessoas se orientam por quadros próprios de referência que, por vezes, apesar de se alinharem aos preceitos de uma liderança, não ocorrem com esse objetivo.

Por estes motivos, é possível afirmar que o lazer, quando motiva a apropriação de espaços públicos, age como reflexo e motivador

da participação política cidadã. A partir do estabelecimento do espaço como espaço praticado, a força social se põe em movimento, transformando o próprio espaço em elemento motivador da participação política. A Praça de Bolso de Curitiba, por exemplo, hoje é vista como ponto de encontro dos ciclistas das cidades, mas não qualquer ciclista. São aqueles que tem na bicicleta um motivador da ação e da vivência política na cidade.

Pensando nesse sentido, seria interessante planejar de forma homogênea e ter uma Praça de Bolso do Ciclista em todos os bairros? Ou todas as regionais? De certo que não, visto que esse espaço foi construído politicamente para ser um símbolo de engajamento ciclístico na cidade. Homogeneizar sua existência suplantaria esse símbolo.

No caso da apropriação dos espaços de lazer, a pressão social pela total utilização do tempo para o tempo do trabalho transforma esse tempo de lazer em uma forma de resistência que, mais que utilizar o espaço, pratica esse espaço, dando a ele um sentido diferente, uma conotação de espaço político, espaço de atuação, de luta e defesa de interesses. Assim pratica-se o espaço, utiliza-se da astúcia que possui para transformá-lo, de espaço planejado para espaço vivido que se imbrica nas memórias, nas experiências individuais e coletivas de pessoas que nele insistem em conviver e, com certa teimosia, se firmam enquanto seres políticos, dotados de uma força conquistada no interior do grupo, a partir de sua organização.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. Brasiliense: São Paulo, 2004. (Obra original publicada em 1987.)

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996. v. 2: Morar e cozinhar. (Obra original publicada em 1980.)

DRULA, Andréia Juliane. *O processo de transformação de um estádio para arena: o caso “Arena da Baixada”*. 130 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) — Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38379/R%20-%20D%20-%20ANDREIA%20JULIANE%20DRULA.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jun. 2019.

GONÇALVES, Felipe Sobczynski. *Os espaços de lazer, o bairro Uberaba, o projeto Vila Sustentável: elementos articuladores para experiências de lazer e cidadania na cidade de Curitiba*. 205 p. Tese (Doutorado em Educação Física) — Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/57098/R%20-%20T%20-%20FELIPE%20SOBCZYNSKI%20GONCALVES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jun. 2019.

LIMA, Tânia Vieira de. *A organização e articulação do Geplec (Grupo de estudos e pesquisa em lazer, espaço e cidade) da Universidade Federal do Paraná*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

OLIVEIRA, Bruno Assis de; DAMASCENO, Luciano Galvão; HÚNGARO, Edson Marcelo. Os estudos do lazer na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE): apontamentos críticos. *RBCE*, v. 40, n. 3, 2018.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis; NUNES, Tiago Rodrigues Alves. Produção acadêmica nos estudos do lazer: comparação por estados, instituições e grupos de pesquisa. *Licere*, v. 19, n. 4, 2016.

RECHIA, Simone. Quem somos. *Blog Geplec*, Curitiba, 2019. Disponível em: [http://geplecufpr.blogspot.com/p/quem-somos\\_30.html](http://geplecufpr.blogspot.com/p/quem-somos_30.html). Acesso em: 10 jun. 2019.

TSCHOKE, Aline. *Da recreação e lazer para o lazer e sociedade: as maneiras de fazer acadêmico no campo do lazer ligadas à área da educação física*. 199 p. Tese (Doutorado em Educação Física) — Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.pgedef.ufpr.br/downloads/TESES/2016/TESE%20Aline%20Tschoke.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução: Livia de Oliveira. Londrina: EdUel, 2013. (Obra original publicada em 1977.)

UVINHA, Ricardo Ricci. *Lazer no Brasil: grupos de pesquisa e associações temáticas*. São Paulo: Sesc, 2018.



# **A FESTA OCUPA A CIDADE! CORTEJOS DE LUTAS E DE FESTAS NO CARNAVAL DE BELO HORIZONTE/BRASIL (2010 A 2019)<sup>1</sup>**

Denise Falcão  
Hélder Ferreira Isayama

## **○ ABRE-ALAS**

Em tempos nos quais o consumo e o individualismo dominam o cenário social mundial, o pensamento de Lipovetsky (2007) contraria essa premissa quando o tema é a efervescência coletiva propiciada pela festa. De acordo com o autor,

a festa oferece a oportunidade de desfrutar um tipo de prazer que o consumo mercantil e individualista favorece pouco, ou seja, a experiência da felicidade comum, a alegria de reunir-se, de compartilhar emoções, de vibrar em uníssono com a coletividade. (Lipovetsky, 2007, p. 254)

Lefebvre (2001) afirma que não existe realidade social fora do espaço; por isso, para a realização da festa é preciso a ocupação de um espaço. O espaço é o elemento central para a estruturação da sociedade e sua ocupação significa exercício de poder.

A pulsação de uma cidade emerge da expressão de suas diversidades, sejam elas socioeconômicas, culturais, étnicas ou religiosas, e se concretiza na presença de encontros e confrontos. Nesse contexto, a festa, com seu potencial de sociabilidade, seu poder de troca, sua relação com os excessos e as efervescências coletivas, se apresenta como o campo do desejo possível, se abrindo para a experimentação

1 Pesquisa de pós-doutorado em realização no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGIEL/UFMG/Brasil).

humana do imaginário enquanto instância do desejo (Duvignaud, 1983), o que, por si só, desestabiliza o ideal pretendido de urbe e de cidadãos pelo poder público.

Esse ideal visa apresentar os espaços públicos e a sociedade como homogêneos, sem conflitos ou diferenças. Esse espaço imaginado e planejado escamoteia os mecanismos de higienização e de segregação impostos para o uso e para as condutas sociais (Delgado, 2010). Tal mecanismo, entre outras coisas, difere as práticas aceitáveis ou não nesse espaço regulado, ordenado e preparado para consumo.

O poder público é responsável, entre suas competências, por salvaguardar o interesse da população visando a melhoria da vida nas cidades e deveria primar pelo princípio do interesse público e coletivo em detrimento da conveniência particular. No entanto, evidenciamos que a atuação do Estado é controversa e, muitas vezes, está direcionada aos interesses do capital e de parte da população com poder econômico e social.

Ao compreender a festa como experiência coletiva da cidade, essa pesquisa analisou o Carnaval na cidade de Belo Horizonte/Brasil, tendo em vista a dimensão cultural da vida urbana contemporânea. Nos últimos dez anos (2010-2019), acompanhamos o reflorescimento do Carnaval dessa cidade e suas relações com o lazer, a cultura, as políticas públicas e as transformações relacionadas à sociedade do consumo.

O ano de 2019 consagrou Belo Horizonte pelo maior Carnaval que essa cidade já realizou e, com um número anunciado em 4,3 milhões de foliões (Carnaval, 2019), a capital mineira demonstra sua vocação festiva. É fato que o Carnaval da cidade nunca acabou, mas passou um tempo encolhido e a cidade, na década de 1990, chegou a ser conhecida como um bom lugar para se ir com a intenção de “fugir da festa”. De qualquer maneira, é possível reconhecer o movimento de resistência das escolas de samba e dos blocos caricatos que, mesmo “empurrados” para desfilarem na periferia, resistiram à política higienista adotada para o centro (Marinho, [201-?]).

Porém, ao longo dos últimos dez anos, a manifestação popular do Carnaval de blocos de rua ganhou força, se empoderou, voltou a ocupar as ruas da cidade e vem crescendo exponencialmente em número de blocos e de foliões. Na atualidade, Belo Horizonte detém

o *status* de ter um Carnaval que se realiza nas ruas e movimentam a cidade, entrando na disputa pelo reconhecimento nacional como um dos melhores carnavais do país.

Ao mesmo tempo, é possível notar que junto ao crescimento da festa também crescem as reivindicações sociais que se efetivam. É visível que blocos, que se multiplicaram ao longo desses anos, levantam bandeiras de protesto contra as mazelas sociais. Invocando uma sociedade mais democrática, os corpos que brincam, que se sensualizam, que carregam a jocosidade e a irreverência em seus cortejos, invadem a cidade ocupando e se apropriando das ruas com pautas políticas, com bandeiras ligadas às minorias sociais como LGBTQ+, negros, mulheres; à ocupação dos espaços; à diversidade rítmica; à liberdade de expressão. Assim, o Carnaval de Belo Horizonte segue seu cortejo pelas ruas efetivando “o direito à cidade” na perspectiva lefebvriana<sup>2</sup>.

Portanto, o objetivo desse texto é analisar e discutir o processo de reflorescimento do Carnaval da capital mineira (2010 a 2019), evidenciando as tensões presentes nesse processo de empoderamento do Carnaval como uma manifestação popular, bem como descrever o processo de transformação ocorrido pela sociedade do consumo e a entrada do poder público com intenções de ordenamento e de lucro.

## COMISSÃO DE FRENTE: O PERCURSO METODOLÓGICO

Esse artigo é um recorte da pesquisa pós-doutoral que está em andamento no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (PPGIEL/UFMG/Brasil). Como procedimentos metodológicos utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental, bem

2 Lefebvre (2001) postula o direito à cidade como um contraponto aos processos de urbanização que transformam as cidades em mercadorias, não levando em conta as construções sociais estabelecidas em suas relações. Em sua concepção, o autor entende a cidade como um local privilegiado de criação, de estabelecimento de centralidades, de combinação e transformação de relações sociais.

como a fala de atores que participam da organização da festa<sup>3</sup> e uma entrevista semiestruturada com o presidente da Belotur.

Os documentos analisados foram Relatórios PBH (Prefeitura de Belo Horizonte) dos anos 2015 a 2019; infográficos desenvolvidos em parceria pela PBH, Belotur, Observatório do Turismo de Belo Horizonte e Observatório do Turismo de Minas Gerais de 2015 a 2019; Pesquisa Folião de 2017 a 2019; reportagens referentes ao tema *Carnaval em Belo Horizonte* nos seguintes jornais *online* (G1-Globo; Empresa Brasileira de Comunicação [EBC]; O Estado de Minas [EM]; Sala de Imprensa da PBH; GGN; Hoje em Dia); reportagens referentes ao tema *Carnaval em Belo Horizonte* nas revistas *online* *Marimbondo* e *CartaCapital*.

As falas de atores envolvidos na organização da festa foram retiradas das seguintes fontes: roda de conversa intitulada Carnaval: Para Onde Vamos?, realizada em 11 de novembro de 2018 no espaço d'A Central (antigo espaço 104) e no evento Era uma Voz: a Cidade, o Carnaval e suas Narrativas, realizado de 10 a 13 de fevereiro de 2019 na Biblioteca Pública Estadual de Belo Horizonte. Por fim, foi realizada uma entrevista semiestruturada com o presidente e a assessora de gestão integrada da Belotur, órgão vinculado ao poder público, responsável pela gestão da festa.

Como parte do recorte temporal foi enfatizado o processo ocorrido no período entre 2010 a 2019, não deixando, quando necessário, de buscar elementos relevantes para sua contextualização em outros períodos de sua história.

## ENREDO: A FESTA E AS RUAS COMO PODER DO ENCONTRO

Sendo o Carnaval um eminente tempo de festa e de suspensão da realidade, de rituais coletivos de inversão da ordem social e de um modo de ação e reação coletiva, objetivamos, inicialmente,

3 Rafa Barros, Guto Borges, Juhlia Santos, Jordana Menezes, Paulo Vitor Ribeiro (PV) e Mateus Jacob.

traçar perspectivas para a compreensão desse fenômeno em virtude do seu crescimento na cidade de Belo Horizonte. Amaral (1998) destaca que, em alguns estudos dedicados à festa, há uma tentativa de colocá-la como um fenômeno que nega ou destrói simbolicamente a sociedade ou que reafirma o modo pelo qual a sociedade se organiza. No entanto, a autora nos auxilia a compreender a festa como possibilidade de mediação social universal, por excelência.

Essa compreensão da festa possibilitou abordar o contexto histórico brasileiro no período pesquisado e identificarmos um alinhamento com uma efervescência nos movimentos sociais, culturais e políticos mundiais. Atualmente, nenhum fato é capaz de acontecer isolado no mundo e a velocidade com que os acontecimentos circulam nas redes virtuais minimiza as barreiras de tempo/espço, colocando, em tempo real, as pessoas em contato com as diferentes realidades.

Compreendendo esse efeito, destacamos que, em 2010, no Brasil, é eleita para o cargo de presidente, pela primeira vez no país, uma mulher: Dilma Rousseff. Representante do movimento de esquerda, essa vitória, após uma dura batalha nas urnas, frustrou a representação da direita, que tinha como certa a volta ao poder. Além disso, no Oriente Médio e no norte da África, observamos a denominada Primavera Árabe, que se constituía por revoltas e revoluções populares contra os governos na Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen (Luz, 2017).

Em 2011 identificamos que as revoltas nos subúrbios de Londres, com similaridades aos protestos iniciados por jovens marginalizados, em 2005, nas periferias de Paris, alcançaram quase toda a Inglaterra rapidamente (Moribe, 2011). Concomitante a esse fato, no ano de 2011 aconteceram as ocupações na *Wall Street*, que em alguma medida reivindicavam “as pessoas antes dos lucros” (Schneider, 2011). Por fim, destacamos a Greve Geral em Portugal, contra as medidas austeras do governo; a Greve Geral na Espanha e na Grécia, pelos mesmos motivos, e a chamada Revolta Turca, em Istambul, que se iniciou em 2011 por uma questão ambiental e teve seu ápice em 2013 com protestos contra o governo, liderados por um levante da juventude (Yörük, 2013).

Esse movimento global contemporâneo, com características de ir as ruas e ocupar os espaços urbanos, é liderado por jovens que

têm seus tempos sociais atacados pelas políticas implantadas por governos em diferentes países do mundo. Com a utilização das ferramentas digitais para suas organizações, esses sujeitos estruturam relações horizontais imersas no potencial interativo da coletividade, reivindicando direitos pelas ruas das cidades. Esse movimento global reivindicatório afetou diversas cidades no mundo e a cidade de Belo Horizonte não ficou de fora.

Especificamente na capital mineira, destacamos o governo do então prefeito Márcio Lacerda, que adotava políticas públicas com características neoliberais, privatistas e pouco cuidadosas com a população economicamente desprivilegiada. Em 2010, esse prefeito criou um decreto proibindo a utilização da Praça da Estação<sup>4</sup> para eventos de qualquer fim. A Praça da Estação, reconhecidamente um local que abrigava encontros das diversidades culturais, econômicas e sociais, havia passado por um processo de revitalização, gentrificação e uso de recursos públicos para privilegiar planos de espetacularização junto a outras intervenções urbanísticas na cidade (Jacques, 2004). É importante ressaltar que, nessa época, o país já possuía a responsabilidade de sediar dois megaeventos em um curto período de tempo — a Copa do Mundo de Futebol da Fifa, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016, além de alguns eventos de menor porte que serviriam como teste, a Copa das Confederações e as Jornadas Mundiais da Juventude, ambas em 2013. Nesse sentido, o país possuía diretrizes, a partir de uma linha desenvolvimentista, urbana e social,

4 A Praça Rui Barbosa, ou como é popularmente conhecida, a Praça da Estação, possui alguns dos marcos das origens da história e arquitetura neoclássica da cidade. “Localizada na região central de Belo Horizonte, em 1904 sua construção foi iniciada. Ali foi instalado, no alto da torre da estação, o primeiro relógio público da cidade e, em 1922, foi inaugurado o novo prédio em estilo neoclássico da estação ferroviária da cidade. A Praça atualmente centraliza um circuito cultural formado pelos prédios do Museu de Artes e Ofícios, Casa do Conde de Santa Marinha, Centro Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais, o Viaduto de Santa Tereza e a Serraria Souza Pinto. A maioria dos prédios é da década de 1920, formando um dos principais acervos do estilo neoclássico da cidade e, é também, um dos principais espaços públicos para a realização de shows e eventos na cidade” (Casalarde, 2016).

com claras intenções de preparar as cidades-sedes para receber tais eventos e em Belo Horizonte não foi diferente.

A decisão de proibir a ocupação da praça pelos cidadãos comuns provocou um desconforto entre os atores sociais que dela se apropriavam. Com intenção de contestar a imposição de um capital especulativo financeiro que se apresentava por trás dessa ação do governo municipal, jovens engajados em diferentes causas sociais e políticas iniciaram uma organização via redes sociais no sentido de agrupar pessoas que lutavam em uma mesma perspectiva social e criaram o movimento Praia da Estação<sup>5</sup>.

A Praia da Estação tornou-se um marco na luta política pelo direito à cidade e o protesto aconteceu com característica lúdica/política na qual os sujeitos se apropriavam do espaço público (na época proibido) como uma possibilidade de viver o lazer. Esse aspecto atrelou um caráter peculiar à luta social, incluindo como um de seus elementos a vivência da festa. No dia 7 de janeiro de 2010 aconteceu a primeira Praia da Estação, misturando, nos encontros, banhistas-ativistas e a sociedade civil simpatizante à causa com as gargalhadas, o burlesco, o inusitado, a fruição do lazer, os excessos e a provocação da ordem social. Estavam ali, lado a lado, pessoas que aderiram ao movimento, os meios de comunicação e a repressão governamental oficial que rapidamente foi mobilizada. Porém, pela natureza do estranhamento à prática, tal força repressora assistiu ao episódio sem muita interferência, apenas impedindo o ligamento das fontes (que existem na praça) para o usufruto dos “banhistas”, o que foi resolvido com a contratação de um carro-pipa para aliviar o calor de um dia de verão. A partir desse dia, a Praia da Estação, em seus protestos festivos, perdura durante o verão de 2010 até os dias atuais, ganhando cada vez mais adeptos e envolvendo um número maior de atividades desenvolvidas no espaço.

Muitos foram os desdobramentos desse episódio, com destaque para o Carnaval, pois, no mês de fevereiro de 2010, vários blocos

5 O nome faz alusão a um dos espaços mais democráticos de lazer: a praia, ampliando seu papel irreverente, provocador e jocoso na medida que a cidade não se encontra no litoral do país, ou seja, não possui praia.



criados a partir dos encontros mobilizados na Praça/Praia da Estação fizeram seus desfiles pelas ruas da cidade de Belo Horizonte.

## ALEGORIAS E ADEREÇOS: A FESTA COMO REIVINDICAÇÃO DO DIREITO À CIDADE

Aristóteles (2010), ao postular que o ser humano é naturalmente político, se refere ao homem que vive em uma *pólis*, um ser humano que precisa de outros para se constituir. O filósofo afirma que o homem necessita desse convívio em uma sociedade regida pelas leis e costumes e reconhecer essa necessidade significa que cada cidadão deve se responsabilizar pela *pólis*. Em sua obra *Política*, Aristóteles (2010) afirma que a *pólis* faz parte das coisas naturais e que o homem é um animal político por natureza. Nesse sentido, o autor afirma que a política, ou melhor, a ação política (ação que visa o bem comum) é e pode ser praticada por todo cidadão<sup>6</sup>, ou seja, os políticos (filhos da *pólis*).

Logo, para Aristóteles o homem é um ser político e a política está ligada ao bem-estar social coletivo na *pólis*. Se no tempo/espaço em que Aristóteles fazia suas reflexões podia-se verificar que a cidade era lócus de debates e proposições para a construção de uma cidade melhor para seus cidadãos, com o advento da revolução industrial a cidade passa a se constituir como o espaço de acumulação do capital.

A criação da cidade enquanto “obra”, no sentido de Lefebvre (2001, p. 12), ou seja, local privilegiado de criação, de estabelecimento de centralidades, de combinação e transformação de relações sociais, foi sendo substituída pela cidade enquanto produto e mercadoria para consumo. Essa transformação também se deu na apropriação e no uso da cidade pela festa, pois sua realização, antes impregnada de simbolismos e significados, acabou sendo apropriada,

6 Aristóteles define cidadão como aquele que participa dos poderes do Estado, ou seja, aquele que decide. Para o filósofo, ser cidadão não é um privilégio de nascimento, mas de engajamento, porém, está negado às mulheres, aos escravos, aos estrangeiros e aos menores.

também, por signos massificados, espetacularizados e destinados à troca e ao consumo.

Sendo assim, o planejamento e a urbanização passaram a ser promovidos não para seus cidadãos, mas com intenção de expandir o centro para os negócios, de concentrar riquezas e estabelecer atividades e práticas sociais na periferia para grupos de sujeitos excluídos desse processo. Nesse sentido, é crescente a segregação espacial como elemento de constituição dos centros urbanos. Lefebvre (1992) aponta que a produção do espaço social se dá não apenas pelas “coisas” no espaço, mas pelas inter-relações que se dão dentro desse espaço. Sendo assim, a cidade se constitui historicamente como um espaço ocupado pelo trabalho produtivo, pelas obras e pela festa.

a própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é o valor de uso e o produto é o valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro). (Lefebvre, 2001, p. 12)

As festas populares sempre ocorreram ocupando algum espaço. Quando os portugueses no Brasil chegaram, encontraram nas tribos indígenas seus rituais festivos como um tempo de celebração e reunião. Nos séculos XVII e XVIII o calendário ocidental era organizado a partir das datas festivas, fossem elas de caráter religioso ou político (nascimento de um príncipe, casamentos reais ou aclamações de um soberano). É importante destacar que não era apenas uma parte da população que participava desses eventos. De forma segregada e em espaços diferenciados, as festas ocorriam em todos os estratos sociais, porém, a Igreja Católica era a guardiã dos “bons costumes”, retratando que a forma de controle social desse tempo era principalmente sua responsabilidade.

Enquanto nas festas da elite colonial o desfilar de roupas luxuosas e bonitas, feitas com os melhores tecidos, com bordados, joias e todos os adereços possíveis eram demonstração de poder e ostentação, os escravos, por sua vez, também realizavam suas festas com danças africanas, batuques e muito corpo em movimento, o que atraía a curiosidade dos brancos. À essas festas, que em determinadas datas eram autorizadas pelos senhores e pela igreja, dava-se o nome de “folguedos honestos” que, como definia o jesuíta Antonil, eram tolerados para diminuir a revolta e a insatisfação dos negros de cativeiro (Del Priore, 1994). Nesse sentido, pode-se concluir que existia a compreensão de que a festa é necessária para extravasar os desejos reprimidos. Seja nas tribos, nos terreiros das senzalas ou nos salões coloniais a festa proporciona o reequilíbrio social pelo extravasamento das ansiedades coletivas.

Itani (2003, p. 15) pontua que “Quando se festeja, no conteúdo histórico das festas pode-se ver o ser humano em sua criação, em seus costumes, símbolos e suas crenças, pelos seus ritos, seus cantos, suas músicas e danças”. E é na prática das festas que se torna possível que pessoas de diferentes classes sociais, idades e credos possam exprimir suas emoções. As festas são importantes práticas socioespaciais de construção da sociabilidade. Em sua temporalidade efêmera e fora da rotina, a festa transcende as necessidades imediatas e o produtivismo, alcançando uma outra esfera da vida: o prazer coletivo. Em sua prática, a festa possui uma permissividade em relação à liberação dos excessos, dos gozos, do desconhecido, do obscuro, que fazem parte do ser humano e são mantidos sob controle para possibilitar um bom convívio social.

O Carnaval é identificado como “um palco simbólico onde os interesses e desejos dos diferentes grupos sociais marcam uma presença substancial” (Pereira Filho, 2006, p. 66). Carrega traços que, como aponta Yúdice (2004), têm na cultura um recurso que gera e atrai investimentos, cuja distribuição e utilização atuam para o desenvolvimento econômico e turístico ou para as indústrias culturais e novas indústrias dependentes da propriedade intelectual e da criatividade. Destacamos que as culturas, a partir de suas inserções nas indústrias culturais (cujo movimento é global), assumem um discurso

de preservação da tradição como forma de manter a (bio)diversidade, visando o desenvolvimento político e econômico.

No século XXI, a essência da festa não se modificou e nem sua tentativa de controle. É possível ratificar que o processo de sociabilidade e religação dos ideais sociais coletivos, disparado pelo movimento reivindicatório de apropriação da Praça da Estação, conhecido como Praia da Estação, empoderou vários coletivos de sujeitos. Toda festa e toda luta advinda do fortalecimento dessa movimentação social veio em resposta à intensidade da opressão sentida por esses sujeitos em seus direitos de cidadãos. A resposta deveria se contrapor à força opressora, ou a consequência seria a morte social pelo ordenamento imposto, o que não foi um caso específico ou isolado na cidade Belo Horizonte/Brasil, mas uma onda mundial.

Constatamos que esse movimento foi um processo de construção coletiva a partir do engajamento dos sujeitos que, em alguma medida, se sentiram violados em seus direitos de cidadãos e de usufruto da cidade. A festa foi ganhando força e se multiplicando de forma horizontal, em um levante da juventude de classe média belo-horizontina, formada em sua maioria por universitários, produtores culturais, músicos, ativistas sociais e outros sujeitos que se engajaram nas pautas reivindicatórias, demonstrando que existia uma negativa, um choque entre os processos autoritários de condução dos rumos da cidade e os desejos dos sujeitos coletivos.

E a festa, como mediação social e experimentação do imaginário enquanto instância do desejo, como afirma Duvignaud (1983), cumpre sua finalidade e se apropria das ruas da cidade. Ao ocupar espaços públicos centrais e periféricos de Belo Horizonte, o Carnaval do ano de 2010 da capital mineira retoma de forma contundente a festa momesca. O movimento ocupa distintos espaços sociais e penetra nas ruas e locais da cidade com alegria e pautas sociais reivindicatórias, bem como desfila com irreverência e demonstra a força do coletivo.

Não foi possível obter os dados de quantos blocos participaram no início desse reflorescimento, mas a partir da pesquisa em diferentes fontes (jornais *online*, blogs, organizadores de blocos e foliões), constatamos que em 2009 já haviam blocos de rua desfilando na

cidade, o que lhes confere o “título” de blocos precursores desse movimento, são eles: Bloco do Approach, Tico Tico Serra Copo e Peixoto. No ano de 2010, na sequência dos protestos da Praia da Estação, somaram-se aos primeiros, os blocos Samba do Queixinho, Bloco da Praia, Vira o Santo, Filhos de Tchatcha e Mama na Vaca e, em 2011, se integram ao grupo os blocos Então, Brilha, Alcova Libertina, Corte Devassa e Baianas Ozadas.

A partir do ano de 2012 tornou-se difícil nomear todos os blocos que desfilaram, pois a festa foi crescendo e esse foi o primeiro ano que se pôde contar com algum tipo de dado produzido pelos órgãos governamentais, com um número de 24 blocos, cadastrados pela Belotur, desfilando nas ruas da cidade. No ano de 2013 esse número passa para 46 blocos cadastrados e com uma estimativa de setenta blocos desfilando. Nesse período se evidenciou uma tensão existente entre o órgão público que tentava assumir a gestão da festa e os organizadores de blocos que entendiam o Carnaval como uma festa de gestão popular sem ordenamento, sem regras.<sup>7</sup>

Um salto numérico foi dado em 2014, quando foram cadastrados 132 blocos, e em 2015 o número atingia 177 blocos oficialmente cadastrados. Em 2016, o número passa para 218 blocos e 274 cortejos e chega-se, no ano de 2017, na marca de 350 blocos desfilando e 416 cortejos. Em 2018 atingiu-se o número de 420 blocos oficializados e em 2019 o número seguiu crescendo e atingiu o patamar de 515 blocos cadastrados, sendo efetivados 447 cortejos.<sup>8</sup>

É importante ressaltar que esses são os números oficiais que divergem dos números reais, pois durante um período existiam muitos blocos que resistiam a esse cadastramento e a consequente normatização

7 Os anos iniciais dessa pesquisa não oferecem dados oficiais. Os dados apresentados de 2009 a 2012 foram coletados através de jornais *online*, de entrevistas com gestores e representantes de blocos e da roda de conversa com promotores e gestores do carnaval (2018). A partir de 2012 a Belotur, o Observatório do Turismo e os meios de comunicação oficial da prefeitura de Belo Horizonte passaram a divulgar relatórios e infográficos.

8 Dados coletados dos Infográficos da PBH, relatórios da Belotur e do Observatório do Turismo.

de seus desfiles. Atualmente, verificamos que existem blocos que se cadastram e depois não realizam o desfile, por uma lista de motivos.

Cabe ainda ressaltar que a multiplicação dos blocos ampliou e multiplicou os motivos pelos quais eles foram criados. Não é mais possível afirmar que todos possuem uma pauta política/social ou que se mantenham contra a perspectiva da sociedade do consumo. A diversificação dos estilos e das intenções de cada bloco atinge patamares difíceis de classificar, mas temos que destacar que a festa passa a ocupar a cidade, impondo-lhe um outro ritmo no período do Carnaval.

## BATERIA: DISSONÂNCIAS E AFINAÇÕES, UM CONTINUUM DE VOZES QUE ORQUESTRAM O CARNAVAL

Durante as ocupações da Praia da Estação, alguns manifestantes decidiram criar um bloco de Carnaval do movimento, o Bloco Praia da Estação. Foi possível perceber que, pelas condições em sua constituição, os atores sociais que se agregaram, em alguma medida, foram os afetados pelo processo de higienização, gentrificação e estetização em andamento na cidade. Entre os grupos que se incorporaram ao bloco, podemos citar os/as profissionais do sexo, participantes dos movimentos LGBTQ+, moradores e meninos de rua, afrodescendentes, vendedores ambulantes, feministas, pipoqueiros, fotógrafos lambe-lambe, artesãos da Praça Sete<sup>9</sup>, artesãos da Feira Hippie, dentre outros.

Analisando as entrevistas dos organizadores dos blocos de Carnaval, concedidas em diferentes meios de comunicação da época (jornais, revistas e mídias sociais), as falas dos componentes na

9 A Praça Sete está no cruzamento das principais avenidas da cidade — Afonso Pena e Amazonas. Tem como “marca registrada” o monumento denominado Pirulito: um obelisco que é feito de granito e tem o formato de uma agulha, com sete metros de altura, apoiada em um pedestal. Marco zero do hipercentro de Belo Horizonte, a Praça Sete foi revitalizada em 2003 e passou a integrar o acervo operacional do Museu Histórico Abílio Barreto. (Ipatrimônio, 2023).

Roda de Conversa realizada em 2018 e as entrevistas realizadas com os organizadores de blocos, percebe-se que os foliões-ativistas-precursores-organizadores que participaram desse movimento inicial na cidade compreendem que o empoderamento do Carnaval de rua de Belo Horizonte foi se constituindo como uma necessidade da população em reapropriar-se da cidade. Nesse sentido, os sujeitos procuraram resistir à cidade que se produzia para o consumo sob o viés dos interesses do capital econômico.

Essa luta pela reapropriação do espaço é de muitos sujeitos que se sentiam excluídos e esses encontros proporcionados pela *Praia* se firmam como ponto de debates sobre as lutas sociais e os rumos da cultura na cidade, promovendo articulações e alinhando os discursos dos diferentes grupos artísticos e sociais que por ali interagem. Como afirmam Amorim e André (2017, p. 13):

A Praia da Estação gerou vários outros pontos de debate em relação à ocupação dos espaços públicos da cidade, além de ter agregado um grande número de pessoas da classe criativa que aproveitaram este encontro para gerar novas formas de manifestações culturais, como o surgimento de novas bandas, coletivos de arte, produção cultural.

Janaína Macruz, produtora cultural e participante da Praia da Estação, em uma entrevista no ano de 2014 (Amorim; André, 2017, p. 13), apresenta sua visão sobre o movimento que borbulhava na cidade:

A praia fez com que as pessoas que estavam fazendo coisas na cidade, engajadas tanto em movimentos políticos e sociais quanto artisticamente, se encontrassem e se conhecessem. Eu falo assim, mesmo na área da cultura. A gente, a galera da música, a galera do teatro se conheceu um ao outro. De repente se formou uma rede na cidade. A partir daí um foi conhecendo o trabalho do outro, de levar coisa para a rua, e essa vontade de estar na rua também, se apropriar da cidade, transformou-se numa grande rede.



Guto Borges, historiador, músico e criador de vários blocos que existem atualmente no Carnaval da cidade, entre eles o Mama na Vaca, em uma entrevista concedida em 2013 (Oliveira; Kiefer, 2013) aponta que “a Praia da Estação e o Carnaval têm a mesma preocupação: retomar o valor da vida comunitária na cidade”.

Outro ator social, participante do movimento desde os primórdios, é Gustavo Caetano, que é fundador do bloco Unidos do Samba Queixinho. Gustavo pontua que a iniciativa de criar o bloco partiu dele, junto com mais oito amigos, que compreenderam que não precisavam deixar a cidade de Belo Horizonte para curtir a festa. Porém, afirma que mais que um movimento pró-Carnaval, “foi um movimento de tomada de espaços públicos e descoberta de que a cidade está aí para as pessoas usarem” (Freitas, 2013).

Rafa Barros, antropólogo, ativista social, fundador do bloco Filhos de TchaTcha, explica que o bloco sai, sem o registro oficial, em bairros afastados do centro da cidade. “O Carnaval de Belo Horizonte surgiu de maneira anárquica e descentralizada. [...] festejamos o poder dos encontros e dos deslocamentos” e para tanto é preciso que se ocupe o espaço público. “Sempre acreditamos e investimos num processo de descentralização do Carnaval” (Foliões, 2015). Afirma Barros, em entrevista para Buzatti (2018):

Enraizar, capilarizar, pulverizar diz desse movimento de experimentar, de experienciar a cidade e seus espaços públicos. Diria mais, diz respeito a um deslocamento não apenas geográfico, mas existencial, em direção ao outro, à alteridade, à diferença. Uma possibilidade de conhecer não apenas espaços desconhecidos e marginais, mas de reconhecer outras possibilidades de vida, experiências comunitárias etc.

O Bloco do Peixoto, um dos blocos precursores desse movimento de ocupação dos espaços da cidade, desfila no bairro Santa Efigênia, onde foi criado. Elisa Marques e Nian Pissolati, jornalistas e fundadores do bloco, apontam em uma entrevista para Macedo (2011) que existia uma conjuntura social que envolvia a cidade nesse

período e que discordava das políticas públicas adotadas pelos governantes. Nesse sentido, os entrevistados afirmam que os blocos foram:

feitos por pessoas que pensam muito a questão da intervenção urbana, da cidade. Acho que a atitude reflexiva começou a ser cada vez maior também ao longo desses três anos, talvez pelo momento que estamos vivendo na cidade. A festa é também uma forma de embate com a rotina e com certa ordem que, de alguma forma, temos questionado: essa forma institucional de gerir uma cidade com a qual a gente não concorda [...] sendo um bloco de Carnaval, o Peixoto tem um lado que é totalmente espontâneo, que é independente do nosso trabalho artístico. Mas uma coisa que perpassa todo esse trabalho de intervenção urbana é um apelo, um convite para que as pessoas vejam o espaço urbano como um lugar de convívio e de permanência.

Em outra perspectiva para a ocupação dos espaços públicos, o Bloco Tico Tico Serra Copo e o Bloco Filhos de TchaTcha, desde o surgimento, não têm um lugar fixo para sair em cortejo, apresentando como identidade uma mudança dos seus percursos ano a ano. Esses blocos escolhem assentamentos, ocupações, vilas e bairros periféricos com a intenção de levar alegria e promover a interação social que a festa pode propiciar.

Migliano (2012) afirma que, no Carnaval de 2011, a prefeitura fechou a Praça da Estação, cercando-a de grades, para realizar um evento carnavalesco. Como forma de protestar pelo cerceamento da ocupação da praça durante o Carnaval, um grupo de ativistas burlou o gradeamento e entrou na praça para cantar as marchinhas que exaltavam a falta de vontade política do prefeito em prol da cidade. Um manifesto político-satírico que, em alguma medida, dava o tom e ditava o sentimento dos participantes do bloco e da festa.

No ano de 2011 a relação de forças entre os blocos de rua e o poder público, em função da disputa pela ocupação dos espaços, dificultava o diálogo. O poder público utilizava de mecanismos governamentais, dos órgãos de segurança e do controle da ordem social

para deixar claro quem “dominava” o espaço público. Verificamos que, em 2011, em diferentes pontos da cidade, ocorreram várias repressões policiais utilizando gás lacrimogênio e *spray* de pimenta para fazer a dispersão dos blocos. Esse embate demonstrou que o Carnaval, considerado uma manifestação popular, não condizia com a cidade pretendida pelo poder público.

Nas palavras de Roberto Andrés, folião e organizador do bloco Tico Tico Serra Copo, ratificando o enunciado sobre a dificuldade relacional entre blocos e prefeitura:

Em 2011, em sua ânsia pela ordem, (a prefeitura) passou a combater a folia, ameaçou donos de bares que vendessem cervejas para blocos e utilizou a polícia para dispersar blocos. Nos anos seguintes, passou a aceitar a folia, mas sempre tentando impor a sua lógica, sem ouvir os anseios de quem faz o Carnaval. (Foliões, 2015)

O Carnaval cresceu na cidade de Belo Horizonte a partir de 2012, como demonstrado pelos números de blocos e de participantes, e o governo compreendeu que não adiantava tentar coibir a festa, que se tornava maior e mais forte que o poder de repressão estatal, e a atuação do governo frente à manifestação popular espontânea vinha sendo criticada pelos meios de comunicação. No entanto, era necessário cumprir seu papel estatal tentando organizá-la para a cidade e seus cidadãos. O governo não estabelecia diálogo com os organizadores dos blocos, o que dificultou as relações e limitou o desenvolvimento da festa por alguns anos, colocando em lados opostos os interesses dos blocos e os interesses da gestão pública. Porém, percebendo o potencial econômico da festa, em 2012, pela primeira vez, o governo garantiu a limpeza urbana durante o Carnaval e providenciou banheiros químicos.

Nos anos de 2013, 2014 e 2015 o Carnaval da cidade cresceu surpreendendo tanto os representantes dos blocos quanto a administração pública. Os números saltaram de forma exponencial, exigindo um planejamento mais cuidadoso para que o caos não se instalasse na cidade. Uma nova polêmica se apresentou entre prefeitura e blocos e se relacionava com a existência de empresas patrocinadoras.

Para o Carnaval do ano de 2014, a prefeitura lançou um edital em busca de um patrocinador oficial para a festa, passando a denominá-la como um megaevento e nos anos de 2014 e 2015 uma cervejaria foi a patrocinadora oficial do Carnaval de Belo Horizonte.

Essa atitude não agradou aos blocos, que acreditavam que a festa deveria seguir sendo promovida pela população, de maneira independente, sem interferência do governo. Peú Cardoso, do bloco Baianas Ozadas, afirmou que “O poder público tem que entender que quem faz e organiza a festa é o povo e os blocos que estão na rua. Se a prefeitura quiser organizar, ela deve conversar de forma mais profunda e criativa com as pessoas” (Foliões, 2015).

No sentido de ratificar que o interesse do governo pela festa é meramente econômico e, sendo assim, despreza os movimentos culturais populares, Rodrigo Castriota, músico e regente de diversos blocos, afirma: “Nós aprendemos que com a força da coletividade é possível fazer qualquer coisa, inclusive um Carnaval imenso e lindo, sem patrocinadores” e reafirma seu amor e sua luta pela festa nas seguintes palavras: “Porque além de fazer um Carnaval para a cidade pelo simples amor à festa, a gente tem que ficar levantando a voz para a multinacional e a prefeitura que tentam lucrar com as nossas caras e o nosso suor” (Foliões, 2015).

Essa discussão sobre patrocínio, em 2015, levou um grupo de 27 blocos a produzir uma nota de repúdio que, depois de publicada, teve a adesão ampliada, contabilizando 51 blocos, que indicava que a cervejaria patrocinadora utilizou as imagens e os conteúdos produzidos pelos grupos em seus desfiles para divulgar sua marca. Além disso, ressaltava que o poder público fazia “uma esdrúxula tentativa de apropriação financeira da festa” de algo que é “do povo para o povo” e finalizava apontando que

O Carnaval de BH não cederá a *lobbys* de megaempresas nem de órgãos públicos que colocam em risco uma festa tão plural e espontânea, feita com o pulso firme do povo, que clama por uma cidade mais justa, livre e igualitária. A apropriação não passará! (Carnaval de rua BH, 2015)

Esse movimento contestatório demonstra que os sujeitos sociais, quando envolvidos em uma causa coletiva, são capazes de resistir no tempo/espaço às estratégias de planejamento urbano e social rentista, com intenções de promover o capital. Nesse sentido, outros imaginários políticos são possíveis e a luta coletiva proporcionada pelos encontros na festa potencializam a necessidade de apropriação dos espaços públicos e o desejo de refrear a espetacularização propiciada. Segundo Ribeiro (2005, p. 270),

a criação desse imaginário social mais justo e igualitário se dá mediante a ordem “das resistências culturais e das lutas políticas que marcam trajetos, criam caminhos, interrompem fluxos desejados pelas classes dominantes e elaboram novas territorialidades” (Porto-Gonçalves, 2002).

Muitas dessas vozes que compõem essa orquestração do que hoje é o Carnaval da cidade de Belo Horizonte nos possibilitaram identificar os traços históricos e penetrar nos diálogos e questões que constituem o Carnaval e seu processo dinâmico de transformação. Em pauta está a relação do Carnaval da/na cidade e, nesse sentido, segue-se avançando para os olhares da cena atual. É inquestionável que o Carnaval hoje ocupa o *status* de ser a maior festa da cidade e que isso tem um impacto direto em toda a festividade, seja como movimento espontâneo popular, seja pela logística necessária para a festa acontecer.

Em 2019 o órgão público responsável por gestar a festa seguiu sendo a Belotur, mas algumas mudanças foram perceptíveis, principalmente no que se refere ao poder público que não mais trabalhava para coibir a festa e procurou estabelecer maior diálogo entre as partes para que o Carnaval pudesse fluir. Sendo assim, foi necessário adentrar no universo desses diálogos entre blocos de rua e poder público procurando atualizar o Carnaval da cidade, buscando captar as sutilezas, as demandas e as necessidades das distintas vozes.

Em novembro de 2018 aconteceu uma roda de conversa intitulada Carnaval: Para Onde Vamos? que contou com a participação

de atores da cena carnavalesca da cidade<sup>10</sup> e um público interessado e atuante no assunto. Foi interessante perceber que a diversidade de representantes (blocos centrais, blocos periféricos e representante do governo) mostrava divergentes olhares para o processo atual, que não só se contrapõem, mas que apresentam ângulos diferenciados de visão.

Paulo Vitor Ribeiro (PV), do bloco Seu Vizinho, que surgiu na Vila Marçola, no Aglomerado da Serra em 2014<sup>11</sup>, apontou que o olhar ainda é centralizado por parte do poder público, colocando os holofotes para os blocos que se apresentam nas zonas central e sul. O participante destacou a questão de uma não inclusão das periferias nas belezas propagadas do Carnaval e sinalizou que se falava de inclusão na perspectiva do desfile, pois todos os que estão no entorno podem participar desse cortejo, mas questionou: “quantos desses blocos colocaram o instrumento nas mãos das pessoas moradoras de rua? Quantos desses sujeitos são convidados a participar dos ensaios, a aprender um toque, uma virada, um instrumento?” (Carnaval, 2018).

PV sinaliza também que é importante que os blocos que pretendem fazer seus cortejos em comunidades, visitem antes essas comunidades e conversem com as pessoas, com as lideranças, pedindo “licença” para o que vai acontecer. Tendo em vista que a intenção é de levar alegria, de propiciar a festa, é necessário um preparo e o conhecimento dos moradores para o que vai ocorrer no espaço.

Juhlia Santos (Carnaval, 2018), dos blocos Alô Abacaxi e Corte Devassa, chama a atenção para a necessidade de se dar reconheci-

10 Rafa Barros, do bloco Filhos de TchaTcha, Jordana Menezes, da área de Planejamento da Belotur, Juhlia Santos, dos blocos Alô Abacaxi/Corte Devassa, Mateus Jacob, do Bloco Pula Catraca e Paulo Vitor Ribeiro (PV), do Bloco Seu Vizinho.

11 Vila Marçola faz parte, junto com outras sete vilas, do Aglomerado da Serra (maior favela do estado de Minas Gerais). Localizada na região centro-sul de Belo Horizonte (região nobre da cidade), essa localidade possui alto índice de vulnerabilidade social. Reconhecida como local dominado pelo tráfico de drogas, essa comunidade também enfrenta problemas com a criminalidade. No entanto, existe uma diversidade de projetos e movimentos sociais desenvolvidos por parte dos moradores e das lideranças locais com intenções de promover projetos culturais e melhorar a qualidade de vida dos residentes.

mento na história recente aos interlocutores que protagonizaram lutas e propiciaram que o Carnaval chegasse no patamar atual. Aponta o silenciamento midiático sobre as “sucateadas” escolas de samba e destaca sua importância como parte da resistência do Carnaval que nunca deixou de existir. Afirmar que o problema do processo de higienização que a cidade continua sofrendo é sentido com mais força pelas chamadas minorias: pretos, LGBTQ+, mulheres, pobres, moradores de rua, vendedores ambulantes. Nesse sentido, afirma que respeita o passado dos blocos que fizeram esse levante para o Carnaval com pautas políticas, mas denuncia que muitos deles, atualmente, só carregam as bandeiras de minorias sociais pró-forma, principalmente, para poder participar do edital de subvenção financeira distribuído pela prefeitura. Denuncia que muitos blocos que dizem que desenvolvem projetos sociais, que possuem um recorte racial, que defendem causas sociais, não o fazem. Nesse ponto, o poder público deveria ter uma forma de controle mais efetiva, porque muitos desses blocos que não atuam nas questões sociais são contemplados com maiores valores na distribuição dos recursos.

A representante do poder público, Jordana Menezes, destacou a necessidade de diálogos e apresentou algumas questões: “inclusão pra quem? Quem tá incluindo quem?” (Carnaval, 2018). Segundo sua narrativa, a Belotur tem tentado compreender essa festa como uma manifestação popular, então não é a empresa pública que decide sobre quem está dentro ou fora do Carnaval. A intenção do órgão é viabilizar a festa; dar condições para que ela aconteça e possibilitar as saídas dos blocos com o devido planejamento. Além disso, destacou a participação do poder público no fechamento de ruas, instalação de banheiros químicos, organização do trajeto dos blocos, local de concentração e dispersão, bem como do contingente policial necessário para que a festa aconteça. Jordana Menezes entende que a atual diretoria do órgão responsável por gestar a festa tem procurado dialogar com todos os setores envolvidos, desde os responsáveis pelos blocos de rua até os outros órgãos públicos (em torno de trinta) que são envolvidos na festa. O grande desafio é: como deixar a festa um pouco mais cidadã ou um pouco mais responsável?



Outro ponto que teve impacto na discussão foi a atual perspectiva do Carnaval. A pergunta apresentada foi: o Carnaval da cidade de Belo Horizonte é um Carnaval político ou transformou-se em um Carnaval comercial? Esse tema gerou polêmica e foi atravessado pelos diferentes olhares. Em síntese, destacamos que os participantes da atividade entendem que não é possível separar essas realidades como se fossem independentes. A entrada de patrocinadores, da subvenção financeira do governo e outras possibilidades rearranjadas por determinados blocos para angariar dinheiro (como participação em bailes de formatura, em eventos fechados, em casamentos), ultrapassa qualquer tipo de crítica e é um caminho possível para obter condições para o desfile no Carnaval. O caminho a percorrer deve ser uma escolha de cada bloco, pois é necessário recurso para concretizar o desfile. Para isso, diversos blocos se profissionalizaram e são compostos por músicos e outros profissionais relacionados ao *design*, comunicação e *marketing*, entre outros. Além disso, os blocos tem agenda de eventos e patrocinadores ao longo de todo o ano.

Pela afirmação do órgão gestor da festa, mais de 150 blocos, no ano 2018, saíram com trio elétrico com mais de cinco metros de altura, o que demonstra a necessidade de planejamento de seus percursos, pois muitas vias da cidade não comportam essa altura. Outros blocos preferem se manter pequenos, saindo com a bateria no chão, mantendo suas pautas reivindicatórias e atuando em ações sociais junto a sua comunidade. E outros ainda se concretizam a partir da amizade dos participantes, que se reúnem, formam a bateria e estruturam as demais necessidades para o desfile do bloco. Enfim, uma diversidade de possibilidades que dá a cara do Carnaval “sem forma” e diverso da cidade.

## EVOLUÇÃO: DO LEVANTE POPULAR À ECONOMIA CRIATIVA, A FESTA EM QUESTÃO

É possível afirmar que o Carnaval de rua que reacendeu na cidade de Belo Horizonte no início da década de 2010 é um Carnaval

pautado por lutas sociais e marcado pela participação de uma juventude crítica ao sistema vigente, composta por um grupo majoritariamente universitário, classe média, conectada com as artes, a música, a estética, a plasticidade e a cultura de forma geral. Essa juventude tem se mostrado engajada politicamente em uma diversidade de pautas reivindicatórias e em prol de uma sociedade menos excludente e mais preocupada com os cidadãos e suas diferenças.

A festa, ao longo desses dez anos, vem cumprindo seu ideal de sociabilidade, comunhão e transformação, porém, ano após ano a quantidade de blocos foi se multiplicando e com eles suas intenções. Em oito anos, de 2010 a 2018, houve um crescimento de 750% no número de blocos de rua do Carnaval da cidade. Se em 2009 e 2010 a prefeitura ignorou a festa, em 2011 o governo resolveu coibi-la com uso de efetivo policial, mas em 2012 decidiu apropriar-se da festa, distorcendo-a.

Como aponta Pereira Filho (2015) sobre a ação da prefeitura em relação ao Carnaval:

Em 2011, decidiu combatê-la, com ameaças a bares e uso de efetivo policial: pouco importa se a fantasia era de rei, pirata ou marinheiro, o expediente foi cassete e bomba de gás lacrimogênio. A partir de 2012, a PBH tentou se apropriar da festa e distorcê-la. Vendeu o direito de se fazer comércio nas ruas para uma marca de cerveja, montou palcos e esbanjou em publicidade. O fato é que os palcos da PBH não atraíram um décimo dos foliões presentes nos blocos, segundo dados oficiais. Na sua ânsia privatista, o ex-presidente da Belotur chegou a propor que a cidade se tornasse um grande blocódromo, com áreas restritas para a festa, todas elas comercializadas com grandes marcas.

Observamos, nesse sentido, que em 2019 houve uma mudança no posicionamento e na postura do governo frente à festa. A Belotur, sob a atual direção, que assumiu a gestão em 2017, passou a defender o diálogo como prática para uma construção coletiva e democrática da festa. Em entrevista concedida para essa pesquisa, o presidente

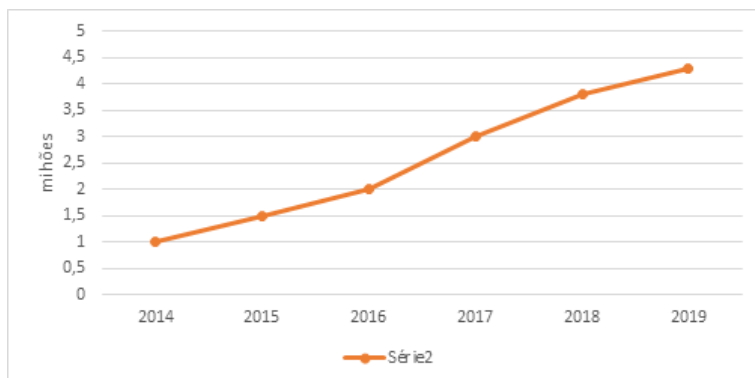
da Belotur afirmou que “nós não fazemos o Carnaval. Quem faz o Carnaval é a sociedade civil, cabe ao poder público fazer a gestão dos serviços e nós trabalhamos no sentido de conseguir fazer com que a festa aconteça da maneira mais espontânea possível”.

Para o Carnaval de 2019 foi possível verificar uma ampliação das vozes na composição da festa. Em uma tentativa de melhorar a gestão do Carnaval, foram chamados os organizadores dos blocos de rua para conversar e, assim, promover uma integração entre os que fazem e os que gestam a festa, na tentativa de afinar as demandas dos blocos e as necessidades da cidade, que não pode parar de funcionar.

Se em outros anos o Carnaval foi realizado sem recurso financeiro público, em 2019 houve um montante investido de 4,5 milhões em aportes diretos, mais 8,3 milhões em planilhas de estrutura e serviços. Foi utilizado, como subvenção para os blocos de rua, o montante total de R\$ 564 mil (R\$ 36 mil a menos do que o previsto). O edital da Belotur para financiamento dos blocos foi organizado em quatro categorias, com valores diferenciados (R\$ 10 mil, R\$ 7 mil, R\$ 5 mil e R\$ 3 mil), e nesse contexto foram contemplados 84 blocos. Segundo o presidente da Belotur, nenhum recurso é proveniente diretamente dos cofres públicos e todo investimento na festa foi feito por patrocinadores.

A Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL/MG) estimou que houve, em 2019, uma movimentação financeira na cidade de cerca de um bilhão de reais (Cerca, 2019). Em 2018, segundo os dados da prefeitura, a festa fez circular 641 milhões de reais, sendo que, desse valor, nove milhões foram arrecadados em patrocínios para investimento direto no Carnaval (Moradores, 2018). Se na década de 2010 eram apenas grupos de amigos e ativistas que faziam o Carnaval, levantando bandeiras e transformando a festa, o Carnaval de 2019 recebeu 4,3 milhões de foliões, número que vem crescendo a cada ano de forma exponencial, como pode ser observado no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 — Estimativa de foliões no carnaval de BH por ano



Fonte: Falcão; Isayama (2021).

Nesse contexto de crescimento da festa, identificamos que o segmento denominado economia criativa tomou conta do cenário. Howkins (2012) aponta que essas atividades têm como matéria-prima a criatividade e o capital intelectual para criação, produção e distribuição dos bens e dos serviços. Andrea Matarazzo (2015), secretário de Cultura de São Paulo entre 2010 e 2012, afirma que “o que move a economia criativa é a criatividade e a inovação como matéria-prima, portanto, o processo de criação é tão importante quanto o produto final, ou seja, uma cadeia produtiva baseada no conhecimento e capaz de produzir riqueza, gerar empregos e distribuir renda”. Ainda envolvendo esse conceito, na perspectiva do Carnaval da cidade de Belo Horizonte, Fonseca (2015) evidencia que

para entender melhor a economia criativa, é bom pensar em dois conceitos-chave: “intangible assets” (bens intangíveis) e propriedade intelectual. O primeiro diz respeito a obras que não podem ser tocadas fisicamente, como o conteúdo de um livro, softwares, músicas ou filmes, mas que podem ter alto valor intelectual e comercial. [...] Já propriedade intelectual é o conjunto de proteções que podem ser dadas a esses bens intangíveis, como copyrights e patentes — e que ajudam a identificar o valor comercial das obras.

Se nos anos 2013/2014, quando o governo começou a perceber o potencial econômico e lucrativo da festa, houve descontentamento por parte daqueles que a faziam acontecer, com o passar do tempo esse sentimento também se modificou. No evento realizado em 2018, Juhlia questionou: “E por que também não podemos ganhar dinheiro com a festa que é parte da nossa cultura?” (Carnaval, 2018). Não pretendemos responder essa questão nesse texto, mas nosso intuito é mostrar indícios de uma transformação em curso no processo histórico do Carnaval e a entrada da economia criativa como moderadora desse processo.

Não é mais possível pensar o Carnaval belo-horizontino sem correlacioná-lo à tendência de mercantilização e estetização da festa. Yúdice (2004) aponta que o “capitalismo cultural” é a nova face do modo de acumulação capitalista. Nesse sentido, a cultura acaba sendo utilizada como recurso. Lypovetsky e Serroy (2015, p. 12) apontam que o “capitalismo artista” se volta ao mercado de consumo multiplicando os estilos, as tendências, os espetáculos, os lugares de arte, lançando novas modas em todos os setores e criando em escala os sonhos, o imaginário, as emoções, bem como tornando artístico o domínio da vida humana.

Nesse sentido, o que se observa no Carnaval da cidade é que, a cada ano, mais blocos de diferentes vertentes, sejam elas políticas, sociais e econômicas, surgem ampliando a diversidade que é produzida pela cidade. O poder público, como responsável por gestar a festa, aproveita dessa vocação advinda das culturas populares espontâneas para impulsionar seus planos de fortalecimento da economia da cidade, investindo em áreas como o turismo, a gastronomia e o lazer, setores diretamente envolvidos com a transformação e o crescimento do Carnaval. Foi por isso que o lema do Carnaval 2019 da cidade era: “Carnaval de Rua de Belo Horizonte: É de Todo Mundo, É para Todo Mundo!”.

A partir desse desenho traçado sobre o Carnaval de Belo Horizonte e pensando em sua relação com a apropriação do espaço público, corroboramos com Harvey (2012, p. 74) quando afirma que o direito à cidade “é muito mais que a liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a si mesmos por mudar a cidade”. É, sobretudo, um direito coletivo, pois a transformação inevitavelmente

depende do exercício de um poder coletivo para dar nova forma ao processo de urbanização. Pode-se compreender o direito de fazer e refazer nossas cidades e nós mesmos como um dos mais preciosos, e ainda assim mais negligenciados, de nossos direitos humanos.

## DISPERSÃO: OS CAMINHOS PARA A CONCLUSÃO

Esse texto objetivou refletir sobre o processo de construção de uma festa popular espontânea, mobilizada por representantes da juventude e que se tornou o maior evento festivo da cidade no período de dez anos. O evento impulsionou a economia local e vem se configurando com um dos melhores carnavais do país. Procuramos, nesse processo, identificar os indícios que fomentassem a discussão sem esconder ou camuflar as incoerências que por vezes surgiam.

Foi possível identificar que, atualmente, o Carnaval tornou-se um produto dominado pela lógica da troca e, seu espaço, um lugar de consumo. Entretanto, não se pode negar que sempre há resistências e que, mesmo disputando com o setor da economia, também existe o Carnaval como manifestação cultural, que mantém o caráter de uma prática socioespacial que se apropria da cidade de Belo Horizonte a partir do seu uso simbólico, improdutivo e revelador para a experimentação humana.

É possível olhar para esse Carnaval como uma forma de manifestação jocosa, irreverente, contestadora e capaz de revelar algo maior, uma efervescência coletiva que se traduz como uma ameaça ao poder governamental, que preza pela ordem e tenta controlá-la. Nesse sentido, tem-se o Carnaval como um (des)equilíbrio social que quase sempre provoca uma tentativa de domesticação da festa.

Desse modo, podemos afirmar que o Carnaval da cidade de Belo Horizonte traz os protestos políticos e as pautas reivindicatórias sociais, principalmente das minorias, como tônica de muitos blocos. A percepção de que as lutas, pelas mais distintas pautas, foram e continuam sendo uma mola propulsora para o Carnaval belo-horizontino não foi apagada pela ampliação/diversificação do festejo, nem pela entrada do capital na gestão da festa.

A gestão pública atual parece compreender melhor a festa, porém, incentiva e gesta o Carnaval com foco em seu potencial econômico; mesmo assim, ainda se percebem marcas regulatórias de determinadas corporações, principalmente da polícia militar, que em nome de uma pretensa ordem social, em alguns momentos, excede no uso da força. Por fim, ressaltamos que essa festa, que é referência de alegrias, excessos e irreverências, segue ampliando seu desenvolvimento na cidade e carregando em seus cortejos corpos em festa que, em seus potenciais coletivos, transformam a paisagem urbana em local de experimentação.



## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Rita. As mediações culturais da festa. *Mediações*, Londrina, v. 3, n. 1, p. 13-22, 1998.
- AMORIM, Patrícia; ANDRÉ, Paula. Movimento Praia da Estação: dinâmicas urbanas, cultura e criatividade. *In*: LABORATÓRIO COLABORATIVO. Dinâmicas urbanas, patrimônio e artes. Investigação, ensino e difusão. Évora: Chaia/UÉ, 2017.
- ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2010. (Coleção a Obra-Prima de Cada Autor.)
- CARNAVAL de Belo Horizonte cresce em 2019 e encanta 4,3 milhões de foliões. *Prefeitura de Belo Horizonte*, Belo Horizonte, 12 mar. 2019. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/carnaval-de-belo-horizonte-cresce-em-2019-e-encanta-43-milhoes-de-folios>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- CASALARDE, Flavio de L. *Estação em movimento*: a história da Praça da Estação em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Elos Produção Criativa, 2016. Disponível em: <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/atr>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- DELGADO, Manuel. *La ciudad mentirosa*: fraude y miseria del “modelo Barcelona”. Madrid: La Catarata, 2010.
- DEL PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DUVIGNAUD, Jean. *Festas e civilizações*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- FALCÃO, Denise; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Carnaval de rua em Belo Horizonte: interstícios de urgências sociais e de apropriações do mercado cultural (2010a 2020). *Licere*, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/download/34916/27540/101632>. Acesso em: 21 dez. 2023.
- FONSECA, Ana Carla. Verbete Draft: o que é economia criativa. *Projeto Draft*, 18 mar. 2015. Entrevista cedida à Gisela Blanco. Disponível em: <https://projetodraft.com/verbete-draft-o-que-e-economia-criativa/#sthash.AFT0jgmB.dpuf>. Acesso em: 2 jun. 19.
- HARVEY, David. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

HOWKINS, John. *Economia criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas*. Rio de Janeiro: M.Books, 2012.

IPATRIMÔNIO. Belo Horizonte — Praça Sete de Setembro e Obelisco. Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/belo-horizonte-praca-sete-de-setembro-e-obelisco/>. Acesso em: 21 dez. 2023.

ITANI, Alice. *Festas e calendários*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

JACQUES, Paola Berenstein. Espetacularização urbana contemporânea. *Cadernos PPG-AU/UFBA*, v. 3, edição especial, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Tradução: Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell, 1992. (Obra original publicada em 1974.)

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. (Obra original publicada em 1968.)

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Tradução: Patrícia Xavier. Lisboa: Edições 70, 2007. (Obra original publicada em 2006.)

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. (Obra original publicada em 2013.)

LUZ, Camilla. Primavera Árabe: o que aconteceu no Oriente Médio?. *Politize*, Florianópolis, 20 dez. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/primavera-arabe/>. Acesso em: 21 fev. 2023.

MACEDO, Carolina. Um convite. *Marimbondo*, Belo Horizonte, n. 1, p. 33-45, jan. 2011. Disponível em: <https://napele.com.br/marimbondo/um-convite/>. Acesso em: 18 mar. 2019.

MARINHO, Felipe Diniz. Anos 80. *Blog Carnaval BH*, [201-?]. Disponível em: <http://carnavalbh2.blogspot.com/p/anos-80.html>. Acesso em: 18 mar. 2019.

MATARAZZO, Andrea. Conferência Municipal dos Distritos Criativos. *Startupi*, ago. 2015. Disponível em: <https://startupi.com.br/2015/08/o-que-e-economia-criativa-conferencia-em-sao-paulo-debate-o-tema/>. Acesso em: 18 mar. 2019.

MIGLIANO, Milene. Praia da estação como ação política: relato de experiências, envolvimento e encontros. *Redobra*, Salvador, ano 4, n. 11,

p. 43-54, 2013. Disponível em: [http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11\\_05.pdf](http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11_05.pdf). Acesso em: 13 dez. 2023.

MORIBE, Patrícia. Tumultos em Londres lembram revoltas na França em 2005. *RFI*, 11 ago. 2011. Disponível em: <http://br.rfi.fr/geral/20110811-para-especialistas-violencia-urbana-precisa-de-prevencao-precoce>. Acesso em: 21 fev. 2023.

OLIVEIRA, Junia; KIEFER, Sandra. Milhares de foliões provam que BH tem vocação para Carnaval, mas falta planejamento. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 fev. 2013. Disponível em: [www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/02/14/interna\\_gerais,350303/milhares-de-folioes-provam-que-bh-tem-vocacao-para-carnaval-mas-falta-planejamento.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/02/14/interna_gerais,350303/milhares-de-folioes-provam-que-bh-tem-vocacao-para-carnaval-mas-falta-planejamento.shtml). Acesso em: 17 mar. 2019.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. *Glórias, conquistas, perdas e disputas: as muitas máscaras dos carnavais de rua em Belo Horizonte (1899-1936)*. 225 p. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Outros territórios, outros mapas. *OSAL: Observatório Social da América Latina*, Buenos Aires, v. 6, n. 16, jun. 2005.

SCHNEIDER, Nathan. Assim começou a ocupação de Wall Street. *Outras palavras*, 6 out. 2011. Tradução: Vila Vudu. Entrevista cedida ao The Nation.

YÖRÜK, Erdem. O longo verão da Turquia: entendendo o levante Gezi. *Novos estudos CEBRAP*, n. 97, p. 57-66, nov. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/Bjb7SnpLCVhXYfr5qhXKYyw/?lang=pt#>. Acesso em: 9 maio 2023.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Tradução: Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

## FONTES

BUZATTI, Lucas. Um dos criadores da Praia da Estação, antropólogo Rafa Barros fala dos rumos do Carnaval de BH. *Hoje em Dia*, 29 jan. 2018. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/almanaque/um-dos-criadores-da-praia-da-esta%C3%A7%C3%A3o-antrop%C3%B3logo-rafa-barros-fala-dos-rumos-do-carnaval-de-bh-1.592534>. Acesso em: 27 fev. 2019.

CARNAVAL, Para Onde Vamos?. Belo Horizonte, Espaço d'A Central, 9 nov. 2018. (Gravação pessoal.)

CARNAVAL DE RUA BH. Manifesto de repúdio à Skol. Belo Horizonte, 24 fev. 2015. Facebook: carnavalderuaBH. Disponível em: <https://www.facebook.com/carnavalderuaBH/photos/a.140392249357321.28066.137013919695154/861870807209458/?type=1&theater>. Acesso em: 27 fev. 2019.

CERCA de 70% dos comerciantes querem trabalhar durante Carnaval de BH, diz CDL. *G1*, Belo Horizonte, 27 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/carnaval/2019/noticia/2019/02/27/cerca-de-70-dos-comerciantes-querem-trabalhar-durante-carnaval-de-bh-diz-cdl.ghtml>. Acesso em: 7 mar. 2019.

ERA UMA VOZ: a cidade, o Carnaval e suas narrativas, 10 a 13 de fevereiro de 2019, *Biblioteca Pública Estadual de Belo Horizonte*, Belo Horizonte. (Gravação pessoal armazenada em mídia digital feita pelos pesquisadores).

FOLIÕES e prefeitura disputam pelo Carnaval de Belo Horizonte. *CartaCapital*, 27 fev. 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/folios-e-prefeitura-disputam-pelo-carnaval-em-belo-horizonte-7733/>. Acesso em: 2 mar. 2019.

FREITAS, Raquel. Carnaval de rua de BH se torna opção para moradores da cidade e turistas. *G1*, Belo Horizonte, 6 jan. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/carnaval/2013/noticia/2013/01/carnaval-de-rua-de-bh-se-torna-opcao-para-moradores-da-cidade-e-turistas.html>. Acesso em: 3 mar. 2019.

MILLER, Gustavo. Confira como foi o Carnaval 2012 no Brasil em números e ilustrações. *G1*, 1 mar. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/carnaval/2012/noticia/2012/03/confira-como-foi-o-carnaval-2012-no-brasil-em-numeros-e-ilustracoes.html>. Acesso em: 3 mar. 2019.

MORADORES e visitantes fazem balanço positivo do Carnaval. *Prefeitura de Belo Horizonte*, Belo Horizonte, 19 fev. 2018. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/moradores-e-visitantes-fazem-balanco-positivo-do-carnaval>. Acesso em: 24 maio 2019.

OLIVEIRA, Junia; KIEFER, Sandra. Milhares de foliões provam que BH tem vocação para Carnaval, mas falta planejamento. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 fev. 2013. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/02/14/interna\\_gerais,350303/milhares-de-folios-provam-que-bh-tem-vocacao-para-carnaval-mas-falta-planejamento.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/02/14/interna_gerais,350303/milhares-de-folios-provam-que-bh-tem-vocacao-para-carnaval-mas-falta-planejamento.shtml). Acesso em: 10 mar. 2019.

O REPÚDIO dos blocos de rua do Carnaval de Belo Horizonte contra o prefeito e o camarote. *GGN*, Belo Horizonte, 24 nov. 2015. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/noticia/o-repudio-de-blocos-de-rua-do-carnaval-de-belo-horizonte-contra-o-prefeito-e-o-camarote/>. Acesso em: 3 mar. 2019.

## **PARTE 2 — POLÍTICAS PÚBLICAS: DA TEORIA À PRÁTICA**

# **A GESTÃO DELIBERATIVA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER EM CURITIBA: PASSANDO DA TEORIA À PRÁTICA**

Felipe Sobczynski Gonçalves  
Rodrigo de França

## **INTRODUÇÃO**

De acordo com o senso comum no Brasil, há um conhecido ditado que defende que “*política, futebol e religião não se discutem!*”, pressupondo que as eventuais divergências de entendimento seriam irreconciliáveis — cada um tem a sua e ponto — e quaisquer ideologias, paixões e crenças decorrentes dessas atividades sociais transcenderiam a lógica e a razão e, portanto, deveriam gozar de certa “licença poética” ou “imunidade diplomática” a quaisquer juízos de valor. De um lado, o referido ditado pode ter uma conotação educativa, evocando certo respeito à diversidade cultural e tomando-a enquanto um princípio a ser seguido. Entretanto, por outro lado, pode conduzir a um certo conformismo pragmático, ou melhor, uma naturalização das referidas práticas e ter um efeito de desestimular qualquer tentativa de análise, problematização ou engajamento. No caso da política, se somarmos essa eventual dogmatização com as constantes denúncias (e algumas condenações) de improbidades, perniciosidades, ilicitudes e corrupção que saltam nos noticiários periodicamente, teremos uma prática social cada vez mais desvalorizada e desencorajada, isto é, um círculo vicioso que se deve evitar. Será mesmo?

Neste capítulo, a proposta é recuperar a virtuosidade e importância da prática política para o cotidiano a partir de uma fundamentação teórica sobre o que é política, o que são políticas públicas e, mais especificamente, o que são políticas públicas de lazer, para buscar responder à seguinte problematização: quais as possibilidades e dificuldades, ou melhor, os desafios para materializar, na prática, as teorias estudadas, as quais fundamentam as ações políticas cotidianas?

Assim, o objetivo é abordar o tema para além do cânone ideológico e vislumbrá-lo enquanto prática cotidiana que, ao contrário do ditado popular, deve ser sim discutida, ensinada e encorajada desde cedo — uma educação política — visando uma efetiva e autônoma participação cidadã no planejamento e execução dos desígnios e rumos da vida em sociedade.

*Afinal, se você não decidir, alguém vai decidir por você...*

## EM BUSCA DE UM CONCEITO

Mesmo sendo uma tarefa árdua, para tratarmos de política pública de lazer, é inevitável decompor o adjetivo e delimitar o entendimento de política, de políticas públicas e de lazer. Etimologicamente, a palavra deriva de *politikós*, de origem grega, e é composta pela *pólis*, referente ao que é público e, em última instância, à cidade-estado, bem como *tikós*, que remete ao bem comum (Bobbio, 1998). Nessa esfera filosófica clássica, aristotélica, a política era apreendida como a arte do “bem viver” a *pólis*, evocando uma plena e democrática participação dos cidadãos na vida da cidade.

Na perspectiva sociológica, a política está relacionada às formas de mediação, à disputa e ao exercício de poder entre os diferentes atores sociais no delineamento das atividades, ou melhor, da *práxis* humana (Bobbio, 1998). Tal exercício de poder pressupõe a divergência, isto é, a existência de visões conflitantes entre os *stakeholders*<sup>1</sup>, cujo desdobramento pode se dar pela “persuasão [convencimento], pela negociação [acordos], pela imposição [coerção]

1 Originária das áreas de administração, negócios, tecnologia da informação e comunicação, essa expressão — do inglês *stake* (participação, interesse) e *holder* (detentor) — é apropriada, pois serve justamente para definir todos os atores sociais ou grupos envolvidos e interessados (direta ou indiretamente) em uma determinada demanda. Cada qual com seus atributos, perfis e níveis de Poder, Influência, Interesse e Impacto — PI<sup>3</sup>. Assim, para uma leitura coerente de determinado espaço político, é profícuo conhecer e identificar os diferentes “jogadores” relacionados e classificá-los de acordo com seus níveis de PI<sup>3</sup>.



ou pelo estabelecimento de um mecanismo que leve à tomada da decisão final [voto]” (Amaral, 2004, p. 181).

Na língua inglesa, a palavra possui duas conotações: *politics*, que se refere justamente às ações articuladas dos atores sociais em sua participação e exercício de poder na esfera pública. Já *policy*, por sua vez, remete ao fluxo de planejamento e encaminhamento dessas ações e suas decisões. Portanto, a política pode ser entendida como o conjunto relacional de maneiras de fazer (táticas ou estratégicas) para se alcançar determinadas demandas, interesses e/ou convicções — quer sejam individuais ou de um grupo — isto é, está diretamente relacionada ao *processo*. Já as políticas públicas são o resultado dessa mediação, desse choque de interesses, gerando ordenamentos, proposições, regulações e determinações — sejam elas institucionalizadas ou não — as quais tendem a direcionar as ações de governança (planejamento e gestão) na esfera das demandas da sociedade. Isto é, está diretamente relacionada ao *produto*. Acerca das ações de governança, é possível distingui-las entre as *políticas de governo* — relacionadas aos programas e projetos que o grupo eleito momentaneamente assume e desempenha de acordo com sua orientação política e *as funções de Estado*, gerenciando e executando as políticas públicas. Já uma *política de Estado* possui um caráter mais permanente, ou melhor, um conjunto de medidas que tramitam em diversas esferas, órgãos e setores do Legislativo e Judiciário, cuja abordagem é estrutural e sistêmica e atravessa várias gestões — o Plano Nacional de Educação, por exemplo —, geralmente a partir de estudos técnicos e de impactos a longo prazo e debates com a sociedade civil organizada (Amaral, 2004).

Portanto, de acordo com Saravia (2006, p. 29), as políticas públicas são um “sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos”. Tal afirmação corrobora que todos os *stakeholders* — cuja *práxis* estiver voltada à coletividade — podem desenvolver políticas públicas; por exemplo, uma intervenção sistêmica, como uma parada anual LGBTQIA+, que partiu da sociedade

civil organizada. Obviamente, há um “jogo” de exercício de poder em cena e cada um “joga” com os recursos que possui.

Para Souza (2006), embora reconheça que outros segmentos se envolvem na formulação de políticas públicas, essa é uma prerrogativa do Estado, o qual já recebeu a devida legitimidade de atuação pela via eleitoral:

campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (Souza, 2006, p. 26)

Entre as diversas tipologias e modelos explicativos existentes<sup>2</sup>, Lowi (1964; 1972) desenvolveu uma das mais conhecidas, na qual as políticas públicas podem ser classificadas em quatro tipos: *Políticas Distributivas*, as quais direcionam recursos (bens ou serviços) da coletividade para determinado grupo de pessoas ou região da sociedade, como, por exemplo, a construção de escolas, postos de saúde ou arruamentos, ainda assim, gerando impactos mais individuais. *Políticas Redistributivas*: são aquelas que procuram ofertar bens e serviços para determinada faixa populacional a partir dos recursos de outros grupos de pessoas, promovendo a equidade, como imposto de renda, reforma agrária, os *royalties* do pré-sal, entre outros. *Políticas Regulatórias*: as quais visam definir, com normas, imperativos e condições, as “regras do jogo” para as relações e o convívio em sociedade, isto é, as atitudes que podem (ou devem), ou não, ser tomadas em determinadas práticas. Como exemplo bem ilustrativo tem-se o Código

2 Em seu trabalho, Souza (2006) tece considerações sobre o Incrementalismo, o Ciclo da Política Pública, o modelo *Garbage Can*, o Equilíbrio Interrompido, a Coalizão de Defesa, Arenas Sociais e o novo Gerencialismo Público, baseado no ajuste fiscal, credibilidade e eficiência racional.

de Trânsito Brasileiro, a legislação trabalhista ou o Marco Civil da Internet. *Políticas Constitucionais*: mais procedimentais, estão voltadas para a estruturação e organização da própria esfera institucional, como a delimitação das competências entre os três poderes — Legislativo, Executivo e Judiciário — e o sistema partidário, por exemplo. “São chamadas *meta-policies*, porque se encontram acima dos outros três tipos de políticas e comumente moldam a dinâmica política nessas outras arenas” (Secchi, 2012, p. 18, grifo do autor).

De acordo com Souza (2006, p. 36), de um modo geral, independentemente do modelo e tipologia adotado, as políticas públicas possuem algumas características em comum:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.

A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.

A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.

A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;

A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Após essa decomposição do entendimento sobre política e sobre políticas públicas, a tarefa de compreender as políticas públicas de lazer ficou menos complexa, uma vez que se tratam do processo de planejamento, discussão, elaboração e implementação de ações relacionadas ao lazer. Mas que tipo de lazer?

Pensar em política pública de alguma coisa exige que tenhamos claro que coisa é essa. Ou seja, é necessário que tenhamos uma definição do objeto da política. O

que é ainda mais premente quando tratamos das políticas sociais, pois seu objeto são os direitos sociais que, diferentemente dos demais conjuntos de direitos que compõem a noção moderna de cidadania — direitos civis e políticos — só são efetivados através da ação positiva do Estado, que se materializa na forma de políticas sociais. (Amaral, 2019. Informação verbal)<sup>3</sup>

Sendo um campo perpassado por relações de hegemonia (Mascarenhas, 2005), os encaminhamentos, ou melhor, as definições e formulações de políticas públicas de lazer estão diretamente relacionadas à concepção que os *stakeholders* possuem. Ou seja, tudo vai depender de qual concepção de lazer vai “vencer” a correlação de forças. Assim, as *policies* podem ser direcionadas por uma perspectiva *funcionalista* do lazer, enquanto uma prática útil, pois compensatória e de recuperação da força de trabalho (clubes e fundações de recreação do trabalhador ou o Sistema S, por exemplo); a partir de uma perspectiva *mercantilista*, onde, na contemporaneidade, o lazer tem predominantemente assumido o estatuto de mercadoria ou agregado a outras mercadorias, enquanto um serviço da indústria do entretenimento (academias, pacotes de férias, megaeventos, *smart bands* e carros *off-road*, por exemplo); ou então a partir de uma perspectiva *emancipatória*, relacionada à atitude autônoma, cidadã — e, portanto, política — e de desenvolvimento das pessoas, resistindo às demais perspectivas, na luta pelo lazer enquanto um direito social.

Aqui neste trabalho o lazer é entendido como algo dinâmico, circunscrito no conjunto de experiências e vivências dos interesses culturais — corporais, artísticos, educativos, sociais, turísticos, virtuais, entre outros — resultantes da articulação política entre as variáveis espaço, tempo e atitude lúdica (Dumazedier, 1980; Camargo, 1986; Marcellino, 1987; Schwartz, 2003; e Rechia, 2017). Em outras palavras, o lazer é visto

3 AMARAL, Silvia Franco. *I Seminário de Cultura, Território e Lazer: diálogos entre políticas públicas do Brasil e Portugal*. Aveiro, 2019. (Palestra).

como uma dimensão da vida e, portanto, um fenômeno sociocultural, amplo e complexo, historicamente mutável, central para a análise da sociedade, o qual envolve questões identitárias, políticas, de sociabilidade e desenvolvimento dos sujeitos, numa perspectiva orgânica e processual, o que implica a análise de três polos distintos, porém complementares — espaço, tempo e ludicidade —, potencializados nos ambientes públicos urbanos. (Rechia, 2017, p. 4)

A partir desse conceito é possível pensarmos na importância do desenvolvimento de políticas públicas de lazer, pois leva-se em consideração elementos que são fundamentais para a concretização do conceito no dia a dia das pessoas e das comunidades. Como destaca a autora, esse fenômeno é uma dimensão da vida humana, mas precisamos perceber que existem “lazerés”, pois nem todas as experiências de lazer na vida moderna levam ao desenvolvimento dos sujeitos, porém, o lazer é capaz de potencializar ações que acabam gerando autonomia e empoderamento na comunidade.

Portanto, as políticas públicas precisam ser pensadas levando em consideração os diferentes “lazerés” e a população tem o direito de ter acesso a políticas públicas com qualidade. Uma perspectiva que pode atender a esses anseios é levantada por Marcellino (2001) quando propõe a relevância de três aspectos em sua elaboração e efetivação, quais sejam, a concepção de lazer dos planejadores, a formação dos profissionais da área e a intersetorialidade das ações. Poderíamos acrescentar um quarto aspecto que é a questão do orçamento, pois sem ele as políticas públicas não existiriam.

Partindo do entendimento de que a concepção de lazer é fundamental no processo de elaboração das políticas públicas, concordamos com Mascarenhas (2004) quando afirma que os responsáveis pela sua elaboração devem romper com a visão funcionalista e compensatória desse fenômeno, ou seja, o lazer não deve ser tratado como um momento de recuperação para o tempo de trabalho, para o consumo e entretenimento.

Levando em consideração o segundo aspecto, a formação dos futuros profissionais, a preocupação deve estar centrada no

conhecimento técnico e científico daqueles que irão implementar essas políticas para qualificar as ações. No entanto, infelizmente, o que se tem observado de um modo geral é que as funções não são bem delimitadas, existindo disputas internas entre funcionários e áreas de atuação. Em nossa realidade temos observado que as secretarias de esporte e lazer vêm sendo assumidas por pessoas sem qualificação e isso pode acabar depondo contra a própria área.

Levando em consideração o terceiro aspecto, as políticas de lazer devem ser pensadas como uma política de governo para que de fato se efetive a transversalidade ou intersetorialidade entre as diferentes secretarias. Assim, essas políticas precisam ser pensadas, planejadas e executadas de maneira coletiva, tanto pelas instituições públicas, quanto pelas instituições representativas da sociedade e a própria comunidade.

Logo, a partir desses elementos, acreditamos que as políticas de lazer, desde sua formulação até sua implementação, não podem estar desconectadas do público-alvo e, nessa direção, Mascarenhas (2005, p. 163) afirma que deve haver

uma articulação que busque pautar as políticas de lazer pela organização de diferentes formas de sociabilidade, forjando práticas, valores e comportamentos verdadeiramente solidários, buscando, a partir da especificidade do trabalho e da intervenção que se operam no e pelo lazer, contribuir para o desenvolvimento de uma humanidade renovada.

As políticas públicas de lazer, após formuladas, precisam entrar na agenda de implementação, ganhando forma em programas e projetos e materializando o que foi planejado. Desse modo, surge um questionamento: Como se efetivam essas políticas na área do lazer nas comunidades? Procurando responder isso, vamos apresentar brevemente como esse fenômeno passa a fazer parte dos debates enquanto um direito social e como tem se desenvolvido em certas áreas da cidade de Curitiba/PR.

## A INFLUÊNCIA DA GESTÃO DELIBERATIVA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER DE CURITIBA

Como afirmamos anteriormente, as políticas públicas são ações, programas e projetos pensados e concretizados pelo Estado na tentativa de garantir o bem-estar da população por meio da efetivação dos direitos que estão presentes, principalmente, em políticas regulatórias, como a Constituição Federal de 1988, conforme consta em seu art. 6º: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Brasil, 1988) e no artigo 2º do Estatuto da Cidade, “garantia do direito a cidades sustentáveis, [...], ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 2001).

Com a Constituição Federal, os cidadãos passaram a ter acesso aos direitos civis, políticos e sociais. Na perspectiva apresentada por Marshall (1967), os primeiros estão relacionados ao direito de ir e vir, de liberdade de expressão, de organização coletiva, de justiça e de propriedade; os segundos relacionam-se à possibilidade de participar, votar e de se candidatar ao processo eleitoral; já os terceiros, que também estão relacionados à proteção e à promoção social, compreendem as questões básicas, tais como educação, saúde, trabalho, previdência social, lazer, entre outros.

Pelo que observamos nas reflexões realizadas até o momento a respeito das diferentes formas de política, o Estado deveria possibilitar aos cidadãos o direito de acesso ao lazer. Por entendermos esse fenômeno como um direito, acreditamos que uma das maneiras de efetivá-lo no dia a dia da comunidade poderia ser por meio de políticas deliberativas. Nessa forma de pensar as ações, modifica-se a essência segmentadora e tecnocrática que se manifesta na administração tradicional e abre-se a possibilidade de escutar os interlocutores que conhecem, de fato, as necessidades prementes em suas realidades.

Levando em consideração o que aponta Brugué (2014, p. 70), a chave para se chegar a uma prática deliberativa estaria no diálogo, na maneira de “facilitar o intercâmbio de perspectivas e recursos entre as diferentes partes da administração e entre a administração e seu

entorno”. O diálogo construtivo aparece como tema central, pois permite o intercâmbio e uma construção ativa que se efetiva no espaço público, sendo ele o lugar em que se estabelece um projeto de vida em comum.

Para Habermas (1995, p. 45), pensar numa política deliberativa só faz sentido quando se considera a

pluralidade de formas de comunicação nas quais uma vontade comum pode se formar, não somente pela via de uma autocompreensão ética mas também mediante o equilíbrio de interesses e compromissos, mediante a escolha racional de meios com respeito a um fim.

Dessa maneira, os “modos de fazer” da gestão deliberativa pressupõem tomadas de decisões coletivas, com a participação de gestores e comunidade em pé de igualdade, por meio de argumentação racional, com extensa divulgação.

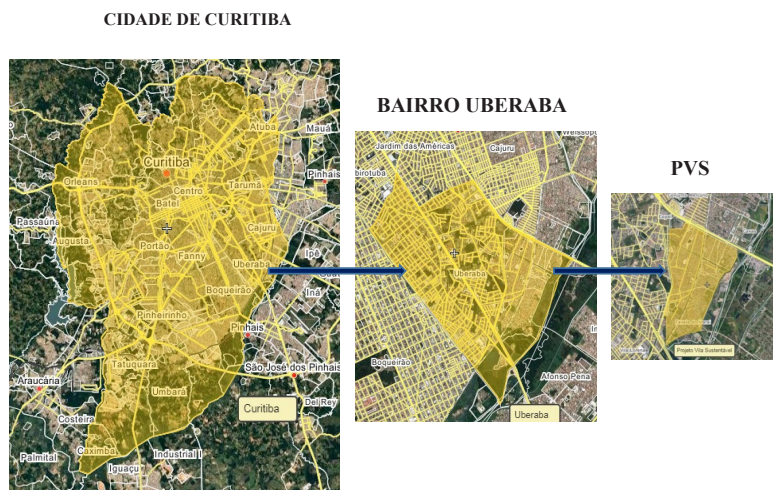
Passando da teoria à prática, uma proposta de política pública desenvolvida entre 2012 e 2016 e que mostrou bons frutos em relação ao desenvolvimento da autonomia e do empoderamento da comunidade, numa perspectiva de gestão deliberativa, da intersetorialidade<sup>4</sup> e levando o fenômeno do lazer como foco central em suas ações foi o Projeto Vila Sustentável (PVS). Essa proposta foi idealizada e coordenada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) e tratou-se de um projeto que, segundo Braun *et al.* (2016), tinha como objetivo estabelecer, coletivamente, práticas de sustentabilidade enquanto um processo que permitisse às pessoas a oportunidade de decidir sobre as próprias escolhas, aliando o bem-estar individual e coletivo com a conservação do meio físico, estimulando a cooperação entre

4 A intersetorialidade, para Junqueira (1998, p. 15), é “a articulação de saberes e experiências no planejamento, na realização e na avaliação de ações, para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, visando o desenvolvimento social”. Pensando nesse conceito, a partir das políticas públicas de lazer, Marcellino (2001) afirma que elas devem se constituir como ações planejadas e executadas de forma coletiva pelos diversos setores da administração pública, com participação das instituições representativas da sociedade.



moradores, agentes e parceiros num permanente exercício de cidadania. O projeto procurou beneficiar aproximadamente 30 mil pessoas que residem no perímetro entre as ruas Comendador Franco, BR-277, Velci Bolivar Grandó e Rio Iguaçu (FIGURA 1).

FIGURA 1 — Localização do PVS dentro do bairro Uberaba na cidade de Curitiba/PR



Fonte: Gonçalves (2018, p. 20).

Dentro desse limite encontram-se sete vilas da região que apresentam uma realidade carente, econômica e socialmente, além de não terem acesso a espaços públicos de lazer qualificados.

Representantes se reuniram para decidir sobre o que fazer e como buscar apoio para melhorar a vida e a integração das comunidades. Com o intuito de concretizar essa participação, foi criado um comitê local que envolvia qualquer pessoa da comunidade que tivesse interesse em participar, em conjunto com as instituições municipais (Secretaria Municipal do Meio Ambiente [SMMA], Instituto Municipal de Administração Pública [Imap], Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude [Smelj], Fundação Cultural de Curitiba [FCC], Unidade de Saúde Lotiguaçu), escolas municipais e estaduais, Pastoral da Criança, ONGs e o Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (Geplec).

Nessa direção, o PVS procurou empreender aquilo que Certeau, Giard e Mayol (1996) chamam de “prática do bairro”, pois buscaram favorecer a utilização do espaço urbano para além de seu uso funcional.

O PVS buscou proporcionar um espaço de diálogo com os moradores do bairro, principalmente, por meio de suas lideranças. Procurou, também, desenvolver uma dinâmica de trabalho que funcionava levando em consideração as ações desenvolvidas na praça Frei Jorge Dudu da Silva no tempo e espaço de lazer da comunidade. O ápice das ações pensadas e planejadas se efetivaram com os eventos desenvolvidos em parceria<sup>5</sup>. Entretanto, essa etapa era antecedida por grande articulação dos atores em torno das demandas levantadas pelas pessoas presentes nas reuniões e, após os eventos, eram realizados encontros de avaliação.

O desenvolvimento dessas ações não se efetivou sem dificuldades, principalmente pelo número de pessoas e instituições envolvidas, porém, sempre eram estabelecidas funções e responsabilidades entre os participantes para que as ações saíssem do plano das ideias e se efetivassem no dia a dia do bairro. Pensando num organograma para o desenvolvimento das diferentes etapas do projeto, chegou-se, aproximadamente, a seguinte constituição:

ORGANOGRAMA 1 — Etapas de execução do projeto



Fonte: Adaptado de Braun *et al.* (2016).

5 Foram realizados quatro eventos no decorrer do projeto.

O organograma demonstra os elementos que periodicamente poderiam ser reconhecidos no processo, mas que não deveriam ser tomados como regra. A maneira como as flechas se apresentam (indicando duas direções) pretendia sugerir que os elementos eram intercambiáveis. Como não existia um limite à entrada de pessoas e instituições que tivessem interesse em participar, não se estabelecia uma linearidade entre os diferentes pontos. Isso ocorreu devido à dinâmica e à abertura que o PVS apresentava.

Procurando exemplificar, o diagnóstico era desenvolvido no início de um processo, mas, à medida que novos interlocutores iam estabelecendo vínculo com o projeto, ele permitia compor novas realidades, bem como poderia representar o fim de uma ação. Os atores envolvidos e a construção do diálogo estavam diretamente ligados, como afirmou o representante do Imap numa reunião: “o diálogo potencializa a vontade da participação”. Pensando nas etapas de avaliação e de diagnóstico, ambas representavam o momento em que os interlocutores se identificavam e percebiam a possibilidade de participação no processo, no entanto, também caracterizavam o início de um novo desafio, uma vez que tinham a capacidade de fomentar o diálogo e permitiam a participação de novos indivíduos.

Reforçando a importância do diálogo como um dos elementos da metodologia deliberativa presente no PVS, o representante do Imap, que também fez parte do comitê local no bairro, em entrevista, comentou que:

O diálogo está relacionado ao escutar e não apenas a ouvir. Percebemos que diferentes projetos ouvem a comunidade, mas logo esquecem, pois entra por um ouvido e sai por outro. Porém, no Vila Sustentável, observamos que a escuta realmente acontece. Nas reuniões todos expõem seus interesses e a gente consegue costurar de uma forma que em alguma medida todos se sintam contemplados, mas para isso precisamos escutar a todos.

Esse coletivo se reuniu 37 vezes desde o mês de agosto de 2014 até dezembro de 2016. No decorrer desse percurso sempre estiveram

presentes integrantes da comunidade e das instituições. Nas diferentes ações propostas foi possível perceber a preocupação da articuladora<sup>6</sup> em trazer os integrantes que fazem parte da comunidade para participar efetivamente e definir em conjunto as responsabilidades para com o projeto. Nos diferentes encontros pudemos perceber que havia uma preocupação metodológica que levava em consideração os princípios presentes na gestão deliberativa.

Durante as reuniões observamos que a organização do comitê levava em consideração as singularidades de seus integrantes, principalmente pelo fato de a articuladora conduzir o processo de maneira horizontal. Exemplificando esse cuidado, uma das representantes da comunidade e que também atua na Unidade de Saúde, afirmou que:

a articuladora sempre iniciava as reuniões perguntando o que temos a oferecer e o que podemos fazer. Nunca determinava o que cada um tinha que realizar. Depois ela dizia o que tem, o que não tem, como que é, como que não é, e perguntava quem pode assumir cada uma das tarefas. Com o exemplo dela, aprendi a me organizar e a correr atrás, eu fiquei mais confiante. Agora eu faço as coisas [eventos] sem depender de ninguém. Se houver necessidade eu vou correr atrás e tentar fazer, vou chamar as pessoas e vamos fazer. Vou ter confiança e vou fazer. As pessoas gostam de contribuir. Então essa reunião que a gente faz no Vila eu estou fazendo nas ações da Unidade de Saúde.

Corroborando a afirmação anterior, a representante da Fundação Cultural, em entrevista, relatou:

Ela [a articuladora] de uma forma muito lúdica conseguia envolver o grupo e cada um nas suas potencialidades. Quem era da música ia para a música, quem era da

6 A denominação de articuladora ao invés de coordenadora é um dos princípios da gestão deliberativa, não se tratando apenas de nomenclatura, mas de atitude frente a um projeto. Nesse sentido, uma das preocupações da articuladora do PVS era fazer com que o projeto fosse gerido e articulado de maneira horizontal.

construção cuidava mais da manutenção, enfim. Ela ia instigando “pera lá, mas o que você sabe fazer?” e daí ia encaixando em cada uma das ações que seriam necessárias para complementar na realização da atividade. [...] ela foi o ponto central e eu vejo que ela despertou isso no articulador principal da comunidade, ela conseguiu fazer com que ele e a representante da Unidade de Saúde se envolvessem nesse processo de tal forma que teve um momento que eles começaram a conduzir o projeto.

No início eles foram instigados pela forma de condução da articuladora, mas depois eles mostraram que conseguiriam conduzir esse processo. Eles começaram a instigar os demais, a desenvolver as suas tarefas. Óbvio que do primeiro ao último [eventos realizados na Praça] há uma diferença imensa. No primeiro foi mais o poder público que fez e realizou, já no segundo as pessoas começaram a assumir mais responsabilidade e no último fizemos de uma forma muito linda, cada um sabia o que queria e como fazer e o que se comprometeu.

A partir das afirmações é possível inferir que a participação política dos diferentes interlocutores ocorreu de maneira democrática e autônoma, o que foi essencial para gerar um empoderamento na comunidade no momento de realizar os eventos.

## OS EVENTOS REALIZADOS NA “PRAÇA DO BOSQUE”: DO USO À APROPRIAÇÃO

Os diferentes eventos realizados contaram com a participação da SMMA, da Associação de Moradores Lotiguaçu, da Smelj, da Unidade de Saúde, escolas municipais e estaduais, Fundação Cultural de Curitiba, Imap, Pastoral da Criança, Geplec e da comunidade.

Foram realizados quatro eventos<sup>7</sup> na praça Frei Jorge Dudu da Silva. Os dois primeiros, que ocorreram em dezembro de 2014 e em maio de 2015, tiveram uma participação mais efetiva do poder público, porém, nos dois últimos, em setembro de 2015 e junho de 2016, a comunidade se envolveu e foi essencial para o sucesso da proposta.

Após a avaliação dos dois primeiros eventos, o coletivo passou a compreender a importância dessa ação para a comunidade e começou a se organizar melhor, pois as tarefas foram divididas, assumidas e concretizadas pelo coletivo.

Uma avaliação realizada pelo Geplec também foi de suma importância, pois nos dois primeiros eventos o grupo ficou como apoio das atividades e não conseguiu efetivar a metodologia de trabalho desenvolvida, no entanto, nos dois últimos eventos o grupo de bolsistas planejou as atividades levando em consideração o tema “espaço”. Em cada uma das “estações” — Espaço Som; Espaço Criatividade; Espaço Aventura; Espaço Cultura Corporal e Espaço Brincadeiras de Ontem, Hoje e Sempre — foram planejadas atividades que permitissem a participação de toda a comunidade, independente da faixa etária.

Várias atitudes que não ocorreram nos eventos anteriores chamaram atenção, pois foi possível observar que alguns moradores estavam na praça fazendo piquenique, enquanto outros levaram mesas e cadeiras plásticas para se apropriarem de fato daquele espaço. Assim, essa postura, por parte da comunidade, a partir do terceiro evento, permite afirmar que a praça deixa de ser apenas uma paisagem e se torna um lugar. Da mesma forma, foi nesse momento que começamos a perceber que a comunidade deixou de apenas usar o espaço para, de fato, se apropriar.

Com a realização desses dois eventos podemos afirmar que ocorreu um efetivo processo de interação dos moradores do entorno com a praça, transformando o espaço em um prolongamento de si, criando aquilo que Tuan (2013) chama de lugar. Assim, segundo

7 Para uma descrição mais detalhada dos eventos, consultar a tese de doutorado intitulada *Os espaços de lazer, o bairro Uberaba, o Projeto Vila Sustentável: elementos articuladores para experiências de lazer e cidadania na cidade de Curitiba* (Gonçalves, 2018).

o autor, o espaço se transforma em lugar, quando preenchido por experiências e vivências relacionadas à dependência e à liberdade. Além disso, Tuan (2013, p. 3) coloca que existem duas dimensões do espaço, pois este, quando permanece aberto, sugere futuro e convida à ação: “O espaço fechado e humanizado é lugar. [...] O lugar representa a segurança, enquanto o espaço representa a liberdade”.

Segundo Rechia (2003, p. 132), “espaço e lugar são componentes básicos do mundo vivo. Assim, o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”. De acordo com a autora, o espaço é amplo e pode despertar a sensação de um “vazio”, espaço livre e neutro, no entanto, pode se tornar lugar a partir do movimento que lhe é dado, passando a ser um local aconchegante e seguro. Partindo dessa reflexão é possível afirmar que quem faz do espaço um lugar são os atores sociais que o frequentam, ao se apropriarem e atribuírem um sentido, com ações significativas e relações estabelecidas.

Esse foi um projeto relevante que tentou mostrar à população qual é a importância de cuidar daquilo que é público. Essa ação pode contribuir para evitar — ou ao menos diminuir — os dados apresentados pelas pesquisas realizadas por Tschoke e Rechia (2012) em outras praças localizadas na mesma região do bairro Uberaba, que não recebiam manutenção, pois os equipamentos estavam em más condições de uso pelo fato de estarem quebrados, sem pinturas ou enferrujados e até mesmo pela falta de higiene nas quadras e nos parquinhos, pois havia muito lixo e detritos.

Em conversa com os moradores da região e com o presidente da Associação de Moradores Lotiguaçu, nessa praça não havia uma apropriação efetiva por parte da comunidade, seja pelos adultos, seja pelas crianças, mostrando que os moradores do entorno não tinham um sentimento de pertencimento com aquele espaço, pois além de não participarem da manutenção dos equipamentos, não contribuíam com a segurança do local. Nessa direção, uma estratégia política possível para que a apropriação ocorra nos espaços públicos de lazer é realizar eventos que congreguem a comunidade, para que se sinta devidamente valorizada.

Foi possível perceber que é a partir das relações que se estabelecem no cotidiano que a comunidade consegue dar sentido e significado aos espaços, tornando-os lugares. Podemos afirmar que, por meio da qualificação das diferentes vivências de lazer, um dia elas se tornarão experiências, das quais fala Tuan (2013), apresentando um real significado para quem usufrui desse fenômeno. A comunidade precisa ser ouvida, pois ela tem necessidades, anseios e também muitas sugestões que qualificam o entorno.

Mesmo com os problemas observados no bairro, existe vida com crianças brincando nas ruas ou praças, gente passeando, conversando, procurando fazer desse espaço um lugar singular. A qualidade de infraestruturas, serviços e espaços públicos contribuem para que as pessoas realmente sintam-se pertencentes ao lugar em que vivem. Por fim, o uso dos espaços públicos de lazer requer um debate público e participação cidadã ao longo do processo de concepção, produção e gestão. Assim, para que o processo de cidadania se efetive, é preciso que as diferentes comunidades tenham acesso a espaços e equipamentos públicos de lazer qualificados e, de preferência, próximos ao local em que vivem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrando nossas reflexões, podemos afirmar que o grande desafio no planejamento e proposição de políticas públicas, de um modo geral, e de lazer, de modo específico, está no equilíbrio sustentável entre a eficiência e desenvolvimento econômico e a promoção humana e inclusão social, com participação ativa de todos os *stakeholders*. Uma das premissas para tal participação perpassa por uma educação política, isto é, instrumentalizar os atores sociais para que, nas astúcias do cotidiano, tenham condições de se organizar e assumir o protagonismo do projeto coletivo de sociedade, com autonomia e responsabilidade no debate, planejamento, desenvolvimento e, enfim, transformação das políticas públicas. Ou, corroborando



Mascarenhas (2004), uma educação política para conquistar uma perspectiva de “lazerania”<sup>8</sup>.

Levando em consideração os elementos da gestão deliberativa apresentada e concretizada no Projeto Vila Sustentável é possível afirmar que a participação de todos os envolvidos não se deu de maneira induzida. Se assim ocorresse, poderia gerar aquilo que Costa (2016) chamou de “miragem assistencialista”, que se desenvolve principalmente por parte do poder público na maneira de conduzir o processo.

No decorrer do PVS, o qual não se caracterizou necessariamente como uma política pública de lazer, mas que teve grande influência na forma de uso e apropriação de alguns espaços públicos, destacou-se a praça Frei Jorge Dudu da Silva. As ações efetivadas nesse espaço, por meio da intervenção do projeto, permitiram a observação de mudanças no formato de organização administrativa que impulsionaram o processo educativo de apropriação e participação política da comunidade, rompendo com a visão meramente burocrática e racional e alçando-o a um lugar, com sentido e significado.

- 8 De acordo com o autor, “a ideia de ‘lazerania’, ao mesmo tempo em que procura expressar a possibilidade de apropriação do lazer como um tempo e espaço para a prática da liberdade, isto é, para o exercício da cidadania, busca traduzir a qualidade social e popular de uma sociedade cujo direito ao lazer tem seu reconhecimento alicerçado sobre princípios como planificação, participação, autonomia, organização, transformação, justiça e democracia, deixando de ser monopólio ou instrumento daqueles que concentram o poder econômico” (Mascarenhas, 2004, p. 74).

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Silvia Cristina Franco. Verbete: políticas públicas. In: GOMES, Christianne Luce (org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 181-185.

BOBBIO, Norberto. Verbete: política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 1. ed. Tradução: Carmen C. Varriale *et al.* Brasília: Editora UnB, 1998. v. 1, p. 954-962. (Obra original publicada em 1996.)

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: <https://bit.ly/2YrIOb2>. Acesso em: 28 jun. 2019.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm). Acesso em: 5 jul. 2019.

BRAUN, Carla Cristina *et al.* Vila sustentável: desafios, possibilidades e contribuições. In: CARLEIAL, Liana Maria da Frota *et al.* (org.). *Políticas e ações deliberativas em Curitiba*: diálogo-confiança-mediação. Curitiba: Imap, 2016.

BRUGUÉ, Quim. Da gestão pública para a administração deliberativa. In: INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (IMAP). *Estado, planejamento e administração pública no Brasil*. Curitiba, 2014. p. 65-80.

CAMARGO, Luiz O. Lima. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*. Tradução: Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1996. v. 2: Morar e cozinhar. (Obra original publicada em 1980.)

COSTA, Frederico Lustosa da. Desenvolvimento, democracia e governança local — desafios da administração municipal contemporânea. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ESTADO, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL, 3., 2016, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Imap, 2016. v. 1, p. 69-80.

DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: Sesc, 1980.

GONÇALVES, Felipe Sobczynski. *Os espaços de lazer, o bairro Uberaba, o Projeto Vila Sustentável: elementos articuladores para experiências de lazer e cidadania na cidade de Curitiba*. 2018. 202 f. Tese (Doutorado em Educação Física) — Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova*, n. 36, p. 39-43, 1995.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Descentralização e intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, n. 2, 1998.

LOWI, Theodore. American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory. *World Politics*, n. 16, p. 677-715, 1964.

LOWI, Theodore. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. *Public Administration Review*, n. 32, p. 298-310, 1972.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1987.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e esporte: políticas públicas*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Tradução: Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. (Obra original publicada em 1950.)

MASCARENHAS, Fernando. “Lazerania” também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. *Movimento*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 73-90, maio/ago. 2004.

MASCARENHAS, Fernando. *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. 308 p. Tese (Doutorado em Educação Física) — Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2XoFQWW>. Acesso em: 5 jul. 2019.

RECHIA, Simone. *Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer*. 199 p. Tese (Doutorado em Educação Física) — Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

RECHIA, Simone. *Atividades físicas e esportivas e as cidades*. Relatório para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano-PNUD no Brasil. Brasília, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2XoFQWW>. Acesso em: 5 jul. 2019.

**LAZER, CULTURA E TERRITÓRIO**  
Diálogos entre Brasil e Portugal

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). *Políticas públicas: coletânea*. Brasília: Enap, 2006. p. 21-42.

SCHWARTZ, Gisele Maria. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier. *Licere*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 23-31, 2003.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos*. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TSCHOKE, Aline; RECHIA, Simone. O lazer das crianças no bairro Uberaba em Curitiba: a dialética entre os espaços de lazer e a problemática urbana na periferia. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 263-280, jun. 2012.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução: Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013. (Obra original publicada em 1977.)

# **PARQUES URBANOS COMO CAMPO DE ESTUDO: OBSERVAÇÕES SOBRE USO PÚBLICO E GESTÃO**

Reinaldo Pacheco  
Iranilda Medeiros

Este capítulo deve começar com um agradecimento e uma história. O agradecimento vai para a professora Simone Rechia, que generosamente nos convidou a participar deste projeto. No ambiente acadêmico em que vivemos, pleno de arrogância e egocentrismo, o olhar de uma colega que incentiva seus pares a construções coletivas, é um bálsamo. Sonho com uma universidade mais competente e menos competitiva, o que parece quase impossível hoje. Mas há resistências aos projetos insanos de transformação da universidade numa extensão do “mercado”. Aliás, a essência mesma da universidade é ir além disso, bem como ir além das ingerências do próprio Estado. Neste sentido, o convite para essa obra coletiva é entendido por nós como mais uma frente de resistência à visão míope da produção científica pautada em critérios também bastante subjetivos de “mensuração”.

Daí vem a história: a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) criou o seu curso de Bacharelado em Lazer e Turismo em 2005. É preciso considerar que pensar numa graduação que forme profissionais neste campo híbrido, na fronteira dos estudos entre lazer e turismo, pode parecer um enorme avanço no campo de intervenção profissional. No entanto, como sabemos, no caso brasileiro, os “estudos do lazer” desenvolveram-se como um campo muito próximo da formação dos profissionais de educação física. Então, a aproximação com o campo do turismo talvez pudesse garantir uma certa “autonomia temática” que pudesse gerar novos cursos de graduação pelo país, fortalecendo especialmente a intervenção profissional. Mas não foi o que ocorreu e nos parece que não é o que irá ocorrer.

Passados quase quinze anos desta experiência da graduação em Lazer e Turismo na USP seria necessário fazer alguma pesquisa séria sobre a inserção profissional que nos garantisse afirmar que grande parte de nossos egressos tem dificuldades enormes em se estabelecerem como profissionais no campo do lazer, sendo um pouco mais “fácil” a inserção do egresso no campo do turismo. Esta hipótese nos parece bastante plausível, dado o contato com diversos egressos do curso, que já somam mais de seiscentos profissionais.

O que queremos afirmar com isso é que o campo de inserção e intervenção profissional e o próprio campo de estudos científicos relacionados ao lazer ficou transitando nos últimos anos entre a educação física e o turismo, não tendo de fato garantido alguma “autonomia temática” ou demonstrado na prática sua relevância como campo de intervenção profissional autônomo. E também, como sabemos, talvez nunca se precisou tanto de profissionais de lazer, especialmente ligados às políticas públicas e em programas sociais, como hoje, no Brasil. Durma-se com essa contradição.

A aproximação com o campo da educação, de tal forma a legitimar a intervenção profissional em lazer a partir da interface com o campo da educação não formal e da pedagogia social ou da animação sociocultural ainda é tímida, mas profundamente necessária. Ainda assim, nos parece que a busca de um campo “razoavelmente autônomo” de pesquisa e intervenção profissional no lazer, no caso brasileiro, se apresenta como um projeto distante. Na pesquisa, como sabemos, concentram-se os estudos nos programas de pós-graduação, responsáveis por grande parte da produção científica dos diferentes campos, embora acreditemos que na graduação, nas universidades realmente preocupadas com ciência, também se produz conhecimento.

No campo dos estudos do lazer, a produção tem-se dado sobretudo em programas vinculados às instituições da educação física, passando por vezes sobre estes programas uma visão restritiva do lazer, ao “empurrar” as pesquisas para temáticas de interface entre lazer e atividades físicas. No caso da EACH/USP, outros programas têm realizado pesquisas tendo como objeto o lazer, tais como o programa de Turismo, de Estudos Culturais ou o programa de Mudança Social

e Participação Política.<sup>1</sup> Desta forma, nos parece que o “objeto” lazer acaba por reforçar seu espectro interdisciplinar.

Assim, o que vamos apresentar aqui neste capítulo é um exemplo de estudo que temos tentado desenvolver em nossa instituição e que se inicia, de certa maneira, “preso” ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física, mas que busca neste momento maior “autonomia temática” e maior capacidade de diálogo com outros campos do conhecimento.

## PARQUES URBANOS COMO OBJETO DE ESTUDO E DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

Quando se iniciou na EACH/USP o bacharelado em Lazer e Turismo, em que pesem as inovações curriculares propostas para a escola, tal como a inserção de um ciclo básico no primeiro ano, com disciplinas de ampla formação humanística e o uso de estratégias de ensino alicerçadas na “aprendizagem baseada em projetos-problemas” (ou como se resolveu chamar, de maneira simplificada e reducionista, “resolução de problemas”), a matriz curricular proposta sequer abria a possibilidade de disciplinas optativas e livres, de tal forma que os estudantes pudessem, ao longo de sua formação inicial, compor parte de sua própria trajetória.

Assim, depois de longo e exaustivo processo de mudança curricular, a partir de 2013 pôde-se ofertar disciplinas optativas e de pronto apresentou-se um projeto de uma disciplina que pudesse discutir o uso público e a gestão de parques urbanos.<sup>2</sup> Naquela ocasião,

- 1 Informações detalhadas sobre estes programas de pós-graduação aqui citados podem ser recolhidas em [www.each.usp.br](http://www.each.usp.br).
- 2 No primeiro momento, a disciplina foi oferecida pelo professor Reinaldo Pacheco em parceria com o professor Sidnei Raimundo, após exaustivo trabalho de campo em um projeto de extensão da universidade acerca dos parques municipais oriundos de compensação ambiental do Rodoanel Trecho Sul da Região Metropolitana de São Paulo. Este projeto, aliado ao Projeto Fapesp sobre o uso público dos campos de futebol de várzea do Parque Ecológico do Tietê, foi um dos principais elementos motivadores da criação da disciplina. Até então

parecia bastante razoável que uma disciplina assim fizesse parte da formação dos estudantes de lazer e turismo interessados de forma mais específica em temáticas relativas às cidades, seus processos de urbanização, seus espaços de lazer e, em especial, o uso e a gestão dos parques dentro do tecido urbano.

O programa de ensino desenhado para este curso previa sessenta horas/aula, sendo que metade desta carga horária seria desenvolvida “em campo”, ou seja, previa-se a investigação concreta de realidades de uso e gestão de parques urbanos em diferentes cidades. No primeiro ano de oferta da disciplina, a USP dispunha ainda de um volume maior de recursos no apoio às estratégias de ensino na graduação e pôde-se realizar a oferta da disciplina em duas turmas, vespertina e noturna, de cerca de cinquenta estudantes. O trabalho de campo foi realizado em Curitiba e pôde-se ter contato com cerca de quinze parques do município, parte deste trabalho com o apoio do grupo da professora Simone Rechia naquela cidade. Deve-se destacar que a logística para isso envolveu o deslocamento de cerca de cem estudantes, além dos dois professores responsáveis pela disciplina e mais uma professora no apoio. Um dos trabalhos realizados por grupos de estudantes foi o deslocamento pela cidade em transporte público para acesso a dez parques diferentes num domingo e o relato detalhado da experiência de mobilidade urbana, bem como a observação do uso e da gestão de cada parque.

Neste momento, a partir desta primeira experiência de campo, começou-se a desenhar um “roteiro de observação de parques urbanos”, a partir dos tópicos que vínhamos desenvolvendo em sala de aula, bem como das informações concretas trazidas por esta experiência em campo.

---

ênfatizava-se a discussão dos Parques Nacionais como áreas protegidas na disciplina de “Lazer, Turismo e Meio Ambiente”, conduzida pelo professor Sidnei Raimundo, mas havia pouco espaço de discussão para os parques urbanos, especialmente os que não se apresentam como “áreas protegidas”.



## A DISCIPLINA: USO PÚBLICO EM PARQUES URBANOS

A disciplina visa contribuir com a atualização dos estudantes sobre temas recentes de pesquisa na área do uso público em parques urbanos e ao mesmo tempo capacitá-los para a análise e proposição de formas de uso adequadas para estes espaços. Tem como objetivos: a) apresentar aos estudantes as confluências dos estudos sobre uso público em parques com os estudos do lazer; b) proporcionar aos estudantes vivências de campo para subsidiar a construção do olhar analítico sobre o uso público em parques urbanos; c) estimular entre os estudantes a proposição de programas de uso público que aliem educação ambiental, conservação e lazer.

Nestes sete anos de oferta da disciplina, as “aulas em campo” ocorreram nas seguintes cidades: Curitiba/PR (2013), São Paulo/SP (2014), Belo Horizonte/MG (2015), Sorocaba/SP (2016), Salto/SP (2017), São Paulo/SP (2018) e, em 2019, a previsão é de inserção na cidade de Carapicuíba/SP. A disciplina passou a ser ofertada no segundo semestre e em apenas uma turma (cinquenta estudantes) já a partir de 2015. Notou-se que era muito difícil a realização de boas aulas em campo com duas turmas de cinquenta estudantes, dada a logística de deslocamento e atenção necessária do docente.

Como se pode observar, a cidade de São Paulo se tornou objeto de análise em dois anos diferentes e nos parece que a cidade na qual estamos inseridos é sempre uma referência para as discussões que travamos em sala de aula, até mesmo pelas suas peculiaridades em termos de urbanização e dimensão. No entanto, as aulas em campo em São Paulo nestes dois anos da disciplina abordaram parques e problemáticas diferentes. No ano de 2014, a proposta foi realizar uma observação comparativa entre parques estaduais e parques municipais na cidade.

Como sabemos, a cidade dispõe de parques urbanos administrados pelo governo do estado e pela prefeitura municipal, com modelos de gestão e estratégias diferentes. O que se buscava analisar era se estes diferentes “modelos” de gestão implicavam em mudança na qualidade da oferta de espaços e atividades para a população. Em outros termos: se de fato havia “modelos” de gestão diferentes e

se estes impactavam de alguma forma os usos públicos. Foram analisados três importantes parques estaduais — Ecológico do Tietê, Água Branca e Villa Lobos — e outros três municipais — Ibirapuera, Carmo e Linear do Tiquatira. Embora as estruturas administrativas que incidam sobre os parques sejam muito diferentes no estado e no município, dado o distanciamento destas mesmas estruturas com a realidade cotidiana do uso público de cada um destes espaços, não foram notadas diferenças significativas na qualidade do que é ofertado à população.

No ano de 2018, quando São Paulo mais uma vez se tornou a cidade a ser analisada na disciplina, a questão que se colocava já era outra: tratava-se de analisar as propostas recentes de “privatização disfarçada de concessão” realizadas pelas administrações públicas de caráter neoliberal que passaram a comandar o executivo, tanto no estado quanto no município. Desta forma, é lançado o Edital de Concessão do Parque do Ibirapuera e de mais cinco parques que são colocados no “pacote” desta concessão.

Buscava-se analisar exatamente a gestão e o uso destes parques colocados neste primeiro edital de concessão, excetuando-se o Ibirapuera, já bastante conhecido e analisado em ano anterior. Obviamente, este tipo de “pacote de concessão” tenta legitimar a exploração do espaço público ao admitir que a empresa concessionária, que porventura tenha direitos sobre a gestão e o uso de um parque como o Ibirapuera, seja capaz de auferir tanto lucro que, como uma espécie de “contrapartida”, esta empresa teria que investir em supostos “parques de periferia” que seriam deficitários.

O que se percebeu na análise e nas aulas em campo com os estudantes em cada um destes parques é que o edital privilegia fortemente os chamados “parques de periferia”, mas que se apresentam na prática como potenciais espaços públicos altamente rentáveis com baixo investimento por parte da empresa concessionária que virá a ser gestora da unidade como um todo. Um deles, situado no bairro de Pirituba, que “aparenta” ser um “bairro periférico”, mas que tem um território com diversos tipos diferentes de urbanização e classes sociais distintas, apresenta-se como um parque com duas quadras de tênis de saibro e com uma associação de tenistas de mais de uma

centena de praticantes cadastrados e no qual estava sendo disputado, no final de semana que estivemos em campo, o Pirituba *Open de Tênis*.

Noutro parque, em bairro também entendido como “periférico” no senso comum, o parque analisado estava situado obviamente na porção mais nobre deste território e apresentava um campo de futebol, em tamanho oficial, de grama sintética, usado por dezenas de equipes amadoras da região. Portanto, o que se pretende com a falsa ideia de “parques de periferia” é criar um pacote de concessão que coloque ainda dentro dele os parques pouco conhecidos na cidade, mas que apresentam grande potencial de rentabilidade para o concessionário em pouco tempo. Deve-se dizer que a luta contra este tipo de tentativa de apropriação privatista do espaço público encontra ressonância na cidade em diversos coletivos que tem se mobilizando e atuado como vetor de resistência a este processo.

Com relação ao conteúdo programático da disciplina, buscou-se modular o curso da seguinte maneira: a) o primeiro módulo tratando da história dos parques urbanos e suas relações com a valorização espacial do território e processos de especulação imobiliária que ocorrem em paralelo; b) o segundo módulo tratando da relação entre parques e cidades, destacando as questões ambientais, os serviços ecossistêmicos atrelados aos parques urbanos, bem como a legislação e macroestrutura de gestão que incide sobre estes equipamentos urbanos; c) o terceiro módulo discutindo como operam estas unidades e quais as possíveis conexões entre elas, de tal forma a se pensar as relações entre o lazer e as diversas formas de uso público. Discute-se aqui neste módulo também as ideias de animação sociocultural importantes para estes espaços de tal forma a construir uma ideia de “animação socioambiental”, por meio da educação e da interpretação ambiental, em alguns parques já mais consolidadas.

Assim, a partir desta experiência pedagógica é que se nota a necessidade de se discutir método de observação do uso público e começa, logo no ano de 2014, a ser construído um “roteiro de observação dos parques urbanos”. A necessidade de estabelecer um roteiro de observação, que funcione como uma espécie de “protocolo” de observação, é que a definição destes parâmetros pode funcionar como um instrumento muito rico de comparação com outras realidades a

serem pesquisadas. O que se pretende é que este tipo de “protocolo” seja o mais “aberto” possível a contribuições de outros grupos de pesquisadores e observadores, de tal forma que o instrumento possa ser constantemente aperfeiçoado, como tem sido desde 2014. Aqui neste capítulo iremos detalhar alguns pormenores deste roteiro, especialmente no que toca os aspectos da relação entre uso público e lazer, bem como demonstrar de forma concreta uma possibilidade de uso deste tipo de instrumento em estudo realizado na cidade de Mauá/SP e que integra parte de uma pesquisa de mestrado no campo das ciências da atividade física.

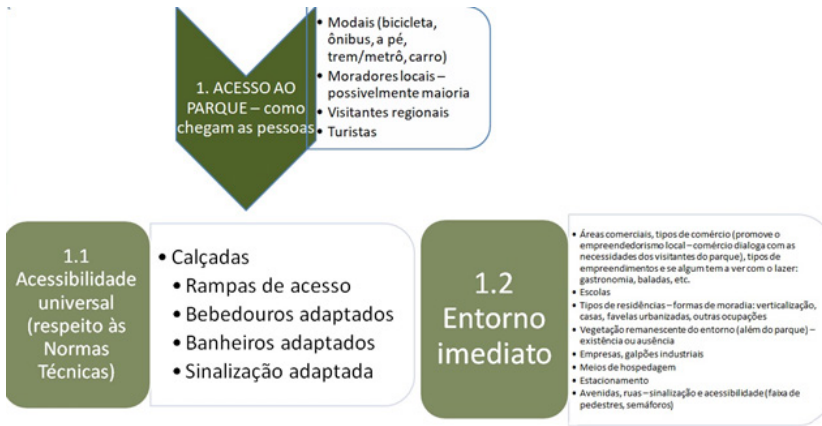
## ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO EM PARQUES URBANOS: CONSTRUÇÃO COLETIVA

Como já assinalado, este roteiro passa a ser construído em 2014 e recebe ajustes desde então, especialmente das turmas que cursaram a disciplina de parques urbanos nos anos subsequentes. Deve-se destacar que cerca de trezentos estudantes já passaram pela disciplina desde a sua criação.

A tentativa de oferecer um roteiro de observação aberto à comunidade pesquisadora interessada na discussão sobre parques urbanos é colaborar com a construção de um protocolo de observação que permita seu uso em diferentes cidades, em diferentes contextos, mas que permita a comparação de determinados aspectos que estão presentes em quaisquer parques urbanos. O estabelecimento de um protocolo assim pode auxiliar e facilitar pesquisas comparativas e pode-se notar que estudos comparativos neste campo devem contribuir sobremaneira para a revisão conceitual sobre as formas de uso e gestão destes espaços públicos tão importantes e significativos para uma cidade que são os parques urbanos.

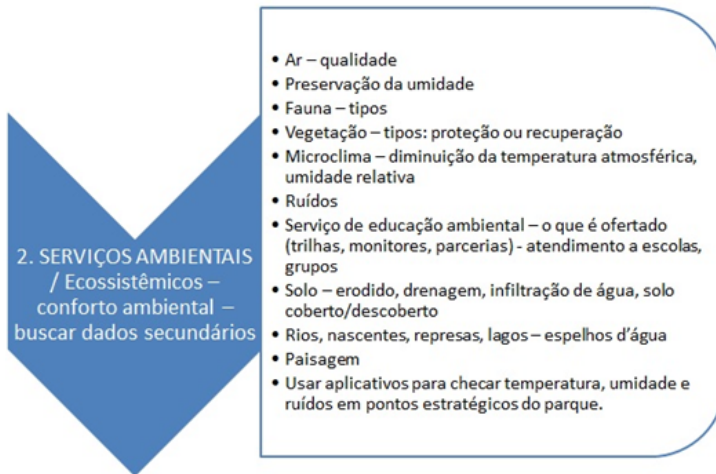
O “roteiro” parte de quatro pontos que elegemos como fundamentais: 1) acesso; 2) serviços ambientais ou ecossistêmicos; 3) gestão; 4) usos para o lazer. Cada um destes pontos fundamentais é detalhado, como mostramos a seguir:

FIGURA 1 — Acesso ao parque



Fonte<sup>3</sup>: Os autores.

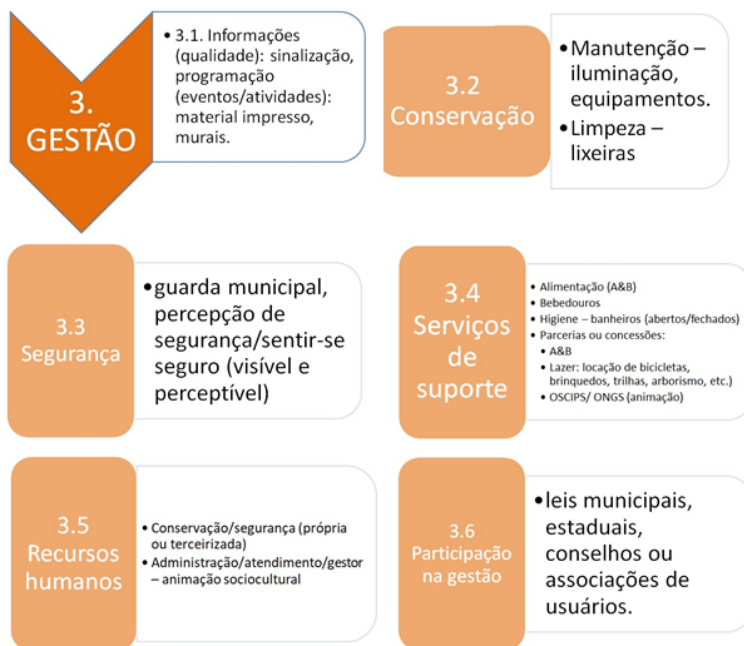
FIGURA 2 — Serviços ambientais



Fonte: Os autores.

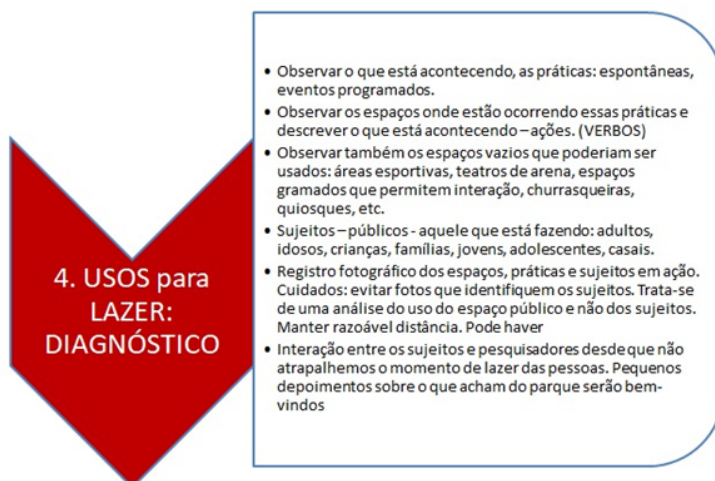
3 Elaboração coletiva orientada pelo professor Reinaldo Pacheco, estudantes e monitores da disciplina de “Parques Urbanos” (de 2014 a 2018) e com a participação do professor Sidnei Raimundo.

FIGURA 3 — Gestão



Fonte: Os autores.

FIGURA 4 — Usos para lazer: diagnóstico



Fonte: Os autores.

Na sequência, demonstramos uma possibilidade de uso destes parâmetros em estudo que está sendo realizado em Mauá/SP, e que integra parte da pesquisa de mestrado de Iranilda Medeiros no Programa de Mestrado em Ciências da Atividade Física. O tal “protocolo” que defendemos aqui não deve ser uma camisa de força para limitar as observações do pesquisador, mas antes, ser um guia, no sentido de permitir comparações entre diferentes realidades pesquisadas.

## LAZER, CULTURA, TERRITÓRIO E INVESTIMENTOS PÚBLICOS: TENSÕES ENTRE OFERTAS E DEMANDAS

A aplicação deste tipo de “protocolo” de observação nos parques de uma cidade como Mauá/SP, situada na região metropolitana da grande São Paulo, não prescinde de algumas reflexões importantes, especialmente no tocante a uma cidade que se construiu como “cidade industrial” e que relegou os espaços públicos ao último grau em termos de prioridades.

O arquiteto Jan Gehl faz uma inquietante constatação com a qual se inicia essa reflexão: “Pela primeira vez na história, logo depois da virada do milênio, a maior parte da população global é urbana e não rural” (Gehl, 2013, p. 6). Por outro lado, continua:

Uma característica comum de quase todas as cidades — independentemente da localização, economia e grau de desenvolvimento — é que as pessoas que ainda utilizam o espaço da cidade em grande número são cada vez mais maltratadas. Espaço limitado, obstáculos, ruído, poluição, risco de acidentes. (Gehl, 2013, p. 3)

Assim sendo, ocorre que as pessoas vivem na cidade, predominantemente, mas não se pode dizer que vivem bem na cidade. Somando-se a esse quadro, Bauman (2009) traz a questão do medo e da insegurança inerentes a esta sociedade, de forma que as interações sociais se tornam cada vez mais dificultadas, pois pressupõe-se que o outro é potencialmente alguém que fará o mal.



Acreditamos, portanto, no potencial da experiência de lazer como oportunidade de enfreteamento dessa realidade, sobretudo em espaços urbanos públicos, como o são os parques urbanos hoje. E aqui entendemos essa experiência de lazer como forma dominante de apropriação do tempo livre contemporâneo, ressaltando seu potencial para responder a determinadas necessidades lúdicas e estéticas do homem (Mascarenhas, 2006).

Com essas questões em mente, Mauá é o contexto de discussão. Um município pertencente ao ABC Paulista, cujas principais marcas são a indústria automobilística e a metalurgia (Medeiros, 2010), que apresenta a quarta maior população entre as sete cidades e a terceira maior densidade demográfica do ABC, em torno de mais de 7 mil habitantes por quilômetro quadrado (Seade, 2016), contando com cerca de 443.910 habitantes nos seus 61,91 quilômetros quadrados, sendo 100% urbanizada, segundo dados do mesmo órgão. Adentrando-se para os bairros da cidade, o mais populoso é o Jardim Zaira com mais de 77.900 pessoas em 2010, sendo o mais densamente povoado o Parque das Américas, com mais de 17 mil habitantes por quilômetro quadrado. O bairro que mais apresenta responsáveis por domicílios sem rendimentos é o Sertãozinho (Puntschart, 2012), paradoxalmente, um bairro industrial mauaense.

Por sua vez, ao pensar culturalmente Mauá, encontramos uma forte relação entre religiosidade, arte e natureza como marcas da cidade, bem representadas nos parques urbanos do município: o Parque do Guapituba relaciona-se à imigração alemã e à implantação da ferrovia, ainda hoje importante meio de locomoção para o mauaense; o Parque da Gruta Santa Luzia, no qual se encontra a nascente do rio Tamanduateí e a gruta que remonta à memória uma das primeiras atividades econômicas da cidade: a extração de pedra (Puntschart, 2004); além do mais recente, o Parque da Juventude, local de atividades esportivas e culturais dentro do Paço Municipal.

Dessa forma, nessa oportunidade apresentaremos um diagnóstico sobre a realidade local no Parque Gruta Santa Luzia e seu entorno, em Mauá/SP, a partir de quatro eixos de observação: Acesso/Acessibilidades, Serviços Ambientais/Ecossistêmicos, Gestão e Usos para Lazer, utilizando-se do “roteiro de observação sobre o uso



público em parques urbanos”. Tais dados fazem parte da pesquisa *Parques urbanos em Mauá/SP: estudo de caso sobre gestão de uso público e atividades físicas de lazer* cujo objetivo é analisar a relação entre a gestão de uso público e a apropriação dos parques urbanos para práticas corporais no lazer dentro do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física na EACH/USP.

## ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO E CAMINHOS METODOLÓGICOS

Foram realizadas, no total, doze visitas nos três parques mauaenses e seus entornos, predominantemente a pé — “andanças de campo”, a fim de apreender a realidade a partir do olhar de um caminhante. A quantidade de visitas variou de um equipamento para outro devido à complexidade de relações a serem apreendidas em cada parque e, mais ainda, ao se pensar a possibilidade de uma gestão sistêmica que os conectasse física e simbolicamente. Outra característica foi o acompanhamento de um colaborador na pesquisa.

Dessa forma, houve a utilização do caderno de campo pela pesquisadora, intercalado com registros fotográficos feitos por ela e também pelo colaborador. Com o objetivo de pesquisa em mente e baseando-se nos quatro eixos do roteiro de observação, a pesquisadora realizava o registro em tópicos que versavam sobre sensações, possibilidades de relações com a discussão teórica e notas sobre acontecimentos durante a visita e, posteriormente, desenvolvia-se um texto descritivo da visita. Em relação ao colaborador, já imerso nos propósitos do estudo desde a elaboração do projeto de pesquisa, foi solicitado que registrasse fotograficamente e em forma de relato, posteriormente, suas impressões, sensações e descrições da visita da forma que se sentisse mais confortável, do que resultaram inclusive, fatos registrados de forma poética.

## GESTÃO DE USO PÚBLICO DO PARQUE DA GRUTA SANTA LUZIA

Os parques urbanos na cidade de Mauá são gerenciados pelo poder público municipal em sua administração direta por meio da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). Dentre as principais atribuições da pasta, aparecem: “I — elaborar e implantar as políticas de [...] defesa dos direitos dos animais” (Mauá, 2017a) e “VI — implantar e administrar os parques municipais” (Mauá, 2017a).

Com seus mais de R\$ 15 milhões de orçamento para 2018-2021, menos de 0,1% da receita total da prefeitura de Mauá para o mesmo período (Mauá, 2017b), a pasta tem sob sua responsabilidade quatro programas: *Gestão e qualidade*, maior parte do orçamento, pagamento de pessoal; *Educação ambiental*, cujas ações são voltadas para a comunidade local; *Mauá mais verde*, para manutenção e revitalização dos parques da cidade<sup>4</sup> e *Gestão e controle ambiental*, voltado para licenciamento ambiental, predominantemente (Mauá, 2013).

Então, especificamente sobre o Parque da Gruta Santa Luzia, tem-se uma estrutura física interna composta pelas seguintes trilhas autoguiadas: Trilha da Pedra do Amor, Trilha do Recanto dos Pássaros e Trilha do Britador. Na região central há a gruta Santa Luzia, que dá nome ao parque, e, no interior, a nascente do Rio Tamanduateí. Próximo à gruta há o lago central do parque, um *playground* feito de madeira, um espaço com um teatro a céu aberto e os banheiros e os bebedouros do parque também estão nessa região. Há ainda na entrada do local: duas quadras poliesportivas, uma Academia ao Ar Livre e as edificações nas quais se localizam a administração do local e a sala de educação ambiental.

O parque da gruta trata-se de uma antiga pedreira (Puntschart, 2004) que passa a funcionar como parque de lazer

4 Mauá tem três parques urbanos: o Parque do Guapituba e o da Gruta Santa Luzia, que será aqui analisado, ambas unidades de conservação geridas pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, e também o Parque da Juventude, gerido pela Secretaria de Educação e Cultura, inserido dentro do Paço Municipal da cidade.

(Mauá, 1974) e, posteriormente, como parque ecológico (Mauá, 1992), ganhando seu status de unidade de conservação municipal.

O recorte delimitado para observação foi demarcado pensando em possibilidades de conectividade física, a fim de contribuir com um uso mais sistêmico desses espaços, como trata Bartalini (2004). Disso resulta: trajeto que vai da entrada do Parque da Gruta Santa Luzia indo pela avenida Barão de Mauá até o Centro de Atividades do Sesi no Jardim Zaíra (Figura 1), escolhido pelo intenso fluxo de uso público por parte dos moradores locais, apesar de ser um espaço privado.

FIGURA 5 — Andanças ao Parque da Gruta:  
trajeto delimitado para observação



Fonte: Google Maps (2019).

Assim sendo, foi possível constatar que as pessoas chegam ao parque a pé, predominantemente, sobretudo os moradores locais, ou alguns de bicicleta apesar de Mauá não possuir malha cicloviária. Quando se trata de moradores de outros bairros ou turistas, é visível o predomínio do automóvel para chegar ao local. Ainda é possível acessar o parque de ônibus pelas linhas 131 — Itapeva x Terminal Mauá, 132 — Camargo x Terminal Mauá, 133 — Esperança x Terminal

Mauá<sup>5</sup>, sendo que a linha 132 para em frente à entrada do parque e as demais no Terminal Rodoviário Jorge Luiz Jordão — Jd. Itapeva, cerca de cinco minutos de caminhada da entrada da gruta.

Entretanto, verificou-se o impacto de uma frota reduzida aos domingos, durante a visita realizada dia 4 de junho de 2017:

Domingo de manhã também estava ensolarado. Nesse dia a atividade começou às 10h da manhã, mas como moro no Jardim Zaira e o Parque da Gruta fica no Jardim Itapeva, esperei o ônibus que passasse no Terminal Rodoviário do Itapeva e acabei me atrasando vinte minutos. (Medeiros, 2019, p. 82)<sup>6</sup>

Ao mesmo tempo, a praticidade de chegar ao local por este modal, quando a circulação está normalizada, como ocorreu na visita do dia 25 de março de 2018, também no domingo, pode ser observada no seguinte trecho:

Sáimos, Manoel e eu, da entrada do Jardim Zaira, do ponto de ônibus próximo ao supermercado Coop, sentido bairro. Tomamos o ônibus Jd. Itapeva e descemos no terminal de mesmo nome. Ao chegar ao terminal Itapeva poderíamos tomar o ônibus Camargo, que passa na frente da entrada do parque. Chegamos ao ponto 15h30, tomamos o ônibus às 15h40 e chegamos ao terminal do Itapeva às 15h50, então, seguimos a pé mais cinco minutos à entrada do parque que, devido ao evento, tinha vários carros estacionados. Ficamos no parque até umas 16h45. (Medeiros, 2019, p. 82)

O parque ainda não conta com as normas de acessibilidade universal ou mesmo rampas de acesso, bebedouros e banheiros adaptados. As calçadas da parte interior do parque estão em bom estado de

5 Suzantur é a empresa que opera os ônibus mauaenses. Portanto, informações de itinerários e horários estão disponíveis no *website*: <https://suzanturmaua.com.br/itinerarios/>.

6 Transcrição de trecho do caderno de campo, utilizado no decorrer das visitas.

conservação, mas as que dão acesso à entrada seguem os padrões dos bairros da cidade: esburacadas e estreitas, como se observa na Figura 6, e em certos trechos cabe apenas uma pessoa. Há uma placa sinalizando sobre o parque na altura da Praça da Bíblia, já no centro da cidade. Já indo em direção ao parque não se tem mais essa sinalização, de forma que fica difícil encontrá-lo caso o visitante não seja da cidade de Mauá.

FIGURA 6 — Calçada na avenida Barão de Mauá, largura para uma pessoa



Fonte: Medeiros (2019, p. 83).

Percebe-se então que, com relação ao acesso e acessibilidade, este parque necessita de bastante investimento na conectividade física, primeiramente. Conquanto, para além disso, a cidade precisa entendê-lo como “um agente de transformação do tecido urbano, propiciando políticas públicas e geração de uma agenda do espaço público” (Diez, 2018, p. 20, tradução nossa), pois a falta de sinalização indicativa dos espaços da cidade é um problema generalizado. Para que as políticas de acesso e, principalmente, acessibilidade, sejam efetivas é necessário entender, como discute Serpa (2004), que a acessibilidade também é simbólica, portanto, necessita-se de um trabalho de sensibilização e reconhecimento do público deste espaço para o seu efetivo atendimento.

Observa-se que o entorno imediato do parque é marcado pela presença de residências autoconstruídas, uma diversidade de igrejas,

principalmente evangélicas, supermercados (três de redes conhecidas) e empreendimentos locais de alimentação: sorveteria, *self-service*, além de lotérica e farmácias. Vale a pena destacar a presença de espaços públicos no recorte: três escolas públicas, sendo a Escola Profa. Neusa F.M. Bernardi, municipal, e as outras duas, a EE. Profa. Mirna Loide C. Ferle e a EE Irene da Silva Costa, estaduais. Equipamentos públicos da área de saúde: UBS Jardim São João e UPA Barrão de Mauá; de assistência social: Cras São João, e ligados à cultura: Fábrica de Artes. Essa proximidade entre os equipamentos públicos, como o é o parque urbano, pode ser vista como oportunidade para potencializar os efeitos das políticas de cada equipamento ao se trabalhar de forma intersetorial (Feuerwerker; Costa, 2000).

Na rua que dá acesso ao equipamento, identificam-se alguns empreendimentos que usaram o nome do parque como referência direta, no caso, o Depósito “Blocos Santa Luzia” (Figura 7) e a Casa do Norte “Santa Luzia”, ou indiretamente, como Canaã Imóveis e Universal Academia, corroboram a ideia do parque enquanto fator de valorização do seu entorno (More; Stevens; Allen, 1988). E ainda a “Barraca do João Caldo de Cana e Pastel” (Figura 7), relacionado às necessidades de alimentação dos usuários do parque, como também mais à frente o “Bar do Jabá”, famoso restaurante *self-service* na cidade.

FIGURA 7 — Barraca do João e blocos Santa Luzia  
ao lado da entrada da gruta



Fonte: Medeiros (2019, p. 84).

Um aspecto importante a destacar é que a avenida que conecta a cidade ao parque da gruta é a Barão de Mauá, uma das principais em fluxo de pessoas, carros, motos e ônibus, portanto uma característica interessante é a presença de uma infinidade de serviços automotivos no trecho que vai da UPA Barão de Mauá até o Centro de Atividades do Sesi: autopeças, oficinas, lojas de acessórios, de tintas e concessionárias. Um destaque vai para três bicicletarias que resistem nesse cenário, tendo em vista que diversos moradores do Jardim Itapeva se locomovem em bicicletas, por ser um modal mais barato. Essa dinâmica poderia se organizar, caso houvesse interesse, em um *cluster*<sup>7</sup> (Thomazi, 2006) de serviços para meios de locomoção, beneficiando os empreendedores locais mutuamente e também a população.

Exclusivamente, ao se pensar no pedestre, a sinalização e acessibilidade são complicadas: as calçadas são muito estreitas, há pouca sinalização para este público, há cruzamentos em que a travessia para pedestres é extremamente periculosa, pois os carros passam em alta velocidade e não respeitam a faixa de pedestre, único recurso para o caminhante.

Quanto aos serviços ambientais, o Parque da Gruta Santa Luzia é uma unidade de conservação municipal na qual está localizada a nascente do Rio Tamanduateí dentro da gruta que dá nome ao parque. Mas para além da dicotomia natureza *versus* cultura, o parque tem se mostrado local propício para a experiência da inseparabilidade desses conceitos (Lima, 2004).

Há vegetação remanescente de Mata Atlântica no local, além de ser uma área de manancial. Percebe-se a diminuição da temperatura, boa qualidade do ar e mais umidade, principalmente nas trilhas autoguiadas.

Entretanto, percebe-se na região do lago central a temperatura subir, como também o solo erodido e descoberto devido ao fluxo intenso de visitantes nessa área. Pois, como se percebeu na visita do dia 4 de junho de 2017: “No lago central do parque (Figura 8) a paisagem é bastante bela, evocando sentimentos de liberdade, tranquilidade

7 *Cluster*, como analisado por Thomazi (2006, p. 39), seria uma organização que “se obtém a partir das aglomerações ou concentrações de empresas e atividades afins”.



e evasão do ambiente urbano. Mas que tem possibilidades de secar devido à escassez de mata ciliar em seu entorno” (Medeiros, 2019, p. 85).

FIGURA 8 — Vista do lago central do Parque da Gruta



Fonte: Siqueira Neto (2018).

No que se refere à educação ambiental, há monitorias predominantemente para atender grupos escolares e são agendadas diretamente com a SVMA, atualmente localizada dentro do Parque do Guapituba, no qual ficam locados também os monitores ambientais que atendem ambos os parques e programas de educação ambiental pela cidade.

Neste sentido, para além da educação ambiental tradicional, evoca-se a ideia de animação socioambiental desenvolvida por Pacheco e Raimundo (2014), necessária neste contexto para sensibilizar as pessoas a fruírem de seu lazer em contato com a natureza, de um lado, e entenderem as estratégias necessárias para a preservação deste local, por outro.

Ao sintetizar as observações sobre gestão foi possível perceber que não há um canal claro de informações, nem mural ou material impresso. Dessa forma, mesmo em um evento como o que ocorreu na semana do meio ambiente, na visita do dia 4 de junho de 2017, divulgado em mídias como jornais e redes sociais da cidade, houve desinformação, o que dificulta a fruição das atividades pelo visitante:



ao chegar ao Parque da Gruta o grupo já tinha começado o trajeto e, ao contrário do dia anterior, não havia nenhum funcionário para me recepcionar e informar. Mas, quando vi um ônibus fretado na frente da entrada do Parque da Gruta, fiquei sabendo que, de fato, as crianças tinham chegado e a trilha havia começado. Sem saber qual era o trajeto da trilha intui que o grupo estaria na região do lago, próximo à gruta — local muito divulgado do parque. (Medeiros, 2019, p. 86)

Entretanto, após a reforma ocorrida em 2018 há mais placas informando a localização dos atrativos, mas não placas interpretativas. Os locais especificamente revitalizados são descritos na visitação do dia 25 de março de 2018:

Recentemente o Parque da Gruta passou por uma revitalização: houve aumento da Academia ao Ar Livre, colocação de telhado para proteger os seus aparelhos da chuva, além da colocação de placas de sinalização (Figura 9). Na região do lago central foram colocadas grades em torno do lago e também placas de sinalização; no chão foram colocadas pedras de paralelepípedo (Figura 9) formando as trilhas do lago central até atrativos como a gruta e o britador, o qual recebeu corrimão na escada que dá acesso a ele. (Medeiros, 2019, p. 86-87)

FIGURA 9 — Academia ao ar livre e lago central após revitalização



Fonte: Siqueira Neto (2018).

Apesar desse esforço, observou-se ainda que o atrativo britador, por exemplo, não foi revitalizado e continua sendo consumido pela ferrugem. Este atrativo dialoga explicitamente com a importância histórica do parque enquanto uma antiga pedreira da cidade de Mauá.

O parque é limpo, há bebedouros e banheiros, nem sempre com papel, localizados, sobretudo, na região do lago central. Há uma boa distribuição de lixeiras pelo parque, mas não se propõe o descarte do lixo separadamente (coleta seletiva).

Não há presença constante de funcionários circulando pelo parque e segurança menos ainda: há apenas a presença da patrulha ambiental por algumas horas ao dia, uma vez que ela atende todas as regiões da cidade, o que corrobora dois entraves levantados por Pacheco (2017) para a gestão estratégica do uso público em parques urbanos no país hoje: a escassez de recursos financeiros e humanos. O resultado deste cenário é uma sensação de insegurança, como percebido na visita do dia 4 de junho de 2017:

Entrei em uma trilha que nunca havia feito, pois este parque eu já frequentei algumas vezes como munícipe da cidade em meu tempo de lazer. Essa trilha era de terra e estava em algumas partes escorregadia e a vegetação era mais densa. Nessa trilha só havia uma mãe com o seu filho de uns nove anos e eu caminhando, o que causou um clima de bastante insegurança. A mãe, em tom de conselho, disse não gostar de ir sozinha ao parque em virtude da insegurança que sentia no local. (Medeiros, 2019, p. 87)

Não há serviços de suporte dentro do parque: alimentação, serviços de lazer (locação de bicicletas, por exemplo, porque agora é proibido o uso delas dentro da gruta). O que se percebe é a mobilização de vendedores ambulantes na rua que dá acesso à entrada do parque para atender as demandas alimentícias dos usuários, predominantemente aos domingos. Há também, seguindo este raciocínio, um estacionamento improvisado por um morador local, ao lado da entrada da gruta, para atender os visitantes que chegam de carro. A gestão é completamente feita pela prefeitura por meio da SVMA:

administração, atendimento, recursos financeiros estabelecidos na Lei Orçamentária Anual (LOA), sem a participação de concessionários de serviço ou associações de usuários.

Neste último caso, salienta-se que a gestão vem na contramão, uma vez que a participação da comunidade no desenho (Peters; Elands; Buijs, 2010) implantação e gerenciamento (McComarck *et al.*, 2010) de um parque urbano têm sido apontada como elemento importante para o seu sucesso enquanto espaço para práticas corporais no lazer.

Dessa forma, ao diagnosticar os usos para lazer do Parque da Gruta, percebeu-se a predominância de práticas espontâneas: famílias fazendo piqueniques aos domingos, grupos de adultos fazendo caminhadas e usando a Academia ao Ar Livre ou da Terceira Idade (ATI) durante a semana, principalmente na parte da manhã, e jovens/adolescentes andando de bicicleta, jogando futebol, vôlei e ouvindo música aos sábados, sobretudo por ser o único espaço público de lazer ao ar livre com essas dimensões na região.

Quanto aos eventos programados, foi possível participar de uma das edições do evento “Domingo no Parque”. O evento é promovido pela SVMA em parceria com outras secretarias, como a de Cultura e Emprego e Renda, no último domingo de cada mês, das 10h às 17h. Seu objetivo é estimular a frequência de público no local e se caracteriza pela montagem de barracas de artesanato com peças em crochê e produtos alimentícios artesanais. Além disso, há a montagem de tendas para a realização de apresentação de músicas cantadas por artistas locais. A ideia é interessante, todavia, ao manterem-se as características do evento, acredita-se que está locado no Parque errado, como se percebe nas notas da visitação do dia 25 de março de 2018:

Fomos para a região do Lago Central, pois as atividades sempre se concentram ali. Havia duas meninas cantando música sertaneja altíssima, de forma que a vocação do parque para educação ambiental ficava em segundo plano. Não se escutava os animais, não se via a vegetação e o lago, não havia contemplação, nem silêncio. [...] Sinceramente, acredito que um show

musical como o proposto combinaria mais com a o Paço Municipal, ou até mesmo com o Guapituba, naquelas construções antigas que não são utilizadas, mas não na gruta. (Medeiros, 2019, p. 88-89)

As notas de Manoel, o colaborador da pesquisa, sobre este dia corroboram também essa sensação e, ao mesmo tempo, desvelam o sentimento de frustração que é possível gerar em um usuário quando se propõe uma atividade totalmente diferente de suas expectativas, ou seja, quando não há consulta popular para a elaboração de uma programação de lazer:

Entramos para a gruta e o sentido de natureza vai nos tomando aos poucos, mas quando chegamos ao centro da gruta, a musicalidade me irritou muito, me tirando o sentido de natureza que estava se apoderando de mim. Pois o que se via eram pessoas para lá e para cá, e sem ordem, parece que não segue lógica nenhuma. (Siqueira Neto, 2018)

E o mais importante, como muito se tem discutido no campo de estudos do lazer, é preciso superar a ideia de que política de lazer é fazer eventos. O parque enquanto espaço de educação (Mészáros, 2005) tem o potencial de transformar uma cidade em um ambiente educador. Nos parece que isso seria essencial.

## REFERÊNCIAS

BARTALINI, Vladimir. Os córregos ocultos e a rede de espaços públicos urbanos. *PosFAUUSP*, n. 16, p. 82-96, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009. (Obra original publicada em 2005.)

DIEZ, Luis Romahn. *Construyendo mi parque*: de la participación ciudadana a la administración de los espacios públicos. México: ANPR, 2018.

FEUERWERKER, Laura M.; COSTA, Heloniza. Intersetorialidade na rede unida. *Saúde em debate*, n. 22, p. 25-35, 2000.

GEHL, Jan. *Cidade para pessoas*. Tradução: Anita di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013. (Obra original publicada em 2010.)

GOOGLE MAPS. 2019. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/suDroJ3Me36q7dgRA>. Acesso em: 16 abr. 2019.

LIMA, Catharina P. C. dos Santos. Natureza e cultura: o conflito de Gilgamesh. *Paisagem e ambiente: ensaios*, n. 18, p. 47-57, 2004.

MASCARENHAS, Fernando. Em busca do ócio perdido: idealismo, panaceia e perda histórica à sombra do lazer. In: PADILHA, Valquíria (org.). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 75-103.

MAUÁ. Prefeitura. Decreto nº 1.304, de 6 de fevereiro de 1974. Decreta de utilidade pública terreno onde seria o Parque da Gruta. *Legislação Municipal de Mauá*, Mauá-SP, 1974.

MAUÁ. Prefeitura. Lei nº 2.425, de 10 de junho de 1992. Lei que dá a denominação de “Parque Ecológico Santa Luzia” à área que descreve, no local denominado Sítio Itapeva — Gruta Santa Luzia. *Legislação Municipal de Mauá*, Mauá-SP, 1992.

MAUÁ. Prefeitura. Lei municipal nº 4.886, de 15 de outubro de 2013. Institui o Plano Plurianual para os exercícios de 2014-2017. *Legislação Municipal de Mauá*, Mauá-SP, 2013.

MAUÁ. Prefeitura. Lei municipal nº 5.210, de 18 de abril de 2017. Dispõe sobre a organização da estrutura administrativa da Prefeitura do Município de Mauá, no que se refere aos órgãos de direção, chefia e assessoramento no âmbito da Administração Direta, cria o quadro de pessoal comissionado e função de confiança. *Legislação Municipal de Mauá*, Mauá-SP, 2017a.

MAUÁ. Prefeitura. Lei municipal nº 5.266, de 10 de outubro de 2017. Institui o Plano Plurianual para os exercícios de 2018-2021. *Legislação Municipal de Mauá*, Mauá-SP, 2017b.

MCCOMARCK, Gavin; ROCK, Melanie; TOOHEY, Ann Madeline; HIGNELL, Danica. Characteristics of Urban Parks Associated with Park Use and Physical Activity: A Review of Qualitative. *Health & Place*, n. 16, p. 712-726, 2010.

MEDEIROS, Iranilda Oliveira. *Arte e lazer na periferia: possibilidade de educação para jovens das camadas populares*. 97 p. Monografia (Bacharelado em Lazer e Turismo) — Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MEDEIROS, Iranilda Oliveira de. Parques urbanos de Mauá/SP: estudo de caso sobre a gestão de uso público e as atividades físicas de lazer. Dissertação (Mestrado em Atividade Física, Saúde e Lazer) — Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100139/tde-29042020-141535/publico/Medeiros\\_IO\\_dissertacao\\_versao\\_original.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100139/tde-29042020-141535/publico/Medeiros_IO_dissertacao_versao_original.pdf). Acesso em: 27 dez. 2023.

MÉSZAROS, István. *A educação para além do capital*. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005. (Obra original publicada em 1994.)

MORE, Thomas A.; STEVENS, Thomas; ALLEN, P. Geoffrey. Valuation of Urban Parks. *Landscape and Urban Planning*, n. 15, p. 139-152, 1988.

PACHECO, Reinaldo Tadeu Boscolo; RAIMUNDO, Sidnei. Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, v. 1, n. 3, p. 43-66, 2014.

PACHECO, Reinaldo Tadeu Boscolo. Parques de Brasília/DF: alguns apontamentos sobre formas estratégicas de gestão de uso público. In: AZEVEDO, Paulo; BRAMANTE, Antonio (org.). *Gestão estratégica de experiências de lazer*. Curitiba: Appris, 2017. p. 161-171.

PETERS, Karin; ELANDS, Birgit, BUIJS, Arjen. Social Interactions in Urban Parks: Stimulating Social Cohesion?. *Urban Forestry & Urban Greening*, Netherlands, n. 9, p. 93-100, 2010.

PUNTSCHART, William. *Memórias da cidade*. Mauá: Assahi, 2004.

PUNTSCHART, William. *Mauá: entendendo o passado, trabalhando o presente e construindo o futuro*. São Paulo: Noovha América, 2012.

RECHIA, Simone. Curitiba Cidade-Jardim: a relação entre espaços públicos e natureza no âmbito das experiências do lazer e do esporte. *Rev. Brasileira Ciência Esporte*, Campinas, v. 28, n. 3, p. 89-107, 2007.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *Informações dos municípios paulistas*. Mauá, 2016. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/perfil>. Acesso em: 2 set. 2016.

SERPA, Angelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem Geográfica. *GEOUSP — Espaço e tempo*, n. 15, p. 21-37, 2004.

SIQUEIRA NETO, Manoel Olegário. *Diário de campo: caminhos poéticos*. Mauá, 2018.

THOMAZI, Silvia. *Cluster de turismo: introdução ao estudo de arranjo produtivo local*. São Paulo: Aleph, 2006.

**PARTE 3 — CULTURA, LAZER,  
POLÍTICAS PÚBLICAS E ATIVISMOS  
SOCIAIS: DO LOCAL AO GLOBAL**



# **ATIVISMOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO PARQUE GOMM DA CIDADE DE CURITIBA/PARANÁ**

Bruno David Rodrigues Neca  
Daniella Tschöke Santana  
Simone Rechia

## **INTRODUÇÃO**

Diferentes contextos socioculturais carregam concepções singulares de lazer, com distinções que perpassam desde os termos utilizados para sua expressão até os significados, definições e formas de manifestação. Se “o lazer é imaginado e praticado de várias formas dependendo da posição geográfica e das respectivas culturas” (Henderson; Sivan, 2018, p. 13), tem-se, portanto, do local ao global, um amplo leque de compreensões e perspectivas.

Entretanto, Henderson e Sivan (2018) afirmam, tendo como base o artigo n. 24 da Declaração Universal de Direitos Humanos, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, que mesmo incorporado de diferentes maneiras e a partir de variadas oportunidades, o direito ao descanso e ao lazer é reconhecido em alguma medida por todas as culturas e sociedades.

Assim, compreendemos a necessidade, importância e essencialidade universais do lazer para o desenvolvimento da vida humana, porém conscientes de que o lazer se constitui a partir de representações e expressões não homogêneas, uma vez constantemente definido e redefinido por perspectivas socioculturais e geográficas as mais diversas que podem se apresentar de maneira convergente ou divergente.

Nossa abordagem, na tentativa de transcender compreensões de vertente prioritariamente funcionalista que ainda sustentam a concepção de muitos intelectuais, instituições, documentos e legislações de âmbito nacional, busca ressaltar as potencialidades transformativas das experiências na esfera do lazer, as quais podem oportunizar

a consolidação de uma sociedade mais justa, quando são capazes de promover o questionamento desta mesma sociedade e possibilitar o tempo/espço necessário para o enfrentamento dos problemas do cotidiano (Uvinha; Stoppa, 2018).

Na condição de direito social, é prerrogativa do poder público planejar e oportunizar políticas públicas, relacionadas à implantação tanto de infraestrutura quanto de programas voltados ao lazer, que sejam pertinentes e coerentes com as demandas e o contexto social em que estão inseridos, visando “estimular oportunidades e promover a criatividade, de modo que as pessoas possam superar as várias barreiras presentes na vida cotidiana, vinculadas não apenas às experiências de lazer, mas à sociedade em geral” (Uvinha; Stoppa, 2018, p. 61).

Para Uvinha e Stoppa (2018, p. 63), a “contestação e a resposta às políticas públicas altamente conservadoras e excludentes têm se destacado na população brasileira”; e, neste sentido, entendemos o lazer como tempo/espço privilegiado no fomento às ações e participações culturais que possibilitem o exercício concreto da cidadania.

A defesa, reivindicação ou oposição a determinadas leis, projetos, políticas e intervenções podem se manifestar na forma de ativismos sociais, os quais ocorrem de diversas maneiras e a partir de níveis de complexidade distintos, desde ações pontuais até intervenções mais abrangentes. Estes movimentos geralmente empenham-se em evidenciar demandas e temas considerados ofuscados ou não adequadamente abordados/atendidos pelas políticas sociais vigentes, pelo poder público ou mesmo pelos demais setores da sociedade, problematizando tais demandas de modo a torná-las visíveis e, dentro das possibilidades, preencher tais lacunas.

Diante do exposto, este texto tem por objetivo refletir acerca da relação entre poder público e os ativismos sociais e suas interfaces com as experiências no âmbito do lazer. Inicialmente, elaboramos reflexões acerca dos temas da cultura, do lazer, da territorialidade, políticas públicas e ativismos, com o intuito de esclarecer perspectivas sob as quais refletimos a temática. Na sequência, buscamos demonstrar possíveis articulações entre tais temas pela elucidação do processo de implementação do Parque Gomm na cidade de Curitiba,

exemplo de experiência comunitária de dimensão ativista vinculada à cultura e ao lazer.

## CULTURAS POLÍTICAS E POLÍTICAS CULTURAIS

A cultura é uma construção social da realidade, marcada, construída e (re)construída a todo momento por códigos e símbolos da vida cotidiana de pessoas ou de grupos sociais. As culturas estão intimamente relacionadas com os contextos nas quais são desenvolvidas e aos domínios específicos e universos simbólicos que se criam a partir destas relações sociais.

A cultura demonstra-se como conteúdo das relações sociais num sistema aberto e mutável, que identifica papéis sociais e que é significada e ressignificada constantemente. De acordo com Silva (2007), esta cultura está intimamente relacionada aos domínios de poder, isto é, seu conteúdo é construído a partir do cotidiano de acordo com seu papel social. Assim, determinados grupos sociais possuem valores e significados próprios que são utilizados como mecanismos de controle ou poder.

Michel de Certeau (2012) faz uma crítica às visões que contrapõem culturas de elite e de massa, com a segunda sendo subordinada à primeira. Certeau (2012) defende que pode até existir uma espécie de dominação, seja ela política, econômica ou cultural, da qual as culturas são indissociáveis, mas ressalta que existem contraculturas que se desenvolvem no cotidiano das pessoas “ordinárias” que escapam jogando com as “ocasiões” para a construção de seus próprios símbolos e significações.

Ao refletir sobre o periculoso cenário de uma cultura no singular, o autor afirma que não existe setor particular capaz de satisfazer as necessidades de significação de todas as pessoas da sociedade, nas suas particularidades. Reconhece que “a cultura está, mais do que nunca, nas mãos do poder [...] Mas a cultura no singular tornou-se uma mistificação política. Mais do que isso, ela é mortífera. Ameaça a própria criatividade” (Certeau, 2012, p. 142).

Assim, reconhecer que existam culturas ou, nas palavras do autor, sistemas de referências e de significados heterogêneos entre si, é permitir a diversidade de práticas sociais significativas que não somente recebam, mas que também permitam aos atores sociais “exercer a ação pela qual cada um *marca* aquilo que os outros lhe dão para viver e pensar” (Certeau, 2012, p. 142-143).

No prefácio de *A cultura no plural* (Certeau, 2012, p. 9), Giar-di comenta que, para Certeau, “nenhuma ação cultural ou política que seja inventiva e apoiada no real pode nascer de uma deficiência do pensamento ou se alimentar do desprezo do próximo”, ou seja, o autor sempre desconfiou de que as classes populares concebiam sua cultura a partir do que restava das culturas consideradas eruditas e acreditava na existência de inúmeros movimentos culturais criados no cotidiano, que visam, inclusive, territorializar e proteger tais culturas populares, convencido de que pode haver sim um fluxo de informações entre culturas e intercâmbios de bens culturais produzidos e acumulados historicamente, “sem os quais uma sociedade se asfixia e morre” (Certeau, 2012, p. 142).

Esta cotidianidade está muito próxima das pessoas e, por isso, tende a ser ocultada por elas e também pela academia (Silva, 2007). Desta forma, ao observar e analisar as pessoas e grupos sociais na produção de conteúdos culturais no seu cotidiano, entre eles as experiências de lazer, é possível identificar manifestações políticas na busca de um movimento de contracultura e de proteção de territórios culturais, pois “é no desenrolar da vida cotidiana que podemos compreender as divergências, as transgressões, ou a obediência à ordem imposta, interpretando, enfim, as relações sociais que dão conteúdo ao espaço geográfico” (Silva, 2007, p. 33).

No cotidiano é possível analisar como as culturas populares se manifestam no sentido de proteger sua história, em um movimento cultural e também de resistência contra tentativas de dominação ou modificação por uma cultura produzida por outros. Certeau, ao citar Queiroz (1968 *apud* Certeau, 2012, p. 39), pede atenção aos “movimentos populares que tentam instaurar ou restaurar uma rede de relações sociais necessárias à existência de uma comunidade”,

movimentos que criam e demarcam seus territórios para criar seus próprios quadros de referências culturais.

Ao falar em minorias, Certeau (2012) alerta que é necessário que todo movimento minoritário seja cultural e também político, complementando que não se pode correr o risco de limitar-se a um ou outro. Assim, toda manifestação deve encontrar sua consistência político-cultural para conquistar autonomia e suas reivindicações. Para Certeau (2012), a reivindicação cultural não é um fenômeno simples e resgatar a autonomia é exumar as implicações sociais e políticas envolvidas, mas é exatamente isso que vai conferir à declaração cultural seu poder de afirmação.

O autor lembra que as grandes estruturas socioeconômicas, as autoridades, estão submetidas à lei da centralização, ou seja, dependem de um poder central. Mas é possível ver surgir na sociedade diversas outras unidades sociais, como os movimentos jovens e grupos de consumidores, que constituem uma pluralidade não centralizada, problematizando a superestrutura da sociedade (Certeau, 2012), sendo imperativa a organização destes grupos, evitando serem neutralizados e/ou silenciados pelas estruturas dominantes (Certeau, 2012).

Para Certeau (2012), as minorias devem dar uma significação política à cultura e vice-versa, e tais vontades políticas pertencem aos valores, símbolos e significados do próprio grupo. Todavia, sabe-se que as unidades sociais são, muitas vezes, desprovidas de meios políticos e econômicos próprios para defender-se da repressão. Por isso, é de extrema importância a significação política em consonância à cultural, isto é, é preciso mudar também a cultura. Segundo Certeau (2012, p. 12), uma “política se caracteriza pela articulação de uma tática com uma estratégia”, ou seja, é preciso jogar com o poder dominante para conquistar sua autonomia.

A autonomia cultural se dá através da luta política e cultural e tais movimentos, segundo Certeau (2012), compõem uma cultura que é visibilizada através dos ensinamentos, que se dão em três diferentes instâncias na sociedade contemporânea: na escola, nos meios de comunicação e na prática social (profissões e lazer). Segundo o autor, a prática social é uma literatura “tão importante quanto a dos manuais escolares” (Certeau, 2012, p. 140).

Neste sentido, destacamos as experiências de lazer como essenciais nesta busca pela autonomia cultural e enquanto instâncias pelas quais uma pluralidade de referenciais culturais pode ser elaborada, modificada, multiplicada. Buscaremos, a seguir, elucidar algumas características deste fenômeno.

## O FENÔMENO DO LAZER E A VIDA URBANA

Compreender o fenômeno do lazer e suas dimensões implica desembaraçar-se de uma compreensão simplista acerca deste fenômeno complexo e transversal na nossa sociedade, fato que tem levado à desvalorização do lazer pela sociedade e pelo Estado.

Segundo Rechia (2017), o lazer deve ser considerado muito além de uma ferramenta de entretenimento passivo, desvinculando-se de uma perspectiva funcionalista e utilitarista. Para a autora, trata-se de um fenômeno sociocultural ligado às experiências culturais cotidianas de grupos sociais específicos. Desta forma, tais experiências estariam ligadas aos valores e símbolos destes grupos sociais, significando e ressignificando a todo instante suas identidades.

Trata-se de um tempo-espço no qual as pessoas teriam capacidade de refletir sobre sua realidade, por uma perspectiva crítica do lazer. Por isso, a autora trata os estudos do lazer sob uma perspectiva sociocultural, pois acredita que a partir da análise dos lazers é que é possível compreender as culturas e o desenvolvimento da sociedade.

Além de lugar de afirmação e ressignificação das identidades, Rechia (2017) considera o lazer um fenômeno que envolve questões políticas, isto porque os próprios tempos de não trabalho e espaços públicos para fruição de experiências de lazer são resultados de lutas políticas. Assim, na contemporaneidade, a fruição de tais experiências nos espaços públicos, considerando as identidades dos sujeitos, os usos de determinados espaços para socialização, as apropriações contra hegemonia ou mesmo os movimentos de resistências que acontecem nos espaços públicos de lazer, podem ser consideradas como atos políticos.

Neste cenário, Mascarenhas (2005) sugere proporcionar para as pessoas a condição de cidadania, ou seja, um tempo-espço para

também exercer seus direitos enquanto um cidadão livre das relações de dominação, opressão, exploração ou exclusão. O autor ainda propõe o termo “lazerania”, que seria definido enquanto um “tempo e espaço da prática da liberdade, para o exercício da cidadania, visando a qualidade social” (Mascarenhas, 2004).

Contudo, para que tais formas de resistências sejam intencionais, Marcellino (2000) já sinalizava que seria necessário educar as pessoas para se apropriarem do lazer e sugeriu ainda que tais pessoas pudessem também ser educadas através dele. Assim, o lazer emerge como um instrumento de educação e transformação social e também enquanto ato de resistência para mudanças de ordem moral e cultural (Marcellino, 2000). Da mesma forma, a falta de atitude para o lazer, ou seja, a ausência de pressões e demandas de políticas públicas de lazer por parte da sociedade civil também deixam este setor desamparado de investimento orçamentário (Linhaes *et al.*, 2008).

Segundo Rechia (2017), tais atitudes são potencializadas nos espaços públicos urbanos, isto porque trata-se de espaços coletivos e democráticos e, respeitando uma ética de apropriação do espaço que é público, há a possibilidade de fruição das mais diferentes experiências e manifestações do lazer, sejam elas hegemônicas ou de resistência.

No entanto, as transformações da cidade e das relações sociais a partir da globalização e da tecnologia têm provocado um “enclausuramento” nos ambientes privados, reduzindo as oportunidades de desenvolvimento da participação popular para experimentar novos valores através do lazer, bem como de contribuir para uma cidadania ativa que permita questionar a realidade e enfrentar seus problemas sociais, conforme aponta Uvinha e Stoppa (2018).

Segundo Bahia e Figueiredo (2008), Rolnik (2000) e Jacobs (2011), as cidades se constituem como a principal intervenção sobre o ambiente. Trata-se de uma paisagem artificial destinada, na sua essência, para o encontro e para as trocas. Entretanto, é a perspectiva da troca que vem pautando crescentemente a cidade e seus espaços, constantemente subordinada a uma lógica de mercado (Carlos, 2007).

Atualmente, o poder na cidade é delimitado pelo espaço, ou seja, são territórios de poder que surgem como consequência da propriedade privada. O direito à cidade, apontado por Lefebvre (2001),

diz respeito ao acesso a estes poderes que constituem a centralidade do espaço urbano das cidades, sejam eles o centro comercial, simbólico, de informações ou de decisões (Bahia; Figueiredo, 2008).

Assim, a cidade se constituiu com quatro funções básicas, sendo elas: lazer, moradia, trabalho e circulação. Com o objetivo principal de alocar e transportar mão de obra para a produção de bens e serviços (Rolnik, 2000), o desenvolvimento urbano tem privilegiado as três últimas com mais intensidade.

Ainda segundo Rolnik (2000), tal perspectiva tem levado a um movimento de desumanização do espaço. O que antes era considerado espaço onde ocorre uma ação política e *lôcus* de diferentes ideias de cultura agora sofre uma desqualificação por conta do surgimento do espaço público privatizado (Bahia; Figueiredo, 2008). Rolnik (2000) também alertam que, neste cenário, o espaço público tem se tornado lugar esvaziado de sentimento, lugar de violência, ao invés de lugar de lutas simbólicas, políticas e identitárias.

Geralmente, grandes estruturas sociais, seja o Estado em si sejam empresas privadas, possuem interesses mercadológicos e geralmente detêm o poder sobre tais espaços (Certeau, 2012). Entretanto, forças contrárias advindas da sociedade civil organizada também emergem na luta pelo direito à cidade e às decisões sobre o espaço público.

Surgem, então, disputas pelo que chamamos de território, esfera de enfrentamento, reivindicação e expressão de valores e atitudes que constituem as culturas plurais de determinados grupos sociais que buscam afirmar suas identidades através de visibilidade política e cultural.

## TERRITÓRIOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E ATIVISMOS EM INTERSECÇÃO

Na perspectiva socioespacial da geografia, o conceito de território está relacionado, principalmente, com as relações de poder para demarcar/controlar/proteger um determinado espaço físico ou social/simbólico (Souza, 2013).



Para Souza (2013, p. 77), “no âmbito das falas cotidianas, “território” pode se referir, simplesmente, a uma “grande extensão de terra”, mas o autor amplia tal interpretação ao fazer referência à influência das relações de poder na definição e delimitação de um território como uma primeira aproximação ao conceito. O autor adverte que o território não pode ser confundido com o substrato espacial material, admitindo que tal dimensão deve ser devidamente considerada, mas ressalta a percepção de que o território é, antes, resultante das relações sociais projetadas no espaço do que espaços concretos.

Tais relações sociais são perpassadas por relações de poder, as quais advêm de diversas fontes. Segundo Silva (2007), em algumas correntes, a fonte está ligada, principalmente, ao poder Estatal no controle do espaço físico. Outras correntes criticam esta abordagem, pois a relação de poder pode ser também sobre “um território político não estatal”, isto porque o “território também é uma criação cultural” (Silva, 2007, p. 18).

Souza (2013, p. 97) coloca que o território é a expressão espacial do poder enquanto dimensão das relações sociais, ou seja, “uma relação social tornada espaço — mesmo que não de modo diretamente material, como ocorre com o substrato, ainda que o território dependa, de várias maneiras, deste último”.

Nesse sentido, o território surge como um problema social, quando na disputa por espaço social e físico; o poder está mais forte e concentrado nas mãos do que Certeau (2012; 2013) vai chamar de grandes estruturas e autoridades sociais. Por outro lado, defender e proteger um território torna-se uma necessidade para as minorias sociais que, através das suas maneiras de fazer no cotidiano, jogam com o poder dominante das grandes estruturas para reivindicar seus espaços, transformação e autonomia social.

Portanto, a busca por um território pode ser um movimento político de um grupo social para demarcar seu espaço físico ou social/simbólico. Para Magnani (1992), para além da presença sobre o espaço físico, é necessário o estabelecimento de vínculos, os quais contribuem para a demarcação/controle/proteção do “pedaço” e podem ser construídos pela participação em atividades comunitárias como: “a vida do dia a dia, a prática da devolução, o desfrute do lazer,

a troca de informações e pequenos serviços, os inevitáveis conflitos, a participação em atividades vicinais” (Magnani, 1992, p. 193).

A partir destas experiências é possível identificar alguns grupos sociais que ressignificam o seu tempo de lazer realizando ações que visam gerar transformações sociais onde vivem.

Algumas destas ações podem ser compreendidas enquanto ativismos sociais. Compreendidos pela ótica de Souza (2013), os ativismos sociais não podem ser equiparados ou confundidos com ações coletivas ou movimentos sociais, uma vez que se referem a conceitos que apresentam níveis diferentes de abstração/concretude.

O autor considera todo ativismo social uma ação coletiva, mas afirma que nem todas as ações coletivas são ativismos. Da mesma forma, ao passo que todo movimento social é um ativismo social, não se concebe a lógica reversa, mesmo que ambos, ativismos e movimentos sociais, consistam em formas de participação ativa e protagonismo social (Souza; Rodrigues, 2004).

Questões como motivação, efemeridade ou durabilidade e caráter público ou privado de determinadas ações são elementos que, dentre outros, permitem tipificar tais conceitos:

um ativismo possui, entre outras características, uma certa permanência no tempo e um caráter público [...]. É conveniente reservar a expressão “movimento social” para designar ativismos particularmente críticos em relação ao *status quo*, ou seja, ativismos cuja dinâmica, longe de ser meramente adaptativa, é marcada por uma forte contestação, tácita ou explícita, da ordem socioespacial vigente. (Souza, 2013, p. 75-76)

Para Serpa, com base em Souza (2009 *apud* Serpa, 2013), o ativismo social seria uma perspectiva intermediária entre ação coletiva e movimento social, considerando que são distinções que visam trazer elementos de orientação e não fixação de conceitos em perspectivas rígidas.

Em relação às práticas dos ativistas e organizações, Souza (2013, p. 105) afirma que

muitas ou quase todas são, em sentido forte, práticas espaciais [...] e, se examinarmos suas ações de resistência e protesto, verificaremos que entre as práticas espaciais se destacam as ações de territorialização. Estas ações, porém, muitas vezes se concretizam em uma escala temporal de curta ou curtíssima duração, e são sempre marcadas, como é óbvio, pela instabilidade, não raro pelo confronto violento com o aparelho do Estado.

Os ativismos e movimentos sociais, portanto, possuem uma relação estreita com a espacialidade e tendem a confrontar ações do Estado que contrapõem diretamente as demandas consideradas relevantes pela população ou ainda quando este se mostra omissivo e negligente. A reação do Estado pode ser de aproximação ou blindagem em relação a tais movimentos e está relacionada à concepção de gestão dos representantes públicos.

Por meio das políticas públicas, o Estado concretiza ações de bem-estar social e as políticas “se destinam a modificar certas características do tecido social que as autoridades públicas julgam necessário proteger frente às ameaças ou a alterar o estado de determinado direito, tornando-o mais satisfatório” (Munhoz, 2008, p. 66).

A atuação do Estado sofre tensionamentos entre o atendimento às necessidades da população e os interesses do mercado privado. Assim, as decisões políticas “apresentam-se permeadas de múltiplas formas de representação e interesses que, por sua vez, agregam também uma diversidade de justificativas relativas a valores, normas e pertinências de ordem sociocultural” (Linhaes *et al.*, 2008, p. 15).

Em um panorama no qual os interesses econômicos privados são mais atendidos que outros, justamente “pela ausência de pressões e demandas da sociedade por estes direitos sociais” (Linhaes *et al.*, 2008, p. 18), destacamos a importância dos ativismos na conquista de espaço nas agendas de desenvolvimento de políticos, uma vez que tais movimentos pressionam a escuta para as demandas da população e visam buscar maior participação cidadã no desenvolvimento das políticas públicas, nas agendas políticas e processos decisórios.

Da mesma forma, Munhoz (2008) aponta que vários fatores influenciam a discussão de determinados temas/problemas sociais

na agenda dos governos. Entre eles estão a proliferação das ideias nos espaços públicos por atores sociais. Segundo a autora, no espaço público “os problemas são percebidos, identificados e tematizados, e os fluxos de informação são filtrados e condensados em opiniões públicas sobre temas específicos” (Munhoz, 2008, p. 67). Tais movimentos podem gerar espaços de participação cidadã efetiva e não apenas representativa.

Na próxima seção, o objetivo é analisar, a partir da descrição do caso do Parque Gomm de Curitiba/PR, como tais ativismos podem desdobrar-se no tempo/espaço de lazer e como espaços e comportamentos podem ser transformados a partir de tais iniciativas.

## DA INSURGÊNCIA DO MOVIMENTO À OFICIALIZAÇÃO DO PARQUE GOMM

Buscando materializar algumas perspectivas e estabelecer interfaces entre os conceitos anteriormente discutidos, refletiremos acerca de uma intervenção ocorrida na cidade de Curitiba: a criação do Parque Gomm.

Situado entre as ruas Carmelo Rangel, Bruno Filgueira e Hermes Fontes, localizadas no bairro Batel da cidade de Curitiba, o Parque Gomm foi assim oficializado em 2 de julho de 2016 como resultado de uma intensa mobilização social, principalmente dos moradores do entorno.

Anteriormente denominado “Bosque da Casa Gomm” ou ainda “Bosque Luísa Gomm”, o local abriga um bosque e uma área verde (Figura 1). Ao lado situa-se uma casa de estilo inglês construída pela família Gomm, cuja conclusão data de 1913 (Paraná, 2006). A residência e o bosque são bens públicos tombados<sup>1</sup> e fazem parte do

1 Inscrição Tombo 07-III. Processo Número 04/88. Data da Inscrição: 14 de abril de 1.989. Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (Cepha), Secretaria de Estado da Cultura, Coordenação do Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=73>. Acesso em: 22 jun. 2019.

Patrimônio Cultural do Estado do Paraná (Figura 2) em virtude da relevância histórica e cultural do local, que simboliza a presença da comunidade inglesa em Curitiba no início do século XX.

FIGURA 1 — Bosque e casa Gomm



Fonte: Salvemos (2019).

FIGURA 2 — Casa Gomm



Fonte: Os autores (2018).

Originalmente, a área do bosque e da casa pertenciam à família Gomm, família aristocrata inglesa que possuía negócios em Curitiba e em cidades próximas. Segundo arquivos do Conselho Regional de

Medicina do Paraná, Henry Blas Gomm (1867-1929), cônsul inglês e industrial da madeira e mate, casou-se com Isabel Withers (1885-1977), fundadora da Cruz Vermelha do Paraná. Os dois “construíram a famosa casa do bairro e depois Avenida do Batel — de madeira nobre, rodeada por um espetacular bosque com restos da Mata Atlântica, em terreno adquirido entre 1906 e 1913” (Wittig, 2015, p. 136).

O casal teve seis filhos, entre eles Harry Blass Gomm (1908-1976), o mais velho, que foi cônsul britânico em Curitiba entre 1940 e 1955. De acordo com Tupan (2013), “esse período marcou o auge da Casa Gomm. Nela eram realizadas festas e recepções que marcaram época”. Harry era casado com Luísa Bueno Gomm (1911-1986), filha de diplomatas:

Luisa Gomm foi a primeira mulher a tirar o brevê de aeronáutica no Paraná. Sagrou-se a primeira campeã de golfe no estado. Praticava tênis, esgrima e equitação. Após ser aviadora, frequentava a fazenda da família em Piraí do Sul. Como aviadora, empenhou-se em construção dos campos de pouso em diversos locais e estados. Também idealizou a organização de postos de assistência sanitária, para proporcionar auxílio médico às populações rurais, modelo copiado em vários estados, pois a população apresentava dificuldades e limitações de transporte. (Wittig, 2015, p. 136)

Considerada uma mulher à frente de seu tempo por diversas atuações atípicas, em 1986 Luísa Bueno Gomm faleceu. A casa e o terreno do bosque foram vendidos em 1987 e, dois anos depois, o governo do Estado, por meio do Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (Cepha) da Secretaria de Estado da Cultura, tombou ambos os patrimônios (Tupan, 2013). Em seguida, a propriedade foi vendida e adquirida por um empresário. A casa, originalmente localizada na Avenida do Batel, foi deslocada e reconstruída, tendo sua entrada alterada e parte do bosque foi substituído pela construção de um *shopping* (Figura 3):



Contra as evidências de que seria preservado, o local virou sede do shopping Pátio Batel, o que implicou na transferência da casa para um fundo de vale, no mesmo terreno, no encontro das ruas Bruno Filgueira com a Hermes Fontes. Quanto ao bosque, “tombou”, dando lugar ao centro comercial a ser inaugurado em abril do ano que vem. A “mudança da casa” é considerada um exemplo de perícia do arquiteto Humberto Fogaça. Está tal e qual. Em breve o restante de terreno em que está será batizado de Praça Luísa Gomm e a mansão servirá de sede para o setor de Patrimônio do Estado. Passou por novo restauro, na ordem dos R\$ 160 mil, custeado pelo empresário Salomão Soifer, em uma das muitas trocas feitas até agora para compensar as alterações urbanas provocadas pelo shopping — o que inclui até a abertura de uma nova rua no Batel. (Fernandes, 2012)

FIGURA 3 — Área onde o empreendimento comercial foi construído e área restante do bosque



Fonte: Google Maps (2020).

Durante a construção do *shopping* estavam previstas duas obras viárias, dispostas em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a serem realizadas como parte de um acordo entre empresa responsável e prefeitura. Tais obras tinham como objetivo diminuir as alterações no trânsito do entorno, decorrentes da construção do empreendimento, facilitando o tráfego de veículos. Uma delas sugeria

a ligação das ruas Hermes Fontes e Bruno Filgueira, atravessando parte da área restante do bosque, provocando sua redução.

Moradores do entorno e outras pessoas adeptas da preservação do local se mobilizaram para evitar a concretização das intervenções que interfeririam na área do bosque, uma das poucas áreas verdes da região e que já havia sido alvo de intervenções significativas pela construção do empreendimento comercial. Surge um primeiro movimento político de mobilização, no qual a sociedade civil organizada buscou realizar o enfrentamento desta questão social, visando preservar a área.

Diante do movimento realizado, foi proposto um desvio inicial, realizando a ligação entre as ruas a partir de uma área menor. No entanto, as intervenções indicadas foram rejeitadas e o TAC foi modificado:

Moradores se articularam para evitar o desmatamento. Poucos dias depois, a Justiça decidiu, em caráter liminar, proibir o grupo Soifer de realizar qualquer intervenção no bosque da Casa Gomm. O processo não teve nenhuma movimentação desde então. Segundo a Secretaria Municipal de Urbanismo, o TAC foi atualizado e o item em que constava a derrubada de árvores foi retirado, uma vez que o grupo fará os acessos sem interferência às árvores e à Casa Gomm. (Bubniak, 2013)

Assim, a partir do tombamento da região e da movimentação da população em defesa do local, as intervenções no restante do bosque ficaram proibidas.

A atuação da população originou o movimento denominado Salvemos o Bosque da Casa Gomm, que objetivou criar “o Parque Gomm como símbolo da retomada do planejamento urbano de Curitiba, numa escala humanizada e sustentável” (Salvemos, 2019), pela construção colaborativa, a presença de curitibanos de todos os bairros e aliando ação comunitária, civismo e cultura.

Inicialmente, o movimento ganhou força pela via das redes sociais, por meio do compartilhamento de informações a respeito do local, das ações que ameaçavam sua existência e da necessidade de



preservá-lo. O movimento civil, entretanto, não se limitou apenas à dimensão política.

Com o objetivo de ampliar o sentido e significado e mostrar o potencial daquele espaço como lugar de encontro e de lazer, as pessoas começaram a se reunir e se apropriar regularmente do local. A realização de práticas culturais, eventos sociais e artísticos e a presença das pessoas foram estratégias utilizadas pela população para movimentar o local, conquistar espaço e ampliar o alcance da causa, reunindo também um número mais expressivo de apoiadores pelas atividades realizadas no local e pela constante divulgação das ações em redes sociais e meios de comunicação, visando fortalecer o movimento.

O desenvolvimento de horta comunitária, grupo de confecção de mosaicos, apresentações musicais/teatrais/circenses, feiras de trocas de brinquedos, instalação de uma pequena biblioteca ao ar livre e construção de mobiliários (brinquedos sonoros, bancos, estruturas geodésicas etc.), foram algumas das iniciativas desenvolvidas.

Como propunha Certeau (2012), nenhum movimento de minorias deve ser isoladamente político e/ou cultural, mas sim uma confluência destas duas dimensões. Assim, a sociedade civil organizada desenvolveu diversas vivências que tinham objetivos culturais e políticos, simultaneamente. Além de promover a participação cultural através da alteração das formas de uso daquele bosque, as ações proporcionaram atitudes cidadãs críticas e reflexivas frente às decisões do Estado e do setor privado, tendo como pano de fundo ações e experiências desenvolvidas no âmbito do lazer.

Após aproximadamente três anos, tendo como base a demanda de uma parcela da sociedade civil, o movimento de apropriação do local, com a realização de atividades e eventos, e do acordo entre prefeitura e empresa, alterando o TAC e substituindo a abertura de uma nova via de tráfego pela implantação da unidade de conservação, abriu-se a possibilidade do local ser oficializado e tornar-se um parque, denominado Parque Gomm.

Segundo Certeau (2012, p. 250), as ações culturais constituem movimento e “*inserem criações nas coerências legais e contratuais*. Inscrevem trajetórias, não indeterminadas, mas inesperadas, que alteram, corroem e mudam pouco a pouco os equilíbrios das constelações

sociais”. Neste sentido, a trajetória inscrita pelas pessoas que atuaram na defesa daquele espaço resultou na promulgação do Decreto nº 644, assinado em julho de 2016, que criava oficialmente o parque:

- Considerando a necessidade de assegurar a recuperação ambiental da área degradada no passado;
- Considerando a necessidade de conservação dos recursos naturais existentes, a formação e manutenção de bens de uso comum, aliados à promoção de atividades educacionais, lazer contemplativo, recreativas e culturais;
- Considerando o interesse demonstrado e as significativas manifestações da comunidade local para a criação da unidade de conservação;
- Considerando o reiterado interesse da comunidade local na promoção do uso e atividades no logradouro público e dentro da postura municipal em promover a gestão colaborativa e transparente. (Curitiba, 2016)

A denominação do local como um “parque” surgiu durante o movimento e foi uma demanda da comunidade, uma vez que o local é, na verdade, “legalmente enquadrado no inciso VII do artigo 3º da Lei Municipal nº 9.804, de 3 de janeiro de 2000, classificado como bosque de conservação” (Curitiba, 2016).

Para além de institucionalizar a criação deste espaço de lazer na cidade, este decreto é um meio legal de garantir que a área, efetivamente, não sofrerá as intervenções viárias propostas em primeiro plano ao explicitar, no parágrafo terceiro do artigo 1º, o desafetamento do lote e o cancelamento da passagem da rua.

Segundo a Secretaria Municipal de Comunicação Social da cidade, o projeto de implantação do Parque Gomm (Figura 4) foi discutido com a comunidade e com a Coordenação de Patrimônio Cultural do Estado, cuja sede atualmente situa-se na Casa Gomm, localizada ao lado do futuro parque. As ações de construção do parque ficaram sob a responsabilidade do *shopping* (como imposto pelo TAC modificado), e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente

responsabilizou-se pela fiscalização das obras e pela preservação do parque após a entrega das intervenções (SMCS, 2016).

O decreto também aponta a infraestrutura que comporia o parque:

O Parque Gomm é composto pela Praça Luisa Bueno Gomm, pela vegetação existente no local, área de convivência gramada, passagem para veículos de emergência dotada de mecanismos de controle de acesso, parque, equipamentos de uso público como decks de madeira plástica, pergolados, Estação de Sustentabilidade Tipo I, paraciclos, play ground inclusivo com piso emborrachado, iluminação, paisagismo, horta comunitária, agricultura e permacultura urbana. (Curitiba, 2016)

Com relação à administração, o artigo 3º do decreto coloca que a administração do local fica sob a responsabilidade da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), em parceria com a comunidade local, a partir da criação de um Comitê Comunitário, iniciativa pioneira na cidade e devidamente amparada por instrumento legal específico. O intuito é democratizar a gestão, mas, ao mesmo tempo, estabelecer regulamentos de uso e atividades, a fim de assegurar a preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental do local e seu entorno.

FIGURA 4 — Estudo preliminar: projeto Parque Gomm



Fonte: Salvemos (2015).

No primeiro semestre de 2017, parte do projeto do parque foi concretizado, com exceção da trilha que adentraria o bosque, que permanece fechada para o público. A porção esquerda próxima à casa Gomm foi concluída, contendo os itens previstos no decreto (Figura 5).

FIGURA 5 — Parque Gomm após concretização do projeto



Fonte: Salvemos (2019).

Todos os equipamentos e mobiliário previstos foram instalados e, segundo Fantini (2018, p. 58), o parque oficializado “contemplou exigências tanto da comunidade quanto dos empreendedores do *shopping* — como uma passagem de emergência para veículos — e de representantes do poder público”.

Bancos com mosaicos, a horta labirinto localizada próxima à uma das entradas do parque, a mini biblioteca e alguns grafites elaborados durante o processo de apropriação inicial do local pelas pessoas foram mantidos mesmo após as obras do Parque Gomm “oficializado”, numa tentativa de valorização das ações anteriores no local.

Três anos após a oficialização, percebe-se que o movimento mais comum de apropriação durante a semana está relacionado à passagem de pedestres e permanência de funcionários do *shopping*, que utilizam o espaço para sentar, fumar, manusear o celular, conversar, ler, geralmente no seu tempo de intervalo. Nos fins de semana o movimento de pessoas é um pouco maior, mas as atividades permanecem em grande parte as já referidas. A presença de mais pessoas no local é verificada nas ocasiões de eventos ou atividades culturais, divulgadas geralmente pela página na rede social.

Algumas situações já apontam o descuido com a manutenção e as formas de uso do espaço, como problemas mecânicos na gangorra inclusiva da área infantil, a necessidade de limpeza de determinadas áreas, a presença de pichações em paredes, chão e bancos e tábuas soltas ou buracos no palco cultural.

Verificamos que o caso do Parque Gomm é um exemplo de mobilização social efetiva, pois, de maneira organizada, em articulação com o poder público e a partir de processos político-culturais de apropriação, as reivindicações foram alcançadas, ou seja, o local deixou de se transformar em acesso viário, permaneceu preservado e se tornou, inclusive oficialmente, um espaço de lazer.

Entretanto, algumas questões podem ser levantadas. Souza e Rodrigues (2004), em relação aos ativismos, apontam para a frequente desmobilização das pessoas após a solução das demandas reivindicadas. Embora periodicamente e intensamente apropriado em um momento anterior, ocorreu no Parque Gomm, não propriamente

a desmobilização das pessoas, mas uma redução da regularidade de ações no espaço.

Algumas hipóteses residem no fato de que a intensidade e a duração da luta consomem tempo e energia, o que em um dado momento pode exaurir principalmente as pessoas envolvidas no cerne dos movimentos. Considerando também o contexto do âmbito do lazer para a efetivação das ações, existe uma diversidade de interesses culturais no lazer e/ou outras obrigações da vida as quais também exigem atenção e dedicação do tempo dos sujeitos. Por isso, uma vez alcançados os objetivos, o distanciamento parcial dos envolvidos em relação às causas pelas quais advogam é, senão necessária, inevitável.

Ainda assim, o grupo central de pessoas atuantes no Parque Gomm continua a desenvolver eventualmente mutirões de manutenção e cuidados com o espaço, como limpeza, recuperação da horta, conserto dos mosaicos, além de ações educativas, a exemplo do encontro com estudantes de um colégio estadual, com o intuito de conhecer o local e conversar sobre problemas e soluções para as cidades. A página da rede social permanece o principal meio de divulgação das atividades.

De modo geral, o processo de mobilização social e implementação do Parque Gomm nos permite tecer algumas reflexões relevantes e emergentes desta prática. Serpa (2013, p. 26) aborda a questão da espacialidade do corpo e os ativismos sociais na cidade contemporânea analisando a relação das redes sociais virtuais e os espaços urbanos concretos. Segundo o autor, “a desterritorialização dos corpos via redes virtuais os reterritorializa via manifestações nos espaços urbanos concretos, em um processo de retroalimentação positiva” (Serpa, 2013, p. 26), ou seja, o espaço virtual não elimina o concreto e vice-versa.

Tal noção foi percebida na mobilização comunitária do Parque Gomm, uma vez que as ações ocorridas no espaço concreto foram sendo constantemente compartilhadas e veiculadas pelos meios virtuais de comunicação, consistindo em uma combinação efetiva que ajudou a trazer visibilidade para o movimento, acalorando publicamente as discussões e contribuindo na potencialização das ações concretas no espaço.

Aproximando-nos de Certeau (2012), a mobilização civil em defesa da preservação daquele local esteve associada a um momento, a acontecimentos que exigiam ações pelas quais a população, através das suas táticas e práticas cotidianas (protestos, faixas, ocupação com atividades culturais, eventos, divulgações), conseguiu modificar um lugar destinado a ser “lugar do poder e querer próprios da estratégia” (Certeau, 2012, p. 93). Para o autor,

As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo — às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um “golpe”, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos. (Certeau, 2012, p. 96)

Por meio de táticas e astúcias, maneiras de fazer que desafiam o *status quo*, é que os sujeitos, “usuários”, geralmente conseguem confrontar as estratégias e “se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (Certeau, 2012, p. 41).

No caso do Parque Gomm e também de outros movimentos emergentes na cidade<sup>2</sup>, o confronto com a estratégia não vem acontecendo pela via dos embates e conflitos físicos, “radicais” ou violentos, com o poder público ou iniciativas privadas, mas na busca pelo diálogo, pela presença virtual e concreta e por um meio denominado por Coombs (2012) de “ativismo gentil”, que consiste em intervenções urbanas diferentes das concepções convencionais de ativismo.

As questões locais, a conscientização, as mensagens a serem veiculadas são transmitidas e construídas por meio de atividades lúdicas, divertidas, participativas, trazendo modos interativos e criativos de participação cívica que auxiliam “a expandir o valor cultural de participar da vida urbana” (Coombs, 2012, p. 65). Por meio de operações “gentis”, “suaves”, “edulcoradas” que proliferam na estrutura, comunidades e pessoas vem sendo encorajadas a realizar transformações em

2 Ver Santana (2016) e Santana *et al.* (2017) a respeito do processo de implementação da Praça de Bolso do Ciclista na cidade de Curitiba.



seu meio urbano, alterando o seu funcionamento a partir dos detalhes, da microbianidade cotidiana e de elementos da cultura, arte, música, práticas corporais, ou seja, visando mudar a realidade social para além das ações como protestos e manifestações; as pessoas se engajam em ações de natureza política, espacial, mas também artística, de forma criativa e no plano dos espaços e tempos de lazer.

Segundo Ferreira (2007):

Embora os movimentos sociais tenham seu nascedouro a partir de problemas que acontecem no lugar, é necessário buscar as conexões com escalas espaciais mais amplas, em um movimento do lugar ao mundial e de volta ao lugar. Esse movimento obriga-nos a, também, pensarmos em escalas temporais de ação diferenciadas; ou seja, estaremos trabalhando com ações de curto e longo prazo.

Embora o caso do Parque Gomm tenha sido uma ação de alcance local, está em sintonia com questões globais enfrentadas principalmente nos grandes centros urbanos e em outras partes do mundo, como planos urbanísticos privilegiando iniciativas privadas, distanciamento das pessoas e dos espaços públicos, naturalização de projetos de cidades para o lucro e não para as pessoas (Brenner; Marcuse; Mayer, 2011), normatização e privatização de lugares da cidade (Carlos, 2007).

Neste sentido, tais ações problematizam a necessidade global de resgate da participação social ativa no meio urbano, principalmente em relação a seus espaços públicos, conferindo-lhe novos significados. A ampla divulgação de tais iniciativas também destaca a emergência de movimentos que vem valorizando o uso dos espaços em detrimento das lógicas da troca.

É o que Rolnik (2000) alerta sobre humanizar o espaço público: em vez de transformar o bosque em um espaço de circulação de automóveis a que se dedicava a primeira proposta do projeto, a ação comunitária em defesa do espaço possibilitou que este pudesse concretizar-se enquanto local de encontro, de permanência e de lazer, um movimento contrário à tendência do “enclausuramento” das



pessoas para os ambientes domésticos, apontado por Bahia e Figueiredo (2008). Assim como Serpa (2013), em relação ao movimento “Desocupa Salvador”, também consideramos o caso do Parque Gomm como um ativismo social em interação com movimentos sociais mais abrangentes, neste caso, relacionados às perspectivas de humanização e evidenciação do valor de uso do espaço urbano.

Retomando Souza (2013), o território não se limita à materialidade física, e as relações de poder, projetadas no espaço, permeiam os movimentos de territorializações ou desterritorializações. No Parque Gomm verificamos uma disputa dialética em relação a um território físico-material, mas simultaneamente cultural-simbólico em função dos significados daquele território para os diferentes atores envolvidos na questão.

O espaço estava sendo reivindicado no contexto de condições contraditórias: de um lado, para facilitar o acesso ou minimizar os impactos causados pela existência de um equipamento privado de lazer, prioritariamente voltado ao consumo; de outro, pela preservação de um bosque localizado em uma região da cidade carente de espaços verdes e criação de um espaço de convivência e lazer. A contradição, portanto, estava pautada

entre a reprodução do espaço (que tende a se concretizar sob os interesses e necessidades da reprodução do capital e sob o poder do Estado) e a reprodução da vida (que diz respeito ao conjunto das necessidades da sociedade e que tem como objetivo a construção do humano). (Carlos, 2007, p. 40)

É no território que a cidadania se dá, um novo tipo de cidadania pretende ser construída, mudanças no uso e na gestão do território se impõem (Santos, 2014).

O gerenciamento territorial está comumente associado à ação estatal, com uma participação popular mínima ou mesmo ausente nos processos decisórios. Muitas vezes perpassa também pela forte inclinação das ações do Estado estarem à disposição dos interesses, geralmente privados e econômicos, das culturas estratégicas dominantes.

A maneira como o poder público concebe os espaços da cidade e as motivações e circunstâncias pelas quais ocorrem disputas territoriais tendem a direcionar e definir o papel do Estado, que pode se encontrar em distintas posições/condições, enquanto subordinado, protagonista ou mediador.

No caso do Parque Gomm, destacamos a abertura do poder público ao diálogo e à participação social, assumindo a posição de mediador entre as demandas; uma vez que o espaço foi preservado, criaram-se tanto um parque quanto o acesso viário de emergência ao empreendimento privado. Além disso, ressaltamos a iniciativa comunitária que, com o olhar atento ao espaço urbano, foi protagonista na defesa do espaço.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo teve como objetivo refletir sobre como as experiências no âmbito do lazer, impulsionadas por valores culturais e políticos, contribuem para a territorialização e/ou a defesa de territórios de grupos sociais, influenciando também o direcionamento de intervenções públicas a partir da efetiva participação e mobilização social, na forma dos ativismos sociais

A partir do caso do Parque Gomm, percebe-se o quanto o território está ligado à cultura do espaço social ou físico e como as vivências no âmbito do lazer podem potencializar o movimento das minorias para defender o seu “pedaço”. Nas minúcias do cotidiano da sociedade civil é possível encontrar coletividades engajadas que unem política e cultura com o objetivo de questionar a realidade e enfrentar seus problemas sociais.

Contudo, a materialização de intervenções e transformações sociais advindas da participação no tempo/espaço de lazer prescinde a organização social e o acesso à informação. O conhecimento e o reconhecimento dos ativismos como legítimos e geradores de aprendizados, somados à apreensão das estratégias acionadas, possibilitam que outras expressões de mesma natureza possam existir em outros tempo e localidades.

Emergindo como um tempo-espço de resistência e inconformismo, o lazer figurou como uma dimensão da vida, que possibilitou o exercício da cidadania por meio das ações de defesa de um território político e cultural permeado por disputas e relações de poder.

Mesmo que consideremos uma multiplicidade e singularidade de culturas, em certa medida, algumas questões sociais, ainda que mantenham determinadas particularidades, transcendem escalas locais, alcançando perspectivas globais.

O movimento continua, em menor escala e frequência, mesmo após a conquista do objetivo de evitar que o bosque fosse cruzado por uma via de circulação de automóveis, pois um coletivo estabeleceu vínculos e ressignificou a cultura de um lugar e também de outras pessoas.

Todavia, é válido ressaltar a necessidade da presença ativa do poder público, principalmente em relação à manutenção, segurança e investimento constante no espaço, para que o movimento não seja desqualificado e não dependa exclusivamente de ações dos moradores da região, que lutam pela causa.

Além da proteção através da intervenção física do espaço, é dever do poder público qualificar o tempo de lazer das pessoas que desejam utilizar o parque, evitando o movimento de enclausuramento das pessoas para os ambientes domésticos, visando potencializar a prática social e as relações de diferentes grupos da sociedade na defesa de territórios, visando melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento de sujeitos críticos sobre a realidade.

A partir do caso do Parque Gomm percebe-se que o tempo/espço de lazer pode constituir um momento privilegiado de exercício da cidadania, tempo dedicado à realização de ações transformadoras concretas, que dependem, dentre outros elementos, da atitude dos sujeitos. Dentre estas ações estão as relativas às práticas urbanas, à participação ativa no planejamento urbano. Nota-se que no tempo/espço/atitude de lazer torna-se possível esta luta pelo resgate do valor de uso dos espaços urbanos.

## REFERÊNCIAS

BAHIA, Mirleide Chaar; FIGUEIREDO, Silvio Lima. Os espaços verdes e os equipamentos de lazer: um panorama de Belém. *LICERE*, v. 11, n. 2, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/906>. Acesso em: 31 maio 2023.

BRENNER, Neil; MARCUSE, Peter; MAYER, Margit. *Cities for People, Not for Profit: Critical Urban Theory and the Right to the City*. Nova York: Routledge, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CERTEAU, Michel de. *Cultura no plural*. Tradução: Enid Abreu Dobránszky. 7. ed. Campinas: Papirus, 2012. (Obra original publicada em 1974.)

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2013. v. 1: Artes de fazer. (Obra original publicada em 1980.)

COOMBS, Gretchen. Park(ing) Day. *Contexts*, v. 11, n. 3, p. 64-65, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1536504212456186>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Decreto nº 644 de 01 de julho de 2016. Dispõe sobre a criação e denominação do “Parque Gomm” e dá outras providências. *Legislação Municipal*, Curitiba, PR, 2016.

FANTINI, Mariana Teixeira. *Paisagens dominantes e alternativas e espaços públicos insurgentes: estudo a partir do Parque Gomm, em Curitiba/PR*. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

FERREIRA, Alvaro. A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/aferrei.htm>. Acesso em: 24 jun. 2019.

HENDERSON, Karla A.; SIVAN, Atara. Lazer, perspectivas internacionais: prólogo. In: HENDERSON, Karla A.; SIVAN, Atara (org.). *Lazer: perspectivas internacionais*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. (Obra original publicada em 1961.)

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução: J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Documentos, 2001. (Obra original publicada em 1968.)

LINHALES, Meily Assbú *et al.* Esporte e lazer na Grande-BH: por onde caminham as gestões públicas?. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú (org.). *Avaliação de políticas públicas e políticas públicas e avaliação: questões para o esporte e lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. *Revista de Antropologia*, v. 35, p. 191-203, 1992.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.

MASCARENHAS, Fernando. “Lazerania” também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. *Movimento*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 73-90, 2004.

MASCARENHAS, Fernando. *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. 308 p. Tese (Doutorado em Educação Física) — Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MUNHOZ, Virna Carolina Carvalho. O lazer como direito social na prefeitura de Belo Horizonte. In: ISAYAMA, Helder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú (org.). *Avaliação de políticas públicas e políticas públicas e avaliação: questões para o esporte e lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

PARANÁ. Casa e Bosque da Família Gomm. In: LYRA, Cyro Illidio Corrêa de Oliveira. *Espiraís do tempo: bens tombados do Paraná*. Curitiba, PR, 2006, p. 114. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/BIBLIOGRAFIACPC/ESPIRAIS/ctb2.pdf>. Acesso em: 27 out. 2016.

PARQUE GOMM (PR). Google Maps, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://goo.gl/maps/QBgazp8Q8SVMjDc5A>. Acesso em: 19 ago. 2020.

RECHIA, Simone. Movimento é vida. Background Papers: Atividade físicas e esportivas e as cidades. *Relatório nacional de desenvolvimento humano do Brasil*. PNUD, 2017. Disponível em: <http://movimentoevida.org/wp-content/uploads/2017/09/Atividades-F%C3%ADsicas-e-Esportivas-e-Cidades.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC-SP (org.). *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo: World Leisure, 2000.

SANTANA, Daniela Tschoke. *Praça de Bolso do Ciclista de Curitiba/PR*: idealização, cotidiano e o uso da bicicleta como forma de contestação. Dissertação (Mestrado em Educação Física) — Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SANTANA, Daniela Tschoke; RECHIA, Simone; RODRIGUES, Emília Amélia Pinto Costa. As brechas da cidade: a Praça de Bolso do Ciclista da cidade de Curitiba, Paraná. *Movimento*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 311-324, jan./mar. 2017.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7 ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SERPA, Angelo. Espacialidade do corpo e ativismos sociais na cidade contemporânea. *Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 23-30, set./dez. 2013.

SILVA, Joseli Maria. Cultura e territorialidades urbanas — uma abordagem da pequena cidade. *Revista de História Regional*, v. 5, n. 2, p. 9-37, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes; RODRIGUES, Glauco Bruce. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: Editora Unesp, 2004 (Coleção Paradidáticos; Série Sociedade, Espaço e Tempo).

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

UVINHA, Ricardo Ricci; STOPPA, Edmur Antonio. Lazer no Brasil: tendências e perspectivas em uma sociedade contemporânea. In: HENDERSON, Karla A.; ATARA, Sivan (org.). *Lazer: perspectivas internacionais*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

WITTIG, Ehrenfried Othmar. Luísa Bueno Gomm: a casa, o bosque, a praça. *Arquivos do CRM-PR*, v. 32, n. 126, 2015. Disponível em: <http://www.crmpr.org.br/publicacoes/cientificas/index.php/arquivos/article/view/710/694>. Acesso em: 27 out. 2016.

## **FONTES**

BUBNIAK, Taiana. Pátio Batel remarca abertura para setembro. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 19 jul. 2013. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/>

patio-batel-remarca-abertura-para-setembro-cl2f8pdzh4k4eph6zwko4qf66/. Acesso em: 27 out. 2016.

FERNANDES, José Carlos. Velha história em novo endereço. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 22 dez. 2012. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/velha-historia-em-novo-endereco-32s85kqpnnovtdvku1g6qol72/>. Acesso em: 27 out. 2016.

SALVEMOS o Bosque da Casa Gomm. Sobre. Facebook, 2015. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/SalvemosOBosqueDaCasaGomm/about/?ref=page\\_](https://www.facebook.com/pg/SalvemosOBosqueDaCasaGomm/about/?ref=page_internal)int ernal. Acesso em: 25 mar. 2015.

SALVEMOS o Bosque da Casa Gomm. Sobre. *Facebook*, 2019. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/SalvemosOBosqueDaCasaGomm/about/?ref=page\\_](https://www.facebook.com/pg/SalvemosOBosqueDaCasaGomm/about/?ref=page_internal)internal. Acesso em: 25 jun. 2019.

SMCS. Secretaria Municipal de Comunicação Social. Área do Batel ao lado do bosque Gomm receberá novo parque. *Banda B*, Curitiba, 13 jan. 2016. Disponível em: [http://www.bandab.com.br/jornalismo/area-do-batel-ao-lado-do-bosque-](http://www.bandab.com.br/jornalismo/area-do-batel-ao-lado-do-bosque-gomm-recebera-novo-parque/)gomm-recebera-novo-parque/. Acesso em: 27 out. 2016.

TUPAN, Fernando. Casa e Bosque Gomm são tombados. *Bem Paraná*, Curitiba, 10 jul. 2013. Blog do Tupan. Disponível em: [http://www.bemparana.com.br/tupan/](http://www.bemparana.com.br/tupan/casa-e-bosque-gomm-sao-tombados/)casa-e-bosque-gomm-sao-tombados/. Acesso em: 27 out. 2016.

# CICLISTAS E SKATISTAS: CIRCULAÇÕES EM DISPUTA NA METRÓPOLE

José Guilherme Cantor Magnani  
Giancarlo Marques Carraro Machado  
Lucas Lopes de Moraes

## INTRODUÇÃO

Ainda que na cidade de São Paulo, como em outras metrópoles de igual porte e escala, a questão da mobilidade por seu território esteja ligada ao predomínio do carro, algo vem mudando neste panorama: a presença de outras modalidades de locomoção — com destaque para a bicicleta, mas não só para esse veículo, conhecido de longa data, mas também para patinetes, patins, *skates*, monociclos e patinetes elétricas —, a prática intermodal (trem-metrô-bicicleta) e outras variedades também ocupam avenidas, ruas, calçadas, becos e praças da cidade.

O presente capítulo apresenta duas dessas modalidades, o *skate* e a bicicleta, e analisa algumas implicações de seus usos no território da metrópole paulistana. De certa forma, portanto, dialoga com os três aspectos propostos por esta coletânea: cultura, território e lazer.

Trata-se de etnografias realizadas no âmbito do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana (LabNAU), da USP, que, ao longo de sua trajetória, desenvolveu pesquisas acadêmicas nos níveis de graduação e pós-graduação e projetos solicitados por entidades da sociedade civil, para além da universidade.

Entre estes últimos destaca-se o recente estudo sobre frequentadores de várias unidades do Serviço Social do Comércio (Sesc) na cidade e estado de São Paulo. Como se sabe, o Sesc é uma instituição voltada para práticas culturais, esporte, lazer e ensino. Um apanhado das conclusões dessa pesquisa encontra-se no livro *Lazer, de perto e de dentro: uma abordagem antropológica* (Magnani; Spaggiari, 2018). Este livro, aliás, composto por doze capítulos, cada qual com



uma etnografia desenvolvida por integrantes do NAU, tem entre seus autores os que subscrevem as discussões do presente capítulo, Giancarlo Machado e Lucas de Moraes, além da coordenação de José Guilherme Magnani.

As investigações sobre o *skate* e a bicicleta já se encontram concluídas.<sup>1</sup> O fio condutor do argumento sobre ambas as práticas é a questão mais geral do direito à cidade. Tanto o *skate* quanto o ciclismo não constituem meras escolhas individuais, esporádicas, aleatórias, mas formas de ocupação do território apoiadas em discursos e reivindicações de coletivos organizados de usuários, com implicações físicas tais como faixas exclusivas, pistas adaptadas na paisagem urbana e regulamentação do transporte público e individual (velocidade permitida, espaços delimitados em trens e metrô) etc.

Se essas duas modalidades, *skate* e bicicleta, têm sido tradicionalmente encaradas mais na chave do lazer, atualmente seus respectivos usos são bem mais diversificados, como mostram os autores deste capítulo. Seus usuários são organizados, formam redes, conhecem a legislação, fazem-se presentes em fóruns de debate e decisão, discutem com representantes do poder público.

A oferta de acessórios relacionados com essas práticas também se diversifica: indumentária especial, equipamentos suplementares, capacetes individualizados, cintos luminosos, aplicativos. Além de garantir maior segurança aos seus praticantes, esses itens contribuem para a visibilidade destes, não só no espaço público, mas também nos corredores de *coworkings* e *startups*: as imagens de jovens

1 Trata-se da tese de doutorado *A cidade dos picos: a prática do skate e os desafios da cidadania*, defendida em 2017 por Giancarlo Marques Carraro Machado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/USP), sob a orientação do professor doutor José Guilherme Magnani. A pesquisa contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp, processo 2012/23331-0); e da tese de doutorado *Ciclovía faz ciclista: controvérsias em torno das mobilidades paulistanas*, de autoria de Lucas Lopes de Moraes, defendida em 2021 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP). A investigação contou com a orientação do professor doutor José Guilherme Magnani.

empreendedores que chegam de bicicleta ou *skate* a esses locais de trabalho e, lá dentro, locomovem-se em patinetes e monociclos elétricos ganham destaque em revistas e jornais.

Tudo indica que os usos desses e outros meios alternativos de mobilidade não apenas surgem como novas modalidades de locomoção através do território urbano, mas como formas de ocupação legítima do espaço público, com segurança amparada por direitos especiais, proporcionando novas oportunidades de conhecimento e contato com a cidade, pois seu deslocamento implica diferenciados ritmos de velocidade e novas formas de percepção do entorno: indícios de um certo modo de vida urbana que se consolida.

O registro e a análise desse fenômeno resultam da aplicação do método etnográfico. Como é de uso corrente nas pesquisas desenvolvidas no âmbito do LabNAU, a perspectiva é a de um olhar *de perto e de dentro*, capaz de perceber as particularidades do comportamento dos *atores sociais* nos *cenários* por onde circulam e das *regras* que organizam suas práticas (Magnani, 2002). Contudo, para não se restringir a uma visão micro demasiadamente colada ao contexto do cotidiano de *skatistas* e ciclistas, essa perspectiva é modulada com sua antítese, o olhar *de longe e de fora*, neste caso, proporcionado pelo contexto mais geral da cidade e sua dinâmica. Desta forma, o que num primeiro momento é *unidade de sentido* para os usuários, conformando as regras de seu proceder, na leitura do etnógrafo torna-se *unidade de inteligibilidade*, oferecendo um princípio explicativo que pode ser aplicado para o entendimento de práticas similares e conexas.

## SKATISTAS NA CIDADE: CITADINOS INCAPTURÁVEIS

A circulação dos *skatistas* pela cidade de São Paulo é marcada pela coexistência de negociações, intervenções, disputas e conflitos que reverberam múltiplas questões e extrapolam os domínios de uma prática corporal e de lazer. A modalidade *skate* de rua<sup>2</sup>, a qual

2 Também chamada de *street skate*. Para uma análise mais aprofundada sobre a prática do *skate* de rua, ver Machado (2014, 2017).

constitui-se como um dos focos desta investigação, exprime uma experiência rítmica e fugaz nas calçadas, um ziguezagueante flunar pelas superfícies do urbano que revela a plasticidade de corpos em interação com obstáculos dos mais variados tamanhos, inclinações e texturas. É pelos *picos* — termo nativo que designa equipamentos urbanos (bancos, escadas, corrimãos, rampas etc.) onde são realizadas as manobras — que os *skatistas* fazem seus *rolês*<sup>3</sup>, se apropriam da cidade e se sentem estrangeiros em seus próprios contextos.<sup>4</sup> É pela possibilidade de encontrá-los inesperadamente que eles estão a filtrar tudo aquilo que observam em seus cotidianos citadinos. Klaus Bohms, um dos principais *skatistas* profissionais da atualidade, em entrevista concedida a um dos autores deste capítulo, enfatizou que:

É o meu anseio de sair do meu bairro e ir conhecer outros lugares. É andar de *skate* pela rua. E naturalmente ocupar os espaços. Mesmo eu fazendo isso sem dar a devida importância, eu acho importante para as pessoas que não andam de skate. Para que elas possam ver a cena, ver uma galera ocupando um espaço por diversão, dando um significado para aquilo, dando vida ao espaço. Acho bom para o entorno, até mais do que para a gente. A gente só quer se divertir. Mas acho que cria uma atmosfera no lugar onde a gente ocupou, dá vida, e

- 3 A noção de *rolê* revela uma circulação citadina guiada por uma série de perspectivas. Ela é muito evidente no cotidiano juvenil paulistano, sendo frequentemente utilizada para designar formas de mobilidades características de certos universos pautados por ordens de consumo (rolezinhos em *shopping center*), artísticas (grafite e pichação), musicais (*funk* ostentação, *rap*, *punk* etc.), dentre tantos outros. No caso do *skate*, os *rolês* são motivados por aquilo que Machado (2014, 2017) chamou em pesquisas precedentes de olhar *skatista*, expressão que reverbera a percepção que os praticantes possuem dos espaços e equipamentos urbanos. É por meio desse olhar aguçado que eles enxergam “as ruas que lhes interessam” (Magnani, 1993).
- 4 De acordo com Simmel (1983), a mobilidade pelos espaços urbanos permite às pessoas experimentarem tudo por meio de diversas sensações que proporcionam certo estranhamento que as condicionam a se sentirem estrangeiras em suas próprias cidades.

isso é importante não só para o skate, mas para as pessoas em geral. (Machado, 2017, p. 49)

Se, por um lado, tais atitudes aprazem aos praticantes, por outro, contrastam com os dissabores que acarretam na rotina conturbada da capital paulista: a prática do *skate* de rua é intrusiva, produz barulho, traz danos a equipamentos e propriedades e ainda coloca em risco a integridade física de pedestres. Em razão disso ela está sujeita tanto a criminalizações quanto a uma série de agenciamentos e intervenções que intentam causar impactos nas apropriações que os seus praticantes fazem da cidade.<sup>5</sup>

Machado (2017), em trabalho de campo realizado para sua pesquisa de doutorado, constatou uma série de ações propostas e efetivadas por múltiplos agentes e instituições no intuito de controlar corpos em movimentos desajustados de determinadas pretensões político-espaciais e com vistas a amenizar os transtornos decorrentes dos usos que os *skatistas* fazem de espaços e equipamentos urbanos não planejados para a execução de suas técnicas corporais.<sup>6</sup> Dentre tais ações destaca-se a aprovação, no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo, da Frente Parlamentar para Defesa e Incentivo da Prática da Modalidade Esportiva de *Skate* na Cidade de São Paulo. De acordo com o projeto de resolução, proposto em 2013, era competência da frente parlamentar:

realizar estudos, debates, seminários, audiências públicas, conferências, palestras e outras atividades afins, com especialistas do setor e representantes de órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, entidades e organizações da sociedade civil, além de tomar providências no sentido de assegurar à população paulistana praticante da atividade seu direito ao acesso

5 Em 1988, Jânio Quadros, então prefeito de São Paulo, proibiu a prática do *skate* nas ruas da cidade. Vários *skatistas* tiveram, na época, seus *skates* confiscados pela polícia militar. Para mais detalhes sobre a proibição do *skate* em São Paulo, conferir Machado (2017).

6 Resultados da abordagem sobre os enquadramentos políticos da prática do *skate* de rua em São Paulo também podem ser vistos em Machado (2019, no prelo).

para a prática de tal modalidade, conforme disposição contida no artigo 217 da Constituição da República Federativa do Brasil. (São Paulo, 2013a)

A iniciativa vislumbrou, dentre outros interesses, a aplicação de uma série de atividades (como seminários, simpósios, reuniões) que colocassem em pauta assuntos relacionados à prática do *skate* em São Paulo. Para a aprovação da frente parlamentar, foi elaborada uma justificativa com o intuito de embasar quais seriam os princípios de sua atuação. No rol das alegações, destacam-se as seguintes passagens:

O crescimento econômico trouxe investidores e o mercado [especializado em *skate*] praticamente triplicou de tamanho. Com tais mudanças as pessoas buscaram, cada vez mais, a prática da referida atividade, invadindo praças, parques, ruas, calçadas por toda a cidade, que ainda carece de quantidade de pistas adequadas para consecução de tal modalidade. Conforme estatui o artigo 217 da Constituição Federal é dever do Estado fomentar a prática esportiva, destinando recursos públicos necessários para que a população tenha acesso à prática de esportes, que proporcionam uma vida saudável, o que certamente contribuirá para melhoria da qualidade de vida de toda população. (São Paulo, 2013b)

No excerto anterior constam algumas características do universo do *skate* que foram acionadas de maneira estratégica pelo vereador Eduardo Tuma (PSDB), proponente da frente parlamentar. A primeira delas diz respeito ao seu mercado especializado, o qual atualmente movimentava cifras bilionárias em todo o mundo.<sup>7</sup> Outra consideração mencionada realça que é a carência de locais “apropriados”

7 Segundo o jornal *Estadão*, “uma pesquisa realizada pela SGI Europe (*Sports Good Intelligence*), em parceria com a *Adventure Sports Fair* (ASF) e a promotora alemã de eventos esportivos Ispo, o país conta com quatro milhões de praticantes e o mercado movimentava mais de R\$ 1 bilhão por ano com a venda de roupas e acessórios” (Rezende, 2014). Em razão de seu mercado lucrativo, a cidade de São Paulo conta também com a realização de feiras de negócios especializadas em *skate*, como a *Urb Trade Show*, que ocorre semestralmente.

que faz com que determinados espaços urbanos sejam “invadidos” pelos praticantes. É reforçado, portanto, que diante da demasiada demanda por tal “esporte” — forma como o *skate* é enquadrado — caberia ao Estado estimulá-lo com a promoção de condições adequadas a fim de conter a “invasão” de locais que não foram planejados para tal propósito. A justificativa ainda acentua as consequências que podem ocorrer caso este esporte, o *skate*, continue sendo realizado em espaços improvisados:

Ocorre que em São Paulo não há uma valorização de tal modalidade de esporte, apesar de seu crescimento, principalmente perante a população mais jovem. Faltam pistas adequadas para a prática, além de uma manutenção pontual nas existentes, fazendo com que os *skatistas* improvisem locais, trazendo problemas de segurança e causando conflitos com a população, por se tratar de um esporte com manobras “arriscadas”. (São Paulo, 2013b, grifos nossos)

Diante dos eventuais conflitos, a melhoria defendida pela frente parlamentar é, de modo geral, a construção e a reforma de pistas de *skate* na cidade de São Paulo.

Apesar de a frente parlamentar reconhecer as potencialidades do *skate* e das diversas modalidades de sua prática, consideramos importante atentar para o fato de que esta e muitas outras ações governamentais visam estabilizar os diferentes sentidos que permeiam o seu multifacetado universo em apenas um único viés, qual seja, o esportivo. Desse modo, ao tratar o *skate* meramente como uma prática esportiva passível de regulamentação, certos aspectos incômodos de sua realização são obliterados, ao passo que outros, tidos como mais aceitáveis, são enfatizados estrategicamente a fim de que a sua prática se torne mais assimilável por políticas públicas e demais formas de investimento.

Malgrado as controvérsias em torno do fomento institucional ao *skate*, cabe destacar que boa parte dos *skatistas* é favorável à construção de pistas de *skate*, tal como vem sendo intentado pelo poder

público paulistano desde meados da década de 1990.<sup>8</sup> Conforme percebido por Machado (2017), eles não apenas as frequentam cotidianamente, mas também reclamam daquelas que se encontram em más condições, eventualmente realizam reformas nelas, fazem abaixo-assinados e buscam toda sorte de articulações a fim de propiciar o aparecimento de outras mais. Não é à toa, aliás, que diversos empresários têm investido em pistas privadas, empreendimentos estes que cresceram significativamente na cidade nos últimos anos.

É inegável, portanto, o interesse dos *skatistas* por tais espaços destinados à prática. Apesar de tal constatação, há de se ponderar que as pistas de *skate* não apenas concentram sociabilidades e manobras em seus respectivos âmbitos, mas também dão margem para que os seus frequentadores incorporem uma série de experiências que nem sempre se compatibilizam com aquelas almejadas por certos agentes defensores de suas existências.

As pistas públicas muitas vezes são construídas tendo em vista um equilíbrio de tensões, para utilizar a perspectiva de Elias e Dunning (1992), expressas em termos corporais e espaciais. Entretanto, as suas existências não amenizam os conflitos que a prática do *skate* ocasiona em variados equipamentos da cidade. Elas apenas ampliam o leque de locais possíveis para a prática, porém, não centralizam com rigor as manobras dos praticantes em seus limites. Realocam, via de regra, novas assimetrias no que toca aos usos dos espaços urbanos. Como atestado por Machado (2017), de nada tem adiantado a tentativa de cercear e confinar uma prática urbana numa área que dispõe de obstáculos que simulam equipamentos encontrados nas ruas. Desse modo, independentemente da disponibilidade e da qualidade das pistas de *skate* — consideradas, por vezes, como “ruas artificiais”<sup>9</sup> —, os adeptos do *skate* de rua continuarão circulando por toda São Paulo com olhares demasiados astuciosos e refinados a ponto de enxergar, na

- 8 Muitos interlocutores contatados afirmaram que, para a realização da prática do *skate*, “não importa o terreno!”. Ou seja, eles frequentam diversos espaços, em pistas ou nas ruas, embora tais espaços sejam valorizados de maneiras dissonantes. No caso da modalidade *street skate*, as ruas são mais valorizadas.
- 9 Para uma análise detida sobre a prática do *skate* nas centralidades paulistanas, verificar Machado (2019).

materialidade da cidade, probabilidades surpreendentes de usos. Eles se aproveitam dos mínimos detalhes, de equipamentos triviais, daquilo que poucos notam, das sobras do urbano.

Como os *rolês* para tais fins são intermitentes, a prática do *skate* de rua ocorre de maneira regular em incontáveis espaços da cidade, inclusive em áreas enobrecidas onde a presença, circulação e manobras dos *skatistas* são consideradas como incabíveis e, por vezes, repugnantes.<sup>10</sup> É o que acontece, por exemplo, no quadrante sudoeste paulistano, sobretudo nas três principais avenidas que compõem as novas centralidades da cidade: avenida Paulista, avenida Faria Lima e avenida Berrini.<sup>11</sup>

As avenidas em questão são gerenciadas a partir dos anseios que emergem da associação e disputas entre grupos corporativos, instituições privadas e poderes públicos.<sup>12</sup> Além de se constituírem como importantes centros financeiros, elas também são marcadas por muitas atrações, empreendimentos empresariais e ofertas de serviços. Ao longo de suas extensões e redondezas, é possível encontrar museus, bares, cinemas, restaurantes, *shoppings*, clubes, estações de metrô, além de majestosas edificações verticais que abrigam sedes de bancos, empresas multinacionais e inúmeros escritórios e salas comerciais. O seu planejamento foi assinalado por estratégias neoliberais, com vistas a atender as demandas das centralidades das quais

10 Diversas pesquisas também já analisaram, em diferentes metrópoles do mundo, as repressões atribuídas à prática do *skate* quando realizada em áreas centrais. Para outras análises, ver Humphreys (1997), Borden (2001) e Nolan (2003).

11 É importante ressaltar que, de acordo com Frúgoli Jr. (2000, p. 41), “a expansão da centralidade de São Paulo (assim como sua dinâmica metropolitana mais ampla) seria fruto de um processo excludente de concentração de investimentos públicos, de concentração de renda e de poder”.

12 Para considerações mais detalhadas sobre os processos que levaram tais avenidas a se constituírem como centralidades paulistanas, ver Frúgoli Jr. (2000). Um dos interesses de tal autor é reconstituir e analisar como a centralidade foi “redefinida, articulada e negociada pelos grupos sociais dominantes no período mais recente da vida urbana de São Paulo, comparando, numa perspectiva sincrônica, o contexto de três espaços significativos [...] cuja territorialidade se define a partir da conjunção particular de instituições e atores sociais” (Frúgoli Jr., 2000, p. 43).



fazem parte. Em razão disso, as avenidas tiveram as suas condições arquitetônicas e urbanísticas remodeladas em prol da segurança, limpeza e ordenamento espacial em seus limites. Essas prioridades ficam evidentes tanto em recentes políticas urbanas quanto nas propostas de suas revitalizações.

A revitalização que ocorreu na avenida Faria Lima, por exemplo, é prova dessa constatação. Anunciada pela prefeitura de São Paulo em 2012, a iniciativa visava trazer uma série de melhorias estruturais para o local, como acessibilidade, iluminação, padronização das calçadas e dos mobiliários urbanos. De acordo com a assessoria de comunicação da prefeitura:

Quando as obras estiverem concluídas, os transeuntes serão beneficiados com uma calçada mais larga, rotas de orientação, mais facilidade para atravessar na faixa de pedestres, passeio e postes de iluminação com foco maior no pedestre e não mais nos veículos. (Revitalização, 2019)

O croqui das intervenções deixava claro que os objetivos do projeto de renovação urbana seriam: 1) requalificar a paisagem urbana; 2) ordenação do espaço público; 3) valorizar a circulação de pessoas (Revitalização, 2019). Portanto, com base naquilo que fora divulgado, é possível perceber que este novo embelezamento estratégico da cidade visava, dentre outros anseios, alterar a paisagem de modo a priorizar a circulação de pessoas em detrimento das apropriações que elas fazem de seus espaços. Por conta dessas intenções, como nos lembra Frúgoli Jr. (2000, p. 21):

é necessário atentar para a diferença que há entre premissas e intenções de determinados projetos urbanos e suas realizações concretas, já que a complexidade da conexão entre as intenções técnicas e as decisões políticas pode resultar em diversas formas de exclusão social, mesmo dentro de projetos, a princípio, igualitários.

Ao partir dos pressupostos de Zukin (2000), é possível considerar que as avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini se transformaram,

com efeito, em paisagens de poder, ou seja, paisagens marcadas por uma estética sintomática de certas pretensões políticas e econômicas.<sup>13</sup> Por esse ângulo, conforme assinalado por Rolnik e Frúgoli Jr. (2001), a implementação dessas novas territorialidades provocou deslocamentos de setores populares, bem como um gradativo desaparecimento de certos espaços públicos articulados a um forte modelo de exclusão territorial. A fim de priorizar práticas de consumo, valorização de imóveis e circulação de capitais, as avenidas foram constituídas por diversos enclaves fortificados, detentores de uma série de dispositivos de controle que demarcam fronteiras físicas e simbólicas e que provocam impactos nos usos e apropriações cidadinas de seus espaços (Caldeira, 2000). Desse modo, tais enclaves fortificados, expressos na forma de conjuntos de escritórios, *shopping centers*, escolas etc.,

partilham algumas características básicas. São propriedades privadas para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de seguranças, que impõem as regras de inclusão e exclusão. São flexíveis: devido aos seus tamanhos, às novas tecnologias de comunicação, organização do trabalho e aos sistemas de segurança, eles são espaços autônomos, independentes do seu entorno, que podem ser situados praticamente em qualquer lugar. (Caldeira, 2000, p. 258-259)

As paisagens das avenidas, que são gerenciadas como simples mercadorias, tentam mascarar desigualdades, segregações, violências

13 E ainda, segundo Zukin (2000, p. 106), a paisagem — como as das avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini — “é uma poderosa expressão das restrições estruturais de uma cidade. Com frequência, o que observamos como paisagem — aquilo que é construído, escondido e que resiste — é uma paisagem de poder”.

e assimetrias de poder, condições que limitam o direito à cidade a determinados setores da população. Os parceiros da exclusão, denominação proposta por Fix (2001) para designar as articulações entre capital e Estado que orientam certas políticas urbanas, vêm agindo nestes locais de modo a obliterar — e até mesmo reprimir — características fundamentais da vida cidadina em prol da manutenção dos anseios do mercado imobiliário, do capital financeiro e das demais lógicas de consumo.<sup>14</sup> Dessa forma, são criados diversos mecanismos para normatizar e ordenar as ocupações que se processam nas avenidas, a fim de manter nelas uma coerência visual e espacial e um ambiente acolhedor sobretudo para profissionais do setor terciário, consumidores, turistas e grupos sociais mais privilegiados.<sup>15</sup> Por conseguinte, são estabelecidos usos, funções, marcadores sociais e moralidades tidas como mais aceitáveis, ao passo que as que não se encaixam nas estratégicas pretensões são tratadas como desviantes,

14 Segundo Frúgoli Jr. (2000, p. 25) as novas centralidades paulistanas são cenários onde “articulam-se intervenções urbanas de caráter mais pontual, muito marcadas pela aliança entre interesses do capital e do poder público, num contexto de crise tanto da perspectiva modernista — que era a de tentar criar, com todas as contradições, soluções sociais de caráter abrangente — como do próprio poder público — basicamente sua incapacidade gradativa de investimentos sociais. Isso resulta em processos marcados por práticas excludentes, já que, entre outras coisas, tais intervenções estão sobretudo norteadas pelo mercado, tendo como público preferencial as classes médias e altas”.

15 Ao comparar a presença de trabalhadores e *skatistas* em paisagens de poder, Howell (2001, p. 2, tradução nossa) considera que um “trabalhador de escritório contribui com seu trabalho e assegura o funcionamento da cidade; um trabalhador de escritório é produtivo. Um *skatista*, por outro lado, entra no caminho das pessoas e causa desgaste nos bancos; um *skatista* é destrutivo. Dado que o centro da cidade está planejado para o uso comercial, está claro por que o *design* do espaço deve considerar um trabalhador de escritório enquanto um membro do público e um *skatista* na condição de alguém incômodo”. Portanto, a presença do trabalhador nesses espaços é vista como produtiva, ao passo que o *skatista*, bem como suas ações, é visto como destrutivo, sendo, por isto, passível de ser banido.

indisciplinadas e marginais e que por isso devem ser combatidas por estarem “fora do lugar”.<sup>16</sup>

Os combates contra os “foras do lugar”, cotidianamente, acontecem nas paisagens de poder das centralidades paulistanas; no entanto, as suas ocorrências não reverberam que as estratégias empregadas em prol de comportamentos disciplinados e de uma civilidade consumista estejam sendo bem-sucedidas. Por mais que haja toda sorte de dispositivos de controle espalhados pelas avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini, eles, ainda assim, não são suficientes para conter a presença daquelas pessoas que, sob certas óticas, são consideradas indesejáveis. Moradores e artistas de rua, crianças pedintes, jovens arruaceiros, vendedores ambulantes, *hippies*, pichadores, usuários de drogas, assaltantes etc.: por meio de um olhar *de perto e de dentro* (Magnani, 2002) é possível constatar a assiduidade destes e de muitos outros cidadãos que embaralham certos ordenamentos espaciais e moralidades públicas. Através do vernacular (Zukin, 2000, p. 106), eles resistem às restrições estruturais e premissas esperadas pelos agentes e instituições responsáveis pelos gerenciamentos das avenidas e, mesmo desprovidos de poder, criam uma tensão que incomoda certas imposições que lhes são destinadas.

A prática do *skate* de rua, conforme mencionado, também se faz presente com veemência nestes espaços enobrecidos de São Paulo. Embora as paisagens de poder estratifiquem atividades e dinâmicas relacionais, os *skatistas* se preocupam em ocupá-las em razão de suas centralidades na cidade, das experiências e desafios que elas propiciam e também por conta das tessituras de seus equipamentos urbanos, isto é, de seus *picos*: bordas e quinas de mármore e granito, corrimãos de inox e metal, bancos de madeira, calçadas de concreto

16 É possível ponderar que os rótulos de “no” e “fora do” lugar podem ser muito simplistas, visto que a transgressão é sutil e pode operar simultaneamente em múltiplas escalas. Alguns sentidos do *skate*, bem como espaços praticados, são tidos como mais legítimos que outros, assim, um *skatista* pode estar tanto “no lugar” como “fora do lugar” ao mesmo tempo. Isso revela os problemas e inconsistências na regulação do espaço público. A criação de uma perspectiva do que é certo e errado evoca a imposição de uma paisagem normativa, uma restrição das interpretações dos lugares.

armado etc. Tais condições sensíveis são atrativas pois possibilitam maior velocidade e deslize aos *skates*, além de controle rítmico mais apurado aos corpos dos praticantes. O *skatista* Klaus Bohms relata as suas experiências nas novas centralidades paulistanas:

Sem dúvida que as reformas que a gente viu no chão das calçadas da Paulista, Faria Lima e vários outros lugares da cidade melhoram a prática do *skate* na cidade. Mas além da prática do *skate*, melhora a vida do transeunte em geral. Mesmo sem *skate* as pessoas andam por um chão menos perigoso, não tem buraco, não tem pedra. E por mais que tenha pontos negativos por ter tantos skatistas misturados com as pessoas que estão andando a pé, pelo motivo de algum acidente leve, o *skate* escapar e bater na canela de alguém, às vezes acontece. Mas o ponto positivo é muito maior, porque a cidade tem muita gente praticando atividades ao ar livre, gente andando de bicicleta, andando de *skate*, isto dá uma energia a mais para a cidade. A gente vê uma cidade mais viva, as pessoas se divertindo, usando o espaço público como ele deveria ser usado, como se fosse um quintal de todo mundo, e não apenas como um espaço de passagem. (Bohms, 2016)

As paisagens das avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini foram moldadas para conter certas apropriações cidadinas; contudo, em afronta a muitos dos agenciamentos que as controlam é que *skatistas* de todas as partes da metrópole estão a se deslocar para se apropriar dos tantos *picos* nelas dispostos. Essas constatações parecem corresponder, pois, com aquelas que Robert Park já chamava a atenção em suas pesquisas feitas na Chicago do século passado: as atuações dos *skatistas* revelam “o ardor do jovem cidadão no seu combate à segregação dos enclaves e do sentimento de pertencer a um local” (Park *apud* Joseph, 1999, p. 28).

Os *skatistas*, jovens em sua maioria, quando em ação, colocam em xeque determinados ordenamentos esperados por planejadores urbanos e demais estratégias fomentadas por agentes políticos. É possível considerar que os seus *rolês* repolitizam o cotidiano de uma cidade

muitas vezes caracterizada pela sua mercantilização: eles testam a vigilância de seus espaços, dão visibilidade a diferentes formas de segregação, subvertem normas de acessibilidade, esquivam-se de aparatos de controle, deixam, pois, em suspensão as fronteiras entre os centros e as periferias. Enfim, os *skatistas* são cidadãos de difíceis capturas.

## “PEDALAR É UM ATO POLÍTICO”: DISPUTAS E CIRCULAÇÕES EM SÃO PAULO

A presença de ciclistas na cidade de São Paulo não é uma novidade. Já no final do século XIX, quando os primeiros automóveis desembarcavam em terras brasileiras no porto de Santos, também chegavam as bicicletas. Mais acessíveis, foram logo adotadas, principalmente pelas classes médias e pobres, tendo em vista que os veículos automotores eram raros e muito caros. Contudo, no decorrer do século XX a popularização dos automóveis e motos, atrelada a um modelo desenvolvimentista de construção de grandes avenidas e vias expressas, e a ênfase em sistemas de mobilidade voltados ao transporte individual motorizado jogaram as bicicletas para as margens dos grandes planos urbanos e das próprias vias de circulação da cidade.

Como apontam Raquel Rolnik e Daniela Klintowitz (2011, p. 105), os modelos implantados ao longo do século XX teriam fundamentado um “pacto de vida e morte” com o automóvel na cidade de São Paulo, o que teria imposto, como consequência, a “imobilidade” à maior parte da população paulistana, dependente do transporte público no contexto de um trânsito cada vez mais saturado. Esse modelo, ainda que não possa ser simplificado, tendo em vista a complexidade dos processos de média e larga escala que têm transformado regiões da cidade de São Paulo nas últimas décadas (Frúgoli Jr., 2000), apresenta sinais evidentes de esgotamento (Scaringela, 2001; Wilhelm, 2013), exigindo das últimas gestões municipais a atuação efetiva sobre a questão da mobilidade.

Emblemáticos desse contexto emergente foram os questionamentos mobilizados sobre o direito à cidade, um tema que ganhou

força desde as manifestações de junho de 2013, quando uma das principais reivindicações dos que foram às ruas era a redução das tarifas do transporte público, mas também a abertura do debate sobre a mobilidade e a ampliação do acesso à cidade para a população em geral (Harvey *et al.*, 2013). É importante salientar que tais problematizações são pauta das manifestações de ciclistas paulistanos há mais de uma década<sup>17</sup>. Arranjos coletivos que, de diferentes pontos de vista, já levantavam a importância das bicicletas e de outros meios de transporte alternativo para uma cidade com um trânsito cada vez mais ocupado por veículos automotores.<sup>18</sup>

No bojo desses movimentos recentes e da emergência de questionamentos ligados ao modelo de cidade reproduzido no contexto de São Paulo, proliferaram arranjos (coletivos, associações, projetos etc.) das mais diversas constituições, que passaram a se organizar em torno de demandas e interesses em relação às transformações contemporâneas nas estruturas de circulação da cidade.<sup>19</sup> Mesmo não sendo tão novos, tais arranjos de ciclistas impõem um cenário no qual suas reivindicações são potencializadas e alcançam maior amplitude, seja através das redes sociais, da interlocução com o poder público ou mesmo nas negociações e articulações desenvolvidas em encontros e eventos articulados e mediados pelas bicicletas.

17 Já no final da década de 1990, um movimento intitulado Bicicleta Brasil — Pedalar é um Direito reivindicava políticas públicas voltadas ao amparo e incentivo ao uso da bicicleta como modal de transporte, tendo em vista que o Código de Trânsito Brasileiro passava a prever a bicicleta como um integrante do trânsito das cidades. Em 2002, alguns anos mais tarde, ocorre a primeira Bicicletada/Massa Crítica na cidade de São Paulo, nos moldes das realizadas em outros países.

18 Wilhelm (2013) aponta que dados oficiais da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo) definem uma média de um carro para cada dois habitantes na cidade no início dos anos 2000.

19 Guilherme Aderaldo (2013) aponta como o termo “coletivo” seria de ampla circulação em contextos periféricos, como forma de mobilização ao redor de ações sociais e culturais em áreas precarizadas pela segregação espacial metropolitana. Por sua vez, é importante mencionar como muitos desses “coletivos” de ciclistas, como o Bike Anjo e o Sampa Bike, já existem há mais de uma década no contexto paulistano, ainda que, até então, não tenham alcançado muita visibilidade.

A partir dessas movimentações pela cidade e também do início da gestão de Fernando Haddad (PT) na prefeitura de São Paulo (2013-2016) e suas metas de criar corredores exclusivos de ônibus e pelo menos 400 km de vias exclusivas para a circulação das bicicletas, que os ciclistas, há muito já ativos em suas reivindicações, deslocaram-se definitivamente das margens do debate e das vias públicas para o centro de uma controvérsia em torno da mobilidade paulistana. Literalmente, as ciclovias ganharam o centro da cidade, com a inauguração, em 2015, da ciclovia da avenida Paulista, e também do debate político, com a implantação da Câmara Temática da Bicicleta, um fórum para discussões e decisões e que leva encaminhamentos para a prefeitura, alocado no Conselho Municipal de Transporte e Trânsito (CMTT).<sup>20</sup>

Tais medidas aplicadas pela gestão do prefeito petista aceleraram a implantação de novas ciclovias em São Paulo, assim como trouxeram transformações no trânsito e no uso dos espaços públicos, pela criação de corredores exclusivos de ônibus, a diminuição dos limites de velocidade em várias vias e o polêmico projeto Paulista Aberta, que aos domingos bloqueia a avenida Paulista para os carros e ônibus, liberando sua circulação para pedestres, ciclistas, *skatistas* e outros modais ativos. Tais alterações, muitas delas geradas pela pressão de coletivos e atores envolvidos com o ciclismo, criaram fissuras no modelo de mobilidade paulistana e nas segmentações espaciais da cidade. Espaços antes tratados como territórios dos motoristas e veículos automotores foram invadidos por outros atores, que sempre estiveram lá, mas que nesse contexto passaram a ser vistos, notados e confrontados.

Uma pesquisa em andamento, realizada por um dos autores do presente texto, tem se debruçado sobre tais questões em torno dos modelos de cidade mobilizados pelos diversos atores envolvidos na controvérsia da mobilidade e das ciclovias em São Paulo. Controvérsia que se aqueceu ainda mais após a eleição de João Doria (PSDB)

20 Antes da criação da Câmara Temática da Bicicleta já existia a Câmara Temática Ciclistas, um fórum provisório, criado em 2013 pela prefeitura em parceria com diversos “coletivos” de cicloativistas para a elaboração de propostas para o Plano Municipal de Mobilidade. Integram a Câmara Temática da Bicicleta vinte membros, sendo dois de cada região da cidade e outros dez eleitos pelos próprios ciclistas.



em 2017, que desde a sua campanha levantou diversas críticas ao governo de Haddad, afirmando ser necessário rever a necessidade de uma malha cicloviária tão extensa e prometendo retornar os limites de velocidade aos padrões anteriores à gestão do prefeito petista<sup>21</sup>. Logo nos seus primeiros meses de governo, João Doria assumiu uma postura combativa em relação aos ciclistas e sancionou a Lei n. 16.738 de 2017, que tornou obrigatória a realização de audiências públicas para a implantação de novas ciclovias, sob o argumento de que outros setores da sociedade paulistana deveriam participar de tais decisões e não somente os ciclistas.<sup>22</sup>

Dessas interlocuções ruidosas e conflituosas entre os diferentes atores que têm se envolvido no debate e nas disputas em torno da ampliação das ciclovias, da presença cada vez maior de ciclistas nas ruas da cidade e do próprio futuro da cidade de São Paulo, surgem relatos de experiências do circular e vivenciar o urbano, que são expressões de modos de vida fundamentados em práticas cotidianas que, por mais que estejam relacionadas às rotinas típicas da vida nas grandes cidades, são mobilizadas por esses atores como mediadoras de sua atuação e visibilidade. Os afazeres banais da vida em grandes metrópoles, como ir ao trabalho, fazer compras e cuidar dos filhos, são traduzidos em narrativas de ocupação da cidade, como experiências que subvertem determinadas segmentações dos espaços e as possibilidades de circular. A noção de uma cidade feita para os carros, como

21 Aplica-se o conceito de controvérsia nos termos elaborados por Bruno Latour (2012) e Tommaso Venturini (2010), que partindo da Teoria da Rede Sociotécnica evidenciam contextos nos quais atores (humanos e não humanos) se associam e disputam visibilidade e legitimidade em torno de questões que antes estavam estabilizadas. O contexto dos embates de diferentes atores em torno das ciclovias e do tema mais abrangente da mobilidade e do direito à cidade tem sido analisado sob a inspiração do método de mapeamento de controvérsias, que tem permitido avançar na descrição e compreensão desses atores em torno dos modelos de transformação urbana adotados na cidade de São Paulo.

22 Inicialmente essa lei foi taxada por alguns coletivos de ciclistas como a Lei Anticiclovias; contudo, o que tem sido observado nas mobilizações desses atores antes e durante as audiências é a apropriação desse instrumento de participação. De obstáculo, as audiências parecem ter passado a mecanismo de legitimação das ciclovias e de visibilidade desses atores.

território da circulação exclusiva de motoristas e passageiros, passou a ser questionada sistematicamente por esses atores. Nos termos de uma controvérsia instituída (Latour, 2012), novos atores passaram a exigir visibilidade e reconhecimento de suas práticas cotidianas no trânsito e nos espaços urbanos.

As movimentações de ciclistas em oficinas, audiências públicas e encontros têm se intensificado a partir das fissuras surgidas nos mecanismos de atuação política urbana e também na controvérsia gerada pelas ciclovias. Coletivos de constituição e definição heterogêneas assumem certo protagonismo, como a Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo (Ciclocidade) e o Instituto CicloBR de Fomento à Mobilidade Sustentável, que buscam organizar as pautas e mobilizar os ciclistas nos momentos mais estratégicos. Contudo, de maneira rizomática, associações entre ciclistas são formadas a todo momento. Novos coletivos surgem ou manifestações são organizadas partindo de iniciativas individuais, encampadas por mais atores e levadas a cabo. Posturas combativas se materializam em formas de ocupar e redesenhar a cidade por meio de ativismos que, em alguns casos, podem ser tratados nos termos de uma *contrageografia* (Aderaldo, 2018), que busca ocupar espaços da cidade e reformular suas segmentações por meio do movimento.

Enquanto discussões eram feitas na Câmara Temática da Bicicleta, nas quais o Secretário de Mobilidade e Transporte era cobrado pelos representantes dos ciclistas sobre a manutenção e a reinstalação de ciclovias recapeadas, um grupo, na calada da noite, foi até o local e repintou a ciclovia apagada, como ocorreu em março de 2017 na rua Dr. Fausto de Almeida.<sup>23</sup> Em outro caso, enquanto a prefeitura paralisava a instalação de uma ciclovia na avenida Ricardo Jafet e eram realizados debates inflamados em uma audiência pública, alguns ciclistas foram até o local e pintaram a nova ciclovia, instalando cones e pilares de segregação, rebatizando a via como “Linda Jafet”. Busca-se

23 Diante das informações vagas fornecidas pelo poder público sobre quando a ciclovia recapeada seria refeita, no dia 14 de maio de 2017, no meio da madrugada, um grupo repintou a ciclovia por conta própria. O lema conhecido por ser bradado pelos ciclistas paulistanos foi pintado no chão: “Nenhum cm a menos”.

tanto ocupar espaços da cidade, mesmo que provisoriamente, quanto reconfigurar as relações que regulam e conceituam as possibilidades de circulação e acesso a territórios segregados.

Ciclistas buscam fazer ciclovias das mais diferentes formas, em alguns momentos exigindo que a gestão municipal cumpra com os Planos de Mobilidade (municipal e federal), em outras, de forma tática, improvisada e provisoriamente. Entram em jogo as “estratégias” dos fortes e as “táticas” dos fracos (Certeau, 1994), que ganham contornos interessantes quando ciclistas cobram que a lei seja cumprida e que o Plano Diretor seja respeitado, ao mesmo tempo em que realizam intervenções não tão oficiais na cidade. São práticas que se colocam por esses atores como transformadoras de um modelo de cidade instituído, que se reforçam por meio dos relatos das experiências de se locomover pela cidade pedalando.

Como foi dito por um interlocutor em campo: “um ciclista é ciclista enquanto anda de bicicleta, enquanto reclama da prefeitura, quando pede mais ciclovia”, o que parece definir um modo de vida e uma forma de ver a cidade e seus dispositivos de reprodução. Contudo, isso é relativizado pelas próprias classificações entre ciclistas, que se veem como muito diferentes entre si. Ainda que uma representante de um dos diversos coletivos paulistanos afirme categoricamente que “pedalar é um ato político”, foi possível conversar com ciclistas que fizeram questão de se distanciar de uma noção muito própria de “militância” ou suposto “cicloativismo”, apesar de se apresentarem como grandes defensores da ampliação de ciclovias.

Essas diferentes experiências e concepções são, entretanto, elementos fundamentais da interlocução dos ciclistas com os demais atores no momento de defender a permanência e a implantação de ciclovias pela cidade. No primeiro semestre de 2019 ocorreu um ciclo de audiências públicas sobre o plano ciclovitário de São Paulo, previstas em lei. No contexto da gestão municipal de Bruno Covas, que em 2018 assumiu a prefeitura com um discurso muito parecido com o de João Doria — que deixou seu cargo para concorrer às eleições ao governo do estado —, eram previstos novos embates com o poder público e o acirramento com outros coletivos, como os de comerciantes, frequentemente críticos às ciclovias.

Aberta a toda a sociedade, a proposta de tais audiências era aprovar a implantação de novas ciclovias, passando pelo crivo das comunidades locais que, segundo o ex-prefeito, não vinham sendo ouvidas até então. As falas e embates presenciados nessas ocasiões foram emblemáticas das formas como a bicicleta e a condição de ciclista são colocadas como elementos fundamentais de um modo de vida urbano, mediadores das associações que esses atores realizam no contexto em que vivenciam suas experiências cotidianas como paulistanos.

Nas audiências são abertas as oportunidades de fala a todos os presentes. Entre eles, os ciclistas têm se mostrado maioria, tendo em vista a sua organização e mobilização. Mas, constantemente, atores de diferentes perfis se apresentam nessas ocasiões e levam seus questionamentos. Em São Paulo, uma das pautas que mais tem rivalizado com as ciclovias são aquelas levantadas pelos comerciantes, que em muitos casos consideram a eliminação de vagas de estacionamento para a construção de ciclovias uma ameaça aos seus negócios e um obstáculo aos seus potenciais clientes, tomados como motoristas. Por isso, tais audiências têm se transformado em momentos fundamentais de diálogo direto entre esses atores.

No que tange ao argumento proposto no texto, as observações de campo realizadas durante essas audiências nos permitem compreender de que forma as experiências cotidianas desses ciclistas são mobilizadas como modo de legitimar exigências de transformação dos espaços da cidade e das estruturas de mobilidade urbana. Essas traduções constantes colocam em choque diferentes modos de vida e concepções sobre a cidade e elucidam como as rotinas constituídas são relatadas e organizadas. Os trajetos para o trabalho, para atividades de lazer e afazeres cotidianos são explorados como práticas que, ao serem realizadas pedalando, legitimam a presença do ciclista no ambiente urbano e forçam sua passagem e ocupação de espaços antes segregados e idealizados para a circulação dos carros.

Algumas das situações observadas são expressivas da maneira como as rotinas relacionadas ao trabalho e demais afazeres em uma cidade da escala de São Paulo se constituem como elemento central dos argumentos daqueles que pretendem debater a mobilidade urbana paulistana. Em uma das audiências, um sujeito pediu a fala e

relatou: “Eu tenho três bicicletas, pedalo toda semana por esporte, mas duvido que alguém aqui use a bicicleta para ir ao trabalho! Já tentei incentivar meus funcionários a irem trabalhar de bicicleta, mas ninguém aceitou, porque não dá”. Rapidamente, o empresário e auto-denominado triatleta foi rebatido pelos que o seguiram no direito de fala. Na ocasião, entre relatos de ciclistas sobre pedais diários da casa ao trabalho, para fazer compras, levar filhos à escola, um deles conta como, todos os dias, sai do distrito de Arthur Alvim (Zona Leste) e pedala cerca de vinte quilômetros até o seu trabalho. Em sua fala, enfatizou sua posição de trabalhador pobre e aproveitou para exigir melhorias nas ciclovias, utilizando parte da sua fala para reclamar da falta de conexão entre as vias segregadas para ciclistas, demonstrando seu conhecimento sobre as ruas e estruturas dos bairros pelos quais transita.

Em outra ocasião, um advogado se manifestou dizendo que, apesar de “não ter nada contra as bicicletas”, considerava questionável a prioridade dada à construção de novas ciclovias, tendo em vista que grande parte dos paulistanos utiliza o carro como meio de transporte: “Eu gostaria muito de usar a bicicleta, mas não tenho tempo”. Em resposta, diversos ciclistas trouxeram relatos, baseados em suas experiências, e buscaram demonstrar que, ao abandonar o uso diário do carro, teriam economizado tempo, não ficando mais parados nos congestionamentos. O ponto alto da noite de uma das audiências realizadas foi quando uma mulher, moradora da região na qual se realizava o debate, em uma fala inflamada, saiu em defesa dos idosos, aparentemente uma afirmação deslocada do contexto da discussão, mas que se mostrou estratégica em seu fechamento, quando questionou os ciclistas presentes: “Vocês estão pensando em aumentar as bicicletas na cidade, mas já pensaram no futuro da cidade? Quando vocês ficarem velhos não vão mais poder andar de bicicleta, porque idoso não pedala!” (Cadernos de campo, 2019).

No mesmo instante, movimentações na plateia puderam ser observadas. Subiu ao púlpito uma senhora de cabelos brancos, aparentemente ter cerca de sessenta anos:

Olha, eu sou uma idosa, dona de casa, nunca imaginei que poderia pedalar. Comecei a pedalar faz três meses e esses dias bati a marca de 16 km em um dia. Queria agradecer ao pessoal que me ensinou a pedalar, porque hoje faço muita coisa de *bike*, a cidade ficou pequena para mim. Idoso pedala, sim! (Cadernos de campo, 2019)

Modos de vida baseados nos meios de se locomover pela cidade, ou seja, em modais de transporte, são colocados em rota de colisão nessas audiências e em outras situações nas quais esses atores estão em diálogo. Rotinas são reveladas como experiências que permitem fundamentar argumentos sobre como a cidade deve ser. Tais dados etnográficos nos permitem pensar na forma como as legitimidades questionadas de determinados modais e as prioridades do poder público sobressaem em afirmações sobre o tempo, sobre o trabalho e a exigência de se mover em uma metrópole como São Paulo. O relato de um dos ciclistas presentes em uma dessas audiências, para rebater as críticas de alguns comerciantes, tornou-se emblemático e foi repetido como um mantra, diversas vezes, em outras audiências:

Ontem foi meu aniversário de namoro e eu fui até o mercadinho aqui perto, comprei os ingredientes do jantar, depois fui até outra loja comprar chocolate. Lembrei que poderia passar no Largo do Arouche e comprar flores para a minha namorada. Fiz tudo isso de *bike* e nos comércioos da região. (Cadernos de campo, 2019)

Em uma clara alusão aos argumentos de comerciantes de que as ciclovias atrapalhariam os negócios, pois dificultariam seus clientes no momento de estacionar, é colocada a experiência de transitar por diversos pontos da cidade, perfazendo um circuito de compras, mapeado rapidamente diante das necessidades eminentes e da suposta rapidez do ciclista em transitar pela cidade. São colocações que buscam tornar inteligível a experiência do ciclista e também fazê-lo ser compreendido como um potencial cliente e, em alguns casos, apontar soluções para problemas cotidianos de paulistanos que não consideram a bicicleta uma possibilidade.

Como aponta o antropólogo André Vivanco (2013), cada contexto urbano absorve a bicicleta de uma dada forma, o que expressaria por si só as diferentes negociações realizadas entre os atores envolvidos no processo de consolidação da bicicleta em modal de transporte. O pedalar, ao ser relacionado com as políticas de reestruturação das cidades, mobiliza atores e arranjos coletivos diversos, que passam a se posicionar diante das propostas de transformação urbana que impactam suas vidas cotidianas. Por isso, as situações descritas ganham corpo como expressões dessas práticas constantes de produção de visibilidade e protagonismo, legitimadas por esses atores, ciclistas ou não, por meio de suas experiências cotidianas:

Desse ponto de análise privilegiado, é possível ver que os processos de uso das bicicletas no contexto urbano são construídos, isto é, constantemente criados não somente por momentos de decisão política ou por atores econômicos ou institucionais, que impactam a forma e a estrutura dos sistemas de mobilidade urbana, mas também pelas mais mundanas decisões cotidianas e significados compartilhados por aqueles envolvidos em de fato circular pelas ruas. Essas atividades e significados são estabelecidos contra um pano de fundo de demanda por mobilidade, assim como de reconfiguração dos espaços urbanos que estão ambas acomodadas e formatadas, assim como fortemente ligadas aos padrões particulares da história e dos ambientes construídos, que há muito tempo impactam nas relações sociais das pessoas e seus padrões de vivência diária. (Vivanco, 2013, p. 95, tradução nossa)

É por meio dessas experiências cotidianas que ciclistas têm apresentado seus argumentos para a ampliação e manutenção das ciclovias em São Paulo, assim como exigido o reconhecimento de seu papel e participação nos projetos elaborados para a cidade. Outras questões também são trazidas ao debate, como os altos índices de óbito relacionados a acidentes envolvendo ciclistas. O risco e a agressividade do trânsito de São Paulo são muitas vezes colocados como os principais obstáculos para novos ciclistas, por isso a ênfase na

importância das ciclovias, expressada na frase constantemente dita por ciclistas nas audiências e outras situações: “Ciclovias salvam vidas”. Operam-se também formulações conceituais sobre o modal, no sentido de fazê-lo ser tratado pelo poder público e demais interlocutores como um meio de transporte ativo, e não apenas como um objeto de lazer das horas vagas ou de quem possui tempo de sobra.

O ato de se mover por meio do pedalar torna-se tática política ao ser convertido em fundamento de uma experiência da cidade que subverte suas segmentações espaciais, nubla territórios colonizados por mobilidades já sedimentadas como possíveis e as ruas passam a ser reivindicadas como espaço legítimo também de outros atores. Sheller e Urry (2006), ao levantarem o tema das mobilidades como um novo paradigma para compreensão dos fenômenos urbanos contemporâneos, apontam como os lugares e pessoas estão intimamente conectados pelo movimento e as diferentes performances do circular, que geram experiências diferentes de acordo com as escolhas desse ato de locomover-se pela cidade.

Por sua vez, existe a dimensão da elaboração de um modo de vida que, em muitos casos, diz respeito a trajetórias narradas a partir de um ponto de virada, que é a descoberta da bicicleta como meio de transporte e mediadora de novas associações com a cidade. O pedalar é apontado como prática constituinte de uma forma de se apropriar da cidade e de ser paulistano. Luciano, um desses exemplos, conta que chegou a São Paulo há catorze anos. Vindo de uma cidade pequena do interior da Paraíba, passou a enfrentar o trânsito todos os dias, dentro de ônibus lotados, para chegar ao trabalho. Em certo momento, percebeu que a bicicleta poderia ser uma opção mais barata; então comprou uma e começou a realizar seu trajeto diário pedalando. Até ali, sua vivência da cidade era limitada aos trajetos realizados pelo ônibus, expandida a partir do momento que começou a pedalar:

Por uns sete anos usei o transporte, até porque não conhecia a cidade, tinha medo, por ela ser muito grande. Aí foi quando eu resolvi comprar uma bicicletinha. Falei, não tenho muito dinheiro, sou muito simples, “vou comprar uma usada”. Comprei e comecei a fazer esse



trajeto que era mais ou menos o que faço hoje, uns vinte quilômetros para ir, uns vinte quilômetros para voltar. [...] A bike ela abriu o mundo para mim. Eu era uma pessoa que eu tinha medo de sair da minha casa, aquele medo de se perder. Por achar que o mundo é muito grande. E olha só que coisa, a minha experiência de sair de São Paulo de bike, olha que loucura, eu conheci os meninos lá no Instituto CicloBR e eles falaram assim: “Vamos para a praia?”. Eu estou aqui em São Paulo faz 14 anos e não tinha ido para a praia, cara... Porque a minha condição não permitia.

Desde então, Luciano, que concedeu entrevista aos autores, relata que suas experiências como ciclista o tornaram de fato morador de São Paulo e assim pôde conhecer o litoral do estado ao realizar ciclovagens aos finais de semana com os amigos que conheceu em seu envolvimento com coletivos ligados ao ciclismo.

Outra interlocutora dos autores, Vanessa, também narra esse momento de descoberta da bicicleta e transformação da sua relação com a cidade:

Teve um dia que eu fui sair do meu prédio e fiquei mais ou menos uns quinze minutos parada no portão. Não dava para sair, não tinha carro quebrado, não tinha nada, não era farol. Aí parada, pensando, eu falei assim: “Eu tenho uma bicicleta lá dentro, eu já faço um pedal noturno, eu já viajo de final de semana. O que está faltando para eu pegar essa bicicleta e ir trabalhar? O medo!”. Eu voltei, eu guardei o carro, eu peguei a bicicleta. Tremendo de medo, mas eu fui. Esse dia eu levei mais ou menos uns cinquenta minutos para chegar, mas foi incrível. Eu cheguei ao trabalho toda suada: “Eu vim de bicicleta!”. Ninguém acreditou, nem eu tinha acreditado.

Vanessa apontou que antes via o ciclismo como uma prática esportiva ou de lazer adequada apenas ao tempo livre; contudo, a partir daquele dia passou a utilizar a bicicleta como seu modal de transporte. Vendeu o carro e hoje utiliza as redes sociais para divulgar

sua experiência como ciclista, que pedala trinta quilômetros por dia, faz compras, leva o filho à escola e ainda consegue chegar pontualmente no trabalho. Ela defende que sua rotina foi transformada, assim como a sua perspectiva sobre a cidade:

Eu comecei a conhecer São Paulo depois que eu passei a utilizar a bicicleta como meio de transporte. Eu comecei a perceber a falta de estrutura que a gente tem tanto para carro quanto para bicicleta, como para cadeirante, como para pedestre... Que isso você não sente quando você é motorista só. E na bicicleta você sente muito e você também repara nas belezas de São Paulo. Torna-se um pedal contemplativo. Você passa a ter muito mais amor pela cidade que você odiava. Eu não conhecia nada e tem muita coisa que eu ainda não conheço.

Essa perspectiva sobre a cidade, tanto na relação do pertencimento, quanto na compreensão e preocupação com questões relacionadas ao seu cotidiano, é elaborada a partir de um ponto de virada relacionado ao uso da bicicleta como meio de transporte diário. O conceito da *bike* como objeto de lazer e do tempo livre, que em muitos casos é reafirmado nas audiências públicas por aqueles que não consideram as ciclovias uma prioridade nos planos de mobilidade urbana, também é reformulado, no sentido que coloca o pedalar como prática fundamental de um modo de viver na cidade e se movimentar por ela.

Esse devir ciclista estabelecido a partir da experiência de pedalar pela cidade, e não mais somente nos finais de semana, mas no cumprimento de tarefas rotineiras, também pode levar ao engajamento na solução dos problemas da cidade e o envolvimento com um ativismo descrito como consequência da adoção da bicicleta. Em entrevista concedida aos autores, Márcia, presença frequente nas audiências públicas, encontros e eventos relacionados às pautas de mobilidade urbana realizados em São Paulo, descreve a sua experiência com o ciclismo como uma mudança de “consciência”:

É engraçado, porque antes eu não pensava em nenhum tipo de questão, questão de ocupar a cidade, de me ver

aqui dentro. Era uma vida meio que acordar, comer, trabalhar e voltar para casa. Era meio automático. Mas daí, a partir do momento que eu comecei a pedalar... O primeiro passo foi, é claro que a consciência não vem assim, do nada. Na época que eu comecei a vir ao trabalho, eu me sentia muito só no trajeto. Eu não sabia de nada, pedalar era um meio de transporte que eu achei que era mais gostoso. Que eu economizava dinheiro. Mas era mais como prazer. Aí eu comecei a entender que pedalar é um ato político. Eu comecei a perceber que a cidade não é acessível para todo mundo. Aí a gente começa a olhar a cidade de outra forma. E a bicicleta traz muita consciência.

Antes de dar-se conta que a bicicleta, como modal, seria instrumento de transformação por si só, ou mesmo a solução fundamental dos problemas de mobilidade de uma cidade da escala de São Paulo, o que chama a atenção são as regularidades na forma como esse objeto, um mediador, tem sido colocado como vetor/produtor de associações entre esses atores e os lugares da cidade. Por meio de trajetos cotidianos, levanta-se a experiência do mover-se pela cidade como elemento fundamental de um modo de vida cidadão e paulistano, que vislumbra olhares sobre a cidade e conceituações sobre o urbano. Aparentemente, o ocupar em movimento torna-se instrumento de ação política, mas também de reivindicação de um devir cidadão. São produzidas associações que se multiplicam e se complexificam, tanto entre pessoas que passam a se conhecer e se reconhecer na cidade, quanto entre atores que, ao se associarem às suas bicicletas, passam a atuar de forma contundente na reivindicação de visibilidade e protagonismo no futuro da cidade.

Andar de bicicleta é traduzido em engajamento, resultado das experiências específicas do pedalar, que seriam diferentes daquelas do motorista ou do passageiro do transporte público paulistano. O fazer-cidade (Agier, 2015), que se estabelece na relação cotidiana das associações, trocas e conflitos, se desloca para os termos de uma política urbana, no âmbito do envolvimento ativo nos projetos de planejamentos, metas e orçamentos. Viver a cidade como ciclista, para

os atores aqui apresentados, é experiência explicitada em termos de um fazer-cidade na dimensão projetiva, mas também cotidiana, que reformula territórios segregados do trânsito. Em algumas situações ganha ares de sobrevivência, principalmente a partir dos relatos emocionados daqueles que perderam amigos no trânsito ou se acidentaram e ostentam as marcas produzidas pelo embate diário no tráfego ainda pouco “acalmado” da cidade,<sup>24</sup> mas também reverbera por meio da defesa de modos de vida “mais humanos”, “preocupados” e “conscientes”.

É inevitável, ao se falar de modos de vida, questionar os parâmetros de uma modernidade capitalista orquestrada por meio de divisões do tempo conectados ao trabalho, ao lazer e o tempo livre (Dumazedier, 1994). De certa forma, tais concepções se insinuam não somente nas abordagens já clássicas sobre o lazer e o trabalho, mas também nas afirmações sobre como os sistemas de mobilidade urbana devem ser pensados nas grandes cidades. A necessidade de se locomover diariamente, entre distâncias muitas vezes quilométricas, coloca a mobilidade como elemento fundamental da constituição desses modos de vida e também das reflexões que tais atores realizam sobre a cidade. O espaço e o tempo dessas práticas constituem vivências convertidas em propostas de reconfigurações dos modos de circulação pela cidade, que carregam sentidos relacionados aos usos e contrausos de categorias canônicas como lazer e trabalho (Magnani; Spaggiari, 2018). Locomover-se por meio da associação com suas bicicletas passa a ser considerado ato político para muitos desses atores, mesmo que se tratando do percurso diário da casa ao trabalho ou de um passeio nos finais de semana.

Ainda, os modelos seguidos pelas cidades brasileiras e seus projetos de reformulação e transformação urbana têm respeitado a

24 Dados do Infosiga (sistema de gestão de dados sobre acidentes no trânsito do estado de São Paulo) indicam a triplicação do número de acidentes fatais envolvendo ciclistas no primeiro trimestre de 2019 (comparados com o mesmo período de 2018). Diante desses dados, que em 2018 já apresentavam crescimento em relação a 2017, coletivos de ciclistas têm reivindicado medidas de engenharia de tráfego para acalmamento do trânsito em várias regiões que não possuem ciclovias.

matriz motorizada e segregacionista, que busca solucionar os problemas das desigualdades regionais por meio da movimentação de massas de trabalhadores de um canto ao outro, em um movimento pendular e repetitivo, que não perpassa o acesso e o direito à cidade. Por isso, a compreensão dessas práticas e as implicações desses atores nas políticas da cidade demandam os exercícios de uma etnografia capaz de se deslocar entre as dimensões *de perto* e *de dentro* e *de longe* e *de fora* (Magnani, 2002), movimentos que realizam constantemente ao transladar suas experiências para uma esfera do embate e da controvérsia que se dá entre técnicos, instituições públicas, legislações e dados estatísticos. Antes de serem somente narrativas sobre modos específicos de se viver a cidade, são reflexões refinadas que se colocam como questionadoras e propositivas, contestando as formas de se pensar e fazer-cidade, que partem de experiências cotidianas de se locomover por meio de um modal específico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A multiplicação de empresas operadoras de bicicletas compartilhadas e patinetes elétricas — fenômeno que parece atrelado à ampliação das ciclovias e da visibilidade que o ciclismo alcançou no contexto de São Paulo — tem gerado novos embates entre o poder público e os atores engajados na questão da mobilidade. Em maio de 2019 o prefeito Bruno Covas assinou um decreto (nº 58.750 de 13 de maio de 2019) permitindo a aplicação de multas às empresas que deixassem seus patinetes estacionados nas calçadas e aos usuários que trafegassem sem capacete, além de proibir sua circulação nas calçadas. Dias após a publicação do decreto, a prefeitura recolheu mais de quinhentos patinetes sob a legação de descumprimento das normas recém-criadas.

Tais atitudes levantaram novas contendas relacionadas à mobilidade urbana na cidade de São Paulo. Empresas responsáveis por esses equipamentos se mobilizaram juridicamente e passaram a fazer pressão na gestão municipal, no sentido de conseguir a flexibilização das exigências que, de acordo com alguns de seus representantes, tornaram inviáveis as patinetes e bikes elétricas em São Paulo. Por outro

lado, começou a circular intensamente entre os atores e em seus fóruns de discussão o termo “micromobilidade”, aplicado para definir os trajetos realizados por esses modais compartilhados, incluindo no conceito os ciclistas, pedestres e *skatistas*. O termo também apareceu como ponto central do Projeto de Lei n. 01-0001/2019 do vereador José Police Neto (PSD), que pretende dispor sobre um “Sistema e uma Rede Municipais de Micromobilidade Compartilhada”, abrangendo todos os modais individuais ativos ou elétricos disponibilizados por sistemas compartilhados.

A reação da Ciclocidade (Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo) foi quase que imediata. Por meio de um texto/manifesto (intitulado: *Bicicleta não é micromobilidade*), publicado em seu *site* e redes sociais, questionou de forma incisiva a aprovação desse projeto de lei, colocando em causa até mesmo o conceito de micromobilidade que, segundo a associação, é inadequado para definir a abrangência das viagens executadas pelas bicicletas. Ou seja, mais do que um ataque aos sistemas compartilhados, algo que parece ser apoiado pelos coletivos de ciclistas paulistanos,<sup>25</sup> a manifestação se voltou ao questionamento do conceito e sua pretensão de abarcar os modais ativos, termo comumente associado aos ciclistas, pedestres e *skatistas*.

Depois de tanto pleitear a saída da categoria dos “não motorizados” não vamos cair nas armadilhas da “micromobilidade” que escondem por trás de narrativas modernas e tecnológicas a necessidade de regulamentar um mercado, a partir das necessidades dessas empresas e criar regras para punir usuários. [...] Para nós, da Ciclocidade, a bicicleta compartilhada tem muito mais potencial a ser explorado de suprir deslocamentos maiores e estruturantes, principalmente nas

25 Nas manifestações presenciadas nas audiências e em comunicados realizados por coletivos de ciclistas em seus canais de comunicação, é frequente o apoio à implantação de postos de compartilhamento de bicicletas, sejam gerenciados pelo poder público ou pela iniciativa privada. A grande crítica feita é sobre a prioridade dada por essas empresas aos bairros e áreas nobres da cidade (Centro e parte da Zona Oeste), negligenciando, segundo alguns coletivos, as áreas mais pobres e periféricas da cidade, que não recebem tal serviço.

regiões com menos acesso ao transporte de massa. Restringir às definições dadas por empresas que operam na Zona Oeste é distorcer o conceito. (Pompeu, 2019)

A preocupação demonstrada pela Ciclocidade é emblemática de uma concepção do mover-se por São Paulo como uma atividade intensiva e extensiva, que pode ser realizada pela bicicleta, no sentido em que a coloca como um modal capaz de rivalizar com os demais modais de uso individual, inclusive os motorizados. Nos moldes de como se tentou fazer com o *skate*, surgem definições estranhas às experiências desses atores em movimento que, seja por iniciativas de empresas privadas ou do poder público, buscam definir usos legítimos e regulamentados que causam estranhamentos. Como vetores de uma experiência urbana, esse mover-se constitui elemento fundamental da constituição de rotinas, formas de apropriação dos espaços e, no limite, modos de vida que perpassam práticas ligadas ao lazer, ao trabalho e ao tempo livre, mas que não podem ser segmentadas e definidas por conceitos estranhos às narrativas elaboradas pelos atores que vivenciam tais experiências urbanas.

A tentativa de capturar a prática do *skate* apenas na chave do lazer ou do esporte, negligenciando a dimensão do circular e ocupar a cidade se mostra tão inócua quanto as intenções de definir conceitos que limitem o pedalar na cidade como uma mobilidade micro, quando são frequentes os relatos de trajetos diários de vinte, trinta, quarenta quilômetros realizados por ciclistas. As pistas e as “ruas artificiais” não dão conta da dimensão politizadora dos *rolês* de *skatistas*, tornando evidentes os mecanismos de segregação espacial que criam sobreposições de territórios pela cidade, alguns supostamente (e veladamente) interditados ao acesso de determinados atores. De igual modo, tentar definir os padrões de deslocamento desses modais ativos vai na contramão dos argumentos de diversos ciclistas paulistanos, que mobilizam o ciclismo como experiência cidadina que têm ampliado seus questionamentos até o limite do macro e do futuro da cidade.

## REFERÊNCIAS

- ADERALDO, Guilherme André. *Reinventando a “cidade”*: disputas simbólicas em torno da produção e exibição audiovisual de “coletivos culturais” em São Paulo. 382 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- ADERALDO, Guilherme André. Visualidades urbanas e poéticas da resistência: reflexões a partir de dois itinerários de pesquisa. *Antropolítica*, Niterói, n. 45, p. 66-93, 2018.
- AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.
- BOHMS, Klaus. Avenida Faria Lima. *Programa Olho de Peixe*, 29 ago. 2016. Entrevista. Disponível em: <http://www.programaolhodepeixe.com/site/avenida-faria-lima/>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- BORDEN, Iain. *Skateboarding, Space and the City: Architecture and the Body*. Oxford: Berg, 2001.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34: Edusp, 2000.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. v. 1: Artes de fazer. (Obra original publicada em 1980.)
- DUMAZEDIER, Joffre. *A revolução cultural do tempo livre*. São Paulo: Nobel, 1994.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.
- FIX, Mariana. *Parceiros da exclusão: duas histórias de construção de uma “Nova Cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FRÚGOLI JR., Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez: Edusp, 2000.
- HARVEY, David *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.



HOWELL, Ocean. The Poetics of Security: Skateboarding, Urban Design, and the New Public Space. *Urban Action*, p. 64-86, 2001.

HUMPHREYS, Duncan. Shredheads Go Mainstream? Snowboarding and Alternative Youth. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 32, n. 2, p. 147-160, 1997.

JOSEPH, Isaac. Paisagens urbanas, coisas públicas. Tradução: Regina Martins da Matta. *Caderno CRH*, n. 30/31, p. 11-40, 1999.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social*. Bauru: Edusc; Salvador: Edufba, 2012.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. *De “carrinho” pela cidade: a prática do skate em São Paulo*. São Paulo: Intermeios: Fapesp, 2014.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. *A cidade dos picos: a prática do skate e os desafios da cidadinidade*. 345 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. Manobras urbanas: sobre os enquadramentos políticos do skate de rua. In: BRANDÃO, Leonardo (org.). *Esporte, lazer e desenvolvimento regional*. Blumenau: Edifurb, 2019 (no prelo).

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A rua e a evolução da sociabilidade. *Cadernos de História de São Paulo*, v. 2, 1993.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; SPAGGIARI, Enrico (org.). *Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica*. São Paulo: Edições Sesc, 2018.

NOLAN, Nicholas. The Ins and Outs of Skateboarding and Transgression in Public Space in Newcastle. *Australian Geographers*, v. 34, n. 3, p. 311-327, 2003.

ROLNIK, Raquel; FRÚGOLI JR., Heitor. Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 6, p. 55-83, 2001.

ROLNIK, Raquel; KLINTOWITZ, Danielle. (I)Mobilidade na cidade de São Paulo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 89-108, 2011.

SCARINGELLA, Roberto Salvador. A crise da mobilidade urbana em São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 55-59, 2001.

SHELLER, Mimi; URRY, John. The New Mobilities Paradigm. *Environment and Planning*, v. 38, p. 207-226, 2006.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). *Sociologia: Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.

VENTURINI, Tommaso. Diving in Magma: How to Explore Controversies with Actor-Network Theory. *Public Understanding of Science*, v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010.

VIVANCO, Luis A. *Reconsidering the Bicycle: An Anthropological Perspective on a New (Old) Thing*. New York: Routledge, 2013.

WILHEIM, Jorge. Mobilidade urbana: um desafio paulistano. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 7-26, 2013.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 80-103.

## FONTES

POMPEU, Giuliana. Bicicleta não é micromobilidade. *Ciclocidade*, São Paulo, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://www.ciclocidade.org.br/noticias/1040-bicicleta-nao-e-micromobilidade>. Acesso em: 26 jun. 2019.

REVITALIZAÇÃO da avenida Faria Lima tem acessibilidade e padronização de calçada. *Prefeitura de São Paulo*, São Paulo, 28 mar. 2019. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/calçadas/index.php?p=37451>. Acesso em: 9 dez. 2019.

REZENDE, R. Skate movimenta R\$ 1 bilhão em vendas no país e há oportunidades para pequenos empresários. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 abr. 2014. Disponível em: <http://pme.estadao.com.br/noticias/noticias,skate-movimenta-r-1-bilhao-em-vendas-no-pais-e-ha-oportunidades-para-pequenos-empresarios,4291,0.htm>. Acesso em: 5 jan. 2016.

## LEIS, PROJETOS DE LEI E DECRETOS

SÃO PAULO (Cidade). Projeto de Resolução 03-00010/2013 do vereador Eduardo Tuma (PSDB), de 27 fev. 2013. Dispõe sobre a criação da frente parlamentar para defesa e incentivo da prática da modalidade esportiva de *skate* na cidade de São Paulo. *Câmara Municipal de São Paulo*: São Paulo, 2013a. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PR0010-2013.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2016.

SÃO PAULO (Cidade). Justificativa PR 0010/2013, de 27 fev. 2013. *Câmara Municipal de São Paulo*: São Paulo, 2013b. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/justificativa/JPR0010-2013.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2016.

SÃO PAULO (Cidade). Decreto nº 58.750, de 13 de maio de 2019. Dispõe sobre a regulamentação provisória do serviço de compartilhamento e do uso dos equipamentos de mobilidade individual auto propelidos, patinetes, ciclos e similares elétricos ou não, acionados por plataformas digitais. *Prefeitura Municipal de São Paulo*, São Paulo, 2019a. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58750-de-13-de-maio-de-2019>. Acesso em: 25 jun. 2019.

SÃO PAULO (Cidade). Projeto de Lei n. 01-00001/2019, de 15 de março de 2019. Autor: José Police Neto. *Câmara Municipal de São Paulo*, São Paulo, 2019b. Disponível em: <http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/projeto/PL0001-2019.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019.

**PARTE 4 — LAZER, CULTURA E  
INVESTIMENTOS PÚBLICOS:  
TENSÕES ENTRE OFERTAS E  
DEMANDA**

# **POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS IMPACTOS SOBRE A GESTÃO DAS CIDADES**

Silvia Cristina Franco Amaral

## **INTRODUÇÃO**

A partir do advento da modernidade, novas formas de organização social da vida, formas de trabalho e de organização do tempo tomaram seu lugar nas sociedades ocidentais. Os divertimentos, antes movidos pelos tempos da natureza, passaram a ser organizados pela divisão entre tempo de trabalho e tempo livre de trabalho. O uso deste segundo tempo passou a ser regrado pelo que as sociedades consideravam lícito. Nascia o lazer.

Para dizer o que era e é lícito ou não na vida social surgiu o Estado de Direito e, com ele, as políticas públicas. Desta forma, vários estudos, como os de Marcassa (2009), Amaral (2001) e Gomes (2003) apontam que foi pela intervenção do Estado, no caso brasileiro, no início do século XX, que o lazer se tornou a forma aceita e incentivada do bom uso do tempo livre de trabalho. E este lazer deveria ser adequado à educação e ao regramento, visando um brasileiro saudável e produtivo. Porém, no decorrer dos anos, novos significados foram dados às experiências de lazer, nem sempre aqueles desejados pelos diferentes governos.

Atualmente, não há dúvida de que o lazer se tornou um fenômeno sociocultural importante, mesmo que haja disputas teóricas e práticas em torno dos critérios adotados para essa avaliação. Além da intervenção do Estado e da experiência de cada indivíduo é possível destacar o lazer a partir de um grande crescimento da indústria cultural, a partir da década de 1950. Hoje há muitos produtos e serviços a serem consumidos neste tempo. Neste caso, as pessoas compram a experiência, não a constroem. Este fato movimenta um grande capital financeiro e dá sustentação a um mercado dividido por classes sociais, classificadas pela sua capacidade de consumo. Podemos

afirmar que se não há uma “classe ociosa”, como preconizava Veblen (2017) no início do século XX nos Estados Unidos, hoje há marcas de distinção pela experiência que cada um consegue comprar em seu tempo livre de trabalho.

Também identificamos que o lazer é um direito reconhecido pela Constituição e por várias leis infraconstitucionais: a Constituição Federal de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990); o Estatuto das Cidades (Lei n. 10.257/2001); a Política Nacional (Lei n. 8.842/1994), o Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003) e o Sistema Nacional e Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852/2013).

Estas legislações, somadas à inserção do lazer na vida cotidiana e nas políticas públicas, evidenciam seu reconhecimento como direito. Hoje, no caso brasileiro, existem ações de governos na esfera nacional, estaduais e municipais para acesso do cidadão ao lazer como direito social. Também é possível identificar reivindicações de setores organizados da sociedade civil por espaços e equipamentos públicos. Assim, o objetivo deste capítulo é discutir conceitos de políticas públicas e de políticas públicas de lazer e apontar, a partir de pesquisas desenvolvidas e percepções empíricas, quais são as dificuldades e as barreiras enfrentadas para materializar as ações políticas cotidianas, tomando como referência a realidade brasileira.

## POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER

Identificada a situação em que o lazer se tornou a forma lícita do uso do tempo livre, as ressignificações que vem passando no decorrer do século XX e no século XXI no Brasil e tomando o objetivo deste texto, trataremos de conceitos importantes para a análise das políticas públicas e, em especial, das políticas públicas de lazer. Assim, cabe perguntarmos: O que é o lazer? O que é política pública? O que é política pública de lazer? Por que e para que existem as políticas públicas?

Afirmar que o lazer é um direito, como já fizemos anteriormente, e que os direitos se consolidam pela reivindicação da população e pela ação afirmativa do Estado e dos diferentes governos não nos parece uma novidade. Contudo, além de conceituar, é importante

que ponderemos sobre o significado do lazer e das políticas públicas para este direito, num país com uma democratização inacabada e que recentemente tem sofrido com diferentes ataques aos direitos sociais que estavam mais consolidados, como é o caso da educação e da saúde.

Um primeiro aspecto que deve receber atenção quando analisamos políticas é a polissemia que a palavra enseja, a fim de pensarmos de fato qual é a dimensão que estamos querendo dar foco na análise. Frey (2009, p. 217) nos auxilia a tratar claramente disto quando nos informa:

essa diferenciação teórica de aspectos peculiares da política fornece categorias que podem se evidenciar proveitosas na elaboração de projetos de pesquisa. Todavia, não se deve deixar de reparar que na realidade política essas dimensões são entrelaçadas e se influenciam mutuamente.

Tal diferenciação se pauta na língua inglesa e trata de cada uma das dimensões. Descreve Frey (2009):

- POLITY: dimensão institucional, refere-se à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo;
- POLITICS: no quadro da dimensão processual, tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição;
- POLICY: a dimensão material refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

Outro aspecto importante ao se estudar políticas públicas é diferenciar política de Estado e política de governo. Importante aqui ressaltar a diferenciação entre Estado e governo. Estado é um conjunto de instituições permanentes — como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico

necessariamente — que possibilitam a ação do governo; e governo, o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se na orientação política de um determinado partido ou bloco de partidos que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período. Política de Estado é mais perene e permanente, configurada geralmente por legislações, orçamentos e programas longitudinais, enquanto políticas de governo são programas, projetos e ações que um partido ou um bloco tem como plano de gestão, pelo tempo que durar o mandato.

Podemos considerar que grande parte da atividade política dos governos se destina à tentativa de satisfazer as demandas que lhes são dirigidas pelos atores sociais ou aquelas formuladas pelos próprios agentes do sistema político. Políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação” (Gobert; Muller, 1987 *apud* Höfling, 2001); é o Estado implantando um projeto de governo através de programas e de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais, como didaticamente descrevemos antes, mas também deve ser considerado como estas instituições agem e se interrelacionam com a sociedade para conceber e implementar as políticas públicas. Tais políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado — quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.

Pensar em política pública de alguma coisa exige que tenhamos claro que coisa é essa. Ou seja, é necessário que tenhamos uma definição do objeto da política. Isso é ainda mais premente quando tratamos das políticas sociais, pois seu objeto são os direitos sociais, que, diferentemente dos demais conjuntos de direitos que compõem a noção moderna de cidadania — direitos civis e políticos —, só são efetivados através da ação positiva do Estado, que se materializa na forma de políticas sociais.



No Brasil, há um crescente debate do lazer no meio acadêmico que não se faz presente com a mesma expressão na vida rotineira das pessoas. Referimo-nos aqui, exclusivamente, ao uso desse vocábulo pelos cidadãos para designar o que fazem. Não estamos desconsiderando o crescente destaque que o lazer vem adquirindo na sociedade brasileira nos últimos anos, em diferentes âmbitos e instituições, mas apenas enfocando o fato de que as pessoas não denominam suas práticas, as atividades culturais que vivenciam, de lazer. Assim, nem sempre há reivindicações por políticas de lazer. Amaral (2003), ao pesquisar sobre o lazer no orçamento participativo de Porto Alegre, constatou que quando o lazer era reivindicado, o era como décima terceira prioridade.

Entretanto, constantemente tem se vinculado o direito ao lazer à obtenção da cidadania plena no Brasil. Vincular lazer e cidadania, assertiva repetida à exaustão até atingir a naturalização desejada, tende a convencer a opinião pública a partir de uma absorção — na maior parte das vezes — acrítica. Na sequência, cria-se uma cadeia de reprodução — círculo vicioso — em que os receptores passivos passam a ser agentes de difusão dessa mensagem. Chegamos, então, ao reino do senso comum, das meias verdades e dos lugares comuns, potencializados pela velocidade e superficialidade da linguagem das tecnologias móveis e redes sociais. Fato que não se transforma em direitos garantidos pelos diferentes governos a todos os cidadãos, com orçamentos que pudessem promover e uma visão que transponha a concepção funcionalista e higienista, até mesmo eugenista, com que o lazer foi fomentado no início do século XX pelo poder público.

Além disso, quando pensamos em cidadania no Brasil, parece-nos importante lembrar que na experiência brasileira, essa é uma sociedade em que a descoberta da lei e dos direitos convive com uma incivilidade cotidiana feita de violência, preconceitos e discriminações; em que existe uma espantosa confusão entre direitos e privilégios; em que a defesa de interesses se faz em um terreno muito ambíguo que desfaz as fronteiras entre a conquista de direitos legítimos e o mais estreito corporativismo; em que a experiência democrática coexiste com a aceitação ou mesmo convivência com as práticas mais autoritárias; em que a demanda por direitos se faz muitas

vezes numa combinação aberta ou encoberta com práticas renovadas de clientelismo e favoritismo que repõem diferenças onde deveriam prevalecer critérios públicos igualitários (Telles, 1999, p. 142).

Posto isto, como são ou poderiam ser as políticas públicas de lazer no Brasil? Este é o tema que desenvolveremos no próximo item.

## ENTRE O ANTIPOPULAR E O PARTICIPATIVO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO BRASIL

Como apontado anteriormente, precisamos atuar a fim de superar os problemas para a efetivação do direito ao lazer. O primeiro passo é analisar quais políticas públicas para este setor têm sido efetivamente implementadas, pensando dentre estas quais mais se aproximaram da ideia de uma cidadania ativa<sup>1</sup>.

A CF/1988 aponta quais direitos sociais devem ser garantidos e o lazer é um deles, como já explicitado. Mas, diferentemente dos outros direitos sociais cujas diretrizes, orçamento e formas de implementação foram descritos na própria constituição, como é o caso da educação, saúde, cultura, habitação etc., o lazer figura solto. Não há capítulos que versem sobre ele, tampouco houve legislações infraconstitucionais específicas que dessem tal garantia. O que há é a citação do termo lazer em diferentes leis infraconstitucionais e o termo participativo, recreativo, lúdico ou associativismo ligado a outros fenômenos como o esporte, a educação, a cultura e a vida urbana. Isto denota, já no início da frágil redemocratização brasileira, que o

1 “Como lembra Marilena Chaui (1995), a cidadania se define pelos princípios da democracia, significando necessariamente conquista e consolidação social e política. A cidadania exige instituições, mediações e comportamentos próprios, constituindo-se na criação de espaços sociais de lutas (movimentos sociais, sindicais e populares) e na definição de instituições permanentes para a expressão política, como partidos, legislação e órgãos do poder público. Distingue-se, portanto, a cidadania passiva — aquela que é outorgada pelo Estado, com a ideia moral do favor e da tutela — da cidadania ativa, aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política” (Benevides, 1991, p. 9).

direito ao lazer é “canto da sereia”. Apesar da constituição, nominalmente, apontá-lo como política de Estado, o direito ao lazer é garantido, quando o é, por meio de políticas de governo ou “pulverizado” em outras legislações.

Ao analisarmos, sem pretensão de discutir aqui um estado da arte das investigações sobre políticas públicas de lazer no Brasil, os diversos estudos sobre o tema apontam dois claros direcionamentos dados ao direito ao lazer: um modelo que denominaremos aqui de antidemocrático e outro que chamaremos de participativo. Entretanto, não é possível delimitar, no contexto atual, os limites entre estes dois modelos. Assim, fizemos a escolha de demarcá-los didaticamente, focando o lazer, colocando o modelo participativo mais no plano da utopia. Mas “para que serve a utopia?”, perguntava-se Galeano (2012), e, citando Birra, respondeu:

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

## O MODELO ANTIPOPULAR (NEOLIBERAL)

Optamos por denominar de modelo antipopular as políticas públicas de lazer que se pautam no neoliberalismo. Mas o que é o neoliberalismo? O que fizeram e fazem os governos neoliberais? Anderson (1995, p. 10) afirma:

O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente — esta foi uma medida

surpreendentemente tardia — se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.

Mas o neoliberalismo não parou nas experiências do primeiro mundo; a segunda onda se expandiu para o leste Europeu e a terceira chegou tardiamente à América Latina. Perguntavam-se os críticos se aqui esta onda seria diferente, dado que os governos eram mais populistas. A resposta é não. O que assistimos, diferentemente de lá, foram medidas que pouco a pouco foram implementadas numa realidade que já era desigual, já que o estado de bem-estar social também não foi pleno. Os parcos direitos trabalhistas e sociais têm sido dilapidados e isto afeta frontalmente o acesso da classe menos favorecida a estes direitos e pressiona a classe média a ombrear-se aos que detém o capital, já que o discurso neoliberal tem sido muito bem sucedido inclusive nas subjetividades. Rago e Gallo (2017) concluem que, para o neoliberalismo, a captura da subjetividade é fundamental:

Nesse novo regime empresarial socialmente generalizado, (...) o indivíduo deve passar a perceber sua vida como um tipo específico de capital, “um capital que se acumula na forma de uma melhor aptidão, de uma melhor capacidade, de uma melhor competência para se auferir no futuro uma determinada remuneração. (Ambrósio, 2011, p. 117 *apud* Rago; Gallo, 2017)

Desta forma, o que era a luta pelos direitos sociais ganha outra faceta. Naturaliza-se a ideia do cidadão/consumidor e do cidadão/empreendedor no lugar do exercício da cidadania. O indivíduo deve investir em si mesmo como um capital para poder auferir uma renda no jogo concorrencial artificialmente criado pelo Estado; deve pensar-se como um “empresário de si mesmo” (Rago; Gallo, 2017).

As políticas públicas são pensadas a partir da transferência da responsabilidade do Estado para o setor privado ou para a sociedade, do coletivo para o indivíduo; não há mais colegas de trabalho, há colaboradores da instituição pública ou privada que devem competir entre si. Rago e Gallo vão mais longe e afirmam, pautados em Foucault, que no neoliberalismo o *homo economicus* deixa de ser percebido como parceiro de troca para ser visto como “um empresário e um empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo a fonte de sua renda” (Foucault, 2008, p. 311 *apud* Rago; Gallo, 2017) e, consequentemente, a fonte de seu prazer e lazer.

Além disso, se na década de 1960 e 1970 alguns teóricos como Dumazedier pensavam que o avanço tecnológico iria melhorar a qualidade de vida dos seres humanos e oferecer-lhes mais tempo livre, isto não tem se tornado realidade hoje. A automação de processos, a flexibilização trabalhista e o desemprego estrutural impuseram um novo “admirável mundo novo” em que há a criação de outras formas de geração de renda que são instáveis e opressivas, uma massa de desempregados que concorrem entre si e a diminuição gradual dos salários, imprimindo aos trabalhadores a constante concorrência por avanços na carreira. Logo, o tempo livre torna-se uma conquista individual e o lazer um bem a ser consumido pelos “bem-sucedidos no empresariamento de si mesmos”.

A política neoliberal, além de adentrar a subjetividade, concretamente tem sustentação na tríade: descentralização da prestação de serviços, desconcentração participativa e focalização das políticas sociais em áreas de vulnerabilidade social.

As políticas públicas de lazer não são mais distributivas como no estado de bem-estar social. Os poucos recursos públicos destinados a isto ficam circunscritos primeiro aos incentivos fiscais, como é o caso das leis de incentivo ao esporte e à cultura, em que o setor privado decide onde serão empregados os recursos. Há vários estudos analisando a Lei Rouanet (lei de incentivo à cultura), e trazemos um trecho que denota o significado dela para as políticas públicas:

Se a intenção inicial do governo ao instituir esse mecanismo de financiamento à cultura pautava-se no

estabelecimento de uma política de parceria entre o poder público e a iniciativa privada, o desencadeamento desse modelo de intervenção acabou por atestar que o Estado, ao estabelecer suas bases em um sistema de dedução do imposto, cumpriu apenas um papel de coadjuvante no processo de fomento à cultura, quer dizer, de mero repassador de verba pública para a decisão das empresas privadas, ao estabelecer suas bases em um sistema de dedução integral do imposto. (Pitombo, 2006, p. 11-12)

Isto agrava mais ainda a possibilidade da existência de projetos mais participativos e democráticos, já que a captação de recursos não é tão fácil em propostas com pouco apelo midiático. O mesmo ocorre na Lei de Incentivo ao Esporte, como demonstra Matias *et al.* (2015). Os autores demonstram que na Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), além do maior percentual de recursos captados e executados se concentrarem nas regiões que menos precisariam de incentivo (Sul e Sudeste), há um predomínio do esporte de alto rendimento em detrimento de outras dimensões do esporte, como o de lazer e práticas corporais. Os autores vão além e afirmam, com base em dados de financiamento e de análise das propostas recebidas pelo Ministério do Esporte, que há concentração numa monocultura esportiva, que privilegia o futebol.

Há financiamentos diretos em políticas públicas de lazer, mas estes são direcionados à indústria do entretenimento e ao desenvolvimento do turismo, buscando, principalmente, a captação de turistas estrangeiros. Por fim, as outras ações diretas em políticas públicas são em áreas de extrema vulnerabilidade social, muitas vezes, erigindo políticas “pobres para pobres”.

## O MODELO PARTICIPATIVO

Todo este quadro imposto pelo neoliberalismo poderia imobilizar, mas, como afirmamos anteriormente, há experiências bem-sucedidas em políticas públicas em anos anteriores ao agravamento do

cenário político, econômico e social brasileiro, que nos permitem o “caminhar”. Embora tenhamos constatado que o neoliberalismo tomou de assalto também a subjetividade, às vezes até sendo incorporado enviezadamente como bandeira de luta por movimentos sociais críticos, o momento atual de crescente retrocesso político e conservadorismo moral impõe a discussão das formas e dos rumos possíveis da luta. Neste sentido, nos propomos a debater e recuperar aqui experiências em políticas públicas de lazer pautadas num modelo participativo. Rago e Gallo (2017) nos possibilitam pensar caminhos para esta reflexão:

Vale recorrer à análise de Candiottto (2013), que situa os dois posicionamentos políticos apresentados acima no âmbito do feminismo, que remetem a diferentes interpretações da política, do presente e do tempo. O primeiro, construído a partir da matriz da Revolução, investe na ideia da “emancipação com utopia”, como caracteriza Allen (2015), supondo um tempo contínuo e a necessidade histórica; o segundo, para o qual convergem os esforços de Foucault, focaliza as possibilidades que traz politicamente a noção de “diagnóstico do presente” como estratégia de atitude crítica que fratura o presente e privilegia a linguagem da experimentação e da contraconduta em relação à emancipação. Diz Foucault, insistindo sobre a necessidade de “viver diferentemente o tempo”: “A revolução se organiza segundo toda uma economia interior ao tempo: condições, promessas, necessidades; portanto, ela se aloja na história, aí faz seu leito e finalmente aí se deita. A insurreição, cortando o tempo, conduz os homens à vertical de sua terra e de sua humanidade”. (Foucault, 1994, p. 790)

Ora, as duas propostas não se excluem e precisamos, ao passo que construímos a caminhada, recuperando experiências bem sucedidas em políticas públicas de lazer, exercer a autocritica e nossa postura como sujeitos que constroem a história. Que nos perguntemos: que tipo de políticas públicas nós defendemos para o lazer? Aquela que impõe de cima para baixo programas, atividades e formas de

fruir o lazer, ou aquelas que constroem, junto à comunidade atendida, soluções coletivas e experiências compartilhadas? E nós, como sujeitos da história, incorporamos a ética neoliberal ou, no nosso cotidiano, trabalhamos colaborativamente, mesmo que isto signifique, por vezes, abrir mão de promoção, de mais dinheiro e *status* social, político e acadêmico?

Iniciemos pelo que significa defender o modelo participativo de políticas públicas de lazer. Neste modelo a relação entre Estado e governo e a sociedade civil está aberta e em constante aperfeiçoamento, partindo do diálogo entre representação e um sistema amplo de participação, procurando desenvolver processos de autonomia que acrescentem, concreta e simbolicamente, indicadores de cidadania ativa. Como exemplo deste tipo de ação podemos elencar o orçamento participativo, as conferências setoriais, os sistemas para os direitos sociais que criaram espaços paritários de participação entre representantes de governo e da sociedade. Mas há duas críticas importantes a serem feitas quando trazemos tais exemplos. Primeiro, de que seria fundamental agir no sistema educativo, criando fóruns que promovam a formação sobre a não hierarquização dos direitos sociais, porque o lazer, embora figure discursivamente como fundamental à vida humana, quando aparece como reivindicação, ganha formatos de algo supérfluo ou dispensável. Segundo, que tais ações sejam realmente acessíveis à população e sejam incentivadas por processos que promovam formação política e técnica dos temas debatidos, assim como dos horários e locais onde serão promovidos.

Outro ponto importante para uma gestão participativa é uma mudança estrutural do Estado, adotando procedimentos constitutivos da máquina, em que deixe de imperar o discurso de ineficiência e de sua inoperância. Mas como se faz isto? Talvez esta seja a pergunta mais difícil a ser respondida frente aos constantes ataques promovidos pelo discurso neoliberal, incorporado como verdade ao senso comum de que o que é público é ruim. É necessário restabelecer o protagonismo da administração pública direta e combater o discurso de que, no gerencialismo, o ser humano é peça da engrenagem e não um sujeito histórico, porque



a ideologia gerencialista reforça este processo, legitimando uma representação do mundo que tende a transformar o humano num recurso explorável ao mesmo título que os recursos financeiros, as tecnologias e as matérias-primas. Assistimos o triunfo da racionalidade instrumental diante da razão, da inteligência comutativa — a do cálculo — sobre a inteligência compreensiva — que produz sentido. (Gaulejac, 2007, p. 312)

Tomando algumas experiências em políticas públicas implementadas sob a lógica participativa, podemos apontar como seus principais eixos a articulação setorial e de saberes, a ampliação de abrangência, a diversificação da oferta e a descentralização participativa, diferente da descentralização neoliberal.

A articulação setorial deve acontecer entre setores da administração pública e também com as comunidades atendidas e entre os saberes que compõem o fenômeno do lazer. Aqui reside uma grande dificuldade, pois, como comentado anteriormente, o lazer, quando em diálogo com outros setores, é entendido como política não prioritária. O fenômeno passa por um entendimento de senso comum que não permite que seja atendido em toda sua abrangência, ou seja, de que ele abarca processos de produção da cultura visual, artística, corporal, musical etc. Além disso, na administração setorializada, há dificuldade de trabalhos conjuntos e compartilhados. Amaral e Costa (2012), ao estudarem duas gestões de cidades do estado de São Paulo que tinham como modo de operar a gestão a intersetorialidade, constataram que vários programas que poderiam ser feitos em conjunto não o eram e que a cultura de gestão era centrada em pessoas, não no coletivo. Afirmam os autores

Todos estes dados nos levaram a outra informação de extrema relevância para pensarmos em obstáculos à matricialidade, pois com uma fragmentação explícita nas gestões, decorre daí um outro problema, o da precária comunicação e cooperação intersecretarias. Isto configura um quadro no qual muitas secretarias (ou departamentos) não promovem ações que não estejam

sob sua tutela. Parece que tal conjuntura denota uma incapacidade dos sujeitos de trabalharem coletivamente, descrevendo um singular jogo de vaidades e centralidades o que pode tornar a gestão pública e seus serviços, patrimônios particulares de alguns grupos e/ou pessoas. (Amaral; Costa, 2012, p. 217)

Contudo, não podemos esquecer que o estabelecimento de políticas públicas envolve disputa, que não está isenta de tensões. No modelo participativo isto é mais evidente porque a gestão necessita acolher todas as opiniões, discutindo e procurando consensos possíveis. Qual seria a solução para uma política pública de lazer que promova a participação? Seria simplesmente oferecer suporte e deixar que a comunidade organize suas atividades? Ou seria levar à comunidade manifestações da cultura produzidas por diferentes classes sociais, procurando aumentar o repertório de experiências? Na nossa opinião, nem um, nem outro, mas um esforço de promover os dois de forma dialógica. Concordamos com Marcassa (2009, p. 285):

Favorecer verdadeiramente a participação popular implica socializar a política até o ponto em que seja possível a supressão do Estado. Como indica Gramsci (1989), o exercício da função hegemônica, equilibradora de interesses diversos na sociedade civil, é o que permite o seu entrelaçamento com a sociedade política, que reina e governa, alterando as relações de força e a direção do projeto de sociedade em desenvolvimento. Sobre esta realidade que se movimenta continuamente, diz Gramsci (1989), — não se pode criar um direito constitucional do tipo tradicional, mas só um sistema de princípios que afirma como objetivo do Estado o seu próprio fim, o seu desaparecimento, a reabsorção da sociedade política pela sociedade civil (p. 102). Para fazer avançar esse processo é preciso construir uma nova hegemonia, avançando as trincheiras da luta democrática pela ampliação de direitos. E isso só se faz por meio de conquistas progressivas do trabalho contra o capital. Trata-se de promover as reformas necessárias para a

socialização da política e ampliação do campo material da cultura, onde os sujeitos sociais possam tomar parte dos bens materiais e simbólicos construídos pela humanidade, bem como de exercitar a participação social e a cidadania.

Como argumentamos antes, as políticas públicas de lazer no modelo participativo, no contexto atual, são poucas ou estão no campo da utopia. Além disso, não devemos ignorar que o discurso do neoliberalismo adentrou campos inimagináveis. Rago e Gallo (2017), interpretando Dardot e Laval (2016), afirmam que:

a “esquerda erra ao contrapor “a “boa” racionalidade da regulação do Estado à “má” racionalidade da concorrência”, entendendo que a racionalidade do capitalismo liberal é puramente econômica, quando “a questão não é como impor ao capital um retorno ao compromisso anterior ao neoliberalismo, mas como sair da racionalidade liberal. (Dardot; Laval, 2016, p. 396 *apud* Rago; Gallo, 2017)

Nas palavras desses autores,

à governamentalidade neoliberal como maneira específica de conduzir a conduta dos outros devemos opor, um *dupla* recusa [...]: a recusa de se conduzir em relação ao si mesmo como uma empresa de si e a recusa de se conduzir em relação aos outros de acordo com a norma da concorrência. (Dardot; Laval, 2016, p. 400)

Como últimas considerações, necessitamos, além de políticas públicas de lazer participativas, construir relações de cooperação, de compartilhamento e de comunhão — da “política do comum” — pois só abrindo mão do eu em detrimento do coletivo poderá abrir-se caminho para a criação de outros modos de existência, pautados pela “razão do comum”.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Silvia Cristina Franco. Espaços e vivências públicas de lazer em Porto Alegre: da consolidação da ordem burguesa à busca da modernidade urbana. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 23, n. 1, 2001.

AMARAL, Silvia Cristina Franco. *Políticas públicas de lazer e participação cidadã: entendendo o caso de Porto Alegre*. 192 p. Tese (Doutorado em Educação Física) — Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/275444>. Acesso em: 3 ago. 2018.

AMARAL, Silvia Cristina Franco; COSTA, Eduardo Tadeu. Possibilidades de matricialidade na administração pública do lazer. *Movimento*, v. 18, n. 1, p. 205-220, 2012.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995. p. 9-23.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1991.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, 2009.

GALEANO, Eduardo. *El derecho al delirio*. 2012. 1 vídeo (7 min 32 seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z3A9NybYZj8>. Acesso em: 22 dez. 2023.

GAULEJAC, Vincent de. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.

GOMES, Christianne Luce; DE MELO, Victor Andrade. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. *Movimento*, v. 9, n. 1, p. 23-44, 2003.

HÖFLING, Eloisa de. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, v. 21, p. 30-41, 2001.

MARCASSA, Luciana Pedrosa. *Movimentos e ideias sobre educação comunitária no Brasil: matrizes filosóficas e desdobramentos históricos no século XX*. 313 p. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MATIAS, Wagner Barbosa *et al.* A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil. *Movimento*, v. 21, n. 1, p. 95-109, 2015.

PITOMBO, Mariella. *Sintomas dos deslocamentos de poder na gestão do campo cultural no Brasil: uma leitura sobre as leis de incentivo à cultura*. Salvador: Editora FIB, 2006. p. 55-62. (Coleção Temas Contemporâneos.)

RAGO, Margareth; GALLO, Silvio. *Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?*. São Paulo: Intermeios, 2017.

TELLES, Vera da Silva. A “nova questão social” brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade. *Caderno Crh*, v. 12, n. 30, 1999.

VEBLEN, Thorstein. *The Theory of the Leisure Class*. New York: Routledge, 2017

# **A ASCENSÃO DO TRANSPORTE ATIVO FRENTE AO IMPÉRIO DO MOTOR NAS GRANDES CIDADES BRASILEIRAS: UM OLHAR DE FRENTE PARA O FUTURO**

Roberto do Valle Mossa  
Iverson Ladewig

Desde o início dos tempos, o ser humano se defronta com situações que demandam locomoção; sob os mais variados intuitos, entre os quais estão os mais básicos no dia a dia, elas impulsionam, por exemplo, desde a busca por alimentos até a migração para novos ambientes à procura de melhores condições ambientais e climáticas, ou seja, manter a sobrevivência. Conforme menciona Medina (1983), o movimento é inerente ao ser humano; logo, qualquer um, em qualquer lugar do planeta, em qualquer era, sob irrestritas condições anatômicas e fisiológicas, movimenta-se. A partir dessa reflexão, entendemos as habilidades locomotoras básicas, como caminhar e correr, como inerentes à rotina da humanidade, desde as eras antigas, a fim de atender as necessidades e a inevitabilidade da locomoção.

Passados milênios, a população mundial iniciou o processo de crescimento, tomando imensas proporções, principalmente entre os séculos XVII e XVIII, considerando a elevação da expectativa de vida no mundo, que pode ser apontada devido a fatores como o avanço da medicina, as melhores condições e informações sobre saneamento ambiental, preocupações com a saúde pública, dentre outros.

Considera-se ainda o aumento das concentrações populacionais nas grandes metrópoles devido a variados fatores sociais e econômicos. Conforme Tschoke *et al.* (2011), as grandes cidades surgiram e trouxeram consigo, entre outras coisas, a aglomeração de pessoas num só lugar, a fim de encontrar trabalho e melhores condições de vida. Para Brito e Souza (2005), a partir da década de 1970, os dados censitários revelaram uma população urbana superior à rural,

com as massas do campo buscando, principalmente, Rio de Janeiro e São Paulo, estados onde a economia mais se expandia devido à concentração de investimentos públicos, visando oportunidades para a melhoria de vida. Conforme o autor, até 1980 já havia 43 milhões de pessoas provenientes do campo, contando com os filhos nascidos na cidade, concentradas nas regiões urbanas.

Cada vez mais populosa, em 1950, conforme dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2018a), estimava-se que a Terra era habitada por cerca de 2,6 bilhões de pessoas, chegando a 5 bilhões em 1987, com uma taxa de crescimento de cerca de 2% ao ano. Atualmente, a população mundial é de aproximadamente 7,6 bilhões de habitantes, estimando-se que chegará a 8,6 bilhões no ano de 2030, 9,8 bilhões em 2050 e 11,2 bilhões em 2100 (ONU, 2018b).

A necessidade de se locomover continua essencial e cada vez mais fundamental. Os meios de locomoção evoluem junto ao ser humano, e suas necessidades, cada vez maiores, vêm se transformando. O homem primitivo utilizava o próprio corpo para realizar a locomoção, sob a ação do andar, nadar ou correr e, posteriormente, acompanhado de uma evolução intelectual no decorrer da história, surgem os registros, na forma de representações gráficas e inscrições em pedras, do uso de utensílios que foram sendo construídos manualmente para auxiliar no dia a dia da vida primitiva. Surgem similares de canoas e outros artefatos flutuantes para atravessar rios e meios líquidos em geral. Animais para tração começam a ser explorados pelo ser humano à sua locomoção e para carregar cargas, principalmente a partir dos primeiros indicativos históricos que detectam o uso da roda, em 3500 a.C. (Santiago, 2023), havendo indícios por parte de pesquisadores sobre essa revolucionária invenção em tempos ainda mais remotos.

Séculos mais tarde, o transporte marítimo foi responsável pelo início das transações internacionais através das embarcações à vela, e em meados do século XIX as ferrovias assumiram importante função, principalmente a partir das vantagens de uma grande invenção naquele contexto: a propulsão a vapor. A partir da segunda metade do século XVIII e do aperfeiçoamento do vapor, os primeiros protótipos de automóveis começaram a ser testados e, no século XIX,

surgiu o ônibus a carvão em Paris, apesar de, já naquela época, estes serem vistos como poluentes e pouco eficientes (Godinho, 2018). No mesmo período, na Alemanha, foram iniciados os testes de combustão à gasolina, o que viria a dar origem ao automóvel como até hoje é conhecido e muito dominante nas grandes cidades, principalmente quando tratamos dos grandes polos urbanos brasileiros.

Na primeira década do século XX, sabe-se que o engenheiro mecânico e empreendedor estadunidense Henry Ford começou a fabricar automóveis em sistema de produção em série, em sua própria montadora nos EUA, com uma técnica que barateou o produto final e aumentou o acesso das pessoas aos veículos, iniciando uma nova revolução na locomoção humana.

No Brasil, considerando o número da frota de automóveis — um automóvel para cada 3,5 habitantes (IBGE, 2023a, 2023b), o automóvel é ainda considerado como o principal meio de transporte. No contexto nacional, a indústria se instalou e se desenvolveu a partir da década de 1950, aumentando o acesso da população aos automóveis. Em São Paulo, rapidamente houve a criação e a expansão de ruas e avenidas pensadas majoritariamente para esse meio, pois, até então, eram utilizados meios de transporte mais lentos, como os de tração animal, os de propulsão humana, os bondes, a partir da instalação de energia elétrica no início da década de 1920, e, claro, o andar a pé. Com os automóveis mais acessíveis e cada vez mais presentes nos espaços públicos, a cidade passou a ter outra forma de estruturação do território, baseada em um modelo exclusivo para receber esses veículos à combustão de uso particular.

No momento em que predominaram as primeiras montadoras e os primeiros automóveis, após a Segunda Guerra Mundial, consideramos o período da Revolução Industrial somado aos avanços científicos como os responsáveis pela criação de meios de transporte mais eficientes, rápidos, maiores e de massas, os quais começaram a conquistar os espaços. Destacaram-se, principalmente, as modernizações nas vias férreas, que foram capazes de iniciar a interligação entre países europeus, além do transporte aéreo comercial e civil.

Consequentemente a essa revolução nos meios de transporte, problemas ambientais causados pela poluição da emissão de gases,



após décadas, tornaram-se enfoques de fóruns e debates mundiais. Veículos automotores, de importantes invenções, aliados dos humanos a todos seus fins de interesses e desenvolvimento, passam a ser apontados como possíveis vilões. Conforme destacam Pena e Sousa (2018), as principais causas do aquecimento global estão relacionadas, para a maioria dos cientistas, com as práticas humanas realizadas de maneira não sustentável, ou seja, sem garantir a existência dos recursos. Ainda para esse autor, dados levantados por cientistas vinculados ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), afirmam que o século XX, em razão dos desdobramentos ambientais das Revoluções Industriais, foi o período mais quente da história desde o término da última glaciação.

Assim, os veículos automotores integram-se às principais causas da emissão de gases que contribuem para a destruição da camada de ozônio e para o aquecimento global, causando prejuízos imensuráveis ao planeta. Soma-se a isso o próprio acúmulo de veículos nas ruas, gerando engarrafamentos colossais e, em consequência, possíveis problemas de saúde, sendo além das doenças respiratórias, outras graves, advindas da poluição ambiental e sonora. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que cerca de sete milhões de pessoas morrem a cada ano devido à exposição a partículas finas em ar poluído que penetram profundamente nos pulmões e no sistema cardiovascular, podendo causar acidentes vasculares cerebrais, doenças cardíacas, câncer de pulmão, doenças pulmonares obstrutivas crônicas e infecções respiratórias, incluindo pneumonia (Nove, 2018).

Além disso, há a possibilidade de danos psicológicos em decorrência de um alto estresse causado diariamente pelo trânsito urbano: atualmente, o brasileiro gasta em média três dias por ano completamente parado em engarrafamentos (Tomtom, [2019?]). Considera-se também que pessoas que se mantêm por muitas horas paradas na mesma posição, seja, por exemplo, sentadas no automóvel ou em pé nos ônibus do transporte público, podem obter más consequências à saúde, como problemas circulatórios nas pernas, ocasionando diversas doenças, como a trombose, além de varizes, fadiga muscular e desgastes nas articulações, gerando dores nas costas, ombros e joelhos.

Além, podem desenvolver problemas cardiovasculares, diabetes e cânceres (Santos, [201-?]).

Deste modo, considerando a evolução histórica da necessidade de locomoção do ser humano, a fim de acompanhar seu desenvolvimento e necessidades, o surgimento dos meios de transporte particulares — os automóveis — apesar de pensados para facilitar a vida das populações, passaram a gerar crises ambientais e de saúde pública que afetam diretamente a vida cotidiana. Pensando em reduzir e aliviar tais problemáticas, melhorando a qualidade de vida física e psicológica dos sujeitos, bem como as condições do próprio planeta, essencial para a vida do ser humano, vêm à tona estudos, discussões e propostas quanto ao uso de modais de transporte que contribuam, simultaneamente, para amenizar as crises expostas e melhorar a vida dos cidadãos em diferentes âmbitos: do melhor aproveitamento de tempo à melhora da saúde física e psicológica, contribuindo para uma maior expectativa de vida.

No Brasil, a população aproxima-se da marca de 210 milhões de habitantes, havendo, em média, um nascimento a cada 21 segundos (IBGE, 2019). Considerando tais dados, os meios de transporte em massa, principalmente nos grandes centros urbanos do país, passam a sofrer consequências advindas de superlotações e insuficiências de investimento pelo poder público, além de se considerar o alto custo das tarifas, o que contribui na configuração de uma crise da mobilidade urbana brasileira.

Nesse cenário, (res)surge, cerca de dois séculos após sua invenção e popularização em cenários urbanos de cidades europeias, um revolucionário meio de transporte: a bicicleta, voltando à cena como uma alternativa e uma possível heroína para amenizar a crise da mobilidade urbana no Brasil, ao exemplos de outras cidades em que, sob as mesmas problemáticas, foram capazes de aumentar a qualidade de vida das pessoas e, inclusive, tornarem-na atrativo turístico e símbolo, como o caso de Amsterdã e Utrecht, na Holanda.

Indo além, naturalmente e consequente ao seu uso, a bicicleta proporciona benefícios à vida das pessoas. Sabe-se que as cidades que fomentam e apoiam o uso da bicicleta como meio de transporte proporcionam muitos benefícios à saúde de suas populações, isso em

diferentes âmbitos: redução do risco de doenças crônicas, menores taxas de obesidade, menos acidentes e lesionados no trânsito, menos gastos com o sistema de saúde, além de menores níveis de poluição do ar (Giles-Corti *et al.*, 2016; Stevenson *et al.*, 2016; Sá *et al.*, 2016; Berger *et al.*, 2017). Por mais, trocar viagens curtas de carro por trajetos a pé ou de bicicleta pode aumentar de dois até 25 anos de vida, sendo que cada ano de rotina ativa pode representar um ano adicional de vida saudável (Mizdrak *et al.*, 2019).

Considera-se que as políticas públicas devem ser construídas, além dos estudos dos cases de sucesso de outras cidades de características próximas, a partir de evidências científicas. Nesse cenário, com estudos conduzidos que apontam os benefícios do transporte ativo como um todo na vida das pessoas, além da melhor qualidade da mobilidade urbana nas cidades, o Brasil vem apresentando políticas que buscam favorecer a bicicleta como meio de transporte. Por sua vez, em Portugal já há incentivos para veículos de baixas emissões de poluentes e novos vêm sendo criados. Em junho de 2020, a Câmara de Lisboa anunciou a criação de um Fundo de Mobilidade para apoiar a compra de bicicletas convencionais e elétricas. Conforme noticiado pela imprensa local (Pincha, 2020), a medida busca dar incentivo e confiança às pessoas que estão à procura de formas alternativas de deslocamento. A medida está inserida em um pacote de iniciativas destinadas a fomentar uma mobilidade menos dependente do automóvel no período pós-covid-19.

## OS MITOS POR DETRÁS DA INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA BICICLETAS NAS CIDADES

Os enfrentamentos à democratização dos espaços das vias públicas para uso de outros meios de transporte além dos automóveis não são exclusividade do Brasil. A cidade de São Francisco, no estado da Califórnia (EUA), até a década de 1970, viveu grande dominância por meio desses veículos de uso particular, gerando enormes congestionamentos diários e construção de grandes rodovias, pensadas

exclusivamente aos carros, ocupando as margens litorâneas. Os debates buscando alternativas se fizeram presentes, junto da proposta de desativar as rodovias e, no lugar, oferecer os espaços existentes para uso das pessoas. As propostas não foram acatadas sob argumentos de que os comércios seriam prejudicados e que não haveria para onde realocar o tráfego intenso dos automóveis, além do elevado custo para tal ação.

Conforme Blue (2016), a reorganização da infraestrutura daquela cidade só foi realizada após o terremoto Loma Pietra, que devastou os espaços e destruiu grandes rodovias, como a *Embarcadero Freeway*. O gasto estimado para a reconstrução foi muito maior do que seria o custo para transformar toda a costa da cidade voltada aos pedestres e outros meios de transporte alternativos e de transporte público, com baixa prioridade a automóveis. Hoje esses espaços, que integram os vários e turísticos *piers*, atraem visitantes de todo o mundo, gerando bilhões de dólares provenientes do turismo à cidade, sendo que com o passar dos anos, com as novas ofertas de transporte em massa e a reorganização dos espaços, o tráfego de automóveis diminuiu e não gerou problemáticas.

Mesmo havendo considerável evolução das políticas públicas que dizem respeito ao fomento ao uso da bicicleta como meio de transporte no Brasil, argumentos muitas vezes equivocados, que tem nos interesses individuais a raiz de seus reais embasamentos, colocam em xeque as tentativas de modificação do cenário urbano das cidades. A seguir, listamos alguns dos mitos criados e comumente repetidos pelos que, defendendo as vias públicas majoritariamente para seus veículos particulares, são contrários à instalação ou investimento de recursos em infraestrutura ciclovviárias no país, mesmo havendo amplos debates e exemplos mundiais, em variados contextos, e evidências científicas que indicam a importância para as cidades e benefícios imediatos e, principalmente, a médio prazo para a qualidade de vida das pessoas.

1- “*Difícilmente alguém usa as ciclovias e ciclofaixas.*”

Comumente os críticos fazem fotografias de vias exclusivas para bicicletas supostamente vazias, ao menos no momento

do clique da imagem, e postam em redes sociais, seguidas de uma frase “comprovando” que não há pessoas utilizando bicicletas no local. Acostumados com o tráfego carregado de automóveis, geralmente em trânsito lento ou parados, os responsáveis por esse mito consideram que as ciclovias e ciclofaixas sem ciclistas representam insucesso e inutilidade. Entretanto, ignoram o fato de que o fluxo de ciclistas é fluído e dificilmente haverá congestionamento de bicicletas paradas, apesar de algumas vias da cidade de São Paulo já apresentarem “trânsito” de bicicletas em horários de pico, como na avenida Faria Lima. Além disso, os criadores desse mito parecem desconsiderar a característica de uma integral política pública, que parte do princípio de que, para que se fomente o uso do transporte ativo em substituição aos automóveis, logo reduzindo o número desses nas ruas, é necessário que primeiro se ofereça uma maior oportunidade do uso, iniciando através de uma via segura para o tráfego de bicicletas. Um recente estudo longitudinal realizado pela USP indicou que o fato de existir uma ciclovia ou ciclofaixa a até quinhentos metros de proximidade das residências aumenta a chance de uso da bicicleta pelos moradores como meio de transporte em até 154% (Florindo *et al.*, 2018). O fato pode ser comprovado através da análise de outras grandes cidades no mundo: em Sevilha (Espanha), a instalação recente de oitenta quilômetros de ciclovias elevou, em poucos anos, em onze vezes o número de pessoas que utilizam a bicicleta, transformando a cidade na “capital da bicicleta do sul da Europa” (Walker, 2015). O mesmo ocorreu em outras cidades onde hoje o transporte por bicicleta é protagonista. Em Amsterdã (Holanda), na década de 1960, após problemáticas com insegurança no trânsito de automóveis e centenas de mortes por atropelamento, junto da força de parcela da sociedade e cicloativistas, gradualmente os políticos tomaram consciência das vantagens do uso da bicicleta e as políticas foram fomentando esse meio de transporte, sendo a década de 1980 um marco naquela cidade, hoje sendo a bicicleta, além de um dos principais atrativos turísticos, responsável por aproximadamente 38% de todos os deslocamentos realizados na cidade (Zee, 2015).

2- *“As ciclovias prejudicam os estabelecimentos comerciais.”*

Não incomum, esse argumento é proferido por donos e responsáveis por comércios em ruas com ciclofaixas instaladas. Sob alegação de que a via, junto ao bordo da rua, atrapalha e impede a parada e o estacionamento dos clientes que chegam em automóveis de uso particular. Esses críticos desconhecem, ou ignoram, estudos e evidências científicas que indicam que pessoas que se transportam por bicicletas são os mais propensos, junto aos pedestres, a parar, comprar e consumir nos comércios (Shoppers, 2006), além de serem potenciais maiores clientes a longo prazo (Are, 2013). Em Nova York (EUA), um recente grande estudo conduzido pelo Departamento de Transportes apontou que as empresas localizadas em ruas com ciclovias cresceram mais rapidamente do que as empresas localizadas em ruas sem infraestrutura cicloviária (New York City, [201-?]). O simples fato de haver a presença de estruturas convidativas a ciclistas em frente aos comércios, como, por exemplo, um paraciclo, além da ciclofaixa ou ciclovia em si, pode ser capaz de chamar a atenção e atrair a visita das pessoas com bicicletas, tornando o ambiente mais convidativo do que pode ser ao motorista de automóvel, menos propenso a enxergar detalhes do ambiente a seu redor (fora do veículo).

3- *“Mas o Brasil não é a Holanda, Alemanha, Japão...”*

Parte-se do princípio de que a Holanda de hoje não era a Holanda do passado. Como já apontado, esse país, hoje muito tradicional no fomento à bicicleta, que tornou essa um de seus símbolos, passou por graves problemáticas de segurança no trânsito, congestionamentos e enfrentamentos na instalação de infraestrutura cicloviária, que foi planejada para funcionar a médio e longo prazo. Hoje, notamos, com êxito conquistado. Com os demais países não foi diferente. O planejamento cicloviário de um país, como no caso do Brasil, com necessidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas como um todo, da mobilidade urbana à atividade física e lazer, deve ser encarado a médio prazo, sem imediatismos, pensando, para além do individualismo, nas gerações futuras.

4- *“Há muitas ladeiras na cidade que impedem o uso da bicicleta.”*

O alemão Johann Walch, na década de 1880, há cerca de 140 anos, inventou um dos primeiros sistemas de câmbio de marchas para bicicletas (Brasília, 2007). Hoje, dificilmente uma bicicleta, por mais simples que seja, chega ao mercado sem um sistema de marchas, de grande simplicidade de uso e que tornam possível, com orientações básicas, pedalar com baixo esforço por terrenos inclinados. Além disso, as chamadas ebikes começam a se popularizar, as quais tem por característica o acionamento de uma tração elétrica, capaz de auxiliar o ciclista em vias inclinadas. Dessa forma, as ladeiras não podem ser usadas como argumento contrário ao uso da bicicleta na cidade.

5- *“Ciclistas não respeitam as leis de trânsito.”*

Conforme relatório da OMS (WHO, 2018), no mundo, 1,35 milhões de pessoas morrem por ano no trânsito em acidentes com envolvimento de diferentes veículos automotores, sendo a oitava principal causa de morte no planeta e a primeira causa de morte de crianças e jovens adultos entre cinco e 29 anos. No Brasil, conforme o mesmo relatório, mais de 35 mil pessoas morrem por ano, sendo as principais vítimas os ocupantes de automóveis (47%), seguido de motociclistas (22%). No Reino Unido, estima-se que mais da metade dos motoristas desrespeita os limites de velocidade das vias (Griffiths, 2021) e milhões de motoristas admitiram utilizar aparelhos de celular enquanto dirigem (Hope, 2019).

6- *“Bicicletas são perigosas para os pedestres, que constantemente são atropelados por ciclistas.”*

Esse mito é um complemento ao mito anterior. Não há informações e índices de mortes de pedestres atropelados por ciclistas, ou ocorrência de graves acidentes dessa natureza, por outro lado, conforme o mencionado relatório mundial da OMS, no Brasil, a média de mortes de pedestres por atropelamento a partir de veículos motorizados é de cerca de 6.500 pessoas por ano, correspondendo a 8% do total, isso além dos feridos que, além do trauma psicológico às próprias vítimas e familiares, geram enormes gastos públicos aos serviços

de saúde e assistências sociais. As leis de trânsito devem ser respeitadas por todos e garantidas por segurança proveniente das autoridades públicas e departamentos de trânsito das cidades, de modo a sinalizar os trajetos e manter o mais seguro e agradável possível, principalmente protegendo os mais frágeis: ciclistas e pedestres. Infrações de trânsito ocorrem a todo momento, em qualquer via, principalmente a partir de motoristas de veículos motorizados, conforme indicam as evidências científicas, entretanto, há críticos que insistem que pessoas que utilizam bicicletas — aparentemente somente essas — não respeitam as leis de trânsito e não devem trafegar nas vias públicas.

7- *“As ciclovias tiram espaços dos carros e aumentam o congestionamento, e, assim, a poluição das ruas.”*

Argumento comum na visão obscura dos críticos e defensores das ruas para automóveis. Na suposição, se a infraestrutura cicloviária ocupar um espaço no bordo da via, que antes pertencia aos veículos (geralmente para estacionamento), haverá mais engarrafamento visto a diminuição do espaço e “afunilamento”. Parte-se da premissa de que quanto mais pessoas substituírem os carros pela bicicleta, a partir da garantia do espaço seguro e agradável para circulação, haverá mais espaço sobrando nas faixas de rolamento fora da ciclovia ou ciclofaixa. No mais, raramente uma faixa de rolamento para veículos é substituída por uma para bicicletas: os planejamentos e intervenções urbanas reorganizam a largura das faixas e inserem o espaço para bicicletas, sem exclusão de faixas.

8- *“As ciclovias impedem o estacionamento de veículos.”*

Não há, no Código Nacional de Trânsito ou em nenhum artigo constitucional ou outra lei, a garantia de uso do espaço público como estacionamento para quem adquire um veículo automotor de uso particular. Tampouco o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), garante tal direito, que, em suma, não existe, sendo apenas uma convenção gerada com o tempo, por vezes cobrada em sistemas pagos por tempo de estacionamento, através de aparelhos conhecidos



como parquímetros ou outros mecanismos de administração de cada poder municipal.

9- *“Usar bicicleta não atende minhas necessidades, como carregar meus pertences.”*

A instalação de infraestrutura que garanta a opção pelo transporte ativo nas cidades, seja para andar a pé ou de bicicleta, são uma alternativa construída em um espaço público. A existência desse espaço não obriga ninguém a utilizá-lo, porém, quanto mais pessoas o fizerem, trocando o automóvel pela bicicleta, mais espaço sobrar para os motoristas nos demais espaços da via, que continuará existindo para quem a necessite, como, por exemplo, idosos sem o hábito de pedalar, pessoas que necessitem carregar cargas, veículos de serviços e emergência, dentre outros. Ou seja, os espaços para veículos automotores também se tornarão mais agradáveis, com menos acúmulo de veículos. Destaca-se que as bicicletas-cargueiras estão cada vez mais presentes nas cidades, principalmente nas regiões centrais e outras localidades onde o estacionamento para carros é escasso. Há estabelecimentos que utilizam essa modalidade para as entregas, como supermercados e até mesmo empresas que comercializam botijões de gás de cozinha. Assim, mesmo que as pessoas necessitem carregar cargas pessoais, há a possibilidade de instalação de bagageiros e alforjes nas bicicletas.

10- *“Ciclovias custam muito caro.”*

No estado de São Paulo, o Rodoanel, sistema de rodovias que interliga o trecho metropolitano da capital, foi inicialmente estimado em R\$ 9,9 bilhões, assim sendo aprovado. Vinte anos após o início das obras, o valor final estimado chega a R\$ 26 bilhões (Leite, 2017). O projeto foi apresentado no ano de 1992 sob intuito de tirar milhares de caminhões das marginais paulistanas, entretanto, até hoje não foi integralmente entregue e atrai cinco vezes mais veículos de passeio do que caminhões, que evitam a estrutura devido a diferentes problemáticas (Criado, 2020). Em 2010, as obras de construção de mais faixas na Marginal Tietê, na cidade de São Paulo, passaram de R\$ 1,75 bilhões (Saldaña; Burgarelli, 2011), sendo que em cinco anos após a inauguração, estudos apontaram que o trânsito,

ao invés de melhorar, piorou 80% (Valle, 2015). Conforme Blue (2016), nos EUA, o menor custo de construção de estrada existente no país se deu na área rural do estado de Arkansas: US\$ 6,75 bilhões. Em Boston, no ano de 2000, a cidade realizou grandes obras para transformar em subterrâneo todo o sistema de vias expressas. O preço final foi impressionante: US\$ 1 bilhão por quilômetro. Ainda se tratando de EUA, o custo médio de apenas um quilômetro de vias expressas gira em torno de US\$ 60 milhões. Em comparação, é aproximadamente o mesmo valor que custou toda a infraestrutura cicloviária de Portland (Inglaterra), cidade que se tornou referência em transporte ativo, com a bicicleta atraindo muito mais em recursos à cidade, incluindo o turismo, do que o valor investido (Blue, 2016). Conforme levantamento realizado pela Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), através de dados do poder público, 80% dos recursos públicos destinados ao transporte vão para o transporte individual (Bazani, 2016). Por causa do incentivo ao transporte individual, os automóveis realizam mais deslocamentos nos principais centros urbanos, porém transportam menos pessoas, percorrem distâncias menores, custam mais e causam mais gastos para a reparação de danos nas vias, danos ambientais e relacionados a acidentes, além de poluírem muito mais. Destacam-se duas principais razões para se investir em um sistema cicloviário planejado e eficiente: a qualidade de vida como um todo da cidade, da mobilidade urbana à saúde física e psicológica das pessoas, e a melhor e maior inclusão da sociedade na cidade, em especial as que mais necessitam de demandas sociais, a partir do uso da bicicleta como meio de transporte em trajetos agradáveis e seguros, isso a partir da ocupação dos espaços da cidade, muitas vezes ainda caros em termos de transporte.

11- *“Ciclistas não pagam impostos para usar as ruas.”*

Por último, um dos mais clássicos mitos proliferados pelos críticos da democratização do espaço público para além dos carros. Alegando que quem usa bicicleta não paga IPVA e outras taxas, nem pedágios, não compra combustível e então não paga os impostos relacionados, dá-se o argumento de que ciclistas não contribuem para a manutenção das vias.

Primeiramente, considera-se a possibilidade de que muitos dos que usam a bicicleta nos deslocamentos também possuem um carro de uso familiar. Por mais, não são unicamente os que utilizam carros que financiam e mantêm as vias públicas. Conforme Blue (2016), a ideia de que a construção e a manutenção de vias para automóveis sejam bancadas pelas taxas de trânsito é um mito. As taxas e impostos provenientes ao uso do automóvel pagam, em média, somente metade dos custos das vias. A outra metade é paga por todas as demais pessoas, inclusive as que não dirigem. “Nas cidades brasileiras, a arrecadação municipal vem, majoritariamente, do IPTU, ISS, ITBI, do Fundo de Participação dos Municípios, de parte do IPVA e do ICMS, taxas específicas e transferências obrigatórias da União” (Blue, 2016, p. 16). Isto é, toda vez que se paga um imposto, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), além do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e também o Imposto de Renda (IR), parte da arrecadação vai diretamente ao sistema de transporte. Logo, todos pagam pelas vias públicas, inclusive quem não tem automóvel e utiliza outros meios de transporte, como os sistemas públicos (ônibus, trens e metrô) e, também, quem anda a pé.

Esses são alguns dos principais argumentos utilizados por quem é contrário à implantação de infraestrutura cicloviária nas cidades, mesmo havendo exemplos bem sucedidos de cidades no exterior que possuíam problemáticas similares às da realidade das grandes cidades brasileiras, e com evidências científicas e um crescente histórico de construção de políticas públicas que buscam evoluir no aspecto do transporte e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Recentemente, na série de audiências públicas realizadas pela Prefeitura de São Paulo, as quais buscaram a participação da sociedade na elaboração do novo Sistema Cicloviário da cidade, outros argumentos provenientes das pessoas contrárias ao plano foram ouvidos, ao exemplo de: “Brasileiros são preguiçosos e nunca utilizarão a bicicleta como meio de transporte” e “As ciclovias impedem o meu direito de ir e vir”, essa última a qual criticava o fato de a rua de sua residência, antes bidirecional, ter se tornado mão única a partir da instalação de

trecho de ciclofaixa, obrigando-a a contornar o quarteirão com o automóvel. Dessa forma, nota-se que esforços individuais ainda resistem em sobreviver frente aos coletivos, em um ambiente construído típico das cidades brasileiras que nunca haviam pensado para fora das necessidades dos veículos automotores, até então ainda dominantes. Assim, enfrentamentos nesses sentidos apresentados são esperados, e devem, embasados por evidências, ser neutralizados.

## A CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO SOCIAL DAS RUAS DA CIDADE — DO LOBBY À RESISTÊNCIA PELO ESPAÇO PÚBLICO

A compreensão sobre como se deu a transformação do espaço público após a popularização dos carros no contexto das cidades estadunidenses é importante para que se entenda como ocorreu o pensamento do poder público no contexto das cidades brasileiras. No Brasil, os planos rodoviaristas se fortaleceram após o governo de Washington Luís, iniciado em 1926 (Costa; Silva; Cohen, 2013); por sua vez, nos Estados Unidos os automóveis se expandiram anos antes, com produção em série e acesso facilitado já em 1914 (Macshane, 1984). Assim sendo, no Brasil, o processo de construção das ruas já iniciou baseado no modelo para carros, ao contrário das ruas nas cidades dos Estados Unidos, que sofreram revolução em sua forma de uso, conforme descrito por Norton (2011). Essa opção, ou tamanha confiança nos automóveis, pode explicar os menores ou descontinuidade de investimentos em outros meios de transporte, como as ferrovias, e hoje o que se vê é a dependência das rodovias como principal via de transporte em todo o país, sendo os episódios de recentes greves de motoristas de caminhão e suas consequências um claro exemplo.

Não exclusivamente nas cidades brasileiras, as ruas foram sendo expandidas de modo a contemplar os veículos de tração animal, posteriormente substituídos a partir da invenção da energia elétrica e vapor. Entretanto, conforme Norton (2011), antes da reconfiguração do espaço público pensado aos veículos, as ruas não possuíam

marcações e sinalização. As ruas eram livres para os pedestres caminharem da forma como melhor considerassem, assim como era um lugar oportuno às crianças, sempre acostumadas a brincar nesses espaços, dotados de boas possibilidades para o lazer.

A partir da década de 1920 começaram a surgir os automóveis, um meio de transporte incompatível com os usos antigos dos espaços públicos. Nesse contexto estadunidense, principalmente nas grandes cidades, conforme Norton (2011, p. 22), o número de mortes de crianças atropeladas disparou, multiplicando-se quinze vezes entre 1910 e 1923. Em meio as ruas, memoriais homenageando as crianças mortas começaram a surgir e protestos começaram a acontecer, ao mesmo tempo em que o acúmulo de carros começava a causar incômodos também dos comerciantes. Além disso, nas ruas principais, automóveis com apenas um passageiro começaram a tomar espaço dos bondes elétricos lotados de passageiros, gerando reclamações. Com esse cenário, começaram a surgir grupos sociais organizados: pedestres, engenheiros e conselheiros de segurança formaram os primeiros conselhos municipais preocupados com a situação. Do outro lado, organizaram-se os defensores dos motores: executivos das indústrias fabricantes, das lojas de veículos e clubes formaram grupos que ficaram conhecidos como *Motordom* (Norton, 2011). Com maior poder de influência e força econômica, esses grupos defensores dos automóveis obtiveram sucesso em convencer o poder público de que os espaços públicos deveriam ser reconfigurados e organizados a partir dos interesses dos motores, havendo, conforme descreve o autor, uma mudança revolucionária da visão e percepção de espaço público da rua a partir desse momento.

Com a influência lançada, o *Motordom* conseguiu redefinir as ruas como sendo um lugar principalmente para carros. As ruas foram sendo redesenhadas e as novas vias foram sendo construídas para esse fim, havendo estreitamento de calçadas e outras inibições à presença de pedestres e veículos mais lentos. Novas estradas foram sendo construídas pelo poder público, de modo a amenizar o problema do congestionamento, porém, conforme o autor, o problema foi agravado a partir do momento em que houve o incentivo para que cada vez mais motoristas surgissem, abandonando o transporte público. No

pós-guerra, muitos municípios consolidaram o modelo de ruas para carros e caminhões, e, para além de as projetarem para esses veículos, as faziam para serem dependentes deles, deixando todos os demais meios, principalmente a pé e por bicicleta, em segundo plano. Com a expansão da indústria automotiva, a produção em série e a maior facilidade de acesso aos veículos, a vida das pessoas começou a ser organizada em torno da mobilidade baseada em carros, sem que nenhuma outra opção fosse vista como realista (Norton, 2011).

A influência desse *lobby* foi tamanha, a ponto de convencer os tomadores de decisão das grandes cidades estadunidenses de que a responsabilidade e a culpa para os casos de acidentes, feridos e mortos era dos próprios pedestres e condutores de outros modais mais frágeis; e, para evitar as “más condutas” dessa parcela da sociedade, que se constituía em maioria, porém com menor influência e poder financeiro, foram criadas regras que confinaram as pessoas nos cantos das ruas, sempre dando preferência aos veículos com motor.

Conforme Norton (2011), para muitas pessoas na década de 1920 do contexto dos Estados Unidos, um berço da produção e expansão dos veículos no mundo, os carros eram tiranos e retiravam a liberdade de quem não os possuía. Para piorar, o *lobby* criou um termo pejorativo para se referir às pessoas que resistiam em utilizar o espaço público sem priorizar os carros: *jaywalkers*, uma fusão de palavras, que fazia referência, em tom ofensivo e de deboche, a pessoas de áreas rurais, sem experiências na cidade. O termo foi amplamente usado em cartazes pelo próprio poder público, espalhados pelas grandes cidades dos Estados Unidos, como Los Angeles, Chicago e Saint Louis, com o objetivo de pressionar as pessoas a não mais insistir em ocupar os espaços das ruas, agora pertencentes aos carros, e, de forma implícita, as responsabilizando em casos que resultassem em vítimas.

A estratégia do *lobby* do *Motordom* junto ao poder público, de culpabilizar as pessoas que resistiam em usar os espaços públicos sem serem confinados nos cantos e sem priorizar os automóveis, foi sendo reforçada por leis de trânsito que definitivamente mudavam o pertencimento das pessoas que não possuíam carros em relação à cidade. Com o passar do tempo, o pensamento de que as ruas existiam

para atender aos carros foi se transformando em uma espécie de fato social.

O filósofo francês Émile Durkheim (1858-1917) propôs uma teoria a partir de uma ciência sociológica científica, objetiva e dotada de métodos, denominada *teoria do fato social*. Os fatos sociais são compreendidos por: “Toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou, ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais” (Durkheim, 2002, p. 11). Isto é, os fatos sociais exercem uma coerção sobre os sujeitos, não abrindo margens para manifestações de vontade e escolhas.

O raciocínio de Durkheim, a partir de sua teoria, pode ser percebido com as ações da indústria, alinhadas ao poder público, buscando seus interesses a partir da conquista do uso e construção do espaço público voltado a veículos e, conseqüentemente, aos que poderiam adquiri-los. Indo além, Durkheim (2002, p. 12), enfatizou que o fato social é:

Reconhecível pelo poder de coerção externa que exerce ou é suscetível de exercer sobre os indivíduos; e a presença deste poder é reconhecível, por sua vez, seja pela existência de alguma sanção determinada, seja resistência que o fato opõe a qualquer empreendimento individual que tenda a violentá-lo.

Nesse ponto, a partir da aplicação de sanções, por parte do poder público, a pedestres e condutores de outros modais que não obedecessem às leis de trânsito, criadas sem participação social e as quais favoreciam os automóveis, nota-se uma característica do fato social na percepção do espaço público voltado aos carros.

Indo além, um intuito do *Motordom* foi construir uma submissão dos sujeitos em relação ao fato social elaborado, compreendido como o conjunto de regras que resultaram em leis. Principalmente quando essas ocorrem antes do próprio nascimento das pessoas, restando a adesão e obediência sob preção de uma punição (multas), o fato torna-se uma verdade, com chances menores de ser questionado e criticado.

## A BICICLETA DO PASSADO, DE FRENTE PARA O FUTURO

A partir dessa linha de raciocínio, pode-se compreender que a distribuição de cartazes com termos pejorativos destinados às pessoas que não se locomoviam em automóveis foi uma maneira de, gradativamente, construir uma verdade absoluta sobre o uso das ruas: a de que eram exclusivas aos veículos automotores, sem direito a pedestres e bicicletas.

Em um comparativo aos tempos atuais no Brasil, baseado nos onze mitos anteriormente descritos, há semelhanças e possível comparação que pode ser feita com o *lobby* existente na década de 1920 nos Estados Unidos. Esse entendimento vem à tona a partir da ideia de que somente proprietários de veículos pagam impostos e taxas diversas para uso e manutenção dos veículos, incluindo os próprios custos do processo para se emitir o documento de permissão para dirigir e, dessa forma, tendo o direito prioritário de ocupação do espaço, sem vez para veículos que considerem lentos, como a bicicleta, mesmo tendo essa garantia por seguidas e crescentes políticas, em âmbitos municipais aos federais, chegando a órgãos externos.

Principalmente em se tratando do contexto brasileiro, com décadas de investimentos no sistema rodoviário, o qual equivocadamente foi encarado como sinônimo de progresso por parte de alguns tomadores de decisão, há a inadiável necessidade de repensar a configuração dos espaços públicos, os quais considera-se que devam ser voltados às pessoas, sob alternativas sustentáveis da manutenção do crescimento das cidades e do país. Nesse sentido, tratando do direito à cidade, frisa-se a obra de Lefebvre (2001), o qual disserta sobre as cidades modernas e sobre o que é imposto aos cidadãos pelo sistema predominante.

Uma invenção que revolucionou os meios de se locomover do ser humano, anterior à invenção do vapor, dos veículos elétricos e do automóvel à combustão, a bicicleta volta aos holofotes e é uma alternativa para amenizar as problemáticas de mobilidade além de contribuir para a qualidade de vida e bem-estar, dessa vez embasada por políticas públicas que reconhecem esse veículo como eficiente e



de caráter inclusivo, ao exemplo do que ocorre em Portugal e seus incentivos aos veículos não poluentes.

Frente às evidências científicas que vêm sendo mundialmente divulgadas em relação à importância da bicicleta como meio de transporte nas cidades, benéfico como um todo — da qualidade de vida das pessoas em termos de saúde e qualidade do ar à amenização do acúmulo de veículos nas cidades, abrindo mais espaços a quem de fato necessita dos motores —, pergunta-se aos que resistem à reorganização dos espaços públicos de transporte: quais os reais intuitos, afinal, as tentativas de um “*Motordom* contemporâneo”? Qual, então, é a alternativa ao impasse do esgotamento das vias nas grandes cidades? Quais as melhores alternativas contra os malefícios da poluição, além dos malefícios da poluição sonora e psicológica que levam a doenças mentais, como o estresse e síndromes relacionadas? Como, então, tornar o espaço público mais democrático e justo? São perguntas que, mesmo sob todas as contra-argumentações aos mitos e todo o conjunto de políticas sendo construído em prol do transporte ativo, necessitam de consideração às evidências científicas produzidas com esforço pelos pesquisadores, além de, por fim, responsabilidade e empatia não somente ao próximo, mas também essencialmente ao futuro das cidades e àqueles que, ainda por nascer, a habitarão no futuro, em nosso lugar.

## REFERÊNCIAS

ARE Cyclists Good Customers?. *Ciclyng Embassy of Denmark*, 26 ago. 2013. Disponível em: <http://www.cycling-embassy.dk/2013/08/26/are-cyclists-good-customers>. Acesso em: 16 jul. 2019.

BAZANI, Adamo. Investir em transporte público é responsabilidade fiscal: 80% dos gastos com deslocamentos vão para o transporte individual, causando prejuízos. *ANTP*, São Paulo, 4 set. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3sMNI5q>. Acesso em: 16 jul. 2019.

BERGER, Aaron T.; QIAN, Xinyi Lisa; PEREIRA, Mark A. Associations Between Bicycling for Transportation and Cardiometabolic Risk Factors Among Minneapolis-Saint Paul Area Commuters: A Cross-Sectional Study in Working-Age Adults. *Am. J. Health Promot*, v. 32, p. 631-637, 2017.

BLUE, Elly. *Bikenomics: como a bicicleta pode salvar a economia*. Rio de Janeiro: Babilônia Cultural Editorial, 2016.

BRASÍLIA. Caderno de referência para elaboração de Plano de Mobilidade por Bicicleta nas Cidades. *Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta — Bicicleta Brasil*. Brasília: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, 2007.

BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane de. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 4, out./dez. 2005.

COSTA, Renato Gama-Rosa; SILVA, Claudia G. Thaumaturgo da; COHEN, Simone Cynamon. A origem do caos — a crise de mobilidade no Rio de Janeiro e a ameaça à saúde urbana. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 15, n. 30, 2013.

CRIADO para diminuir tráfego de carga nas marginais, Rodoanel atrai até cinco vezes mais carros do que caminhões. *G1*, São Paulo, 14 fev. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/46nJizJ> Acesso em: 2 jun. 2020.

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

FLORINDO, Alex Antônio; BARROZO, Ligia Vizeu; TURRELL, Gavin; BARBOSA, João Paulo dos Anjos Souza; CABRAL-MIRANDA, William; CESAR, Chester

Luiz Galvão; GOLDBAUM, Moisés. Cycling for Transportation in São Paulo City: Associations with Bike Paths, Train and Subway Stations. *Int. J. Environ. Res. Public Health*, v. 15, n. 4, 562, 2018.

GILES-CORTI, Billie; VERNEZ-MOUDON, Anne; REIS, Rodrigo; TURRELL, Gavin; DANNENBERG, Andrew L.; BADLAND, Hannah *et al.* City Planning and Population Health: A Global Challenge. *Lancet*, v. 388, p. 2912-2924, 2016.

GODINHO, Renato Domith. Como foi inventado o automóvel?. *Mundo Estranho*, 2018. Disponível em: <https://mundoestranho.abril.com.br/tecnologia/como-foi-inventado-o-automovel>. Acesso em: 16 maio 2020.

GRIFFITHS, Hugo. 70% of drivers broke 30mph speed limits in lockdown. *Autoexpress*, 12 maio 2021. Disponível em: <https://www.autoexpress.co.uk/car-news/consumer-news/100009/more-than-half-of-drivers-break-30mph-speed-limits>. Acesso em: 18 dez. 2023.

HOPE, Russel. Ten million drivers using phones at wheel, despite higher penalties, study says. *Sky News*, 21 mar. 2019. Disponível em: <https://news.sky.com/story/ten-million-drivers-using-phones-at-wheel-despite-higher-penalties-study-says-11671188>. Acesso em: 16 jul. 2019.

IBGE. Cidades e Estados, 2023a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>. Acesso em: 5 maio 2023.

IBGE. Frota de veículos 2022, 2023b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/22/0>. Acesso em: 5 maio 2023.

IBGE. *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao>. Acesso em: 16 jul. 2019.

LEITE, Fábio. Obra viária mais cara de SP, Rodoanel deve ser concluído com custo de R\$ 26 bi. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 nov. 2017. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,obra-viaria-mais-cara-de-sp-rodoanel-deve-ser-concluido-com-custo-de-r-26-bi,70002070677>. Acesso em: 16 jul. 2019.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. (Obra original publicada em 1968.)

MACSHANE, Clay. De la rue à l'autoroute. 1900-1940. *Les Annales de la Recherche Urbaine*, Paris, n. 23-24, p. 17-18, 1984.

MEDINA, João Paulo Subirá. *A educação física cuida do corpo e mente*. Campinas: Papirus, 1983.

MIZDRAK, Anja; BLAKELY, Tony; CLEGHORN, Christine L.; COBIAC, Linda J. Potential of Active Transport to Improve Health, Reduce Healthcare Costs, and Reduce Greenhouse Gas Emissions: A Modelling Study. *PLoS ONE*, v. 14, n. 7 e0219316, 2019.

NEW YORK CITY (Cidade). Department of Transportation. The Economic Benefits of Sustainable Streets. *New York City Dot*, [201-?]. Disponível em: <http://www.nyc.gov/html/dot/downloads/pdf/dot-economic-benefits-of-sustainable-streets.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2019.

NORTON, Peter. *Fighting Traffic: The Dawn of the Motor Age in the American City*. Cambridge: MIT Press, 2011.

NOVE em cada dez pessoas em todo o mundo respiram ar poluído. *Opas — Organização Pan-Americana da Saúde*, 1º maio 2018. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5654:nove-em-cada-dez-pessoas-em-todo-o-mundo-respiram-ar-poluido&Itemid=839](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5654:nove-em-cada-dez-pessoas-em-todo-o-mundo-respiram-ar-poluido&Itemid=839). Acesso em: 16 jul. 2019.

ONU. Population. *United Nations*, 2018a. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/issues-depth/population>. Acesso em: 16 maio 2020.

ONU. World Population to Hit 9.8 billion By 2050, Despite Nearly Universal Lower Fertility Rates. *United Nations*, 2018b. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2017/06/560022-world-population-hit-98-billion-2050-despite-nearly-universal-lower-fertility#.WUv3anUrJnw>. Acesso em: 16 maio 2020.

PENA, Rodolfo Alves; SOUSA, Rafaela. Aquecimento global. *Brasil Escola*, 2018. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/aquecimento-global.htm>. Acesso em: 16 maio 2020.

PINCHA, João Pedro. Lisboa cria fundo de três milhões para ajudar a comprar bicicletas. *Público*, Lisboa, 3 jun. 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/06/03/local/noticia/lisboa-cria-fundo-tres-milhoes-ajudar-comprar-bicicletas-1919158>. Acesso em: 7 jun. 2020.

SÁ, Thiago Hérick.; DURAN, Ana Clara; TAINIO, Marko; MONTEIRO, Carlos Augusto; WOODCOCK, James. Cycling in São Paulo, Brazil (1997-2012): Correlates, Time Trends and Health Consequences. *Prev. Med. Rep.*, v. 4, p. 540-545, 2016.

SALDAÑA, Paulo; BURGARELLI, Rodrigo. Custo da ampliação da Marginal do Tietê já é 75% maior do que o previsto. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3szVz6z> Acesso em: 16 jul. 2019.

SANTIAGO, Emerson. Roda. *Infoescola*, 2023. Disponível em: <https://www.infoescola.com/cultura/roda>. Acesso em: 9 maio 2023.

SANTOS, Vanessa Sardinha dos. Ficar muito tempo sentado faz mal?. *Brasil Escola*, [201-?]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/saude/ficar-muito-tempo-sentado-faz-mal.htm>. Acesso em: 16 jul. 2019.

SHOPPERS and How They Travel. *Sustrans*, Bristol, 2006. Disponível em: <http://cidadaniaxmob.tripod.com/shoppersandhowtheytravel.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2019.

STEVENSON, Mark; *et al.* Land Use, Transport, and Population Health: Estimating the Health Benefits of Compact Cities. *Lancet*, v. 388, 2925-2935, 2016.

TSCHOKE, Aline *et al.* As experiências no âmbito do lazer e o princípio da inércia: uma analogia para pensar sobre os fatores que influenciam a apropriação dos espaços públicos. *Movimento*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 117-136, jan./mar. 2011.

TOMTOM Traffic Index Measuring Congestion Worldwide. *Tomtom*, [2019?]. Disponível em: [https://www.tomtom.com/en\\_gb/traffic-index/ranking](https://www.tomtom.com/en_gb/traffic-index/ranking). Acesso em: 16 jul. 2019.

VALLE, Caio do. Lentidão na Marginal sobe 80% após cinco anos de expansão. *Exame*, São Paulo, 30 mar. 2015. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/lentidao-na-marginal-sobe-80-apos-5-anos-de-expansao> Acesso em: 16 jul. 2019.

WALKER, Peter. How Seville transformed itself into the cycling capital of southern Europe. *The Guardian*, Seville, 28 jan. 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2015/jan/28/seville-cycling-capital-southern-europe-bike-lanes>. Acesso em: 16 jul. 2019.

WHO. *Global Status Report On Road Safety*. 2018. Disponível em: [https://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/road\\_safety\\_status/2018/en](https://www.who.int/violence_injury_prevention/road_safety_status/2018/en). Acesso em: 16 jul. 2019.

ZEE, Renate van der. How Amsterdam became the bicycle capital of the world. *The Guardian*, 5 maio 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2015/may/05/amsterdam-bicycle-capital-world-transport-cycling-kindermoord>. Acesso em: 16 jul. 2019.

**PARTE 5 — PALESTRAS PROFERIDAS  
NO 1º SEMINÁRIO CULTURA,  
TERRITÓRIO E LAZER: DIÁLOGOS  
ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS DO  
BRASIL E PORTUGAL**

## SESSÃO: CIDADE E CULTURA URBANA: O ESPAÇO PRATICADO

João Teixeira Lopes

Hoje proponho-vos uma reflexão sobre um tema que eu já abordei por diversas vezes, que fez parte de trabalhos e pesquisas anteriormente realizadas. Nesta ocasião farei uma espécie de revisão a uma proposta que há catorze ou quinze anos fiz e que dizia respeito à prossecução de políticas culturais, com propostas concretas, do que na altura chamei de democracia cultural.

Eu parti de um diagnóstico. O diagnóstico de que várias políticas culturais falharam, até então. Desde logo, as célebres políticas da democratização cultural. Aquelas políticas de sentido tendencialmente descendente, quer dizer, de cima para baixo ou de fora para dentro, a partir dos pontos de vista oficiais das grandes instituições. Aquela ideia civilizadora de que as grandes obras da humanidade poderiam ser acessíveis a todos, em particular ao povo, e de que isso se conseguiria através de maiores investimentos nas políticas culturais, designadamente através de maiores investimentos públicos, criando o que então se chamava um mercado assistido para a cultura. O que é o mercado assistido para a cultura? É a ideia de que a cultura não funciona (ou não deveria funcionar) segundo as regras do mercado, que obedece a um movimento desregulamentado da oferta e da procura, o que não seria adequado em termos culturais.

A cultura, os bens culturais, por serem bens excecionais, têm uma carga simbólica que os distingue dos demais. Um livro ou um *software*, inclusivamente, ou uma partitura, não são iguais a um par de sapatos ou uma peça de pronto a vestir, uma lata de salsichas. Há aqui uma exceção no que à cultura diz respeito e que reside nessa mais-valia simbólica que, no fundo, está relacionada também com a questão do sentido. São bens aos quais nós atribuímos um sentido, o qual acresce aos nossos sentidos quotidianos e que, por essa razão

deveriam constituir um mercado assistido que consistiria, por exemplo, em assegurar serviços públicos de cultura, leis de preço fixo nos livros, apoios sistemáticos e regulamentados à criação cultural, entre outras medidas. Uma das duas ou três vias seguidas foi a gratuidade de museus e de salas de espetáculo. Outra via foi a descentralização.

Ora, na verdade, os diferentes estudos têm mostrado que, ainda que essas políticas tenham tido um grande ímpeto e que tenham sido alvo de grandes investimentos, não resultaram no que diz respeito ao alargamento e à participação dos públicos. Não conseguiram diminuir substancialmente a seletividade social dos públicos e, portanto, não conseguiram mudar radicalmente o acesso à cultura. De igual modo, as políticas que se seguiram muito ligadas à educação paralela, à educação na conjugação do formal e do informal, também não conseguiram melhorias significativas e, por isso, eu na altura propus um modelo de democracia cultural que tinha alguns pontos. Vou muito rapidamente elencá-los para que se perceba depois a tal revisitação que eu pretendo fazer.

Em primeiro lugar, eu dizia que importaria negar qualquer tipo de visão da cultura como ornamento, instrumento ou máquina classificatória, isto é, a ideia de que a cultura serve, acima de tudo, como distinção social ou a ideia de que a cultura é uma engrenagem, uma máquina de usos hierarquizados e hierarquizantes, ou mesmo a ideia de que a cultura permite uma ritualização da vida de alguns. Parece que isto estaria completamente ultrapassado, mas é curioso pois, ainda há pouco tempo (já lá vão seis ou sete anos), num trabalho de investigação-ação que tive ocasião de fazer com um grupo de teatro independente e que abordou não públicos (o conceito é altamente polémico, mas vou usá-lo como provocação) do Teatro Nacional de São João, no Porto, neste caso, idosos e crianças de freguesias da zona histórica do Porto, população altamente marcada pela exclusão social e pela segregação espacial. O que é que nos diziam precisamente esses não públicos? Os mais velhos diziam-nos que consideravam que transpor as portas do teatro era um exercício de profanação para o qual eles não se sentiam habilitados e utilizavam até uma expressão que os colegas brasileiros conhecem bem, porque ela foi importada



das telenovelas brasileiras. Eles diziam: “é o local ou é um *sítio* de/ para *grã-finos* e, por isso, nós não ousamos transpor essas barreiras”.

Em segundo lugar, a minha proposta de democracia cultural, proposta teórica, embora baseada também em alguma experiência que tive de formação de públicos, essa ideia residia numa concessão de serviço público. Isto é, só há democracia cultural se tivermos a capacidade e a competência de dignificar social, política, ontologicamente até, todas as linguagens, todas as formas de expressão cultural, abrindo portões, abrindo campos de possibilidades e não classificando *a priori*. Será a familiarização com múltiplas linguagens, sem que elas, à partida, estejam estigmatizadas ou ritualizadas, que nos dá possibilidade de escolher. Nós só escolhemos a partir daquilo que somos capazes de compreender e para compreender é preciso códigos de decifração, é preciso chaves semióticas, é preciso um grau mínimo de familiarização e, por isso, defendi a ideia de que se nos familiarizarmos com a complexidade, se nos familiarizarmos com a diversidade, se formos capazes de ter acesso a diferentes linguagens, formas de expressão, nós podemos então escolher. Só se escolhe se houver possibilidade de escolha. Não se escolhe quando nos dizem que as belas-artes são apenas o único escopo possível de fruição cultural, por exemplo. Esse era o segundo ponto.

Em terceiro lugar, considerava, no seguimento de outros sociólogos, que a democracia cultural tinha de ser transversal. Sem dúvida que era necessário alargar públicos e alargar públicos implicava, como eu acabei de referir, socialização com instrumentos estético-cognitivos que possibilitam a descodificação e a fruição. Isso é fundamental quando se quer alargar públicos, mas é também fundamental e crucial fazê-los participar. Não alargar apenas o lado da recepção, não alargar apenas o lado do espectador, mas, como agora se diz, ser um *expectativo*. Há um programa europeu que tem precisamente esse nome, *ExpectActive*, isto é, o sujeito não está apenas expectante, ele não é apenas passivamente receptivo, ele contribui ativamente, não só para a decifração, mas para a construção das obras culturais. É mais ainda do que a ideia da recepção ativa, pois a recepção ativa é mais limitada. É a ideia de participar nos processos, tantas vezes fechados, tantas vezes codificados, tantas vezes herméticos, de

construção cultural e artística. Isto implicava também abrir à participação dos cidadãos a esfera de produção cultural. Ela era e, aliás, continua a ser, os trabalhos demonstram isso ainda, a mais fechada das esferas. Se é verdade que nós temos um grande confinamento em práticas receptivas, é verdade que esse confinamento ainda é maior nas práticas criativas ou de produção cultural. Eu faço sempre este exercício nas minhas aulas, a cada ano, uma espécie de diagnóstico *à la minute*: pergunto aos meus alunos (depois de dizer que não vou estigmatizar, que não considero uma resposta mais válida do que a outra, nós, enfim, como sociólogos, temos que fazer isso tudo, embora isso não baste, mas ousar, ainda assim, colocar-lhes a questão) quais as suas práticas culturais: quem é que escreve sem ser por necessidade? Quem é que pinta? Quem toca música? Quem compõe? Quem faz teatro? E as respostas afirmativas são sempre em número muitíssimo reduzido, ou seja, a familiarização com a produção cultural ainda é ínfima. Por isso a democracia cultural tem de ser transversal, tem que procurar o alargamento dos públicos, tem que tocar na participação, tem de estimular a abertura da própria produção cultural.

Em quarto lugar, eu dizia, então, que devíamos desmistificar o conceito de público. Público escreve-se sempre no plural. Público significa múltiplas formas de relação com a cultura. E isto é diferente de dizer que os objetos culturais não podem ser definidos apenas pelo modelo legitimista das belas artes, é dizer também que as formas como nós nos apropriamos, nos relacionamos, como fazemos a cultura são elas mesmas múltiplas, plurais e nem sempre valorizadas nessa pluralidade e nessa diversidade. Devemos pensar nos públicos como estando sempre em ação. Por outro lado, não podemos esquecer que a necessidade da formação de públicos exige uma mudança das instituições.

As instituições deveriam centrar recursos numa socialização institucional baseada na mediação e na animação, enfim, em todas aquelas formas de aproximação que são capazes de multiplicar pontos de vista, através de um mediador, alguém que, através de compromissos de trabalho e *bridging* constante (*bridging* de *bridge*, de ponte), facilita um atravessamento contínuo, sendo capaz de resgatar, de multiplicar pontos de vista sobre uma obra, uma coleção, uma

mensagem cultural e artística. Isto era, na altura, enfim, *grosso modo*, aquilo que eu propus.

O que é que eu posso dizer a partir da realidade atual? Será que estas medidas de democracia cultural ainda fazem sentido? Ou elas já foram incorporadas, tornadas rotineiras e, portanto, hoje obsoletas? A intervenção da Suzana<sup>1</sup> deu-nos algumas pistas importantes a esse respeito.

Em primeiro lugar, se nós olharmos para os estudos de públicos, verificamos que há algumas mudanças, mas que essas mudanças acolhem também uma profunda continuidade. Quais são as mudanças? Por exemplo, as questões de gênero. Há aí uma mudança significativa: enquanto outrora, há trinta ou quarenta anos atrás, as mulheres estavam ainda muito pouco presentes nos espaços de domínio público e públicos, elas hoje estão quase tão presentes quanto os homens. É um avanço significativo.

Em termos de capital escolar, todavia, as diferenças continuam a ser muito notórias; e, ainda que existam hoje muito mais pessoas com estudos longos e com um alto capital escolar, fruto de processos recentes de escolarização, notamos que há um outro fator que faz a diferença que é o capital informacional, isto é, o acesso à renovação de reportórios, o acesso àquilo que vai sendo produzido nas esferas culturais e artísticas e aquilo que vai sendo também difundido tanto *online* como *offline*. O acesso a referências, o acesso a formas mais sofisticadas de decodificação, isso continua ainda a ser altamente seletivo. Já não é tanto o capital escolar que determina, mas é mais até esse capital informacional. E notamos também que, apesar da noção de cultura se ter modificado sobremaneira, creio que já poucos defenderão que a noção de cultura se resume a uma visão fechada do que é um objeto artístico ou o tal modelo unidimensional das belas artes.

Hoje, cada vez mais, a ideia de cultura é, neste sentido, muito próxima da ideia de convergência de suportes. É uma ideia multimédia, uma ideia hipertextual. Em suma, hoje há cruzamentos, intersecções entre alta cultura, cultura de massas e formas inventadas,

1 Doutora Suzana Maria Peres de Menezes, diretora regional da cultura do Centro/Portugal; contribuiu durante a sessão “Políticas públicas: da teoria à prática”.

recriadas pela cultura popular, mas também não é menos verdade que exista aquilo que alguns têm vindo a chamar de um “ecletismo *snob*”, um ecletismo cumulativo. Quem é que consegue verdadeiramente fazer o trânsito entre linguagens? Quem é que consegue socializar-se com reportórios distintos? Quem é que consegue fazer a tal transversalidade? São esses que têm um alto capital informacional. São aqueles que são capazes de gostar daquilo que é a escultura renascentista, a pintura de Caravaggio, o *hip-hop* contemporâneo, o *jazz* e os *blues*, as formas de teatro independente e aquilo que são as performances. Esse ecletismo é um ecletismo que continua a ser fortemente distintivo. Quem navega à vontade e faz essa navegação flutuante entre gêneros e reportórios é ainda quem detém recursos que são muito mal distribuídos. E isso leva-me a dizer que se tem vindo a falhar em várias esferas, desde logo, naquilo que são os departamentos educativos.

Os departamentos educativos seriam o que na altura eu propunha como uma nova profissionalidade que devia ser o centro das instituições culturais. Refiro-me a Portugal porque é a realidade que eu conheço melhor. Os departamentos educativos em Portugal, nas várias instituições, são parentes pobres e geralmente existem para as visitas guiadas ou para aqueles públicos que eu chamo de públicos cativos. Quais são esses públicos cativos? São maioritariamente os jovens em idade escolar. Agora alarga-se um pouco mais à educação pré-escolar também, aos idosos e aos institucionalizados, através de parcerias, intercâmbios, acordos com as instituições culturais para esse tipo de visita.

Existem também, por outro lado, nos departamentos educativos, programas pagos, muitíssimo interessantes, de férias, de *workshops*, mas é tudo pago e geralmente caro. Nos departamentos educativos de instituições públicas, a maior parte das pessoas trabalha precariamente, os quadros são reduzidos e muitas vezes são a tempo parcial, isto é, os departamentos educativos não são capazes de fazer aquele trabalho lento, sistemático, estruturado e, por isso mesmo também, potencialmente mais fecundo, com as populações e as comunidades. Não há um trabalho que seja capaz de se desenvolver duradouramente, capaz de se dirigir às populações, aos

territórios mais excluídos. Estes serviços educativos desempenham um papel expectante de alguém que é capaz de responder se houver uma procura que cumpre os tais requisitos obrigatórios das visitas ou que vende produtos e serviços. Ora, isto não é um departamento educativo, tal como se tinha imaginado ou como se desejava ou como se propunha. Isto é uma versão minimalista desses departamentos educativos que, a meu ver, é o que vigora.

Não houve também grandes mudanças na ótica da programação cultural. Aquilo que nós vemos, por exemplo, no Reino Unido que, a meu ver, pode ser revolucionário e que passa por uma mudança até organizacional das instituições culturais, obrigando que quando há uma exposição, espetáculo etc., exista uma dupla curadoria, que tem tradução no organograma das instituições. O que é essa dupla curadoria? Trata-se de colocar em paridade um programador artístico e um programador mediador, isto é, alguém vocacionado para o trabalho com os públicos, não apenas os públicos que já existem, mas os públicos potenciais, os públicos a fazer. E ambos tomam as decisões sobre os modos de exposição, difusão etc. Trata-se de um trabalho em conjunto, com igual competência de parte a parte, envolvendo aqueles que são os animadores, mediadores, antropólogos etc., e os ditos *experts* artísticos ou mesmo artistas. Isto tem permitido, apesar das tensões inevitáveis, uma forma nova de recriar a oferta institucional nessas organizações, muitas vezes com uma carga simbólica, uma aura tão pesada quanto as instituições de Estado ou quanto as grandes fundações privadas.

Por outro lado, da parte dos criadores culturais existe também uma ambiguidade muito grande: devido à míngua de recursos, que na cultura se tem vindo a notar cada vez mais, em particular com a crise económica, financeira e social, ainda é mais notório que os apoios à criação cultural impõem contrapartidas sociais, nomeadamente formação de públicos, trabalho com as comunidades, trabalho com grupos excluídos, seja os institucionalizados em hospitais psiquiátricos, seja os institucionalizados em organismos tutelares de menores, sejam os institucionalizados em prisões. Mas a verdade é que esse trabalho é geralmente episódico, intermitente e não é verdadeiramente incorporado pelos grupos artísticos, que o fazem como

forma de conseguir o dinheiro que falta para outros tipos de produção. Não é algo que seja vivido como uma prática de criação artística, mas é muito mais visto como heteronomia, uma imposição com a qual se tem que lidar, à qual se tem de responder e que cria, além do mais, profundas tensões.

Existem também, do ponto de vista dos espaços públicos — o que me parece ser outro aspecto a ter em conta —, várias tendências negativas; uma delas é a museologização da cultura urbana, que está muito ligada ao que a Suzana referiu. Isto é, nesta lógica de pauperização e de diminuição de recursos, a cultura tem que estar sempre alavancada pelo setor da economia criativa, da economia das cidades. Mede-se pelo fluxo turístico que é capaz de criar e isso tem levado a que muitos dos grupos artísticos, muitas até das comunidades, sejam tantas vezes instrumentalizados para criar a “brandização” dos espaços públicos ou, muitas das vezes, a sua “franchização”.

Quando nós vemos tantos festivais multiculturais que mais não são do que momentos festivos recortados, sem qualquer incidência nos quotidianos dos envolvidos e que se destinam a criar um efeito turístico, nós percebemos aquilo que eu quero dizer. Quando vemos tantos projetos como as efemérides culturais, os eventos culturais que são esfuziantes e efervescentes, mas que são claramente eventos que se esfumam, que acontecem e acabam, percebem o que quero dizer. Quando vemos, enfim, as agendas culturais das cidades a estarem completamente atreladas a esse esforço turístico, percebemos o que se quer dizer. Hoje vemos aquilo a que eu tendo a chamar de “fachadismo” cultural, que é, por analogia com o “fachadismo” da regeneração urbana (nas ruas principais as casas do edificado antigo são recuperadas e esteticizadas), a criação, nesses mesmos lugares, de circuitos turísticos, objeto de uma grande propaganda, uma grande efervescência, um somatório de iniciativas muitas vezes desligadas dos usos, interpretações, significados locais e sem impacto na transformação das comunidades.

Simultaneamente, temos também a normalização e integração do que outrora era tido como marginal. Não vejo nisto apenas uma tendência negativa. No Porto, cidade onde vivo, onde trabalho, onde dou aulas, a Casa da Música foi criada no contexto da Capital Europeia

da Cultura (um grande evento mais uma vez), tendo sido projetada pelo arquiteto Rem Koolhaas, um arquiteto holandês que afirma passar mais tempo em viagens do que na Holanda. Trata-se de um artista internacionalizado, que faz obras por toda a parte do mundo. Rem Koolhaas dizia que, no Porto, queria romper com o excesso de identidade que o Porto tinha: o Porto estaria demasiado ligado à sua história, estaria demasiado preso a uma visão patrimonialista, demasiado preso a um sentido de lugar.

E com aquela ideia daquele meteorito (a Casa parece realmente um meteorito que ali caiu e que depois até provocou umas ondas de propagação) ele iria fazer uma obra que poderia estar num outro lugar qualquer, fazendo parte do que ele chamava “o seu urbanismo genérico”. Curiosamente, isso não aconteceu. Hoje, a Casa da Música é, a seguir à Torre dos Clérigos, o símbolo, o monumento, com o qual os portugueses mais se identificam na imagem de cidade. Mas a Casa da Música tem um aspecto curioso. Desde o início, ela foi aproveitada pelos *skaters* e pelos amantes dos desportos radicais, dentro da lógica das tais ondas.

A Casa é um meteorito: ele caiu e com a sua propagação criou ondas que estão desenhadas no espaço. É ótimo para os *skates*, é ótimo para os desportos radicais. E ligados a algumas dessas subculturas há também o uso recreativo das drogas. O aspecto modernação esconde uma profunda falta de vontade com todas essas referências. Então a polícia era chamada para o local e acabou por expulsá-los. Foi a própria administração da Casa da Música que telefonou à polícia pedindo para deixar lá estar os *skaters* porque os turistas gostavam e porque dava uma imagem de abertura à instituição, de cosmopolitismo, de jovialidade, de intensidade subcultural. Isto é positivo, pois é melhor tê-los lá e poderem usar o espaço, poderem recriá-lo, do que não os ter e ter algum intuito repressivo. Mas também é uma forma de incorporação por parte das instituições mais pesadas do sistema oficial da cultura e das artes daquilo que é a sua visão superficial da diversidade cultural. É que produzir um acesso alargado a todas as formas de cultura e à diversidade cultural dá trabalho. A verdade é que muitos trabalham com a diversidade cultural cada vez mais para fazer da cidade uma fachada, um cenário com, digamos, um uso



turístico proveitoso. E isto é que é, ao meu ver, o grande problema e é isto a que eu chamo o “fachadismo cultural”.

Por outro lado, e com isto termino, havia também grandes esperanças com a Web 2.0 e com as novas tecnologias de informação da comunicação. É muito curioso que, até do ponto de vista político, essas esperanças, em finais da década de 1990, eram notórias: a ideia da rede, a ideia da alterglobalização, a ideia de que um outro mundo é possível, a ideia da emancipação que as ferramentas digitais nos trariam e que os nativos digitais seriam capazes de implementar, “democratizando a democracia”. Eu creio que agora estamos a perceber como isso era limitado e ingênuo.

Os usos têm crescido, e não é que a tecnologia em si ou o dispositivo sejam intrinsecamente bons ou maus, mas, como ainda há pouco falava o nosso colega deputado brasileiro<sup>1</sup>, têm crescido os usos das bolhas cognitivas, do fechamento em rede, isto é, como se o ciberespaço tivesse potenciado uma individualidade, que se exprime de forma muito mais narcísica do que é capaz de criar engajamentos coletivos e que, acima de tudo, visa a confirmação da sua estrutura emocional prévia, rejeitando tudo aquilo que possa desafiar as suas percepções preexistentes. Se da informação nova se desafiam as minhas percepções preexistentes, eu prefiro rejeitá-la do que incorporá-la ou do que dialogar com ela.

Não é apenas uma questão de algoritmos de Facebook ou do Instagram, mas os inquéritos, os estudos sobre a sociedade mostram que, desde o início, as pessoas são muito mais passivas do que ativas na rede, isto é, são mais facilmente levadas a difundir uma imagem, a fazer um clique, do que a criar conteúdos ou do que criticar as fontes de informação e ser capazes de produzir algo a partir daí. Portanto, a ideia de que a rede ia trazer uma hibridação fecunda entre o *online* e o *offline*, de que iria trazer um novo discurso para o espaço público, de que iria trazer contrausos, de que ia trazer o diálogo da diferença, está hoje claramente posta em cima da mesa como algo que era ingênuo.

1 Goura Nataraj (Jorge Brand), deputado estadual do Paraná/Brasil, com intervenção na sessão “Cultura, lazer, políticas públicas e ativismos sociais: do local ao global”.



E por isso, eu, neste momento, mas isso é sempre uma questão que eu não gosto nem de essencializar, nem de eternizar, eu estou pessimista porque penso que não só se mantêm, *grosso modo*, as grandes distâncias no acesso à cultura e, em particular, no acesso à criação artística, como me parece que as instituições culturais absorveram a crítica, mas não promoveram a mudança; incorporaram algumas das dimensões da crítica artística ao capitalismo, mas não modificaram o essencial, o seu *modus operandi*, e há hoje, creio eu também, algumas razões acrescidas de pessimismo face àquilo que deve ser um espaço público, isto é, enquanto possibilidade de encontrar o diferente, o que me confronta, o que me acrescenta, o que dialoga, o que incomoda, o que desafia. Não por acaso, o tal “urbanismo genérico”, higienizado, normalizado, tornou-se uma obsessão do centro das cidades, que é onde está o esforço turístico. E a cidade continuada? E o resto das cidades? E os subúrbios? E os nós das cidades? Por que é que nada disso é falado? Por que tudo isso é esquecido? Por que que não se trabalha nisso também? Enfim, inquietações pessimistas, espero eu, que para um otimismo metódico.

## **SESSÃO: CULTURA, LAZER, POLÍTICAS PÚBLICAS E ATIVISMOS SOCIAIS: DO LOCAL AO GLOBAL**

Goura Nataraj (Jorge Brand)

Antes de tudo, gostaria de agradecer muito, imensamente, o convite. Um seminário sobre o espaço público, sobre o lazer! Encontrei-a por acaso, a profa. Simone estava em um café, na sua despedida de Curitiba.

Agradeço também à professora Maria Manuel, ao professor Mota, da Universidade de Aveiro, uma honra fazer parte dessa mesa. Aos colegas brasileiros, ao André Atila, que é estudante da universidade. E a todos e todas aqui presentes.

Vou fazer uma fala autobiográfica, que é a minha trajetória como ativista e, atualmente, como político, que acho que pode ser de relevância para esse compartilhamento.

A ressalva, vocês, como são investigadores e estudantes, já têm uma massa crítica nesse sentido, um aprofundamento — é óbvio que estamos falando de realidades e situações muito distintas, de Portugal, do Brasil, uma cidade de 50 mil habitantes. Curitiba, atualmente, como uma cidade latino-americana, grande, tem mais de dois milhões de pessoas morando apenas em Curitiba. Mas, pensando o contexto metropolitano, são 29 municípios com 3 milhões de pessoas. É óbvio que essa escala tem que ser considerada, e também as diferenças culturais.

Minha fala segue nesse sentido; a ocupação dos espaços públicos, do ativismo nas ruas à política institucional. Essa é a foto da nossa posse, no dia 1º de fevereiro, como deputado estadual. Atrás está o prédio da Assembleia Legislativa. Nós fomos à posse de bicicleta, fizemos um ato, o que causou espanto entre os outros deputados. “O que que é isso?”

Em 2004, 2005, nós começamos em Curitiba um movimento de massa crítica das bicicletas. Em português, no Brasil, criamos esse neologismo: “bicicletadas”. As bicicletadas começam em 1992, 1994 nos Estados Unidos, na Califórnia, em São Francisco, como um movimento de ocupação das ruas pelos ciclistas e como um movimento de crítica a um urbanismo centrado no automóvel. Um urbanismo que nos últimos setenta anos foi quase hegemônico no mundo inteiro. Ainda vivemos nessa era do automóvel. Em Curitiba começamos isso em 2005. Em 2004 a massa crítica começa no Brasil, em São Paulo.

Eu fazia parte do Interlux, um coletivo de artistas. A professora Simone colocou muito bem, eu sou formado em filosofia, fiz minha graduação e mestrado em filosofia. E desde os dezoito anos eu estudo o ioga; fui à Índia algumas vezes. Goura não é meu nome de nascimento, é o nome que eu ganhei na Índia, aos dezoito anos. Na verdade, eu tenho um nome bem português, Jorge Gomes de Oliveira Brand. Goura é o nome que eu adotei.

Em 2004, voltando de uma viagem à Índia, tendo concluído alguns estudos da filosofia, tive contato com uma literatura sobre os Provos, grupos anarquistas dos anos 1960, na Holanda, que eram grupos de jovens holandeses que iniciaram a contracultura, criando *happenings*, criando ações culturais no espaço público.

Ontem a Maria Manuel falou da criação, aqui em Aveiro, da buga, uma das primeiras experiências de bicicleta compartilhada. Mas, antes da buga, os Provos criaram em Amsterdã na década de 1960 o plano das bicicletas brancas, um plano anarquista de compartilhamento de bicicletas. Eles convocavam a população a ir num sábado a uma praça trazendo suas bicicletas, que eram pintadas de branco. E a partir desse momento essas bicicletas eram identificadas como bicicletas da coletividade, não eram mais propriedade privada. Se você estivesse andando na rua e encontrasse uma bicicleta branca, era uma bicicleta pública, você podia utilizá-la. A polícia começou a recolher essas bicicletas... enfim, foi a primeira experiência de compartilhamento em Amsterdã, na década de 1960.

Eu estava com esses questionamentos e encontrei esses amigos que eram artistas e estavam nesse coletivo tratando de intervenções

urbanas, mas mais focadas nas artes visuais, como *grafitti*, colagem. E com uma discussão teórica, também.

Por que o cidadão não pode intervir no espaço público? A publicidade pode intervir. Os grandes grupos econômicos podem intervir. Por que o cidadão não pode? Então, eu trouxe essa ideia: vamos pensar a bicicleta como uma intervenção urbana? A gente saía da reitoria da Universidade, às 18 horas, todas as sextas-feiras, na hora do *rush*.

A primeira bicicletada teve a participação de trinta pessoas. Depois, mantivemos uma constância de cinquenta, sessenta, cem. Chegamos a ter encontro com mais de 2 mil pessoas. E mostrando: esse é um congestionamento de bicicletas. Isso não é ruim para a cidade. É bom. Em 2007, fechamos uma rua movimentada, no Alto da Glória, em Curitiba, num sábado. E pintamos nós mesmos uma ciclofaixa.

Ao término da pintura, a polícia chegou e nos levou para a Delegacia do Meio Ambiente, por pichação. No Brasil a pichação é enquadrada como um crime ambiental. A prefeitura, duas semanas depois, apagou a ciclofaixa. Nós nos organizamos e fizemos a repintura da ciclofaixa. Só que, dessa vez, fomos mais espertos. Chamamos a imprensa, chamamos a mídia. A Rede Globo filmou a gente pintando.

E fizemos isso às claras, não foi um ato clandestino, feito na calada da noite. Foi um ato cívico para chamar a atenção da população e do poder público em especial. Cunhamos esse termo, “jardinagem libertária”, depois eu descobri que existia a “guerrilha *garden*”, não estávamos inventando a roda. Estávamos, de alguma forma, afinados com movimentos que estavam acontecendo no mundo inteiro.

O que era a jardinagem libertária? Nós mesmos plantávamos árvores na cidade e incentivávamos as pessoas a ocupar espaços, terrenos baldios, criando hortas, espaços coletivos, a troca de sementes e de saberes da agricultura urbana. O Centro Cívico, em Curitiba, é uma área em que estão situados os poderes executivo, legislativo e judiciário. Por lá passa o rio Belém. Ele é um dos rios mais importantes de Curitiba. Ele nasce e deságua no Rio Iguaçu, dentro do território de Curitiba. Por assim dizer, o rio começa e termina no território de Curitiba. Ele passa nessa área.

Em 2008, 2009, estava pra nascer a minha filha mais velha, a Sofia. E começamos a fazer um plantio de árvores nessa área, num gramado perto do rio, onde os motoristas estacionavam os carros de forma irregular, em cima da ciclovia. Era um caos. Plantamos cerca de noventa árvores ali e começamos a chamar o local de Bosque de Sofia. Eu dizia que era para a deusa pagã da sabedoria. Mas era também pra minha filha.

Fizemos esse poema:

A sabedoria dos gregos  
A contemplação da natureza  
Tem espaço aqui  
Às margens do rio Belém  
Curitiba que respeita a escala do homem  
Entre aroeiras perfumadas, um rio que resiste  
e pessoas que se encontram.

Conseguimos oficializar este espaço três anos depois, em 2012. Quando as árvores já estavam maiores. Entramos com um processo na prefeitura para que o local fosse oficializado. E foi, de fato. Se vocês forem lá poderão ver as árvores, que já estão bem grandes. Era um contexto de ocupação do espaço público, de discussão desse espaço.

E, principalmente, quase como um grito cidadão, um protesto para mostrarmos, como o professor Mota colocou bem, as intervenções do poder público — em geral *top down*, de cima para baixo, sem diálogo, sem construção, sem consulta nem participação efetiva da população — são, para ser educado, no mínimo insatisfatórias.

Outra ação que fazíamos era a Música para Sair da Bolha. A bolha era o automóvel, a crítica ao carro. Curitiba é conhecida no mundo inteiro como uma cidade planejada, uma cidade modelo. A gente tem convivido com esses *slogans*, que mudam a cada cinco anos para vender a cidade: a capital ecológica, a cidade modelo, a capital europeia do Brasil. E isso é muito ruim.

Por um lado... o Jaime Lerner, vocês devem conhecer... Durante o período da ditadura militar, nós não votávamos para eleger prefeito nas capitais. Os prefeitos nas capitais eram “biônicos”, indicados pelos governadores. Felizmente, Curitiba vinha de um histórico de planejamento

urbano. Em 1940, o Agache, um urbanista francês, vai a Curitiba e cria o primeiro plano. Na década de 1960, Jorge Wilhelm — um importantíssimo urbanista nascido na Itália, que cresceu e viveu no Brasil, com contribuições em muitas cidades nos planos diretores — vai para Curitiba e dá as diretrizes do plano diretor de Curitiba. E logo depois o Jaime Lerner foi indicado o prefeito da cidade. Felizmente, ele é um urbanista, uma pessoa de visão. E fez muita coisa pela cidade, na área do transporte, do planejamento urbano. Porém, esses desdobramentos não continuaram nas décadas seguintes.

A gente vive numa cidade muito *pro forma*, por assim dizer, que investe muito nesse marketing externo. É impressionante como Curitiba é conhecida por isso. Mas, pra quem vive lá, nós sabemos das desigualdades. Das tremendas desigualdades sociais. Das graves injustiças ambientais.

É um pouco difícil fazer a crítica, estando lá. “Você está reclamando de barriga cheia”, alguns falam. Como se você não pudesse fazer a crítica para o aperfeiçoamento. Nós fazíamos isso, a crítica do automóvel, lembrando que Curitiba é a capital mais motorizada do Brasil. Temos dois milhões de pessoas e um milhão e duzentos mil automóveis. Como é que pode ser a capital modelo e ecológica, se é a mais motorizada? A tarifa do bilhete do transporte coletivo é a segunda mais cara de todo o Brasil. E sem integração temporal, nem bilhete único. A cada ano, Curitiba perde usuários do transporte coletivo. E, como as cidades latino-americanas, consolidou um urbanismo excludente, onde a população mais pobre está periférica e onde os equipamentos urbanos, os equipamentos de cultura, os espaços públicos mais prestigiados, que recebem maiores investimentos, se concentram nas áreas de população de renda maior.

A Música para Sair da Bolha acontecia na hora do *rush*, músicos tocando em espaços públicos, na rua. E as pessoas dentro dos carros, dentro da bolha, presenciando isso. Era uma provocação.

O Fernando Rosembaum, um artista, criou essa bolha. A gente montava essa bolha, entrava nela e discutia coisas. Convidávamos pessoas a entrar e sair da bolha. Era muito curiosa a maneira como esse movimento conseguiu influenciar a agenda da cidade. A gente conseguiu influenciar as tomadas de decisões, as políticas.

Em 2011, esse movimento da bicicleta em Curitiba, que vinha desde 2005, foi oficializado através da criação da Associação dos Ciclistas do Alto Iguaçu.

Quem já esteve nas Cataratas do Iguaçu? As Cataratas do Iguaçu ficam no extremo oeste do Paraná. E as nascentes do Rio Iguaçu ficam em Curitiba. Curitiba é o alto Iguaçu. São quase oitocentos quilômetros até as Cataratas. Entendendo que estávamos falando de uma cidade conurbada, cujos problemas são metropolitanos. Mas também para não dar a impressão de que o centro é mais importante que a periferia, resolvemos trazer o conceito da bacia hídrica em que estamos inseridos.

Um parêntese: desde o início do nosso movimento da *bike*, da discussão da cidade, as pessoas diziam: vocês têm que formar uma associação, ter CNPJ, criar uma pessoa jurídica. Nós falávamos: “Não, nós somos anarquistas, não queremos isso”. Era um movimento horizontal, a gente queria discutir as coisas com a sociedade. E por cinco anos sustentamos isso.

Mas chegou um momento em que percebemos que estava faltando alguma coisa. A gente falava, fazia arte, fazia eventos, mais parece que o poder público ainda não entendera. Então decidimos criar a Associação de Ciclistas do Alto Iguaçu. E nas eleições municipais de 2012, tivemos um papel muito importante: colocar na pauta das eleições a mobilidade por bicicleta. Fizemos a carta-compromisso, convidamos todos os candidatos a pedalarem, a usarem a bicicleta. Todos os candidatos assinaram a carta. Gustavo Fruet aceitou o convite para pedalar. O Rafael Greca, que foi prefeito em Curitiba nos anos 1990 e era candidato, também assinou.

A partir disso, houve de fato algumas ações efetivas para a bicicleta na cidade, a partir de 2013, 2014, na gestão do prefeito Gustavo Fruet, e conseguimos tirar do papel muitas das ações que estávamos defendendo.

Em 2014 tivemos um marco, que foi a realização do Fórum Mundial das Bicicletas em Curitiba. Em 2012, durante um evento, uma massa crítica (pedalada) em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, aconteceu uma cena horrível. Um motorista, propositalmente, atropelou vários ciclistas.

Como reação a isso, os ciclistas gaúchos se organizaram e criaram o primeiro Fórum Mundial das Bicicletas. No Brasil a gente brinca que os gaúchos são o centro do universo. Eles se acham o centro do universo. Não criaram um fórum das bicicletas de Porto Alegre, nem do Rio Grande do Sul, mas um fórum “mundial” das bicicletas!

Estava acontecendo apenas em Porto Alegre. Estive no segundo fórum e falei: o fórum podia ser itinerante! No ano seguinte, foi para Curitiba, depois para Medellín, depois para a Cidade do México. Esse ano foi em Quito, no Equador. E no ano que vem vai ser em Katmandu, no Nepal.

E o fórum coincidiu com uma ação, que foi um marco importante também: a construção da Praça de Bolso do Ciclista. Exatamente no centro histórico de Curitiba havia um terreno público. Nós sabíamos que pertencia à prefeitura.

Por anos, começamos a provocar e dizer: isso aqui poderia ser um terreno com uma função pública. Uma praça ou um bicicletário. Conseguimos convencer a prefeitura, primeiro, de que aquilo deixasse de ser um terreno vazio. E segundo, de que a idealização e a construção não fosse uma decisão top down, não fosse uma decisão impositiva que saísse das pranchetas dos arquitetos e fosse aceita passivamente pela população.

Sugerimos, e para nossa completa surpresa o então prefeito aceitou, que a praça fosse desenhada e construídas pelas pessoas. Está situada na rua São Francisco, uma rua antiga. Durante dez meses, todos os finais de semana, nós fechávamos o trânsito de carros na rua São Francisco e começamos, nós mesmos, a trabalhar na praça, quem quisesse. Tinha gente que estava passando, olhava aquele movimento, pegava uma pá ou uma enxada e começava a trabalhar.

Fizemos um piso de *petit-pavê*. No *petit-pavê* os artistas desenharam uma roda de bicicleta. E foi feito esse espaço. Há um documentário sobre a construção da praça.

Tivemos apoio de materiais da prefeitura. Terraplanagem, areia, pedras. Mas o trabalho foi todo nosso. Durante os dois meses prévios à construção da praça, fizemos reuniões e debates para as pessoas trazerem as ideias. O que você quer nessa praça?



Obviamente que o resultado final diferiu do que foi idealizado. Nem tudo pôde ser contemplado, pois foi um processo dinâmico. Mas a praça está lá.

Essa acupuntura urbana, por assim dizer, uma pracinha pequenina, transformou toda a dinâmica do centro.

Em 2016 fui eleito vereador, abriu muito o leque de atuações. Questões ambientais, questões de direitos humanos, questões urbanas como um todo. Um dos projetos que conseguimos aprovar, que acho que tem um diálogo direto com este seminário, foi “a Semana do Brincar”.

Aqui abro um parêntese. Toda essa nossa discussão sobre a bicicleta, ela se dá muito mais para entendermos a bicicleta como um vetor, como uma narrativa. A bicicleta como uma forma de garantir o direito e o acesso à cidade e de acesso ao próprio corpo.

O ciclista está em contato com o seu corpo. Ele sente o corpo. Falamos de mobilidade ativa, em oposição a essa mobilidade passiva. O contato com a cidade. A maneira como o ciclista presencia e experimenta a cidade é uma maneira completamente distinta daquele que apenas vê a cidade pelo vidro do automóvel ou do ônibus, o autocarro.

Nesse sentido, o que acontece no Brasil nas últimas décadas é criminoso. Pois estamos privilegiando os espaços privados em franco detrimento dos espaços públicos.

Em Curitiba, a cidade modelo, o que está acontecendo? Uma proliferação de *shopping centers*, de grandes centros de compra. Aonde as pessoas chegam de carro, vão até lá de automóvel. Todo o convívio se dá através do consumo. Não se dá pela experimentação ou pela troca. Estamos falando de um espaço privado. De um espaço em que você tem regras a cumprir, você tem formas de conduta. Alguns anos atrás no Brasil aconteceram os “rolêzinhos”. Os jovens da periferia entravam em grupo nos *shoppings centers* e eram agredidos pelos seguranças, eram vistos com preconceito, com discriminação.

O que aconteceu? A gente se esqueceu do espaço público. Nos esquecemos das praças. A sociabilidade no Brasil está se concentrando nesses espaços privados. Trazer a noção de que o espaço público tem que ser valorizado, tem que receber investimentos. A fruição da cidade é muito importante.

A bicicleta é uma forma de garantir que mesmo as pessoas que não têm carro, ou que não têm dinheiro para pagar um bilhete de ônibus, o autocarro, possam chegar à cidade, vão conseguir chegar nos espaços.

Fizemos esse projeto, a Semana do Brincar, acho que é uma perspectiva que tem de ser colocada, que é a das crianças. Como a gente cria cidades onde as crianças sejam protagonistas, tenham voz ativa. A criança e os idosos, os cidadãos seniores, para que eles também sejam incluídos nessa possibilidade de fruição da cidade.

O projeto foi aprovado, criamos a Semana do Brincar, e aconteceu uma coisa curiosa. Muitos coletivos lúdicos de brincadeiras e escolas nos procuraram para que criássemos um evento. Fizemos no Museu Oscar Niemayer, o Museu do Olho, o Sábado do Brincar, que acontece uma vez por mês. É muito importante essa valorização das atividades manuais, das brincadeiras tradicionais, que vão se perdendo. Minha ressalva do início: vejo que na Europa os espaços públicos têm outro tratamento, outro olhar. Talvez eu esteja enganado, talvez seja uma visão de estrangeiro. Mas, no Brasil, nesse aspecto há muito o que avançar. Por exemplo, os equipamentos lúdicos das praças.

Outro projeto que nós conseguimos aprovar na Câmara Municipal de Curitiba foi o projeto da agricultura urbana. É uma lei em Curitiba, sancionada em setembro de 2018. É um tema que temos que falar, na resiliência da cidade, em sua soberania alimentar. No consumo local.

Também produzimos alguns documentários, curtas-metragens, com um olhar mais crítico sobre alguns temas da cidade. Sobre o transporte coletivo e o tratamento de resíduos que é feito em Curitiba.

Como eu falei no início, convivemos com uma narrativa da cidade perfeita, da cidade modelo. Isso é muito ruim porque a gente não consegue dar voz à crítica e fazer com que algumas ações deixem de ser políticas de gestão e se tornem políticas de Estado. Foi o que aconteceu com a bicicleta em Curitiba.

Conseguimos, por meio de um movimento cívico, um *bottom-up*, incluir uma pauta na agenda política da cidade. O prefeito se comprometeu e fez na sua gestão. Podia ter feito mais, mas fez bastante coisa. O prefeito que veio depois, em 2016, começou um

processo de desconstrução de tudo o que tinha sido feito nos quatro anos anteriores.

Se vocês observarem, foi a mesma coisa que aconteceu em São Paulo com o Fernando Haddad. Foi o mesmo momento brasileiro, em que a bicicleta apareceu, com a ciclovias na paulista. Só que veio depois uma crítica muito grande: “Ah, bicicleta é coisa de esquerda. Comunista! Vai pra Cuba!”. Não é. Mas, até você explicar, eles já tinham apagado as ciclovias.

Felizmente eu acho que existe uma massa crítica social já maior para segurar alguns avanços. Porém, ainda estamos muito reféns e dependentes da vontade monocrática de um gestor. Isso vale para o âmbito nacional, estadual e municipal.

Também temos discutido muito os espaços para o skate, pro basquete e pros esportes na cidade. A valorização dos desejos da juventude. Criação de espaços que sejam acessíveis ao skate, por que não? Que pode ser incorporado à mobilidade.

Fizemos um projeto de lei para valorizar o *graffiti*, o muralismo e a arte urbana; e também para tirar um olhar punitivista em relação às manifestações dos jovens da periferia. Não são apenas eles. Ao ato de fazer uma intervenção urbana muitas vezes no Brasil.

Vocês conhecem a araucária, o pinheiro do Paraná? É uma árvore linda. Se você cortar uma araucária, de forma ilegal, será multado em 4 mil reais. E se um jovem for flagrado fazendo uma pichação em prédio público, a multa é de 10 mil reais, com a criminalização do indivíduo e a inserção do nome dele em cadastro de dívida com o poder público. Ou seja, aquele jovem que já é estigmatizado, que não vai ter esse dinheiro para pagar, vai ficar com o nome sujo. Em vez de incorporar essa vontade de expressão num processo cívico, político, você estigmatiza ainda mais aquele indivíduo.

O projeto ainda está tramitando, mesmo com a minha saída da Câmara Municipal. Fui eleito deputado estadual no ano passado. Fui o líder da oposição ao prefeito. Dos vereadores que se candidataram, fui o único que se elegeu deputado. Estamos com a responsabilidade de uma atuação em todo o Paraná. E pensando outras escalas. Confesso que ainda estou me acostumando com o tamanho da quadra, que cresceu.

As cidades paranaenses, como Londrina e Maringá, são cidades grandes, 300, 500 mil pessoas. Os problemas são os mesmos. Falta de acesso ao espaço público, falta de valorização desse espaço. E falta de formação política. Não há como falar de urbanismo, de construção das cidades, sem falar de política. A política é ocupada por interesses econômicos, por grupos organizados. E se a gente não se organiza, se não incentiva a participação política dos cidadãos, dos coletivos, das pessoas, a gente vai ser sempre refém de decisões políticas que não vão refletir as vontades sociais como um todo. Durante o mandato, muita gente nos procurava para saber como ocupar a cidade.

Fizemos esse material, uma cartilha de ocupação da cidade, que diz como se faz para fazer uma festa, fechar a rua, plantar uma árvore... enfim, tudo aquilo que a gente fazia de uma forma anarquista, a gente sistematizou aqui. As regras que estão aqui são as regras vigentes. Não são as melhores do mundo, necessitam de uma desburocratização. Temos que fazer com que as pessoas acessem a cidade. Nesse sentido a gente vai ter uma ocupação política mais relevante.

Estamos discutindo, no âmbito do Paraná, o plano estadual de cultura e o fundo estadual de cultura.

Aqui, um ponto importante: o Brasil convive com uma situação agrária muito injusta. O desmatamento. Avanço da fronteira agrícola. Os desertos verdes. Há setenta anos, havia no Paraná uma cobertura vegetal de floresta nativa, com a biodiversidade brasileira presente. Hoje em dia, você viaja no Paraná e só vê soja, milho e trigo. Ou seja, grãos de *commodities* para exportação. A agricultura familiar vai se perdendo nisso. Apoiamos muito o MST, o Movimento dos Trabalhadores Sem-terra. No Paraná são cerca de 100 mil trabalhadores que vivem da agricultura, produzindo e fazendo um uso coletivo para a propriedade privada.

Outro tema que ainda não chegou à discussão social no Brasil é a mudança climática. Temos um ministro do Meio Ambiente que nega o aquecimento global, um presidente que nega o aquecimento global, que ameaça sair do Acordo de Paris. Um contexto trágico na questão ambiental.

Realizamos no dia 9 de junho a primeira Pedalada Climática de Curitiba. Nesses cinco meses apresentamos mais de vinte projetos

de lei. Sobre agricultura urbana, sobre a segurança de barragens (o Brasil sofreu duas tragédias recentemente, Mariana e Brumadinho).

Ioga e práticas integrativas são muito importantes. Não apenas para a elite que tem acesso. Práticas de bem-estar e conhecimento. Elas devem acontecer nos espaços públicos, como o movimento Ioga no Parque. Um projeto aprovado: a proibição do *fracking*, da extração do gás xisto pelo fracionamento hidráulico.

Concluo agradecendo. Entendo que a política se constrói com a participação. Sou oriundo dos movimentos sociais. Não sou filho de político. A minha eleição para vereador já foi um ponto fora da curva. Não sou eu, mas o que estou representando. Uma nova forma de pensar a política, de pensar a ocupação dos espaços políticos. Com a eleição a deputado estadual, esse ponto fora da curva foi ainda mais acentuado. Mas ele é convergente com outras iniciativas que estão acontecendo no Brasil.

Temos deputados e deputadas e vereadores em Porto Alegre, em Florianópolis, em São Paulo e no Rio de Janeiro, também trazendo essas pautas. Essa interface com a discussão das cidades, a transformação das cidades, propiciando essa ocupação, propiciando o lazer, propiciando a formação política, é essencial.

Muito obrigado.

## **SESSÃO: LAZER, CULTURA E INVESTIMENTOS PÚBLICOS: TENSÕES ENTRE OFERTAS E DEMANDAS**

### **ESPORTE, LAZER E CULTURA: INVESTIMENTOS PÚBLICOS**

Fernando Mascarenhas

Queria inicialmente registrar a minha felicidade e o meu agradecimento em fazer parte de um evento como esse, com um agradecimento particular à professora Simone Rechia que veio para Portugal e provocou este diálogo entre nós brasileiros e portugueses sobre essa temática do território, da cultura e do lazer. Agradeço também à professora Maria Manuel, que endossou esse convite e a quem eu tenho o prazer de conhecer, manifestando aqui minha admiração pelo seu trabalho e capacidade agregadora. Agora, se por um lado eu me sinto muito contente por estar aqui, eu também me sinto desafiado e com uma enorme responsabilidade. Primeiro por falar para um grupo tão seleta, um grupo de gente que pesquisa esse tema, portanto, que guarda muita expectativa em relação às discussões que nós estamos fazendo aqui. Então, espero contribuir e poder corresponder. Mas me sinto mais desafiado ainda por falar num lugar que eu julgo ser sagrado na Universidade de Aveiro, o Salão de Actos da Reitoria, ladeado aqui pelos ícones da cultura portuguesa e lusófona, a galeria dos Doutores Honoris Causa. Em particular, me sinto honrado em sentar numa mesa onde o nosso ex-ministro da cultura, Gilberto Gil, recebeu o seu título de Doutor Honoris Causa por esta universidade, é de fato motivo de muita honraria.

O tema que me foi encomendado pela Simone diz respeito ao esporte, lazer e cultura, os investimentos públicos. Simone, quando fez a primeira conversa comigo, disse: — Olha, Fernando, embora a gente nunca consiga fazer uma mesma fala duas vezes, queria que

você reproduzisse a discussão que você fez no Encontro Mundial de Lazer, que ocorreu no ano passado, em São Paulo. Respondi: — Ótimo, está agendado, vamos para Aveiro. Mas quando chegou o convite formal me foi incluído o tema do investimento público para ser abordado. Então eu sinto a mesma dificuldade que a Paula enfrentou, mas que brilhantemente soube lidar. O que eu destaquei na ementa são as palavras-chave que eu reconheci e pelas quais eu pretendo abordar. Vamos dizer que são as minhas pedras angulares no caminho e na conversa que eu pretendo estabelecer com vocês.

Vejamos então o objetivo proposto para esta mesa e que aqui destaquei.

*Esporte, Lazer e Cultura: os investimentos públicos* — Ampliar a *discussão conceitual* sobre os princípios fundamentais do fenômeno do lazer e refletir sobre a relação entre os *investimentos públicos*, o lazer e a cultura. Entre as principais questões do evento encontra-se a seguinte: quais as barreiras enfrentadas para o financiamento de ações sociais no âmbito do lazer e cultura nas cidades?

Proponho uma conversa muito amparada na discussão conceitual sobre o lazer, buscando também dar conta dessa temática dos investimentos públicos, valendo-me não dos dados sobre cultura, como a professora Paula Abreu, que me antecedeu na mesa Lazer, cultura e investimentos públicos, realizada nesse mesmo seminário, fez, mas sobre os dados do esporte, que é a temática mais presente hoje nas investigações que eu venho desenvolvendo. Os estudos do lazer constituem uma pauta de pesquisa da qual eu ando um pouco afastado. Com efeito, o que eu vou falar aqui é referenciado no debate que eu estabeleci em 2005, quando da construção da minha tese (Mascarenhas, 2005). Desde então, pelas circunstâncias da realidade, por ter assumido a presidência do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte e de ter ocupado um lugar no Conselho Nacional de Esporte no nosso país, eu acabei passando a me debruçar sobre o tema das políticas públicas de esporte, mas sem deixar de dialogar com os pesquisadores do campo do lazer.

A lógica de exposição que eu construí para esta intervenção envolve dois momentos: 1. Lazer: conceitos básicos; 2. Cultura: lazer e consumo; 3. Esporte: investimentos públicos. Faço uma advertência

de que talvez eu não consiga chegar no terceiro momento, a depender da administração do tempo de fala que disponho.

Em princípio, vou tratar então de alguns conceitos básicos ou de como eu venho entendendo o lazer, sobretudo desse lazer em movimento que experimenta uma ressignificação enorme a partir de um novo modelo de acumulação. Isso implica perceber o lazer não como oposição ao trabalho, mas como um fenômeno imediatamente dialetizado às condições objetivas que são dadas pelo trabalho. Nesse sentido, se muda o mundo do trabalho, muda também o mundo do lazer. Isso quer dizer que o conceito também deve mudar, tanto o de trabalho quanto o de lazer. Ocorre que na sociologia do lazer clássica os conceitos são insuficientes para a gente entender esse fenômeno, essa é minha leitura. Então foi esse desafio que eu enfrentei lá em 2005, quando da construção de minha tese: responder o que é o lazer hoje, dada essa nova condição que o Harvey (2000) chama de condição pós-moderna.

Depois eu trato das mediações do lazer e da cultura, mas, sinceramente, espero não os frustrar. Sei que a turma aqui discute os estudos culturais com muita propriedade. O diálogo que proponho a vocês com a cultura é pela lógica da cultura do consumo, com suas implicações sobre o processo de mercantilização que atravessa o mundo do lazer.

Finalmente, se houver tempo, pretendo apresentar alguns dados sobre os investimentos públicos no esporte realizados no Brasil, o que nos permite mediações com a realidade da cultura a partir dos dados apresentados pela Paula sobre os investimentos públicos no setor da cultura realizados em Portugal. No Brasil, até há bem pouco tempo, nós tínhamos um Ministério da Cultura e um Ministério do Esporte, que foram fundidos agora num único Ministério da Cidadania. Tal pasta é o “patinho feio” da Esplanada dos Ministérios do Brasil sob o ponto de vista do investimento. Essa discussão permeada pela ideia do direito, do reconhecimento do direito à cultura, ao esporte e ao lazer, são fenômenos que carecem de intervenção do Estado, que necessitam de políticas públicas. Então é esse o caminho que eu pretendo percorrer.



No que se refere aos conceitos básicos do lazer, primeiro entendo que o lazer é um fenômeno tipicamente moderno, portanto, uma invenção recente. Acho que eu e Paula estamos em sintonia com a noção de invenção das tradições (Hobsbawm, 1992). Sob o ponto de vista da história, eu entendo que o lazer é uma invenção bastante recente. Isso é importante demarcar porque, normalmente, no campo do lazer, há uma visão de continuidade do lazer em relação ao ócio. E o lazer é algo bem diferente do ócio.

O lazer expressa as condições econômicas, políticas e culturais de sua época, observando-se o trabalho como *protoforma* de toda a *práxis* social. Como já disse, se muda o trabalho, muda a cultura e muda também o lazer. Estamos diante de um fenômeno que é devir; não dá para a gente falar sobre o que é o lazer, mas sobre o lazer vem sendo. O grande desafio de um pesquisador: ele, em movimento, apanhar o objeto em movimento num processo de sucessivas aproximações. Então cada vez que eu encontro o lazer é obvio que os elementos que me ajudam a pensar esse fenômeno me colocam num patamar cada vez mais elevado de abstração de compreensão do real, mas eu tenho que compreender esse real também em movimento.

Sujeito em movimento que busca apanhar o objeto em movimento num processo de sucessivas aproximações e, a cada nova aproximação, numa lógica de espiral dialética, eu vou compreendendo o fenômeno de forma cada vez mais ampliada. Isso me faz questionar a utilização da sociologia clássica do lazer. Eu posso aqui dialogar, por exemplo, com uma série de afirmações do Dumazedier (1976, 1980, 1994, 1999) que hoje não se confirmam mais no real e que me levaram a recolocar a pergunta sobre o que é o lazer hoje, ou o que vem sendo o lazer na contemporaneidade? Para dar conta de responder eu tenho que olhar necessariamente para o mundo do trabalho. Lá trás, quando eu sistematizei essa discussão sobre o que é o lazer, eu tive que dialogar muito com a sociologia do trabalho. Autores no Brasil que me auxiliaram nisso foram, dentre outros, Antunes (1999) e Pochmann (1999, 2001).

Entendo que o lazer resulta da luta entre capital e trabalho e constitui um tempo e espaço próprio e de estatuto ampliado. Assim, deve ser pensado em relação às mudanças no trabalho e essas

mudanças refletem luta. Embora possua uma identidade própria, um estatuto próprio, constituindo um fenômeno singular, o lazer tem que ser pensado e dialetizado ao trabalho, mas ele não é trabalho, esse é um registro também importante. O lazer é uma experiência vivenciada no tempo livre, orientada pelo gosto, marcada por vivências que envolvem desde a tradição dos jogos, dos passatempos, das festas e da recreação até a lógica pós-moderna da diversão, do entretenimento e do culto ao corpo.

Essa tendência pós-moderna da diversão, do entretenimento, do culto ao corpo fala mais alto hoje naquilo que é o lazer, mas isso numa lógica de ruptura e continuidade, o que faz com que o lazer não abandone também essa sua marca ligada aos passatempos, aos jogos e à tradição. Então tradição e modernidade aqui se colocam em jogo na manifestação desse fenômeno que é o lazer. E o lazer é um espaço tanto de conformação quanto de resistência (Chauí, 2000). Portanto, eu brincava com Simone e com Silvia de que essa discussão de ontem me pareceu uma falsa polêmica de que o lazer é resistência OU é conformismo. E é resistência E conformismo, pois ele está ligado à micropolítica e também à macropolítica; não é um ou outro, é um e outro. Me recordava da discussão lá trás sobre reforma ou revolução. Não é reforma ou revolução, é reforma e revolução, os dois caminham juntos. Por isso falava para a Simone, me pareceu uma falsa polêmica construída em cima de um falso problema, mas a gente pode voltar a esse tema no debate.

O lazer, no contraditório entre conformismo e resistência, reinventado na e pela vida cotidiana, se sincretiza e se transforma no tempo de longa duração. O lazer se constitui como espaço de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia, radican-do-se, portanto, em visões de homem e de mundo em luta. Então eu não nego a capacidade de resistência colocada pela manifestação do lúdico em ambientes de opressão, em ambientes em que a lógica da mercadoria predomina. Eu não deixo de reconhecer a organização lúdica e o ativismo cultural que muitas vezes marcam as experiências de lazer, como foi demonstrado no dia de ontem. Agora, é importante que, no contraditório das relações de força, ou seja, no jogo da hegemonia, a gente perceba quem está ganhando o jogo. Então me

parece que a resistência leva grande desvantagem hoje, até porque é resistência. Então acho que essa categoria, correlação de forças, me parece uma categoria sobre a qual a gente muitas vezes não se debruça, então é importante a gente falar disso.

Muito do que eu vou falar aqui sobre o que o lazer vem sendo vai se referir, em verdade, ao que o Marx (2003) chamava de categoria primeira ou de tendência predominante. O meu olhar é sobre essa tendência predominante. Já estou fazendo essa advertência porque, no Brasil, quando eu falo dessa perspectiva do que é o lazer ou o que vem sendo o lazer mais contemporaneamente, eu tenho sofrido muitas críticas do tipo: você não está vendo a singularidade, você não está vendo a resistência. O meu foco não foi sobre isso, não saí pela cidade de Aveiro buscando isso, eu olhei para o mundo do lazer tentando encontrar a tendência predominante, ainda que eu reconheça aquilo que acontece de interessante e de resistência no espaço do cotidiano, seja em Aveiro, em Lisboa, em Tóquio, em Nova York, no Rio de Janeiro ou em Brasília.

Bom, agora outra questão que eu acho importante é que, sob o ponto de vista funcionalista, o lazer cada vez menos responde à necessidade de produção e reprodução moral e física da força de trabalho, subordinando-se diretamente agora à produção de valor. Aquilo que a Paula trouxe em relação à invenção do lazer no Estado Novo aqui em Portugal, do lazer ligado à produção e reprodução da força do trabalho, ocorre de forma igual no Brasil. O texto clássico *Americanismo e fordismo*, de Gramsci (1976), mostra como tal processo deriva de um novo modelo de acumulação que nasce nos Estados Unidos no início do século XX e que se espraia pelo mundo. O que ocorreu aqui em Portugal, ocorreu também no Brasil, inicialmente com os serviços de recreação operária e, posteriormente, com o Sistema S, que cumpriram o papel dessas instituições que você identifica aqui no Estado Novo salazarista, do amoldamento da classe trabalhadora no tempo livre.

Todavia, isso não é mais o que marca o lazer hoje. Se antes ele se materializava como um antivalor, não gerava valor diretamente, mas contribuía para a produção e reprodução da força do trabalho, hoje o lazer se transformou em mercadoria, subordinando-se

diretamente à produção de valores de troca. Se eu penso novamente com Marx (1971, 1978) que antes o lazer vivia um processo de subordinação formal ao capitalismo, ele hoje vive um processo de subordinação real, porque ele assumiu a forma de mercadoria. Esse é o grande debate que eu busco fazer na minha tese de doutorado, buscando entender e explicar essa mudança, essa transformação, o que traz implicações conceituais.

Tenho como pressuposto, portanto, que o lazer está cada vez mais subordinado à forma de mercadoria e tal forma ocupa uma posição histórica hoje, tendencialmente dominante. Daí eu passo então ao segundo momento da exposição, que é construir aqui uma reflexão sobre o lazer no diálogo com a cultura, particularmente com a cultura de consumo. Mais uma vez pensando com Marx (1971, 1978), penso na cultura dialeticamente articulada à esfera da produção, pois o estudo de qualquer sociedade deve partir das relações sociais que os homens estabelecem entre si para utilizar os meios de produção. O que é a economia? A economia é a produção material da vida; ela determina a nossa forma de existir. Ao processo de troca com a natureza, a fim de intercambiar com ela os meios necessários à nossa sobrevivência, damos o nome de trabalho. Ocorre que nesse processo não estamos sós. Eu faço isso a partir de relações socialmente combinadas e nesse processo há interação e produção simbólica. A cultura está diretamente ligada a esta esfera que é do trabalho, então eu não posso pensar a práxis social e simbólica descolada da práxis produtiva. Mais do que isso, a práxis produtiva é protoforma para o desenvolvimento de qualquer outro tipo de práxis. O trabalho é, portanto, central no processo de desenvolvimento histórico, segundo a perspectiva do materialismo histórico dialético, com a qual corroboro.

Exposta a perspectiva pela qual eu enxergo o desenvolvimento da história e da própria cultura, é preciso nos localizarmos quanto ao estágio de desenvolvimento em que se encontra nossa economia no chamado capitalismo tardio (Mandel, 1982). Quais são as tendências dominantes? É importante identificá-las porque elas têm uma implicação determinante sobre aquilo que é o lazer em seu movimento histórico. Passemos então a conversar sobre aquilo que ocorre no mundo do trabalho, da política e da cultura, identificando nas

transformações de cada um destes “mundos” (trabalho, política e cultura) aquelas que são as determinações mais primeiras, vamos dizer assim, as determinações mais fortes que incidem sobre o mundo do lazer fazendo com que esse fenômeno também se transforme.

No mundo do trabalho, o que fala muito alto na transformação do lazer é o que o Marx (1971) chama de aumento da exploração do trabalho e da extração de mais-valia, bem como a diminuição da taxa de utilização da mercadoria de que fala Mészáros (2002). Há uma recombinação da forma de extração de mais-valias relativas e absolutas, provocando a intensificação do trabalho, a flexibilização das jornadas, a precarização de contratos e o ataque ao conjunto de direitos do tempo livre. Ontem a professora Silvia Cristina do Franco Amaral, que me antecedeu na mesa de Políticas públicas: da teoria à prática, falava da reforma trabalhista que foi recém implantada no Brasil. Isso já ocorreu na Europa e agora ocorre de forma mais incidente no Brasil. Se a gente pensa aqui como o Dumazedier (1999), ele identificava o lazer como fenômeno que se manifestava no tempo livre do trabalho e das obrigações, classificando esse tempo livre em tempo livre no final do dia, tempo livre no final de semana, tempo livre no final do ano e tempo livre no final da vida, ou seja, jornada de oito horas, final de semana remunerado, direito a férias, direito à aposentadoria. Com a reforma trabalhista e a reforma da previdência em discussão no Congresso Nacional brasileiro, todos esses direitos estão sendo atacados. Com efeito, temos cada vez menos tempo livre e um tempo livre cada vez menos protegido pela legislação. E a precarização das relações de trabalho tem uma implicação direta sobre o lazer, porque tempo livre é pressuposto para a ocorrência do lazer. Mas daí decorre uma dúvida: se a gente tem cada vez menos tempo livre, porque nunca se falou tanto de lazer? Por que é que isso acontece? Espero dar algumas respostas mais adiante.

Combinado a tal processo, de aumento da exploração do trabalho, há ainda uma diminuição na taxa de utilização das mercadorias, o que faz com que se produza cada vez mais descartáveis. Isto porque as mercadorias não são produzidas no sentido de atender as necessidades humanas, mas no sentido de atender as necessidades da própria produção e reprodução ampliada do capital. Quando a Paula coloca a

pergunta sobre a realidade do turismo em comunidades locais: — Em que medida essa produção do lazer sob a lógica da mercadoria responde às necessidades da população? Não responde porque esse tipo de produção, que é a produção capitalista dos espaços, segundo Harvey (2005), se vale do lazer como um *plus* às cidades, isto é, às cidades que foram transformadas em mercadoria. Um evento cultural ou um evento esportivo agregam valor a essa mercadoria que se chama Aveiro, numa competição interurbana das cidades-mercadorias. Assim, os interesses da população falam muito pouco. Em alguma medida, nesse jogo de conformismo e resistência eles podem até ser contemplados. Mas os interesses que prevalecem são do G10 lá de Curitiba, conforme o Goura exemplificou aqui ontem. Esses grupos são organizados como grupos de pressão e seus variados tipos de *lobby* avançam por dentro do estado, legitimando e fazendo avançar esses interesses.

A mercadoria dinheiro, transformada em capital, entra no processo de produção e, uma vez produzidas e comercializadas novas mercadorias, estas voltam à forma de dinheiro, que teve seu valor acrescido. O mecanismo para produção deste mais valor ou mais-valia envolve a exploração de força e trabalho. D-M-D', essa é a fórmula geral do capital: dinheiro se transforma em capital, que se transforma em mercadoria e volta à forma de dinheiro; e, quando volta à forma de dinheiro, é dinheiro acrescido de mais valor, de mais-valia. O capitalismo se produz e se reproduz segundo essa lógica; é dinheiro que se transforma em mercadoria que produz mais dinheiro. Agora isso se realiza a partir de um processo de trabalho que tem um ciclo marcado no tempo. O processo geral de trabalho envolve os momentos da produção de mercadorias, da sua distribuição, da troca e do consumo. Sob o padrão de acumulação flexível, há uma aproximação do momento da produção e do momento do consumo, reduzindo o tempo deste ciclo. Assim, quanto mais você faz circular o capital, D-M-D', mais a acumulação é ampliada e acelerada. E o lazer vai cumprir um papel fundamental aqui, pois ele vai contribuir para a aceleração do ciclo de rotação do capital ou da realização do capital.

Eu não vou entrar neste debate que é desenvolvido por Marx (1971, 1974). Meu objetivo aqui é só chamar atenção para esse processo. Quando esse ciclo se completa, se encerra um ciclo do capital.

Para isso ficar mais claro, vamos dar um exemplo do processo geral do trabalho. Após o momento de produção, depois de um carro ser fabricado na Volkswagen, ele é distribuído, chegando aos postos de venda, às concessionárias. A troca ocorre quando eu compro o carro na concessionária. De posse do carro, vou consumi-lo por alguns anos. Muitas vezes confundimos o momento do consumo com o momento de troca. A gente pensa que vai ao *shopping* consumir, mas a gente vai ao shopping, em grande medida, trocar. Eu troco o equivalente universal de mercadoria, dinheiro, por roupa, que é outra mercadoria, então é troca de mercadoria por mercadoria. O consumo dessa roupa está se dando agora, ao passo que a utilizo, e vai demorar algum tempo para ser consumida por completo, quando será descartada.

Se um carro antes demorava vinte anos para ser consumido, hoje se desmancha em quatro anos. O momento do consumo da mercadoria foi encurtado. Com isso, você faz o capital girar mais rápido, o que resulta num processo de aceleração do capital a partir da obsolescência planejada da mercadoria, obsolescência que normalmente se dá pela perda de utilidade da mercadoria, mas que ocorre também pela obsolescência estética. Neste processo, fala muito alto o lazer, porque o lazer vai entrar muitas vezes nessa lógica como um invólucro, como uma embalagem de inovação estética das mercadorias. Volto já, já a esse tema. Isso ocorre no mundo do trabalho, com implicação para o lazer. Então o que é que ocorre no mundo da cultura? Há um processo de relativização do luxo e da necessidade. Antes a gente era levado a consumir por necessidade, hoje a gente é levado a consumir pelo impulso e ostentação, ou seja, não por aquilo que a gente precisa de fato, mas para distinção, diferenciando-se pela mercadoria a partir daquilo que Hobsbawm (1992) chamava de quem é quem de classe.

Desta forma, não consumimos o que é necessário, consumimos em larga escala aquilo que é supérfluo, segundo a lógica das classes ociosas de que falava Veblen (1985), para se identificar e se diferenciar, o que hoje é estimulado pelo *marketing* e pela propaganda. Para isso há também um afrouxamento da cultura puritana e proibicionista, característica do padrão fordista de acumulação, o que permite



a propagação das práticas hedonísticas. Então há uma desintegração daquele que era o núcleo básico de consumo do fordismo, que era a cultura da família. Em substituição, aquilo que Ortiz (1994) chama da cultura das saídas: sair de casa porque é nessa esfera dos eventos, das festas, da diversão e do entretenimento que você pode se entregar a esse prazer hedonístico que é a marca, vamos dizer assim, da lógica cultural que predomina hoje. Agora isso nos diferencia e ao mesmo tempo nos identifica. Vocês estão estudando vários grupos aqui. Aquilo que você acha que é singular e particular de um grupo daqui de Aveiro, existe no Japão e no Brasil, ou seja, há um processo de mundialização da cultura que diferencia e, ao mesmo tempo, identifica os chamados nichos de consumo em escala planetária. Isso quer dizer que a cultura de consumo diferencia e segmenta, é local, mas é também global, envolvendo indivíduos e coletividades.

Bom, com isso então eu chego ao lazer. Como é que o lazer se coloca nesse processo? Ele assume a forma da mercadoria, só que ele, o lazer-mercadoria, vai se manifestar de diferentes maneiras. Existe (i) o lazer como mercadoria propriamente dita, mas existem outras manifestações desse lazer-mercadoria que eu identifico: como (ii) valor de uso prometido, (iii) palco de vivências, (iv) compra divertida e (v) valor de uso subordinado. Deixe-me exemplificar para tornar mais claro.

(i) O lazer como mercadoria propriamente dita, *stricto sensu*, é o lazer comercializado como serviço. A gente sabe que o mundo vive hoje num processo de desindustrialização, com o avanço do setor dos serviços. O lazer se insere nesse contexto como uma mercadoria, um serviço como, dentre outros exemplos, um show, um espetáculo esportivo, a ginástica de academia, um pacote de férias, um parque de diversões etc. O lazer como serviço é o lazer-mercadoria na sua forma mais pura, mas existem outras formas de lazer-mercadoria.

(ii) Passemos agora para a outra manifestação, o lazer como valor de uso prometido. Pensem num carro *off-road*. Eu compro esse carro. O valor de uso de um carro é a mobilidade, mas eu compro esse carro a fim de me diferenciar a partir de um estilo de vida esportivo, identificado pelo carro que eu possuo. Por sua vez, ao comprar aquele carro, eu tenho a projeção de que vou viajar, me aventurar na natureza. Fetiche da mercadoria! Eu posso até me distinguir, porém,



mesmo que não faça nenhuma viagem depois da troca, a mercadoria já voltou à forma dinheiro. A subutilização do consumo da mercadoria é outra tendência marcante nesse processo, que é identificada pelo Mészáros (2002). Então temos aqui o caso típico de uma mercadoria, isto é, um carro subutilizado, mas o valor prometido dele me convenceu a comprá-lo. A forma do lazer é colada a uma outra mercadoria que, em princípio, não tem relação alguma com a sua utilidade. O lazer empresta sua forma a uma série de outras mercadorias, funcionando como invólucro, uma embalagem que reflete o processo contínuo de inovação estética das mercadorias (Haug, 1997).

(iii) O lazer como palco de vivências; trata-se do atrativo de diversão agregado pela experiência de lazer ao momento da troca. São os palcos de vivência instalados em pontos de venda, os equipamentos de comércio. A troca se dá quando o capital se realiza. Se você vai consumir depois ou não isso é um problema seu! Mas o capital se realiza quando você compra, trocou dinheiro por mercadoria. Daí para a frente, se você desperdiçar, isto é, subutilizar, isso é melhor porque você vai voltar a consumir; então, para alimentar esse processo de troca, o lazer empresta a sua forma e experiência ao ponto de venda, ao comércio. São vários exemplos: a diversão que é levada para dentro do *shopping*, dos supermercados etc., isso é o que estou chamando de lazer como palco de vivências.

(iv) Por sua vez, o próprio consumo se tornou uma experiência de lazer. Se você perguntar para um brasileiro hoje: sair ao *shopping* é uma experiência de lazer? Ele provavelmente vai dizer sim. É uma prática de lazer para várias pesquisas sobre hábitos e atividades no tempo livre. Isso quer dizer que o momento do consumo incorporou a experiência do lazer, assumindo essa identidade, é o que estou chamando de lazer como compra divertida. Sobre essa manifestação, não dá para deixar de fazer referência a Padilha (2003) sobre o lazer reificado nos *shopping centers*.

Economia, cultura de consumo e, agora, política. No atual momento histórico, o que do mundo da política atua como determinação no mundo do lazer? Há em curso um processo de desintegração dos direitos sociais. Por mais que o direito ao lazer esteja previsto em nossa constituição brasileira, esse direito não se efetiva para imensa

parte da população. Isso porque, com o avanço das políticas neoliberais, há um recuo do Estado em relação à garantia dos direitos através das políticas públicas. As práticas de lazer que nos eram acessíveis através de um serviço social público, agora são comercializadas como um serviço, uma mercadoria.

Vejam os argumentos neoliberais: se o Estado conta com poucos recursos, o que é consequência da crise, em termos de financiamento de políticas sociais, estes poucos recursos têm de ser focalizados naqueles que não podem comprar. Ao estimular o desenvolvimento do lazer como mercadoria, estimula-se o próprio desenvolvimento econômico e o acesso a tal prática por meio do mercado. Apenas para aqueles que não podem pagar, dirige-se o financiamento público. São as chamadas políticas focalizadas, dirigidas para as populações de risco numa perspectiva de controle e pacificação de territórios. Isso então gera desigualdades de acesso que, sob o ponto de vista da distribuição do lazer-mercantilizado, podem ser traduzidas pela mesma pirâmide social que tão bem representa as desigualdades de renda existentes em nosso país e no mundo. No mundo, você vê ali que no topo da pirâmide está a pequena parcela de muito ricos que concentra quase metade da riqueza mundial, no meio, a classe média e, na base, a imensa maioria que sobrevive na pobreza e na miséria. Óbvio que a desigualdade na renda tem implicações também para o consumo do lazer. *Grosso modo*, ilustro tais desigualdades da seguinte forma:

(i) No topo da pirâmide, temos o lazer ostentação das classes ociosas de que falava Veblen (1985), o lazer que distingue aqueles que não vivem do seu trabalho.

(ii) A classe média, por sua vez, mimetiza e se espelha no modo e estilo de vida dos de cima. Então, ao se espelhar nos de cima, ela vai buscar e se identificar com as suas formas de lazer. Mas, por exemplo, como ela não pode ir a Mônaco, ela vem para Aveiro. Isso demarca uma divisão entre os lazers para os abastados e os lazers para os de baixo — o lazer genérico, que, econômica e simbolicamente, também acumula e confere distinção, mas é genérico em relação ao que há de mais rico e sofisticado no mercado. Outro exemplo: tenho um colega que estudou as boates e danceterias na cidade de São Paulo (Sousa, 2000). O que ele verificou? Que há um processo de descarte de tais

equipamentos depois de determinando tempo desde sua inauguração. As classes que frequentam o circuito das boates e danceterias, de tempo em tempo, em busca de inovação, migram para outras boates e danceterias, dando origem ao que a antropologia chama de nomadismo urbano. Aquelas boates ou danceterias que foram descartadas pelos de cima rebaixam a qualidade do seu serviço, barateiam o preço e focam em outro segmento de renda, ampliando a oferta do que denominei como lazer de segunda mão.

(iii) Por baixo dessa pirâmide estão aqueles que não podem comprar o lazer-mercadoria. É claro que essa gente tem outras práticas de lazer, mas sob essa lógica da mercadoria, não tem acesso ao lazer. Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2010), é grande o contingente da população brasileira que não tem acesso a equipamentos de lazer — museus, teatros, cinemas, estádios, academias, bares, boates, danceterias etc. São aqueles que eu chamo de sem-lazer. Quem não tem dinheiro não paga! Se em Portugal a coisa já está ruim, conforme nos mostrou a Paula, no Brasil está pior ainda, pois a desigualdade é muito maior. Os sem-lazer são, portanto, os setores da população que se encontram à margem do mercado dos bens, serviços e equipamentos de lazer.

Essa pirâmide que acabei de apresentar, relativizadas suas simplificações, ilustra esse distanciamento e polarização que as políticas focalistas reproduzem e produzem: um lazer rico para os ricos e um lazer pobre para os pobres.

Agora, vamos falar do contraditório. A periferia é o local que mais sofre com isso porque a mercantilização das cidades e, consequentemente, de territórios gera o que Simone discutiu ontem que é o processo de gentrificação, deslocando as populações menos favorecidas economicamente para as periferias dos grandes centros. No Brasil, não só pela gentrificação, mas também pela própria maneira como se organizam historicamente nossas cidades, isso é muito evidente: um processo de favelização das populações economicamente desfavoráveis na periferia das grandes metrópoles. Todo esse processo de pauperização e desintegração dos direitos sociais gera um desgaste do tecido social e rompe os laços de solidariedade, favorecendo o individualismo e o desinteresse pela ação política. As agressões e

frustrações que se acumulam vão sendo dirigidas para baixo e para dentro da própria periferia, numa espécie de entropia negativa. É a violência que se gera nas periferias e que se volta para a população pobre das periferias. Mas na mesma periferia ocorre a reação positiva. São iniciativas quase sempre espontâneas, locais e sem maior sustentação política da apropriação da riqueza do consumo social.

Um exemplo de reação espontânea, embora não ligada às periferias, são as bicicletadas em Curitiba, citadas ontem aqui pelo Goura. É algo que nasceu espontaneamente do ativismo cultural e segundo uma lógica de apropriação do lazer como consumo social, mas sem maior sustentação política, daí o limite deste tipo de reação. E ele percebeu isso, tanto percebeu que, para o movimento crescer, ele precisou entrar para a política, filiar-se a um partido e disputar as relações de poder que se estabelecem por dentro do Estado. O que estou querendo dizer é que, na presença e ação do Estado, a reação positiva não se potencializa, não ganha escala, daí então a necessidade das políticas públicas. A resistência não se amplia se não colocarmos o Estado a nosso favor. Por isso é que o anarquista Goura se transformou em deputado, porque percebeu isso na pele. Temos de disputar o Estado — sociedade política, tornando-o mais poroso às organizações da sociedade civil, compreendendo e disputando as relações de hegemonia que se estabelecem em seu interior, conforme ensinou Gramsci (1976).

Essa reação positiva é o ponto de partida para um processo educativo junto ao lazer. No Brasil, quando a gente fala de lazer, a gente fala de Europa. Não nego as contribuições de Dumazedier (1976, 1980, 1994, 1999), Parker (1978) ou qualquer outro teórico do lazer. Aliás, temos sim de estudá-los, conhecer e se apropriar dos clássicos, mas não só para reproduzi-los. Tenho de olhar e conhecer o que foi produzido na França, nos Estados Unidos, mas não posso deixar de tomar os ensinamentos de nosso bom e velho Freire (1980): há lutas populares que são organizadas, sindicais e partidárias. Mas há também lutas cotidianas que são lutas diárias que têm sua forma de ensinar e aprender a sobrevivência. E aí se coloca o *desafio* de como *minha inteligência de intelectual* se molha nessa luta. Como é

que eu vou fazer meu trabalho intelectual engravidado dessa tradição de conhecimento?

Várias dessas lutas Simone exemplificou aqui ontem<sup>1</sup>, que são as táticas, reinvenções e ressignificações que se dão no cotidiano. E essas lutas têm a ver com a forma de ensinar e aprender a sobrevivência, mas também a forma de viver e se divertir. Esse deve ser o nosso ponto de partida, as inúmeras reações positivas que habitam o mundo do trabalho, o mundo da política e também o mundo da cultura, o mundo do lazer. Outro lazer é possível, mas isso cobra nossa atenção nas relações de hegemonia, no sentido de construção de outros parâmetros de luta política e de organização pedagógica. Isso está sistematizado num livro que eu escrevi, pelo qual apresento a pedagogia crítica do lazer a partir de uma experiência. Ali estão algumas pistas e possibilidades, o que precisa ser atualizado no tempo e enraizado no território, obviamente.

Enfim, este é o nosso horizonte: fazer do lazer um espaço de construção da cidadania. Daí eu venho trabalhando com a noção de lazerania. Ao mesmo tempo em que procura expressar a possibilidade de apropriação do lazer como tempo e espaço para a prática da liberdade, isto é, para o exercício da cidadania, tal noção busca traduzir a qualidade social e popular de uma sociedade cujo direito ao lazer tem seu reconhecimento alicerçado sobre princípios como planificação, participação, autonomia, organização, transformação, justiça e democracia, deixando de ser monopólio ou instrumento daqueles que concentram o poder econômico.

Não vou falar de esporte, infelizmente o tempo me força a deixar este ponto para o debate. Espero ter correspondido às expectativas quanto ao tema do lazer e cultura com as reflexões e provocações apresentadas. Termino por aqui. Meu muito obrigado e parabéns pelo seminário!

1 Professora Simone Rechia, que me antecedeu na mesa “Cidade e cultura urbana: o espaço praticado”, realizada nesse mesmo seminário.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: Sesc, 1980.

DUMAZEDIER, Joffre. *A revolução cultural do tempo livre*. São Paulo: Studio Nobel: Sesc, 1994.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva: Sesc, 1999.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Tradução: Luiz Mário Gazzaneo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2000. (Obra original publicada em 1989.)

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HAUG, Wolfgang Fritz. *Crítica da estética da mercadoria*. Tradução: Erlon José Paschoal. São Paulo: Editora Unesp, 1997. (Obra original publicada em 1971.)

HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. Tradução: Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992. (Obra original publicada em 1987.)

IPEA. *Sistema de indicadores de percepção social: cultura*. Brasília, 2010.

MANDEL, Ernest. O Estado na fase do capitalismo tardio. In: MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Tradução: Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Livro 1, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Livro 3, v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política* Livro 1, capítulo VI (inédito). São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução: Maria Helena Barreiro Alves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MASCARENHAS, Fernando. *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. Tese (Doutorado em Educação Física) — Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas: Unicamp; São Paulo: Boitempo, 2002.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PADILHA, Valquíria. *Shopping center: a catedral das mercadorias e do lazer reificado*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PARKER, Stanley. *A sociologia do lazer*. Tradução: Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SOUSA, Wilson Luiz Lino de. *No circuito dançante de São Caetano do Sul: juventude, liberdade e prazer no lazer noturno urbano*. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) — Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação

Física, Campinas, 2000. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/275424>. Acesso em: 26 jun. 2020.

VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.



## **SOBRE AS AUTORAS E AUTORES**

### **Aline Tschoke Vivan**

Mestre e doutora em educação física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) (2010-2016). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Espaço, Lazer e Cidade (Geplec, 2004-atual). É professora do Instituto Federal do Paraná (IFPR), *campus* Paranaguá (2012-atual).

### **Bruno David Rodrigues Neca**

Doutor na linha de pesquisa sobre Linguagem, Corpo e Estética (Licores) do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR (2019-2022). Mestre em educação física pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFPR (2017-2019). Graduando do oitavo período do curso de licenciatura em educação física pela UFPR (2015-2020). Membro do Geplec. Pesquisa sobre políticas públicas de lazer e manifestações do lazer no espaço público.

### **Daniella Tschöke Santana**

Doutora em educação física na UFPR, na linha de pesquisa Aspectos Socioculturais do Esporte e Lazer. Mestra e graduada em licenciatura e bacharelado em educação física pela UFPR (2016, 2014, 2017). Professora da rede municipal de ensino de Curitiba (2014-atual) e integrante do Geplec.

### **Denise Falcão**

Possui pós-doutorado em estudos do lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora e mestre em estudos do lazer (UFMG). Licenciada em educação física pela Universidade Federal

Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora adjunta na Escola de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto.

### **Felipe Sobczynski Gonçalves**

Professor de educação física da rede municipal de Curitiba e da rede estadual de educação do Paraná, especialista em educação física escolar (UFPR) e gestão escolar (UEPG), mestre e doutor em educação física (UFPR).

### **Fernando Mascarenhas**

Doutor em educação física pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com pós-doutorado em política social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). É professor da Universidade de Brasília (UnB), atuando no âmbito da graduação e da pós-graduação nas linhas: Políticas de Esporte e Lazer; Educação Física e Formação e Trabalho. Membro do Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer (Avante-UnB).

### **Giancarlo Marques Carraro Machado**

Doutor em antropologia social pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio pós-doutoral no Departamento de Antropologia da mesma instituição. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) e docente vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes-MG). É pesquisador associado do Núcleo de Antropologia Urbana (NAU/USP) e líder do Núcleo de Interdisciplinar de Temáticas Urbanas da Unimontes (CITADINO). É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (bolsa PQ nível 2).

## **Goura Nataraj (Jorge Brand)**

Mestre em filosofia e professor de *yoga*, Goura movimentou Curitiba há mais de quinze anos. Antes como ativista, depois como um dos vereadores mais combativos da Câmara Municipal (2017-2018) e hoje como deputado estadual na Assembleia Legislativa do Paraná, eleito com 37.366 votos. Preside a Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. É um dos fundadores da Associação de Ciclistas do Alto Iguaçu — Ciclo Iguaçu.

## **Hélder Ferreira Isayama**

Docente da UFMG e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer. Líder do Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer — Oricolé (UFMG). Editor da revista *Licere*.

## **Iranilda O. de Medeiros**

Mestra em ciências pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP). Especialista em docência no ensino técnico pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac/SP). Bacharela em lazer e turismo pela EACH/USP.

## **Iverson Ladewig**

Professor titular aposentado do Departamento de Educação Física da UFPR. Possui graduação em licenciatura em educação física pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestrado em fisiologia do exercício, doutorado em desenvolvimento motor e estudos esportivos, ambas pela University of Pittsburgh. Realizou estágios de pós-doutoramento na University of Pittsburgh e na Faculdade do Desporto da Universidade do Porto.

## **João Teixeira Lopes**

É doutorado em sociologia e professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Coordena o Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

## **José Guilherme Cantor Magnani**

Professor aposentado sênior da Universidade de São Paulo (USP), coordenador do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana (LabNAU), da USP, e editor-chefe do periódico eletrônico *Ponto. Urbe*. É autor e organizador de diversos livros, dentre eles *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade* (Hucitec, 2023), *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana* (Terceiro Nome, 2012) e *Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica* (Edições Sesc, 2018).

## **Karine do Rocio Vieira dos Santos**

Doutora em educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR. Mestre, bacharel e licenciada em Educação Física (UFPR). Pesquisadora do Geplec.

## **Lucas Lopes de Moraes**

Mestre e doutor em antropologia social pela Universidade de São Paulo (USP) e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). É pesquisador do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana (LabNAU), da USP, e do Centro de Memória da Justiça do Trabalho de São Paulo.

## **Maria Manuel Baptista**

É professora catedrática no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro (UA), doutora em cultura pela mesma universidade, mestre em psicologia da educação pela Universidade de Coimbra e licenciada em filosofia pela Universidade do Porto. Trabalha na área dos estudos culturais e se interessa por projetos interdisciplinares nas áreas da cultura, lazer/ócio e gênero em Portugal e nos países lusófonos, muito particularmente no Brasil.

## **Paulo Nunes**

Doutor em sociologia pela Universidade de Coimbra (2019). Licenciado, bacharel e mestre em educação física pela Unicamp (2006 e 2009, respectivamente). É professor na Universidade Federal de Itajubá desde 2010, onde trabalha com projetos de pesquisa e extensão ligados aos estudos culturais, cidade e educação.

## **Reinaldo Pacheco**

Licenciado em educação física e ciências sociais, mestre e doutor em educação pela USP. É professor no bacharelado em lazer e turismo da EACH/USP e nos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física (mestrado) e Turismo (doutorado).

## **Roberto do Valle Mossa**

Mestre em ciências da atividade física pela USP, licenciado em educação física pela UFPR e bacharel em comunicação social pela Universidade Anhembi Morumbi (UAM).

## **Rodrigo de França**

Possui graduação e mestrado em educação física pela UFPR e é membro pesquisador do Geplec na mesma instituição; é servidor municipal do magistério de Curitiba, atuando como assistente na Superintendência de Gestão Educacional da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba.

## **Silvia Cristina Franco Amaral**

Graduação em educação física e mestrado em ciência do movimento humano pela Universidade Federal de Santa Maria (1995), doutorado em educação física pela Unicamp (2003), livre-docência pela Faculdade de Educação Física da Unicamp (2011) e pós-doutorado na Universidade de Barcelona, no Departamento de Geografia Humana. É docente da Faculdade de Educação Física da Unicamp atuando na graduação e na pós-graduação.

## **Simone Rechia**

Graduada em educação física e mestre em educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutorado em educação física (Unicamp) e pós-doutorado pelo Instituto Nacional de Educação Física da Catalunha e Centro de Línguas e Culturas da UA. Atualmente é professora titular aposentada da UFPR. É líder do Geplec.



---

Este livro foi composto em Minion Pro; produzido e disponibilizado de forma gratuita no site da Editora UFPR em janeiro de 2024.

---

As cidades, suas múltiplas possibilidades de experiências de lazer e as questões políticas inerentes a esses processos são o foco deste livro. Compreendido como direito social e dimensão da vida, o conceito de lazer é analisado de forma crítica. Cruza-se nesse ponto o direito à cidade de todas as pessoas que nela vivem, trabalham e se apropriam.

Para tratar de tais pontos, dois países são dispostos no centro do debate: Brasil e Portugal, opostos no que se refere a dimensões geográficas e populacionais, mas com uma linha histórica colonial que nos une em um tempo no qual estão presentes problemas e desafios comuns de urbanização.

Sustentamos as reflexões em referências atuais e clássicas, trazendo aprofundamento em questões sociais das cidades e do lazer. No livro, a relação entre lazer e espaço recebe tratamento em diferentes disciplinas, ancoradas em distintos matizes analíticos, todos críticos, sem se prender a uma ortodoxia teórica — característica própria dos estudos culturais. São conexões teóricas e empíricas que trazem à tona a apropriação das cidades para além das influências globalizadas.

